Diário OFICIAL Executivo

Ano CXII

Edição Digital nº 12103 | 130 páginas
Curitiba, Quarta-feira, 11 de Março de 2026

Sumário

Poder Executivo

Poder Executivo 03
Casa Civil 18
Procuradoria Geral do Estado 19
Controladoria Geral do Estado 29

Secretarias de Estado

Secretaria da Administração e da Previdência 30
Secretaria da Agricultura e do Abastecimento 33
Secretaria das Cidades 36
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior 40
Secretaria da Comunicação 47
Secretaria da Cultura 51
Secretaria do Desenvolvimento Social e Família 57
Secretaria do Desenvolvimento Sustentável 65
Secretaria da Educação 71
Secretaria do Esporte 85
Secretaria da Fazenda 85
Secretaria de Infraestrutura e Logística 85
Secretaria da Inovação e Inteligência Artificial 87
Secretaria da Justiça e Cidadania 87
Secretaria do Planejamento 87
Secretaria da Saúde 87
Secretaria da Segurança Pública 111
Secretaria do Trabalho Qualificação e Renda 121
Receita Estadual do Paraná 128

Administração Indireta - Entidades e Órgãos

Sociedades de Economia Mista 129

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Poder Executivo Estadual

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Governo do Estado

Governador
Carlos Massa Ratinho Junior

Vice-Governador
Darci Piana

Casa Civil
João Carlos Ortega — Chefe da Casa Civil
Maiquel Guilherme Zimann — Diretor-Geral

Procuradoria Geral do Estado
Luciano Borges dos Santos — Procurador-Geral
Lucia Helena Cachoeira — Diretora-Geral

Controladoria Geral do Estado
Louise da Costa e Silva Garnica — Controladora-Geral
Anna Karina Moreira Braguinia — Diretora-Geral

Chefia de Gabinete do Governador
Darlan Scalco — Chefe de Gabinete

Casa Militar
Coronel Marcos Antonio Tordoro — Chefe

Coordenadoria Estadual da Defesa Civil
Coronel Fernando Raimundo Schunig — Coordenador

Secretarias de Estado

Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
Luiz Goularte Alves — Secretário
Maria Carmen Carneiro de Melo Albanske — Diretora-Geral

Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
Marcio Fernando Nunes — Secretário
Camila Luiza Cunha Bernardo Aragão — Diretora-Geral

Secretaria de Estado das Cidades
Luiz Augusto Silva — Secretário
Felipe Augusto Amadori Flessak — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Aldo Nelson Bona — Secretário
Jamil Abdanur Junior — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Comunicação
Cleber de Oliveira Mata — Secretário
Eduardo Pugnali Marcos — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Cultura
Luciana Casagrande Pereira Ferreira — Secretária
Elietti de Souza Vilela — Diretora-Geral

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família
Rogério Helias Carboni — Secretário
Luiza Marilda Pacheco Castagno Simonelli — Diretora-Geral

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável
Rafael Valdomiro Greca de Macedo — Secretário
Rodrigo Araújo Rodrigues — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Educação
Roni Miranda Vieira — Secretário
João Luiz Giona Junior — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Esporte
Hélio Renato Wirbiski — Secretário
Ilson Augusto Rhoden — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Fazenda
Norberto Anacleto Ortigara — Secretário
Luiz Paulo Budal Pedroso — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
Marco Aurelio Ribeiro — Secretário
Marlos Wilton de Andrade — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística
Sandro Alex Cruz de Oliveira — Secretário
José Brustolin Neto — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Inovação e Inteligência Artificial
Alex Canziani Silveira — Secretário
Marcos Vitorio Stamm — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania
Valdemar Bernardo Jorge — Secretário
Fabiana Cristina de Campos Romanelli — Diretora-Geral

Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
Leandre Dal Ponte — Secretária
Diego Buligon — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Planejamento
Ulisses de Jesus Maia Kotsifas — Secretário
Domingos Trevizan Filho — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Saúde
Carlos Alberto Gebrim Preto — Secretário
Cesar Augusto Neves Luiz — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Segurança Pública
Hudson Leôncio Teixeira — Secretário
Adilson Luiz Lucas Prusse — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
Paulo Rogerio do Carmo — Secretário
Willian Porfirio Ribeiro — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Turismo
Leonaldo Paranhos da Silva — Secretário
Jefferson Abade — Diretor-Geral

Imprensa Oficial

Departamento de Imprensa Oficial do Estado (DIOE)

Praça Nossa Senhora de Salete, S/N
80530-909 | Centro Cívico | Curitiba | Paraná
Informações 41 3200-5002

Poder Executivo

Lei nº 23.012

11 de março de 2026.

Institui o Dia da Gratidão e Reconhecimento a ser celebrado anualmente em 11 de março, como homenagem à luta dos profissionais de saúde que atuaram no combate à pandemia da Covid-19, e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Institui o Dia da Gratidão e Reconhecimento a ser celebrado anualmente em 11 de março, como homenagem à luta dos profissionais de saúde que trabalharam na linha de frente no combate à pandemia da Covid-19 e no exercício diário da prestação de serviços de saúde, bem como em memória dos que perderam a vida no desempenho de suas funções.
Parágrafo único. A data ora instituída passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 2º Institui a máscara cirúrgica branca como símbolo de homenagem aos profissionais que atuaram no combate à pandemia da Covid-19.

Art. 3º Na data instituída no art. 1º desta Lei, será considerada uma forma de gratidão e reconhecimento a utilização da máscara cirúrgica branca, ou uma alusão a ela, seja por meio de *pins* ou *bottons*, ícones nas mídias sociais, ou qualquer outra lembrança que remeta aos profissionais que atuaram na linha de frente contra a Covid-19.

Art. 4º Durante a semana que compreender o dia 11 de março, poderão ser realizadas homenagens em alusão ao Dia da Gratidão e Reconhecimento pela Assembleia Legislativa do Paraná, pelas Prefeituras Municipais, pela Secretaria de Estado da Saúde, por empresas, organizações sociais e outras instituições e por cidadãos.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 11 de março de 2026.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Secretária Márcia
Deputada Estadual

Prot. 25.531.620-6

29135/2026

Lei nº 23.013

11 de março de 2026.

Concede o Título de A Capital do Flashback ao Município de Curitiba e institui o Dia Estadual do Movimento e da Cultura Flashback a ser comemorado anualmente em 29 de abril.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Concede o Título de A Capital do Flashback ao Município de Curitiba, em reconhecimento à sua relevância histórica, cultural e social na promoção da música, dança e manifestações artísticas vinculadas à Cultura Flashback.

Art. 2º Institui o Dia Estadual do Movimento e da Cultura Flashback a ser comemorado anualmente em 29 de abril, com o objetivo de valorizar as manifestações culturais e sociais associadas ao referido movimento.
Parágrafo único. A data ora instituída passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, incentivando a realização de atividades voltadas à preservação da memória musical e cultural das décadas de 1970 a 2000, tais como:
I - apresentações artísticas e dançantes que envolvam estilos tradicionais da Cultura Flashback;
II - eventos culturais e sociais promovidos por grupos e coletivos dedicados ao movimento;
III - ações educativas, especialmente em escolas e espaços públicos, visando à integração geracional e à difusão dos valores de respeito, empatia e bem-estar coletivo;
IV - estímulo ao turismo cultural, à economia criativa e à inclusão social por meio da valorização do patrimônio imaterial vinculado à música, dança e memória afetiva.

Art. 3º Para a implementação desta Lei, poderão ser celebrados parcerias, convênios, termos de cooperação, acordos ou outros instrumentos jurídicos previstos na legislação vigente, com órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, incluindo:
I - autarquias;
II - fundações públicas;
III - empresas públicas;
IV - sociedades de economia mista;
V - consórcios públicos;
VI - organizações da sociedade civil;
VII - entidades privadas com ou sem fins lucrativos;
VIII - instituições de ensino e pesquisa;
IX - demais pessoas jurídicas legalmente constituídas.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 11 de março de 2026.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Paulo Gomes
Deputado Estadual

Prot. 25.531.670-2

29136/2026

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Lei nº 23.014

11 de março de 2026.

Concede o Título de Utilidade Pública à Associação do Moto Clube Patriotas de Aço, com sede no Município de Astorga.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Associação do Moto Clube Patriotas de Aço, com sede no Município de Astorga.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 11 de março de 2026.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Soldado Adriano José
Deputado Estadual

Prot. 25.531.716-4

29137/2026

Lei nº 23.015

11 de março de 2026.

Reconhece o Pastel Gigante de Imbaú como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Reconhece o Pastel Gigante de Imbaú como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Paraná.

Art. 2º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, indicando os aspectos necessários à sua aplicação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 11 de março de 2026.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Luiz Claudio Romanelli
Deputado Estadual

Alexandre Curi
Deputado Estadual

Prot. 25.531.757-1

29139/2026

Lei nº 23.016

11 de março de 2026.

Concede o Título de Utilidade Pública à Casa Mariabás - Centro de Amparo Social e Espiritual, com sede no Município de Maringá.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Casa Mariabás - Centro de Amparo Social e Espiritual, com sede no Município de Maringá.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 11 de março de 2026.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Goura
Deputado Estadual

Prot. 25.531.896-9

29157/2026

Lei nº 23.017

11 de março de 2026.

Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Tiro Rondonense, com sede no Município de Marechal Cândido Rondon.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Tiro Rondonense - ATR, com sede no Município de Marechal Cândido Rondon.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 11 de março de 2026.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Batatinha
Deputado Estadual

Prot. 25.531.847-0

29141/2026

Lei nº 23.018

11 de março de 2026.

Reconhece o Vale da Seda como o maior polo de sericicultura e produção de casulos verdes de bicho-da-seda e fios de seda do Estado do Paraná e institui a Rota da Seda.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Reconhece o Vale da Seda como o maior polo de sericicultura e produção de casulos verdes de bicho-da-seda e fios de seda do Estado do Paraná.

Parágrafo único. Compõem o Vale da Seda os seguintes municípios:

I - Ângulo;
II - Apucarana;
III - Arapongas;
IV - Astorga;
V - Atalaia;
VI - Cambira;
VII - Colorado;
VIII - Cruzeiro do Sul;
IX - Flórida;
X - Guaraci;
XI - Iguaraçu;
XII - Itaguajé;
XIII - Jaguapitã;
XIV - Jandaia do Sul;
XV - Jardim Olinda;
XVI - Lobato;
XVII - Mandaguaçu;
XVIII - Mandaguari;
XIX - Marialva;
XX - Maringá;
XXI - Munhoz de Melo;
XXII - Nossa Senhora das Graças;
XXIII - Nova Esperança;
XXIV - Paranacity;
XXV - Paranapoema;
XXVI - Presidente Castelo Branco;
XXVII - Rolândia;
XXVIII - Sabáudia;
XXIX - Santa Fé;
XXX - Uniflor.

Art. 2º Institui a Rota da Seda, composta pelos municípios referidos no parágrafo único do art. 1º desta Lei.

Art. 3º A presente Lei tem por objetivos:
I - agregar valor à produção de bicho-da-seda, incluindo a matéria-prima na cadeia produtiva da confecção brasileira;
II - promover o desenvolvimento sustentável da região, fomentando o uso da seda como forma efetiva de contribuir para a valorização da produção local, o fortalecimento do consumo sustentável e a expansão da cadeia produtiva com atração do público consumidor como destino do turismo de compras.

Art. 4º Para dar suporte ao adensamento da cadeia produtiva na Rota da Seda, os agentes envolvidos poderão indicar que seus artigos de seda são oriundos do Vale da Seda.

Art. 5º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 11 de março de 2026.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Anibelli Neto
Deputado Estadual

Alexandre Curi
Deputado Estadual

Prot. 25.531.798-9

29143/2026

Lei nº 23.019

11 de março de 2026.

Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto Meninos do Lago, com sede no Município de Foz do Iguaçu.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto Meninos do Lago, com sede no Município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 11 de março de 2026.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Matheus Vermelho
Deputado Estadual

Prot. 25.534.595-8

29144/2026

Lei nº 23.020

11 de março de 2026.

Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Audote Um Amiguinho, com sede no Município de Curitiba.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Audote Um Amiguinho, com sede no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 11 de março de 2026.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Alexandre Amaro
Deputado Estadual

Prot. 25.534.643-1

29145/2026

Lei nº 23.021

11 de março de 2026.

Concede o Título de Utilidade Pública à Comunidade e Casa Deus Pai, com sede no Município de Ponta Grossa.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Comunidade e Casa Deus Pai, com sede no Município de Ponta Grossa.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 11 de março de 2026.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Evandro Araújo
Deputado Estadual

Prot. 25.534.705-5

29150/2026

Lei nº 23.022

11 de março de 2026.

Altera a Lei nº 21.926, de 11 de abril de 2024, que consolida a legislação paranaense relativa aos Direitos da Mulher, criando o Código Estadual da Mulher Paranaense.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Acresce a Seção XIII - Da Campanha de Incentivo e Valorização das Mulheres e Meninas na Ciência - ao Capítulo VI da Lei nº 21.926, de 11 de abril de 2024, com a seguinte redação:

Seção XIII
Da Campanha de Incentivo e Valorização das Mulheres e Meninas na Ciência

Art. 232D. Institui a Campanha de Incentivo e Valorização das Mulheres e Meninas na Ciência voltada às adolescentes, jovens e mulheres, estudantes e pesquisadoras das instituições públicas e privadas da educação básica e do ensino superior.

Parágrafo único. A Campanha ora instituída, de caráter permanente e desenvolvida no decorrer do ano letivo, tem por objetivos:

I - ampliar a divulgação e preservar a memória das contribuições das mulheres cientistas paranaenses;

II - promover o pensamento científico inclusivo e diverso, contribuindo no combate à desigualdade de gênero;

III - estimular as meninas e adolescentes a conhecerem as diversas profissões nas áreas da pesquisa científica.(NR)

Art. 232E. A Campanha de Incentivo e Valorização das Mulheres e Meninas na Ciência, compreenderá as seguintes ações e atividades:

I - incentivo à realização de oficinas, seminários, palestras e debates nas escolas e instituições de ensino, públicas e privadas, com objetivo de estimular o interesse das estudantes pelas profissões nas áreas da ciência, tecnologia, engenharia, matemática, humanas e sociais;

II - divulgação nos sites oficiais do Poder Público sobre as pesquisas de relevante impacto social nas diversas áreas do conhecimento realizadas pelas mulheres do Paraná;

III - conscientização dos estudantes, professores e servidores das instituições de ensino público e privado sobre a desigualdade de gênero.(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 11 de março de 2026.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Luciana Rafagnin
Deputada Estadual

Prot. 25.535.367-5

29151/2026

Lei nº 23.023

11 de março de 2026.

Concede o Título de Utilidade Pública à Instituição Religiosa de Umbanda Vovó Benta, com sede no Município de Curitiba.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Instituição Religiosa de Umbanda Vovó Benta, com sede no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 11 de março de 2026.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Gilberto Ribeiro
Deputado Estadual

Prot. 25.534.767-5

29153/2026

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Lei nº 23.024

11 de março de 2026.

Concede Título de Utilidade Pública à Associação Bandeirantense Karatê Shotokan, com sede no Município de Bandeirantes.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Concede Título de Utilidade Pública à Associação Bandeirantense Karatê Shotokan, com sede no Município de Bandeirantes.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 11 de março de 2026.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Luiz Claudio Romanelli
Deputado Estadual

Prot. 25.534.960-0

29154/2026

Lei nº 23.025

11 de março de 2026.

Altera a Lei nº 22.188, de 13 de novembro de 2024, que institui o Conselho Estadual de Governança Digital e Segurança da Informação.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Acrescenta o inciso VII ao art. 5º da Lei nº 22.188, de 13 de novembro de 2024, com a seguinte redação:

VII - exercer poderes fiscalizatórios, de forma direta, sobre as atividades de tratamento dos dados pessoais sensíveis e os classificados no rol do inciso III do art. 4º da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, sem prejuízo da competência da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, antes, durante e após a conclusão do processo de desestatização da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - CELEPAR.

Art. 2º Acrescenta os §§ 1º e 2º ao art. 5º da Lei nº 22.188, de 2024, com as seguintes redações:

§ 1º Para os fins do disposto no inciso VII do caput deste artigo, o Conselho Estadual de Governança Digital e Segurança da Informação - CGD-SI poderá:

I - requisitar informações, documentos e relatórios técnicos;

II - determinar medidas corretivas aos operadores;

III - representar à Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD para aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.

§ 2º A Secretaria de Estado da Inovação e Inteligência Artificial - SEIA prestará o apoio técnico e operacional, conforme dispuser ato do Chefe do Poder Executivo.(NR)

Art. 3º Acrescenta o art. 5ºA à Lei nº 22.188, de 2024, com a seguinte redação:

Art. 5ºA O Estado do Paraná preservará o controle sobre os sistemas e as bases de dados pessoais sensíveis e classificados no rol do inciso III do art. 4º da Lei Federal nº 13.709, de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, vedada a sua transferência integral a entes de natureza privada, exceto na hipótese em que o capital seja integralmente constituído pelo Estado.(NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 11 de março de 2026.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Prot. 25.504.145-2

29385/2026

DECRETO Nº 12.950

Nomeação de candidatos para o cargo de Agente Profissional e Agente de Execução do Quadro Próprio do Poder Executivo.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e sob proposta da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP, bem como considerando o contido no protocolo nº 25.532.847-6,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, em virtude de habilitação em concurso público, de acordo com o inciso II do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, e a Lei nº 13.666, de 5 de julho 2002, os candidatos relacionados no Anexo Único do presente Decreto, para exercerem os cargos de Agente Profissional e Agente de Execução, nas suas respectivas funções, do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE.

Art. 2º Os candidatos nomeados terão lotação na Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP, nos termos do art. 12 da Lei nº 13.666, de 2002.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 11 de março de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

LUIZ GOULARTE ALVES
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº 12.950/2026

CARGO: AGENTE PROFISSIONAL

ÁREA	FUNÇÃO	CANDIDATO	INSC.	CLASS.	CONC.
1	ADMINISTRADOR	DANILO DE COLLO BARONCELI	10002471	560	AC
1	ADMINISTRADOR	AMANDA MORAES DE OLIVEIRA	10041405	561	AC
1	ADMINISTRADOR	ANA CAROLINA CARNEIRO	10000598	563	AC
1	ADMINISTRADOR	FABRICIO ANDRE BAGGIO	10050548	564	AC
1	ADMINISTRADOR	LUCIANE JOSE DA LUZ ZAIAS	10054479	565	AC
1	ADMINISTRADOR	FREDINEY KATSUNORI MORISHITA	10031089	566	AC
1	ADMINISTRADOR	VALNECIR CANDIDO MALAQUIAS	10053259	567	AC
1	ADMINISTRADOR	JOCELI ALMEIDA DE OLIVEIRA	10047349	568	AC
1	ADMINISTRADOR	ALEXANDRE FRANCA KREPK	10057375	569	AC
1	ADMINISTRADOR	KELLY CANDATEN SILVA	10020366	570	AC
1	ADMINISTRADOR	CRISTIANO TEODORO MARQUES	10040491	571	AC
1	ADMINISTRADOR	ULISSES FERNANDO DE PAULO	10020960	572	AC
1	ADMINISTRADOR	GUILHERME NOBORU YAMAMOTO	10001565	573	AC
1	ADMINISTRADOR	TALITA ELIAS RITA	10025612	574	AC
1	ADMINISTRADOR	MARIA EDUARDA SOUZA SIQUEIRA	10003473	576	AC
1	ADMINISTRADOR	THIAGO VINICIUS HALAMA DE LIMA	10008030	577	AC
1	ADMINISTRADOR	SUELEN DAMARIS GERTRUDES DE LARA ROGGE	10000433	578	AC
1	ADMINISTRADOR	BEATRIZ ANTUNES RIGUETE	10057608	579	AC
1	ADMINISTRADOR	LARISSA CACILDA LEITE	10042713	581	AC
1	ADMINISTRADOR	GLAUCIA KRISTINA SCALASSARA DE ALMEIDA	10054969	583	AC
1	ADMINISTRADOR	SILVIO KAZUYUKI NAKAYAMA	10042544	584	AC
1	ADMINISTRADOR	ELIANE SILVA DE MIRANDA	10044025	585	AC
1	ADMINISTRADOR	MONIQUE MOURA	10009652	586	AC
1	ADMINISTRADOR	MARCELO FERREIRA DE MELO	10045817	587	AC
1	ADMINISTRADOR	SAMUA LOTH DE FREITAS	10049770	590	AC
1	ADMINISTRADOR	DAYANA RAFAELE PIKUSSA	10051749	591	AC
1	ADMINISTRADOR	RENATO JOUKOSKI GARCIA	10023340	592	AC
1	ADMINISTRADOR	TATIANA MARIA COUTO CARVALHO	10047491	593	AC
1	ADMINISTRADOR	ROBSON MENDES ALVES	10047185	594	AC
1	ADMINISTRADOR	ANDRE MARCELO SIMAS	10044009	595	AC
1	ADMINISTRADOR	GISELA BURKOT SOARES	10054377	596	AC
1	ADMINISTRADOR	KEILA MIRELLE DOS SANTOS HENRIQUE	10023484	597	AC
1	ADMINISTRADOR	CINTIA DOS SANTOS SILVA DALLA VECCHIA	10005203	598	AC
1	ADMINISTRADOR	CINTIA JORY KALINOWSKI	10017586	599	AC
1	ADMINISTRADOR	LEONARDO RODRIGUES PIETRO	10046531	601	AC
1	ADMINISTRADOR	STEPHANO BREGINSKI NETO	10007360	604	AC
1	ADMINISTRADOR	ROBERTA REGINA MAI	10001748	605	AC
1	ADMINISTRADOR	TELMO LOURECO ALVES CARNIO	10020013	606	AC
1	ADMINISTRADOR	ELAINE CRISTINE DE OLIVEIRA	10047439	607	AC
1	ADMINISTRADOR	TALITA KAIMOTO SILVERIO JACOSKI	10049002	608	AC

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

ÁREA	FUNÇÃO	CANDIDATO	INSC.	CLASS.	CONC.
1	ADMINISTRADOR	JULLY MAZUR PLYTIUK	10000022	610	AC
1	ADMINISTRADOR	ANDRESSA DE OLIVEIRA ALVES	10008991	611	AC
1	ADMINISTRADOR	POLLIANA NASCIMENTO DOS SANTOS REINERT	10000851	612	AC
1	ADMINISTRADOR	OSMAIR ANTUNES	10038168	614	AC
1	ADMINISTRADOR	MATHEUS DE ALMEIDA SANTOS	10023388	616	AC
1	ADMINISTRADOR	JOSE EDUARDO PADILHA SILVA	10003982	617	AC
1	ADMINISTRADOR	VILMA RODRIGUES DA SILVA	10041708	618	AC
1	ADMINISTRADOR	ISABEL CRISTINA SOUSA FREITAS	10039917	619	AC
1	ADMINISTRADOR	YURI BLENER CONTARIN DO NASCIMENTO	10000021	620	AC
1	ADMINISTRADOR	KAREN MEYRIN DOS SANTOS DE SOUZA	10029775	622	AC
1	ADMINISTRADOR	CRISTIANE SOUZA GOMES	10001066	623	AC
1	ADMINISTRADOR	KATHELY ANGELIM NORONHA	10006377	625	AC
1	ADMINISTRADOR	CRISTIANE APARECIDA DA SILVA	10025647	627	AC
1	ADMINISTRADOR	LAIS ALVES VENTURA	10000339	628	AC
1	ADMINISTRADOR	NICOLAS RODRIGUES GONCALVES	10028437	629	AC
1	ADMINISTRADOR	CRISTIANE ALVES GARCIA DA SILVA	10010427	630	AC
1	ADMINISTRADOR	LUCAS SCHEFFER MARTINS	10002406	632	AC
1	ADMINISTRADOR	MURILLO BALDINI DO NASCIMENTO	10051981	633	AC
1	ADMINISTRADOR	ELIAS DAMON EDUARDO SIKORSKI	10003534	635	AC
1	ADMINISTRADOR	CLEVERSON JOAO VEIGA	10013639	637	AC
1	ADMINISTRADOR	MIGUEL FERREIRA CAMPOS	10054177	638	AC
1	ADMINISTRADOR	JESSE ADELINO SALVADOR	10049965	640	AC
1	ADMINISTRADOR	ALVARINA DO CARMO SANGALLI	10031787	641	AC
1	ANALISTA DE PROCURADORIA	GLAUCIA MEGI	10017264	71	AC
1	ANALISTA DE PROCURADORIA	JEFFERSON CAMILO DE SIQUEIRA	10028261	72	AC
1	ANALISTA DE PROCURADORIA	JULIANA MENDES DA FONSECA	10036070	73	AC
1	ANALISTA DE PROCURADORIA	NICOLE MOCHENSKI	10053420	74	AC
1	ANALISTA DE PROCURADORIA	WINSTON BEYERSDORFF LUCCHIARI	10036642	75	AC
1	ANALISTA DE PROCURADORIA	JOAO VICTOR LOPES MUNIZ DE SOUZA	10057546	79	AC
1	ANALISTA DE PROCURADORIA	ANA LUISA ZIMMERMANN DE CARCOVA GUTIERREZ	10037669	80	AC
1	ANALISTA DE PROCURADORIA	MARINA ALISSA VIEIRA FASSINE	10035047	81	AC
1	ANALISTA DE PROCURADORIA	ANDRE VITOR QUIRINO DOS SANTOS	10054572	82	AC
1	ANALISTA DE PROCURADORIA	VALERIA BUBNIAK RIBEIRO	10032901	85	AC
1	ANALISTA DE PROCURADORIA	CLAUDIA ELISABETH COELHO VAN HEESEWIJK	10041526	87	AC
1	ANALISTA DE PROCURADORIA	BETTINA TARARAN MACHADO	10033117	88	AC
1	ANALISTA DE PROCURADORIA	JOAO PEDRO DORO	10017427	90	AC
1	BIBLIOTECÁRIO	CARLA ADRIANA CORDEIRO LACERDA HONDA	10050935	11	AC
1	BIBLIOTECÁRIO	LIRIANE TIUS BORGES SOUZA	10056791	12	AC
1	BIBLIOTECÁRIO	JOELMA MARQUES DA SILVA	10013195	34	A
1	CONTADOR	DANIELA ALVES GASPAR MUZI	10013708	133	AC
1	CONTADOR	ANA LETICIA DO NASCIMENTO	10010413	134	AC
1	CONTADOR	HALISSON CORREIA DE OLIVEIRA	10046651	135	AC
1	CONTADOR	ANDERSON RICARDO MARQUES	10054885	137	AC
1	CONTADOR	SANDRO FABIANO MATTAR	10000941	138	AC
1	CONTADOR	THAISA DANIELE DE PAULA PARISSENTI	10034630	140	AC
1	CONTADOR	CAMYLA SANDY FERREIRA DA CUNHA SILVA	10055781	141	AC
1	CONTADOR	ANDREA LEITE POSSEBON	10000148	143	AC
1	CONTADOR	EDSON MIGUEL GRAEFF BORGES	10042354	145	AC
1	CONTADOR	MARIA CONSOLACAO MARQUES BATISTA	10047858	148	AC
1	CONTADOR	IVAN DALLA BARBA	10026119	150	AC
1	CONTADOR	MICHEL SILVA DE OLIVEIRA	10045505	151	AC
1	DESENHISTA INDUSTRIAL GRÁFICO	MICHELLE CURY DE LIMA	10034538	10	AC
1	DESENHISTA INDUSTRIAL GRÁFICO	MARCOS ANTONIO MARTINS ABELINO	10057206	11	AC
1	ECONOMISTA	GABRIEL TIAGO SCHUHLI	10036056	82	AC
1	ECONOMISTA	GERSON ITIRO OKI	10053659	85	AC
1	ECONOMISTA	ANA PAULA COSTA	10001960	87	AC
1	ECONOMISTA	AUGUSTO CESAR DE SOUZA TANAKA	10052913	89	AC
1	ECONOMISTA	RODRIGO CARDOSO DE LIMA E SILVA	10029916	90	AC

ÁREA	FUNÇÃO	CANDIDATO	INSC.	CLASS.	CONC.
1	ECONOMISTA	BARBARA GARCIA LIMA	10037441	91	AC
1	ECONOMISTA	NATALIA CAMPOS MELLO	10055078	92	AC
1	ECONOMISTA	DANIELY DE JESUS MORALES	10025339	93	AC
1	ECONOMISTA	JORGE ALBERTO DE ARAUJO RAMOS	10038706	94	AC
1	ECONOMISTA	ANDRE LUIZ IURKO	10031438	96	AC
1	ECONOMISTA	FERNANDO FANUCCHI FILHO	10027278	97	AC
1	ENGENHEIRO AMBIENTAL	EDUARDO CELEZINSKI	10024108	22	AC
1	ENGENHEIRO CIVIL	RICARDO MAURICIO DE FREITAS ANDRADE	10053002	67	AC
1	ENGENHEIRO CIVIL	ANDRESSA DE ANDRADE RISKE	10002717	68	AC
1	ENGENHEIRO CIVIL	ANA CAROLINA SEGURO CURY	10004970	70	AC
1	ENGENHEIRO CIVIL	MIRIAN DAYANE PEREIRA	10040950	73	AC
1	ENGENHEIRO CIVIL	LUIZ SOCRATES VELOSO	10034883	74	AC
1	ENGENHEIRO CIVIL	JOAO AUGUSTO MORENO SOPCHAKI	10021258	75	AC
1	ENGENHEIRO CIVIL	VANDERLEI CARLOS ZANELLA	10035894	76	AC
1	ENGENHEIRO CIVIL	AMANDA AVILA DAROS	10048560	77	AC
1	ENGENHEIRO CIVIL	LUCAS MONTENEGRO GOMES	10031910	78	AC
1	ENGENHEIRO CIVIL	FERNANDA MANTUAN DALA ROSA DE OLIVEIRA	10055670	79	AC
1	ENGENHEIRO CIVIL	GEOVANA BEATRIZ OJCZENASZ	10003668	80	AC
1	ENGENHEIRO CIVIL	JESSICA PATRICIA LEONARDI DE CARVALHO	10027070	83	AC
1	ENGENHEIRO CIVIL	ANA SILVIA SMANIA GOMES	10029237	84	AC
1	ENGENHEIRO CIVIL	LEONARDO GUILHERME HARDT	10033418	85	AC
1	ENGENHEIRO CIVIL	MARIA PAULA GUILLEN CAVARSAN	10011520	86	AC
1	ENGENHEIRO CIVIL	IGO HENRIQUE SILVA NUNES	10044917	88	AC
1	ENGENHEIRO CIVIL	KEVYN SPINARDI LOS	10010950	89	AC
1	ENGENHEIRO CIVIL	LUCAS MILEKE SCUCATO	10040811	90	AC
1	ENGENHEIRO DE PESCA	NILMARA RODRIGUES MACHADO	10047836	7	AC
1	ENGENHEIRO DE SEG TRABALHO	TALIS COLOMBO VILHENA	10051744	6	AC
1	ENGENHEIRO ELETRICISTA	GABRIEL CASANOVA BALDISSERA	10007633	22	AC
1	ENGENHEIRO ELETRICISTA	CORNELIO DE CAMARGO JACOSKI JUNIOR	10030417	24	AC
1	ENGENHEIRO ELETRICISTA	ROGERIO VIDOLIN	10016474	25	AC
1	PROF DE TEC DA INFORMAÇÃO	HELSON LUIZ JAKUBOVSKI FILHO	10024826	147	AC
1	PROF DE TEC DA INFORMAÇÃO	DIEGO ARISTIDES DOS SANTOS	10032904	148	AC
1	PROF DE TEC DA INFORMAÇÃO	ANDERSON AUGUSTO DA COSTA DE MORAIS	10000395	150	AC
1	PROF DE TEC DA INFORMAÇÃO	LAUDIR RODRIGUES	10053495	153	AC
1	PROF DE TEC DA INFORMAÇÃO	LUCAS VINICIUS GREGIO PINTO	10020586	154	AC
1	PROF DE TEC DA INFORMAÇÃO	ADRIAN HOINASKI UETA	10020443	155	AC
1	PROF DE TEC DA INFORMAÇÃO	DAIANE RAIMANN	10037400	156	AC
1	PROF DE TEC DA INFORMAÇÃO	JOAO CARLOS MONTES MOREIRA	10058475	157	AC
1	PROF DE TEC DA INFORMAÇÃO	RODRIGO VIEIRA DE VASCONCELOS	10052086	158	AC
1	PROF DE TEC DA INFORMAÇÃO	ANELISE CATIA LOVATO LOBO	10025918	159	AC
1	PROF DE TEC DA INFORMAÇÃO	LILIANE DE JESUS BALLES	10013322	161	AC
1	PROF DE TEC DA INFORMAÇÃO	LUIZ GABRIEL DOS SANTOS SILVA	10045409	163	AC
1	PROF DE TEC DA INFORMAÇÃO	LEONARDO DE OLIVEIRA MOREIRA	10022898	165	AC
1	PROF DE TEC DA INFORMAÇÃO	DIEGO ROMANZINI	10032881	166	AC
1	PROF DE TEC DA INFORMAÇÃO	MATHEUS ALEXANDRE RAZERA	10053307	169	AC
1	PROF DE TEC DA INFORMAÇÃO	FELIPE FARID BONFANTE LIBOS	10022893	172	AC
1	PROF DE TEC DA INFORMAÇÃO	SANDRO DE ARAUJO	10015074	173	AC
ÁREA	**FUNÇÃO**	**CANDIDATO**	**INSC.**	**CLASS.**	**CONC.**
2	CONTADOR	FERNANDO DE LIMA DOS SANTOS	20008267	23	AC
2	ENGENHEIRO CIVIL	LEONARDO AGUILAR CARVALHO DA SILVA	20047418	15	AC
2	ENGENHEIRO CIVIL	ANDRE GUILHERME PERDIGAO	20029390	16	AC
2	ENGENHEIRO CIVIL	JULIANE VIER VIEIRA	20036316	17	AC
3	ECONOMISTA	JACKSON DE ANDRADE DOS REIS	30016378	8	AC
3	ENGENHEIRO CIVIL	NATALIA DIAS DE OLIVEIRA	30045327	25	AC
3	ENGENHEIRO CIVIL	AGADA COSTA ROSANELI	30039045	27	AC

CARGO: AGENTE DE EXECUÇÃO

ÁREA	FUNÇÃO	CANDIDATO	INSC.	CLASS.	CONC.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

5	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	GIULIANO KAULFUSS BERTINOTI	50054619	41	AC
5	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	AMANDA STEFANIU COSTA	50000810	42	AC
5	TEC DE MANEJO E MEIO AMBIENTE	DALVA APARECIDA MOCINSKI GARDACHO	50037228	19	AC

AC: Ampla Concorrência; **A:** Afrodescendente; **D:** Pessoa com Deficiência

29746/2026

DECRETO Nº 12.951

Nomeações em virtude de habilitação em concurso público para exercerem o cargo de Professor de Ensino Superior do Magistério do Ensino Superior, da Universidade Estadual de Maringá.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, sob proposta da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI, e tendo em vista o contido no protocolo nº 25.444.108-2,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, em virtude de habilitação em concurso público, de acordo com o inciso II do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, Lei nº 20.933, de 22 de dezembro de 2021 e Lei nº 21.852, de 15 de dezembro de 2023, para exercerem o cargo de Professor de Ensino Superior do Magistério do Ensino Superior, os candidatos relacionados no Anexo deste Decreto.

Art. 2º As nomeações destinam-se ao suprimento de vagas de Professor de Ensino Superior da Universidade Estadual de Maringá - UEM.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 11 de março de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

ALDO NELSON BONA
Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

ANEXO QUE SE REFERE O DECRETO Nº 12.951/2026

CARGO: PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR

	NOME	CPF	CLASSE/NÍVEL	REGIME DE TRABALHO
1	NELSON ALESSANDRETTI DE MELLO LEMOS	045.XXX.XXX-67	PROFESSOR ADJUNTO A	TIDE
2	PEDRO VITOR BERCHIOL IWAI	338.XXX.XXX-47	PROFESSOR ASSISTENTE A	TIDE

29747/2026

DECRETO Nº 12.952

Nomeações em virtude de habilitação em concurso público para exercerem o cargo de Professor de Ensino Superior do Magistério do Ensino Superior, da Universidade Estadual de Maringá.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, sob proposta da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI, e tendo em vista o contido no protocolo nº 25.439.435-1,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, em virtude de habilitação em Concurso Público, de acordo com o inciso II do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, Lei nº 20.933, de 22 de dezembro de 2021, e Lei nº 21.852, de 15 de dezembro de 2023, para exercerem o cargo de Professor de Ensino Superior do Magistério do Ensino Superior, os candidatos relacionados no Anexo deste Decreto.

Art. 2º As nomeações destinam-se ao suprimento de vagas de Professor de Ensino Superior da Universidade Estadual de Maringá - UEM.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 11 de março de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

ALDO NELSON BONA
Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

ANEXO QUE SE REFERE O DECRETO Nº 12.952/2026

CARGO: PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR

	NOME	CPF	CLASSE/NÍVEL	REGIME DE TRABALHO
1	FRANCILAINE ELOISE DE MARCHI	048.XXX.XXX-23	PROFESSOR ADJUNTO A	TIDE
2	MARCELO PEREIRA COLUCCI	044.XXX.XXX-96	PROFESSOR ADJUNTO A	TIDE
3	MARIELE BOSCARDIN	030.XXX.XXX-52	PROFESSOR ADJUNTO A	TIDE
4	PEDRO DE SOUZA QUEVEDO	016.XXX.XXX-55	PROFESSOR ADJUNTO A	TIDE
5	PEDRO LUIZ DE CASTRO	010.XXX.XXX-60	PROFESSOR ADJUNTO A	TIDE

29760/2026

DECRETO Nº 12.953

Nomeação em virtude de habilitação em concurso público para o cargo de Procurador Classe V do Quadro Especial da Procuradoria-Geral do Estado.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e sob proposta da Procuradoria-Geral do Estado - PGE, bem como considerando o contido no protocolo nº 21.218.574-4,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, em virtude de habilitação em concurso público, de acordo com os arts. 30 e 32 da Lei Complementar n° 26, de 30 de dezembro de 1985, o candidato abaixo relacionado, para exercer o cargo de Procurador Classe V do Quadro Especial da Procuradoria-Geral do Estado – PGE:

CARGO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	CONCORRÊNCIA
PROCURADOR DO ESTADO – CLASSE V	RUHAN JOSEPH MOREIRA RODRIGUES	10002831	1	PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, em 11 de março de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

LUCIANO BORGES DOS SANTOS
Procurador-Geral do Estado

29765/2026

DECRETO Nº 12.954

Atribui funções, responsabilidades e define competências ao Chefe do Estado-Maior do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do art. 87 da Constituição Estadual, tendo em vista o previsto nos arts. 50 e 57 da Lei nº 22.206, de 29 de novembro de 2024, no art. 5º da Lei nº 22.916, de 12 de dezembro de 2025, e o contido no protocolo nº 25.429.350-4,

DECRETA

Art. 1º Estabelece que a Ajudância-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná subordina-se administrativa e funcionalmente ao Chefe do Estado-Maior.

Parágrafo único. A Ajudância-Geral - AG, deixa de integrar o Gabinete do Comando-Geral - Gab.CmtG, nos termos previstos no item 1 da alínea "d" do §1º do art. 9º da Lei nº 22.206, de 29 de novembro de 2024.

Art. 2º Estabelece que a Assessoria Estratégica do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná subordina-se administrativa e funcionalmente ao Chefe do Estado-Maior.

Parágrafo único. A Assessoria Estratégica - Assest, deixa de integrar o Gabinete do Comando-Geral - Gab.CmtG, nos termos previstos no item 2 da alínea "d" do §1º do art. 9º da Lei nº 22.206, de 2024.

Art. 3° Estabelece que a Unidade de Integridade e *Compliance* Setorial - UICS do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná subordina-se administrativa e funcionalmente ao Chefe do Estado-Maior.

Art. 4° Compete ao Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná promover os ajustes administrativos necessários à execução do disposto neste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 11 de março de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

HUDSON LEÔNCIO TEIXEIRA
Secretário de Estado da Segurança Pública

29767/2026

DECRETO Nº 12.955

Altera o Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29 de setembro de 2017, para internalizar os Convênios ICMS 76, de 4 de julho de 2025, e 131, de 3 de outubro de 2025, que tratam do regime de tributação monofásica do ICMS a ser aplicado nas operações com combustíveis.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do art. 87 da Constituição Estadual, e considerando o disposto nos Convênios ICMS 76, de 4 de julho de 2025, e 131, de 3 de outubro de 2025, celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz, e o contido no protocolo nº 25.303.450-5,

DECRETA:

Art. 1º Introduz no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29 de setembro de 2017, para internalizar os Convênios ICMS 76, de 4 de julho de 2025, e 131, de 3 de outubro de 2025, que tratam do regime de tributação monofásica do ICMS a ser aplicado nas operações com combustíveis, as seguintes alterações:

Alteração 1237ª O art. 11 da Seção II do Anexo XIII passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11. Atribui a responsabilidade pela retenção e pelo recolhimento do ICMS incidente nas importações de B100 ou sobre as saídas do estabelecimento produtor de B100, do valor correspondente a proporção devida à UF de destino definida na alínea "c" do inciso VI do art. 2º deste Anexo (Convênios ICMS 10/2023 e 76/2025):

I - à refinaria de petróleo ou suas bases, à CPQ, à UPGN, ao Formulador de Combustíveis e ao importador, nas operações com Óleo Diesel A;

II - à refinaria de petróleo ou suas bases, nas operações com Óleo Diesel B.";

Alteração 1238ª O parágrafo único do art. 12 da Seção II do Anexo XIV passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Para fins de registro na Escrituração Fiscal Digital - EFD - o imposto destacado nos documentos fiscais, na tributação monofásica, será lançado na apuração de ICMS relativo à substituição tributária - ICMS-ST, enquanto não desenvolvida apuração própria do regime tributário monofásico (Convênio ICMS 131/2025).".

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, em 11 de março de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

NORBERTO ANACLETO ORTIGARA
Secretário de Estado da Fazenda

29769/2026

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DECRETO Nº 12.956

Altera o Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29 de setembro de 2017, para internalizar o Convênio ICMS nº 5, de 27 de janeiro de 2026, a fim de prever a isenção do imposto nas operações internas com cimento destinado à pavimentação de estradas e vias públicas no Estado do Paraná.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do art. 87 da Constituição Estadual, considerando o disposto no Convênio ICMS nº 5, de 27 de janeiro de 2026, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz, e o contido no protocolo nº 25.343.288-8,

DECRETA:

Art. 1º Introduz no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29 de setembro de 2017, a seguinte alteração:

Alteração 1239ª Acrescenta o item 23-B ao Anexo V, com a seguinte redação:

"23-B Até 31.12.2027, nas operações internas com CIMENTO classificado no código 2523.29.10 da NCM, tendo como limite a quantidade de 884.990 t (oitocentas e oitenta e quatro mil e novecentas e noventa toneladas), quando destinado à pavimentação de estradas e vias públicas no Estado do Paraná (Convênio ICMS 5/2026).

Notas:

1. fica dispensado o estorno de crédito previsto no art. 29 da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996;

2. os deveres acessórios e demais condições a serem observadas serão estabelecidas mediante regime especial autorizado pelo Secretário de Estado da Fazenda;

3. compete à Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística - SEIL, previamente à formalização do regime especial de que trata a nota 2 deste item, certificar a correção da quantidade de aquisição de cimento declarada pelo beneficiário como necessária para a execução da obra contratada;

4. compete ainda à SEIL o acompanhamento da efetivação dos indicadores econômicos vinculados à concessão do benefício de que trata este item, bem como o controle relativo à quantidade máxima prevista para a concessão do benefício.".

Art. 2º A verificação da efetiva redução dos custos de manutenção decorrentes da adoção do pavimento rígido, bem como da redução da acidentalidade, ficará a cargo da SEIL, que deverá, ao final de cada exercício, proceder à apuração dos resultados e encaminhar as informações à Secretaria de Estado da Fazenda para as providências cabíveis, inclusive quanto à eventual reavaliação do benefício fiscal previsto neste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 11 de março de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

NORBERTO ANACLETO ORTIGARA
Secretário de Estado da Fazenda

29773/2026

DECRETO Nº 12.957

Altera o Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29 de setembro de 2017, para internalizar o Convênio ICMS 21/2026, que prorroga a vigência de desonerações tributárias, nos termos que especifica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do art. 87 da Constituição Estadual, e considerando o disposto no Convênio ICMS 21, de 27 de janeiro de 2026, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz, e tendo em vista o contido no protocolo nº 25.367.043-6,

DECRETA:

Art. 1º Introduz no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29 de setembro de 2017, para internalizar o Convênio ICMS 21/2026, que prorroga a vigência de convênios ICMS que dispõem sobre desonerações tributárias, a seguinte alteração:

Alteração 1240ª Ficam prorrogados para 31 de dezembro de 2026 os benefícios fiscais de que tratam os itens 7, 8, 11, 51, 77, 78, 100, 136, 156, 168 e 169, do Anexo V - Convênio ICMS 21/2026.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 11 de março de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

NORBERTO ANACLETO ORTIGARA
Secretário de Estado da Fazenda

29774/2026

DECRETO Nº 12.958

Altera o Regulamento do ICMS com o objetivo de corrigir a "colagem" de dispositivo do Regulamento do ICMS de Santa Catarina, referente à concessão de crédito presumido a estabelecimento fabricante de queijos tipo prato e mussarela, nas saídas internas destinadas a estabelecimento industrial, beneficiador ou empacotador.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do art. 87 da Constituição Estadual, com fundamento no disposto na cláusula décima terceira do Convênio ICMS 190, de 15 de dezembro de 2017, ratificado nos termos da Lei Complementar Federal nº 160, de 7 de agosto de 2017, conforme Ato Declaratório CONFAZ nº 28/17, publicado no Diário Oficial da União de 26 de dezembro de 2017, e no benefício fiscal concedido pelo Estado de Santa Catarina, constante no Regulamento do ICMS desse Estado, aprovado pelo Decreto nº 2.870, de 27 de agosto de 2001, reinstituído pela Lei nº 17.763, de 12 de agosto de 2019, e depositado conforme Certificado de Registro e Depósito nº 74/2024, e o contido no protocolo nº 25.444.599-1,

DECRETA:

Art. 1º Introduz no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29 de setembro de 2017, a seguinte alteração:

Alteração 1243ª Altera o *caput* do item 43-B do Anexo VII:

"43-B Até 31.12.2026, ao estabelecimento fabricante de QUEIJOS TIPO PRATO E MUSSARELA, nas saídas internas destinadas a estabelecimento industrial, beneficiador ou

empacotador, salvo quando a embalagem colocada se destine apenas ao transporte, no percentual de 40% (quarenta por cento) sobre o valor do imposto devido na operação.”.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026.

Curitiba, em 11 de março de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

NORBERTO ANACLETO ORTIGARA
Secretário de Estado da Fazenda

29776/2026

DECRETO Nº 12.959

Designação de DANIELLE VALADAO ALBERNAZ MATTOS TAVARES, para exercer Função Comissionada de Confiança, da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 25.541.070-9,

DECRETA:

Art. 1º Designa, de acordo com a Lei nº 22.507, de 2 de julho de 2025, DANIELLE VALADAO ALBERNAZ MATTOS TAVARES, RG nº 12.XXX.516-X, para exercer a Função Comissionada de Confiança de Assessor Técnico – Símbolo FCC-2, da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná, a partir de 1º de março de 2026.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 11 de março de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

MARCIO NUNES
Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

29777/2026

DECRETO Nº 12.960

Retifica o Decreto nº 12.898, de 4 de março de 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 25.565.218-4,

DECRETA:

Art. 1º Retifica o Decreto nº 12.898, de 4 de março de 2026, onde se lê: “ficando exonerado, a pedido, a partir de 24 de janeiro de 2026, PAULO AFONSO SCHMIDT, RG nº 1.XXX.XXX-4”; leia-se: “ficando exonerado, a pedido, a partir de 24 de fevereiro de 2026, PAULO AFONSO SCHMIDT, RG nº 1.XXX.XXX-4”.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 11 de março de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

ALDO NELSON BONA
Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

29781/2026

DECRETO Nº 12.961

Transforma cargos comissionados executivos no âmbito do Poder Executivo Estadual.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 78 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023,

DECRETA:

Art. 1º Transforma, sem aumento de despesa, nos termos do art. 78 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023, os cargos comissionados executivos integrantes da estrutura organizacional do Poder Executivo Estadual, conforme segue:

- 1 (um) cargo de Assessor, símbolo CCE-7, da Casa Civil.	em	- 1 (um) cargo de Assessor, símbolo CCE-9, para a Casa Civil.

Parágrafo único. O saldo remanescente da transformação fica sob controle da Casa Civil, nos termos do Parágrafo único do art. 78 da Lei nº 21.851, de 2023, para operação de eventuais alterações futuras.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 11 de março de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

29784/2026

DECRETO Nº 12.962

Nomeação de DANIELLE MASSIGNAN VIEIRA, para exercer cargo em comissão da Casa Civil.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, DANIELLE MASSIGNAN VIEIRA, RG nº 797.XXX.XXX-0X para exercer em comissão o cargo de Assessor – Símbolo CCE-9, da Casa Civil.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 11 de março de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

29788/2026

DECRETO Nº 12.963

Retifica o Decreto nº 12.928, de 10 de março de 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Retifica o Decreto nº 12.928, de 10 de março de 2026, nos seguintes termos:

I – onde se lê:

"Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, CRISTIANE DO ROCIO ROGESKI DE FARIAS, CPF nº 755.XXX.XXX-0X, para exercer em comissão o cargo de Assessor – Símbolo CCE-13, do Departamento de Trânsito do Paraná, no Município de Rio Branco do Sul, ficando exonerada MARIA EDUARDA PEREIRA, CPF nº 100.XXX.XXX-X0;"

II - leia-se:

"Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, CRISTIANE DO ROCIO ROGESKI DE FARIAS, CPF nº 755.XXX.XXX-0X, para exercer em comissão o cargo de Assessor – Símbolo CCE-13, do Departamento de Trânsito do Paraná, no Município de Irati, ficando exonerada MARIA EDUARDA PEREIRA, CPF nº 100.XXX.XXX-X0, lotada no Município de Rio Branco do Sul."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 11 de março de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

29789/2026

DECRETO Nº 12.964

Torna sem efeito nomeação, transfere um cargo em comissão da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável para a Casa Civil.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação de EVANDRO DA ROCHA, RG nº 8.XXX.297-X, no cargo de Assessor – Símbolo CCE-6, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável, efetivada pelo Decreto nº 12.591, de 3 de fevereiro de 2026.

Art. 2º Transfere da estrutura organizacional da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável para a Casa Civil, um cargo em comissão de Assessor – Símbolo CCE-6.

Art. 3º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, EVANDRO DA ROCHA, RG nº 8.XXX.297-X, para exercer em comissão o cargo de Assessor – Símbolo CCE-6, da Casa Civil.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 11 de março de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

29792/2026

DECRETO Nº 12.965

Retifica o Decreto nº 12.943, de 10 de março de 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Retifica o Decreto nº 12.943, de 10 de março de 2026, nos seguintes termos:

I - onde se lê:

- 1 (um) cargo de Chefe de Departamento, símbolo CCE-7, do Paraná Esporte; - 1 (um) cargo de Assessor, símbolo CCE-11, do Paraná Esporte; - 1 (um) cargo de Assessor, símbolo CCE-13, do Paraná Esporte.	em	- 1 (um) cargo de Assessor, símbolo CCE-6, para o Paraná Esporte; - 1 (um) cargo de Assessor, símbolo CCE-12, para o Paraná Esporte; - 1 (um) cargo de Assessor, símbolo CCE-14, para o Paraná Esporte.

II - leia-se:

- 1 (um) cargo de Chefe de Departamento, símbolo CCE-7, do Paraná Esporte; - 1 (um) cargo de Assessor, símbolo CCE-11, do Paraná Esporte; - 1 (um) cargo de Assessor, símbolo CCE-13, do Paraná Esporte.	em	- 1 (um) cargo de Chefe de Departamento, símbolo CCE-6, para o Paraná Esporte; - 1 (um) cargo de Assessor, símbolo CCE-12, para o Paraná Esporte; - 1 (um) cargo de Assessor, símbolo CCE-14, para o Paraná Esporte.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 11 de março de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

29793/2026

DECRETO Nº 12.966

Nomeação de RENAN DE CASTRO URBANO, para exercer cargo em comissão da Casa Civil.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, RENAN DE CASTRO URBANO, RG nº 13.XXX.453-X, para exercer em comissão o cargo de Assessor – Símbolo CCE-1, da Casa Civil, ficando exonerada RAFAELA DE OLIVEIRA, RG nº 771.XXX.XXX-0.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 11 de março de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

29796/2026

Despachos do Governador

DESPACHO DO GOVERNADOR
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES

21.465.531-4/23
1. **CONVALIDO** a Resolução nº 048/2024/SECID que instaurou o Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade em face da empresa FSIT TELEINFORMÁTICA EIRELI - CNPJ 30.889.494/0001-78. 2. Considerando que procedimento teve seu regular andamento em conformidade com os ditames legais e regulamentares, conforme Informação nº 65/2026-PGE/PCO (mov. 87), respeitando os princípios fundamentais que norteiam o processo administrativo, dentre eles a Ampla Defesa e Contraditório, exigidos pelo art. 5º, inc. LV, da Constituição da República. 3. De acordo com as informações constantes no **PROTOCOLADO nº 21.465.531-4**, acolho as proposições contidas no Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo, as quais integro às razões de decidir, aplicando a empresa **FSIT TELEINFORMÁTICA EIRELI** - CNPJ 30.889.494/0001-78, as seguintes penalidades, nos termos do art. 150, inc. II e III, da Lei Estadual nº 15.608/2007: a)**SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL**, pelo prazo de **02 (dois) anos**; b)**MULTA** de R$ 34.274,85 (trinta e quatro mil, duzentos e setenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos), equivalente a 15% (quinze por cento) do valor do contrato descumprido.4. Destaca-se que nos termos do art. 50, §1º, da Lei Federal nº 9.784/99 a motivação pode consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato. 5. **PUBLIQUE-SE** e **ENCAMINHE-SE** ao Órgão de origem para ciência da empresa e interessados, bem como demais providências cabíveis visando cumprir integralmente as demais recomendações da comissão processante, inclusive registro da penalidade no GMS e observância dos efeitos da decisão, conforme disposto no art. 158, da Lei Estadual nº 15.608/2007. Em 11.03.26. (Enc. Proc. à SECID).

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA

24.452.509-1/25
1. De acordo com a autorização prevista na Lei Estadual nº 20.121/2019, alterada pela Lei Estadual n° 22.508/2025, e de demais informações constantes no **PROTOCOLADO N° 24.452.509-1, EXCEPCIONALIZO** as regras contidas no art. 613 do Decreto nº 10.086/2022 e, **AUTORIZO** o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IDR a alienar o imóvel localizado na Rua Presidente João Café Filho, 132, São Basílio Magno, com área de 10.193,75 m², no Município de União da Vitória - PR, Registro sob as Matrículas nº 5.444 e 24.567, ambas do 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória. 2. A autorização supra avalizou a questão do mérito administrativo (conveniência e oportunidade) com base nas peças informativas encartadas no protocolado. A análise das questões financeiras e orçamentárias, assim como demais elementos técnicos é de competência do Titular da Entidade solicitante. 3.**PUBLIQUE-SE** e **ENCAMINHE-SE**. Em 11.03.26. (Enc. Proc. à SEAP).

25.398.524-0/26
OBJETO Deslocamento internacional de servidor. **DESTINO E PERÍODO** São José, Costa Rica de 24/03/2026 a 27/03/2026. **FINALIDADE** Participação no Seminario Juego Ilegal y Seguridad - Tecnología y Normativa contra fraudes, em nível de atualização profissional, promovido pela Corporação Ibero- Americana de Loterias e Apostas do Estado (CIBELAE), **PERCEPÇÃO FINANCEIRA** Ônus à LOTTOPAR **AMPARO LEGAL** Art. 169, IV c/c art. 189, ambos da Lei nº 6174/70, regulamentado pelo Decreto nº 6358/2024. 1. De acordo com os elementos de instrução constantes no **PROTOCOLADO nº 25.398.524-0**, **AUTORIZO,** nos termos do art. 4º, do Decreto nº 6358/2024, o deslocamento do servidor **FABIO JOSE VEIGA**, CPF 701.XXX.130-XX, ficando, portanto, revogada a autorização governamental anteriormente concedida (mov. 26). 2. **PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à origem para as demais providências. Em 11.03.26. (Enc. Proc. à LOTTOPAR).

29790/2026

DESPACHO DO GOVERNADOR
CASA MILITAR

25.490.887-8/26
OBJETO Autorização para aquisição de veículos. **JUSTIFICATIVA** Atender as necessidades da Casa Militar - Divisão de Inteligência Governamental (DIG/CM). 1.De acordo com os elementos constantes no **PROTOCOLADO N° 25.490.887-8**, e a manifestação favorável da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP, **AUTORIZO** a Casa Militar a realizar os procedimentos administrativos necessários para atendimento da demanda especificamente retratada no caderno administrativo. 2.A autorização supra avalizou a questão do mérito administrativo (conveniência e oportunidade) com base nas peças informativas encartadas no protocolado. A análise das questões financeiras e orçamentárias, assim como demais elementos técnicos é de competência do Titular do Órgão solicitante. 3.**PUBLIQUE-SE**. EM 11/03/2026. (Enc. Proc. à CASA MILITAR).

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA

25.549.321-5/26
1.De acordo com os elementos constantes no **PROTOCOLADO nº 24.549.321-5**, **CONHEÇO**, nos termos do art. 162, inc. IX, da Lei Estadual nº 15.608/2007, do recurso apresentado pela empresa **MARCELO JACOB - ME,** CNPJ nº 11.774.132/0001-97, por atender aos pressupostos de admissibilidade, e, no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, mantendo incólume a decisão vergastada por seus próprios fundamentos, pois ocorreu dentro da legalidade, razoabilidade e proporcionalidade administrativa, destacando ainda que: I- - não foram colacionadas novas provas ou fatos que possibilitem a mudança de entendimento, e o conjunto probatório produzido no PAAR comprovaram a prática da conduta contrária aos ditames legais e normativos, não sendo a simples alegação de injustiça fundamento idôneo para o provimento recursal; II- a instância administrativo-disciplinar transcorreu sem qualquer mácula, com incensurável respeito aos princípios administrativos constitucionais, legais e normativos vigentes, oportunizando ao Recorrente o exercício do contraditório e a ampla defesa; 2.Destaca-se, que nos termos do art. 67, §1º, da Lei Estadual nº 20.656/2021, a motivação pode consistir em declaração de concordância fundamentos de decisões, que, neste caso, serão partes integrantes do ato. 3.**PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à origem para conhecimento e providências, **certificando o trânsito em julgado administrativo**, nos termos do art. 2º, XXII, pelo esgotamento dos recursos previstos na Lei Estadual nº. 15.608/2007. EM 11/03/2026. (Enc. Proc. à SEAP).

29787/2026

Despachos do Chefe da Casa Civil

DESPACHO DO CHEFE DA CASA CIVIL
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

25.358.986-8/26
1.De acordo com elementos constantes no **PROTOCOLADO nº 25.358.986-8, EXCEPCIONALIZO** as regras administrativas previstas no art. 1º, III, da Resolução Conjunta nº 01/2024 CC/SEAP/SEFA, visando atender as necessidades da Secretaria da Infraestrutura e Logística – SEIL, especificamente retratada no caderno administrativo. 2. **A autorização supra fica condicionada aos limites de acréscimo de despesa com outras despesas correntes, nos termos do Decreto nº 5919/2024 e Resolução Conjunta CC/SEFA nº 01/2024**. A análise das questões financeiras e orçamentárias, assim como demais elementos técnicos é de competência do Titular do Órgão/Entidade solicitante. 3. **PUBLIQUE-SE**. Em 11.03.26. (Enc. Proc. à SEIL).

29795/2026

DESPACHO DO CHEFE DA CASA CIVIL
DIVERSOS

25.517.107-0/26
OBJETO Mobilização de servidor para o Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP. **PERCEPÇÃO FINANCEIRA** ônus limitados aos vencimentos. **AMPARO LEGAL** § 2º do art. 3º da Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007; Convênio de Cooperação Federativa firmado entre a União e o Estado do Paraná. 1.De acordo com os elementos de instrução constantes no **PROTOCOLADO nº 25.517.107-0**, **AUTORIZO**, nos termos art. 1º, IV, do Decreto nº 11.322/2025, a mobilização do servidor **LEONARDO LUIS DA SILVA ARAÚJO**, CPF XXX.409.577-XX, pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias. 2.**PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à origem para as demais providências. EM 11/03/2026.

29799/2026

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Casa Civil

RESOLUÇÃO nº 1.480

Retifica a Resolução CC nº 1.471, de 27 de fevereiro de 2026.

O CHEFE DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Retifica a Resolução CC nº 1.471, de 27 de fevereiro de 2026, onde se lê: "Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços – SEIC", leia-se: "Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná – IPEM/PR".

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de março de 2026.

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

29804/2026



DETRAN

PORTARIA Nº 233/2026-DP/DETRAN-PR

Revoga a Portaria n.º 1378/2024-DP/DETRAN-PR.

O **DIRETOR-PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARANÁ – DETRAN/PR**, no uso de suas atribuições legais, conforme o disposto na Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro;

Considerando o contido no Artigo 39 do Anexo I do Decreto nº 8.535/2025, em específico, às atribuições e funções concernentes ao Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas;

Considerando o contido no caderno protocolar n.º 22.151.400-9;

RESOLVE:

Art. 1°. Revogar a Portaria n.º 1378/2024-DP/DETRAN-PR.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Datado e assinado eletronicamente

Santin Roveda

Diretor-Presidente do DETRAN/PR

28449/2026



PORTARIA N.º 210/2026 - DP/DAFI
Protocolo nº 25.495.690-2

Designar os servidores deste Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN/PR, para atuar como Gestor e Fiscal da **Inexigibilidade de Licitação 012/2026**, conforme segue:
Gestora: Cristina Rocha Sens, CPF nº XXX.156.079-XX.
Fiscal: Maria Balbina Costa de Souza, CPF nº XXX.245.339-XX.
Objeto: Locação de espaço físico para participação do DETRAN/PR nos encontros regionais da Radiodifusão 2026, a serem realizados nos dias 04/03, 05/03, 18/03, 19/03 e 09/04/2026, nos municípios de Cascavel, Francisco Beltrão, Maringá, Londrina e Ponta Grossa respectivamente.
Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná.

Curitiba, 10 de março de 2026.

Osvaldo Messias Machado
Diretor de Administração e Finanças do DETRAN/PR

28136/2026



Procuradoria Geral do Estado

Resolução nº 056/2026-PGE

Aprova Parecer Referencial que objetiva a padronização de minuta de Termo de Convênio com objeto definido, para a união de esforços dos partícipes para o desenvolvimento de ações que integram o Programa Estradas da Integração, instituído pelo Decreto n.º 6.515, de 21 de novembro de 2012 e o Programa Rota do Progresso, instituído pelo Decreto n.º 7.794, de 31 de outubro de 2024, mediante a pavimentação de estradas rurais, do tipo CBUQ e CONCRETO, contribuindo para a melhoria da trafegabilidade em benefício das populações rurais e urbanas, acompanhada da lista de verificação.

O **PROCURADOR-GERAL DO ESTADO**, no uso de suas atribuições legais e regulamentares definidas na Lei Complementar nº 26/1985, nos artigos 2º, § 3º, 4º e 14, todos da Lei Estadual n° 21.352/2023, e nos artigos 2º e 8º do Decreto nº 3.203/2015, bem como nos termos do artigo 3º, § 7º, da Resolução nº 41/2016-PGE,

RESOLVE

Art. 1º Aprovar Parecer Referencial que objetiva a padronização de minuta de Termo de Convênio com objeto definido, para a união de esforços dos partícipes para o desenvolvimento de ações que integram o Programa Estradas da Integração, instituído pelo Decreto n.º 6.515, de 21 de novembro de 2012 e o Programa Rota do Progresso, instituído pelo Decreto n.º 7.794, de 31 de outubro de 2024, mediante a pavimentação de estradas rurais, do tipo CBUQ e CONCRETO, acompanhada da lista de verificação, conforme protocolo nº 24.357.502-8;

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. ANOTE-SE.

Curitiba, datado e assinado digitalmente.

Luciano Borges dos Santos
Procurador-Geral do Estado.

PARECER REFERENCIAL Nº 03/2026-PGE

MINUTAS PADRONIZADAS. DECRETO ESTADUAL Nº 3.203/2015. TERMO DE CONVÊNIO. SEAB. MUNICÍPIOS. PROGRAMA ESTRADAS DA INTEGRAÇÃO. PROGRAMA ROTA DO PROGRESSO. PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS, DO TIPO CBUQ e CONCRETO. RESPECTIVA LISTA DE VERIFICAÇÃO. ARTIGOS 8º, INCISO I e § 1º E 4º, DA RESOLUÇÃO N. º 41/2016-PGE. FUNDAMENTO LEI FEDERAL N. º 14.133/2021 E DECRETO N. º 10.086/22. INTERVENIÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADEE. ENVIO PARA APROVAÇÃO DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO.

1. DO RELATÓRIO

Trata o presente de Parecer da "*Comissão Permanente para análise e encaminhamento de sugestão de aprovação, alteração, revisão, retificação e cancelamento das minutas padronizadas de editais de licitações, contratos e demais instrumentos congêneres pertinentes a obras e serviços de engenharia, com fundamento na Lei Federal no 14.133/2021 e no Decreto no 10.086/2022*", designada pela Resolução nº 167/2024 – PGE.

O presente Parecer Referencial está fulcrado no Decreto n. º 3.203, de 22 de dezembro de 2015, que instituiu o "sistema de minuta padronizada de editais de licitação, de contratos, de convênios, de termos aditivos, de termos de referência, de concursos públicos e processos seletivos simplificados, que serão de observância obrigatória pela Administração Pública Direta e Indireta", o qual foi regulamentado pela Resolução nº 41/2016-PGE.

Com a publicação e entrada em vigor da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que no inciso IV, do art. 19, estabelece que os órgãos da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos deverão instituir, com auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, modelos de minutas de editais, de termos de referência, de contratos padronizados e de outros documentos; e no § 1º do art. 25 explicita que sempre que o objeto permitir, a Administração adotará minutas padronizadas de edital e de contrato com cláusulas uniformes.

O Estado do Paraná, ao regulamentar a referida Lei por meio do Decreto n. º 10.086, de 17 de janeiro de 2022, estabeleceu, em seu art. 162, que os modelos de minutas de editais, de termos de referência, de contratos padronizados e de outros documentos deverão ser realizados de acordo com o Decreto n. º 3.203, de 22 de dezembro de 2015, ou outro que o substituir.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Assim, a citada Comissão elaborou a minuta de termo de convênio, com objeto definido, para a *união de esforços dos partícipes para o desenvolvimento de ações que integram o Programa Estradas da Integração, instituído pelo Decreto n.º 6.515, de 21 de novembro de 2012 e o Programa Rota do Progresso, instituído pelo Decreto n.º 7.794, de 31 de outubro de 2024, mediante a pavimentação de estradas* rurais, ***do tipo CBUQ e CONCRETO***, *contribuindo para a melhoria da trafegabilidade em benefício das populações rurais e urbanas*, e a respectiva lista de verificação, que a seguir passam a ser analisadas.

• **Minuta Padrão** – Convênio. Programa Estradas da Integração. Programa Rota do Progresso. Pavimentação De Estradas Rurais. SEAB. Interveniência Do Serviço Social Autônomo PARANACIDADE.

• **Lista de verificação.**

Conforme informado pela SEAB, a nova versão de minuta se destina especificamente às hipóteses *de pavimentação de estradas rurais do tipo CBUQ e CONCRETO, considerando a celebração de Planos de Ação com a PARANACIDADEE, nos termos do Décimo Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Gestão firmado com o Estado do Paraná, permanecendo vigente a minuta anteriormente aprovada para as demais modalidades de pavimentação*.

É o relatório.

2. DA NECESSIDADE/POSSIBILIDADE DO PARECER REFERENCIAL.

O presente Parecer Referencial se refere à análise da Minuta Padronizada de convênio e lista de verificação.

Compete ao Procurador-Geral do Estado a elaboração de minuta padrão com objeto definido descrito no art. 162[1] e no § 2º do art. 24 do Decreto n.º 10.086/2022, combinado com o Decreto n.º 3.203/2015, após aprovação do respectivo Parecer Referencial que, se integrado pelas Minutas Padronizadas de Convênios e Lista de Verificação deverão ser aprovados por essa autoridade.

Com esse Parecer Referencial se objetiva a atuação da Administração de forma mais efetiva e célere, pensando-se especificamente na trafegabilidade dos municípios paranaenses. E, registre-se, por se tratar de minuta com objeto definido, fica dispensada a remessa dos autos à Procuradoria-Geral do Estado para fins de análise e manifestação. Para a adoção da Minuta padronizada exige-se o cumprimento da Lista de Verificação e a utilização das Minutas Padronizadas de convênios anexas ao referido parecer, para a completa adequação a esse.

De forma a assegurar o cumprimento das normas, o Decreto previu que os agentes públicos, responsáveis pela elaboração dos documentos necessários para a instrução da licitação, devem certificar o cumprimento dos itens da Lista de Verificação e a utilização da Minuta Padronizada, nos respectivos autos. A responsabilidade pela correta instrução dos protocolados com toda a documentação necessária, bem como pela regularidade das planilhas de quantitativos, valores, cálculos e especificação técnica do objeto, será dos agentes públicos responsáveis pela elaboração dos respectivos documentos.

Inicialmente, cumpre ressaltar que neste Parecer nos cingimos à análise da Minuta de Termo de Convênio em anexo, visando torná-la padrão e de utilização obrigatória pela Administração Pública Estadual, de acordo com o previsto no Decreto Estadual nº 3.203/2015, regulamentado pela Resolução nº 41/2016-PGE. Denota-se a relevância da aprovação da Minuta com objeto definido, diante do elevado número de protocolados que seriam encaminhados para análise da Procuradoria-Geral do Estado, caso não seja realizada a padronização (art. 1º, § 1º, da Resolução nº 41/2016-PGE)[2].

---

[1] Art. 162. Os modelos de minutas de editais, de termos de referência, de contratos padronizados e de outros documentos deverão ser realizados de acordo com o Decreto nº 3.203, de 22 de dezembro de 2015, ou outro que o substituir.
§ 1º Após a publicação no Diário Oficial do Estado, as minutas de que trata o caput deste artigo serão de observância obrigatória pela Administração Pública estadual, direta, autárquica e fundacional do Estado do Paraná.
§ 2º Os modelos e minutas a que se referem o caput deste artigo serão disponibilizadas no catálogo eletrônico conforme o disposto nos arts. 49 e 50 deste Regulamento.

[2] § 1° Serão objeto de padronização as minutas dos instrumentos de que trata o capuz que, por sua reiteração ou abrangência, necessitem tratamento uniforme pelos órgãos ou entidades da Administração Pública do Estado do Paraná abrangidas pela presente resolução

Destaca-se, no caso, o art. 53, §4º, da Lei n. º 14.133/2021, que estabelece "[n]a forma deste artigo, **o órgão de assessoramento jurídico da Administração também realizará controle prévio** de legalidade de contratações diretas, acordos, termos de cooperação, **convênios**, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos".

O §5º do referido dispositivo traz expresso, ainda, que *"[é] dispensável a análise jurídica nas hipóteses previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente, que deverá considerar o baixo valor, a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico*".

Sendo assim, as minutas padronizadas encaminhadas para aprovação se revelam importantes e poderão ser implementadas como ferramentas de garantia dos princípios da legalidade, da celeridade, da padronização, da desburocratização e da supremacia do interesse público.

3. DA ANÁLISE DA MINUTA

De acordo com o art. 184 da Lei nº 14.133/2021: *"[a]plicam-se as disposições desta Lei, no que couber e na ausência de norma específica, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração Pública, na forma estabelecida em regulamento do Poder Executivo federal*".

Acerca dos convênios, ensina o jurista Celso Antônio Bandeira de Melo[3] que estes diferem-se da generalidade dos contratos administrativos porque, ao contrário destes, não há interesses contrapostos das partes, mas interesses coincidentes.

Referidos no art. 241 da Constituição Federal, são os convênios contratos realizados entre União, Estados e Distrito Federal e Municípios, sem que deles resulte criação de pessoas jurídicas – o que os difere dos consórcios.

No presente caso, pretende-se celebrar Convênios visando a união *de esforços dos partícipes para o desenvolvimento de ações que integram o Programa Estradas da Integração, instituído pelo Decreto n. º 6.515, de 21 de novembro de 2012 e o Programa Rota do Progresso, instituído pelo Decreto n. º 7.794, de 31 de outubro de 2024, mediante a pavimentação de estradas rurais, contribuindo para a melhoria da trafegabilidade em benefício das populações rurais e urbanas*.

Integrará o convênio o plano de trabalho, com a metas a serem alcançadas, etapas de execução, cronograma físico-financeiro, gestão e coordenação fazendo parte do citado instrumento, independentemente de transcrição.

A minuta segue o disposto na Lei Federal n. º 14.133/2021 e no Decreto n. º 10.086/2022, contém as cláusulas obrigatórias estabelecidas pelo art. 684 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, conforme descrito na tabela abaixo:

Cláusulas Essenciais para formalização de convênio – art. 684 do Decreto Estadual nº 10.086/2022	PRESENTE
Inciso I – Objeto e seus elementos.	SIM
Inciso II – Especificações de ações.	SIM
Inciso III – Obrigações dos partícipes.	SIM
Inciso IV – Obrigações do interveniente.	SIM
Inciso V – Prerrogativa do concedente em assumir ou transferir a obrigação da execução do objeto, no caso de paralisação ou irregularidade.	SIM
Inciso VI – Obrigatoriedade de restituição dos recursos.	SIM
Inciso VII – Indicação de obrigatoriedade de contabilização e guarda de bens remanescentes e compromisso de utilização para assegurar a continuidade do programa governamental.	NÃO SE APLICA
Inciso VIII – Forma de acompanhamento da execução física do objeto, com indicação dos recursos humanos e tecnológicos.	SIM
Inciso IX – Livre acesso de serviços do concedente, controle interno e TCE a documentos e informações do convênio.	SIM
Inciso X – Prazo de devolução dos saldos e apresentação de prestação de contas.	SIM

Inciso XI – Forma e metodologia de comprovação do cumprimento do objeto.	SIM
Inciso XII – Obrigação do concedente de dispor de condições e estrutura para acompanhamento e verificação da execução do objeto e prazos da prestação de contas.	SIM
Inciso XIII – Obrigatoriedade dos partícipes de divulgar em sítio eletrônico informações de valores devolvidos e causas da devolução.	SIM
Inciso XIV – Descrição dos parâmetros objetivos para avaliação do cumprimento do objeto.	SIM
Inciso XV – Previsão de prestação de contas parciais dos recursos repassados de forma parcelada.	SIM
Inciso XVI – Previsão de impossibilidade de aumento do valor convênio, salvo se houver ampliação do objeto, aprovação prévia de projeto adicional detalhado e comprovação da execução das etapas anteriores com a devida prestação de contas.	SIM
Inciso XVII – Previsão da necessidade de abertura de conta corrente específica.	SIM
Inciso XVIII – Previsão de recursos financeiros ou de bens e serviços cuja expressão monetária deve ser identificada.	SIM
Inciso XIX – Previsão dos valores referentes à contrapartida financeira ou em bens e serviços cuja expressão monetária esteja identificada.	SIM. A minuta prevê a contrapartida obrigatória se recursos forem insuficientes.

[3]MELO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. 28ª ed. Malheiros: São Paulo, 2011. p. 670-673.

Cláusulas Essenciais para formalização de convênio – art. 684 do Decreto Estadual nº 10.086/2022	**PRESENTE**
Inciso XX – Indicação completa da dotação orçamentária.	SIM
Inciso XXI – Forma de execução do acompanhamento e da fiscalização.	SIM
Inciso XXII – Prazo de vigência e data da celebração.	SIM
Inciso XXIII – Vedação de o convenente estabelecer contrato ou convênio com entidades impedidas de receber recursos estaduais.	SIM
Inciso XXIV – Cláusula que disponha que o desvio de utilização do bem móvel ou imóvel pelo convenente importará na transmissão ou retorno do bem para o domínio do concedente, ou indenização do valor global aplicado.	SIM
Inciso XXV - Cláusula de inalienabilidade.	NÃO SE APLICA
Inciso XXVI - Hipóteses de extinção do ajuste.	SIM

Houve previsão na minuta de os convenentes e o interveniente cumprirem as metas, os planos e as ações, cujo propósito é o de contribuir para a melhoria da trafegabilidade em benefício das populações rurais e urbanas.
Para assegurar a adequada instrução do protocolado, esta Comissão recomenda a utilização da lista de verificação relativa ao convênio. Tal lista atende ao disposto no Decreto n. º 10.086/2022, cabendo à SEAB cumprir os quesitos nela expostos.
Em relação à interveniência do SSA PARANACIDADE, conforme proposto pela SEAB, observa-se que de acordo com as previsões contidas na minuta ora analisada, o SSA PARANACIDADE possui as atribuições de supervisão, definição de metodologia, manutenção de sistemas, e capacitação técnica, o que é admissível desde que não haja delegação das atribuições privativas do gestor (art. 700); não haja substituição da responsabilidade do fiscal (art. 701); e permaneça clara a responsabilidade final do órgão concedente.
Como se verifica, o texto da minuta preserva formalmente essa responsabilidade, de forma que se entende viável e juridicamente compatível com o Decreto n. º 10.086/2022 a participação do interveniente, desde que a atuação do interveniente seja técnica e instrumental, e não decisória quanto à aprovação de contas.
Verifica-se que, da forma proposta, a minuta prevê a institucionalização da metodologia do PARANACIDADE; prevê sistema estruturado de monitoramento, o que resulta no fortalecimento doo controle preventivo e reduz risco de apontamentos do TCE por deficiência de fiscalização.
Cumpre destacar que a Lei nº 15.211, de 17 de julho de 2006, que institui o PARANACIDADE e dispõe sobre outras providências, estabelece em seu art. 2º que o PARANACIDADE poderá firmar relações jurídicas com outras Secretarias de Estado, inclusive por meio de contratos de gestão, bem como celebrar convênios com a Administração Pública Direta e Indireta (autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista) e com serviços sociais autônomos, em âmbito estadual ou nacional, mediante remuneração fixada no respectivo instrumento jurídico, cujos valores serão repassados diretamente ao PARANACIDADE ou ao fundo por ele administrado, conforme redação acrescida pela Lei nº 22.021/2024.
Ressalte-se que, no caso em análise, o PARANACIDADE não detém competência para exercer a gestão ou a fiscalização de obras e serviços de engenharia, em razão de sua natureza jurídica — pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse público, estruturada sob a forma de serviço social autônomo. Todavia, poderá atuar prestando apoio técnico, assistindo e subsidiando o órgão da Administração Direta no acompanhamento e na fiscalização, mediante fornecimento de informações pertinentes a essa atribuição, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
Assim, considerando a diretriz de padronização adotada na Lei Federal n.º 14.133/2021 e no Decreto n.º 10.086/2022, bem como o disposto no Decreto n.º 3.203/2015 e Resolução PGE nº 41/2016, cumpre a esta Comissão, submeter a sugestão deste Parecer, as minutas de convênios e sua respectiva lista de verificação à apreciação do Sr. Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 53, § 5º da Lei nº 14.133/2021, art. 162 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, art. 2º do Decreto Estadual nº 3.203/2015 e art. 8º, I e III, §§ 1º e 3º, da Resolução PGE nº 41/2016.

4. DOS ANEXOS.
Anexos examinados por este Parecer Referencial encontram-se:

Anexo I	**Minuta Padrão**
Anexo II	**Lista de Verificação**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

5. DA CONCLUSÃO.
Por todo o exposto, a Comissão que subscreve o presente Parecer Referencial encaminha sugestão de minuta padronizada, a qual se enquadra na categoria de *Editais e Outros Instrumentos com objeto definido*, previstas no artigo 8º, inciso I e § 1º da Resolução nº 41/2016-PGE.
Caso a proposta de minuta padronizada e a lista de verificação em anexo sejam aprovadas pelo Sr. Procurador-Geral do Estado, deverão ser publicadas no Diário Oficial do Estado do Paraná e disponibilizadas no sítio eletrônico da Procuradoria-Geral do Estado para a utilização nos termos do art. 3º, § 7º, da Resolução nº 41/2016-PGE, e do art. 3º do Decreto Estadual nº 3.203/2015.
Ressalta-se que a disponibilização da minuta padronizada de convênio no sítio eletrônico da Procuradoria-Geral do Estado e a criação de link de acesso, com habilitação para *download*, compete à Coordenadoria de Estudos Jurídicos – CEJ/PGE, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 41/2016-PGE, combinado com o artigo 1º da Portaria PGE nº 33/2018, com o apoio da Coordenadoria do Consultivo.
É o Parecer.
Encaminhe-se ao Sr. Procurador-Geral do Estado, considerando o disposto no art. 22, inciso I, do Anexo ao Decreto nº 2.709/2019 (Regulamento da PGE).
Curitiba, *datado eletronicamente*.

(assinado eletronicamente)
BRAULIO CESCO FLEURY
Procurador do Estado do Paraná
Procurador-Chefe da PGE/PCO
Membro da Comissão

(assinado eletronicamente)
HAMILTON BONATTO
Procurador do Estado do Paraná
PGE/PCO
Presidente da Comissão

(assinado eletronicamente)
IGOR PIRES GOMES DA COSTA
Procurador do Estado do Paraná
Procurador-Chefe da CCON/PGE
Membro da Comissão

(assinado eletronicamente)
LEONARDO MELO MATOS
Procurador do Estado do Paraná
PGE/PCO
Membro da Comissão

Comissão Especial para Elaboração de Parecer Referencial
Comissão Permanente para análise e encaminhamento de sugestão de aprovação, alteração, revisão, retificação e cancelamento das minutas padronizadas de editais de licitações, contratos e demais instrumentos congêneres pertinentes a obras e serviços de engenharia, com fundamento na Lei Federal no 14.133/2021 e no Decreto no 10.086/2022.
Resolução nº 167/2024 – PGE – Publicada no DOE nº 11.719, de 08/08/2024.

MATÉRIA:

DIREITO ADMINISTRATIVO

MINUTAS PADRONIZADAS COM OBJETO DEFINIDO

CONVÊNIOS E TERMOS DE COOPERAÇÃO – COM OBJETO DEFINIDO

TERMO DE CONVÊNIO. PROGRAMA ESTRADAS DA INTEGRAÇÃO. PROGRAMA ROTA DO PROGRESSO. PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS, DO TIPO CBUQ E CONCRETO.

Nota Explicativa
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do termo a ser assinado e publicado)
Esta minuta padronizada integra a categoria de "INSTRUMENTOS COM OBJETO DEFINIDO", a qual dispensa a remessa para manifestação jurídica do órgão ou setor competente, nos termos do artigo 5º do Decreto Estadual nº 3.203/2015, e do artigo 8º, §§ 4º e 6º, da Resolução nº 41/2016-PGE.

TERMO DE CONVÊNIO Nº XXXXXX/XXXX

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO PARANÁ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO, E O MUNICÍPIO DE XXXXXX, COM A INTERVENIÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE, PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ESTRADAS DA INTEGRAÇÃO – DECRETO Nº 6.515/2012 E O PROGRAMA ROTA DO PROGRESSO, INSTITUÍDO PELO DECRETO ESTADUAL N. 7.794/2024.

O **ESTADO DO PARANÁ**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO,** inscrita no CNPJ/MF sob nº 41.952.307/0001-70, com sede na Rua dos Funcionários , 1559, Curitiba - PR, CEP XXXXXXXXX, doravante denominada **CONCEDENTE,** neste ato representada pelo(a) Secretário(a) de Estado da Agricultura e do Abastecimento , nomeado(a) pelo Decreto XXXXXXXX, portador(a) da Cédula de Identidade/RG nº XXXXXX, inscrito(a) no CPF nº XXXXXX, residente e domiciliado(a) nesta capital, com interveniência do SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANÁCIDADE, inscrito no CNPJ nº 01.450.804/0001-55, com sede na Rua Eurípedes Garcez do Nascimento, 1195, Ahu, Curitiba, PR, CEP 82540-280, neste ato representado pelo(a) Superintendente Executivo(a), nomeado(a) pelo XXXXXXXXX (identificar o ato de nomeação), portador(a) da Cédula de Identidade/RG nº XXXXX, inscrito(a) no CPF nº XXXX , residente e domiciliado(a) nesta Capital, doravante denominado INTERVENIENTE e o **MUNICÍPIO DE** XXXXXX, inscrito no CNPJ/MF sob nº XXXXXX, com sede na Rua XXXXXX, nº XXXXXX, em XXXXXX, PR, CEP XXXXXX, neste ato representado pelo(a) Prefeito(a), Senhor(a) XXXXXX, portador(a) da Cédula de Identidade/RG nº XXXXXX, inscrito(a) CPF nº XXXXXX (identificar o Chefe do Poder Executivo, observando a LGPD), doravante denominado **CONVENENTE**, tendo em vista o contido no Processo Administrativo nº XX.XXX.XXX-XX, com fundamento na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, na Resolução nº 028/2011-TCE-PR, regulamentada pela Instrução Normativa nº 061/2011-TCE-PR, ou outras que venham a substituí-las, na Lei Complementar nº 101/2000 e no Decreto nº 6.515, de 21 de novembro de 2012, o Programa Rota do Progresso , instituído pelo Decreto Estadual n. 7.794, de 31 de outubro de 2024 e Resolução Conjunta n.º 01 CC/SEFA/SEAB, **RESOLVEM** celebrar o presente **CONVÊNIO**, nos termos da delegação governamental conferida pelo art. 1º, § 6º, do Decreto nº 4.189, de 2016, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1. Constitui objeto deste Convênio a união de esforços dos partícipes para o desenvolvimento de ações que integram o Programa Estradas da Integração, instituído pelo Decreto n. º 6.515, de 21 de novembro de 2012 e o Programa Rota do Progresso, instituído pelo Decreto n. º 7.794, de 31 de outubro de 2024, mediante a pavimentação de estradas rurais, do tipo CBUQ e CONCRETO, contribuindo para a melhoria da trafegabilidade em benefício das populações rurais e urbanas.
1.1 Os parâmetros, a descrição da localização exata do(s) trecho(s) encontra-se detalhada no Plano de Trabalho para cumprimento do objeto, que passa a fazer parte integrante deste Convênio.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS
2. Integram este Convênio, independente de transcrição, o Relatório Técnico de Vistoria (RTV), os Projetos Técnicos, o Plano de Trabalho aprovado pelas autoridades competentes e os documentos do Processo Administrativo nº XXXXXX.
CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA
3. O presente Convênio terá vigência de XX (XXXXXX) meses contados da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado, para cumprimento do seu objeto e prestação de contas final, podendo ser prorrogado, nos termos da lei, mediante termo aditivo.
3.1. Quando necessária a prorrogação de vigência do Convênio, a solicitação deverá ser apresentada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do seu término, acompanhada da devida justificativa.
CLÁUSULA QUARTA – DOS COMPROMISSOS E OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES

4. Os **CONVENENTES** obrigam-se a cumprir todas as obrigações assumidas mediante a assinatura deste Convênio, sendo que:
4.1. Compete ao **CONCEDENTE**:
4.1.1. transferir os recursos financeiros para execução do objeto deste Convênio na forma do Plano de Aplicação, observada a sua disponibilidade financeira;
4.1.2. executar vistoria técnica inicial do local da obra, a ser implantada ou (adaptada/ adequada), inclusive, produzindo material fotográfico;
4.1.3. inserir as informações pertinentes a esse termo de convênio e a sua execução no SIT – Sistema Integrado de Transferência Voluntária do TCE – PR, ou outro que venha substituí-las;
4.1.4. dar publicidade ao Convênio no Diário Oficial do Estado e em seu sítio eletrônico oficial (da SEAB) no prazo de até 20 (vinte) dias a contar de sua assinatura;
4.1.5. realizar o acompanhamento, a fiscalização, o controle, a supervisão e a avaliação do cumprimento do objeto deste Convênio, por meio de análise de relatórios acerca do seu processamento, diligências e visitas in loco, comunicando ao **CONVENENTE** quaisquer irregularidades, fixando prazo para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;
4.1.6. analisar a prestação de contas da **CONVENENTE** relativa aos valores repassados por conta deste Convênio, observados os arts. 714 e 715 do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e prestar contas aos órgãos fiscalizadores de acordo com a legislação pertinente a matéria;
4.1.7. monitorar, supervisionar, avaliar e fiscalizar o cumprimento do objeto deste Convênio, em conformidade com o Plano de Trabalho, realizando vistorias sempre que julgar conveniente, com vistas ao fiel cumprimento do ajuste;
4.1.8. notificar o **CONVENENTE,** quando não apresentada a prestação de contas dos recursos aplicados ou quando constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos, e instaurar a Tomada de Contas Especial;
4.1.9. comunicar ao **CONVENENTE** qualquer irregularidade no uso dos recursos ou outra pendência de ordem técnica, tomar medidas para suspender a liberação dos recursos e fixar prazo para saneamento ou apresentação de esclarecimentos;
4.1.10. apurar o dano, caso não sanada a irregularidade de que trata o item 4.1.8, mediante Tomada de Contas Especial, nos termos do disposto na Lei nº 20.656/2021;

4.1.11. comunicar à Controladoria-Geral do Estado do Paraná qualquer irregularidade indicada no item 4.1.5 e à Procuradoria-Geral do Estado e ao Ministério Público competente quando detectados indícios de crime ou ato de improbidade administrativa;
4.1.12. acompanhar e verificar a execução do objeto e o cumprimento dos prazos relativos à prestação de contas;
4.1.13. utilizar e determinar que seja utilizada a metodologia de supervisão, avaliação e controle definida pelo INTERVENIENTE;
4.1.14. prestar ao INTERVENIENTE, sempre que solicitado, as informações que estejam em seu poder sobre as ações realizadas no âmbito do Convênio;
4.1.15. permitir que seus servidores sejam capacitados a acessar e utilizar os sistemas do INTERVENIENTE, utilizados na execução do objeto conveniado;
4.1.16. atuar junto ao CONVENENTE para garantir a atualização de registros e cadastros, assegurando a prestação de informações e o cumprimento das etapas do Plano de Ação vinculado ao Décimo Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Gestão com celeridade e em estrito respeito à legislação;
4.1.17. efetuar o pagamento das quantias devidas ao INTERVENIENTE em razão do Plano de Ação na forma nele estabelecida e consoante às ações realizadas em conformidade com o objeto conveniado;
4.1.18. adotar as medidas necessárias para o fiel cumprimento do convênio, em colaboração com o INTERVENIENTE e o CONVENENTE;
4.1.19. divulgar em sítio eletrônico oficial as informações referentes aos valores devolvidos, bem como a causa da devolução, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento;
4.1.20. assumir ou transferir a obrigação da execução do objeto deste Convênio, no caso de paralisação ou de indícios de irregularidade, de modo a evitar sua descontinuidade;
4.1.21. emitir Termo de Conclusão atestando o término deste Termo de Convênio, o qual está condicionado ao atingimento das metas estabelecidas no Plano de Trabalho.
4.2. Compete ao **INTERVENIENTE**:
4.2.1. cumprir suas atribuições legais no que diz respeito à supervisão das ações a serem realizadas em razão da execução do objeto conveniado;
4.2.2. definir e disponibilizar a metodologia de supervisão, avaliação e controle sobre as ações realizadas em razão dos convênios celebrados entre a CONCEDENTE e o CONVENENTE;
4.2.3. manter, de forma íntegra, hígida e adequada todos os registros necessários à supervisão, avaliação e controle, em seus sistemas, relativos às ações em razão do objeto conveniado;
4.2.4. prestar as informações que estejam em seu controle, sempre que necessário ou solicitado, sobre as ações realizadas no âmbito do convênio;
4.2.5. capacitar e prestar auxílio aos servidores do CONCEDENTE e do CONVENENTE no acesso e uso de seus sistemas, utilizados na execução e supervisão das ações.
4.3. Compete ao **CONVENENTE**:
4.3.1. abrir e manter conta bancária específica e exclusiva em banco oficial para o recebimento e movimentação dos recursos provenientes deste Convênio;
4.3.2. aplicar os recursos financeiros recebidos da **CONCEDENTE** no objeto deste Convênio e em conformidade com o Plano de Trabalho;
4.3.3. executar, nos termos da legislação pertinente, o necessário para consecução do objeto deste Convênio, observando sempre critérios de qualidade e custo, bem como o contido no Plano de Trabalho;
4.3.4. na forma dos arts. 709, 710 e 711 do Decreto nº 10.086/2022:
a) aplicar os saldos do Convênio, enquanto não utilizados, em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos se verificar em prazos menores que um mês;
b) computar as receitas financeiras auferidas na forma da alínea anterior a crédito do Convênio e aplicar, exclusivamente, no seu objeto, mediante termo aditivo e aprovação de plano de trabalho readequado, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do Convênio; e
c) devolver ao **CONCEDENTE**, quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial;
4.3.5. restituir os recursos, nos casos previstos no Decreto nº 10.086/2022, bem como de forma atualizada monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma aplicável aos débitos para com o Tesouro do Estado, quando:
a) não for executado o objeto deste Convênio;
b) não for apresentada, no prazo estipulado, a respectiva Prestação de Contas parcial ou final; e
c) os recursos forem utilizados em finalidade diversa do estabelecido neste Convênio;
4.3.6. apresentar, quando da formalização do Convênio, a Certidão Liberatória expedida pelo Tribunal de Contas, Certidão Negativa de Débitos Tributários e da Dívida Ativa Estadual, Certidão Negativa de Débitos que ateste que está em dia com o pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao **CONCEDENTE/SEAB,** Certidão Negativa de Tributos Federais/INSS, Certidão Negativa de Regularidade do FGTS, Certidão Trabalhista e documentos pertinentes ao objeto, segundo o disposto no art.679, III do Decreto Estadual nº 10.086/2022, devendo mantê-las durante toda a execução do Convênio;
4.3.7. observar e fazer observar, por seus contratados e subcontratados, se estão agindo com mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de convênio;
b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de convênio;
c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do convênio;
e) "prática obstrutiva": destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista neste convênio.
4.3.8. fazer constar das notas fiscais o número do Convênio seguido da sigla **SEAB/PR;**
4.3.9. iniciar a execução do Convênio em até 30 (trinta) dias após o recebimento da parcela, salvo motivo de força maior devidamente justificado ou se estabelecido de forma diversa nas etapas e execução do Plano de Trabalho;
4.3.10. observar as obrigações previstas no Decreto nº 10.086/2022 e nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-PR;
4.3.11. prestar contas por meio do Sistema Integrado de Transferências - SIT do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE-PR, onde deverá inserir e manter atualizadas todas as informações relativas a execução do objeto dentro do prazo estabelecido e exigidos pelo sistema;
4.3.12. garantir o livre acesso de servidores do **CONCEDENTE,** do controle interno do Poder Executivo Estadual, bem como do Tribunal de Contas do Estado do Paraná aos processos, documentos, informações referentes aos instrumentos de transferências deste Convênio e aos locais de execução do objeto;
4.3.13. movimentar os recursos do Convênio em conta específica;
4.3.14. observar que a ausência de prestação de contas, nos prazos estabelecidos, sujeitará, salvo os casos previstos em lei, a instauração de Tomada de Contas Especial, observados os arts. 233 e 234 do Regimento Interno do TCE/PR;
4.3.15. preservar todos os documentos originais relacionados com o Convênio, independentemente da apresentação da prestação de contas ou mesmo

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

de sua aprovação, em local seguro e em bom estado de conservação, mantendo-os à disposição do Tribunal de Contas do Paraná por um prazo de 10 (dez) anos;
4.3.16. submeter-se à regulação instituída pelo gestor;
4.3.17. apresentar, sempre que solicitado, relatórios de atividade que demonstrem, quantitativa e qualitativamente, o atendimento do objeto deste Convênio;
4.3.18. atender à política do Programa Estradas da Integração, voltadas para a melhoria da trafegabilidade das estradas rurais;
4.3.19. cumprir todas as normas relativas à preservação do meio ambiente;
4.3.20. submeter-se à auditoria da CONCEDENTE, apresentando toda documentação solicitada;
4.3.21. divulgar em sítio eletrônico oficial as informações referentes aos valores devolvidos, bem como a causa da devolução, nos casos de não execução total do objeto deste Convênio, extinção ou rescisão do ajuste;
4.3.22. efetuar a prestação de contas parciais dos recursos repassados de forma parcelada, correspondentes e consentâneos com o respectivo plano e cronograma, sob pena de obstar o repasse das prestações financeiras subsequentes;
4.3.23. apresentar o Projeto Básico da obra, as Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs do projeto, dos orçamentos, da execução e da fiscalização, esta última caso a obra seja realizada por terceiro;
4.3.24. responsabilizar-se, de forma exclusiva, nas esferas civil, penal e administrativa pela gestão dos bens e pelos danos causados durante a execução do objeto deste Convênio com os recursos disponibilizados à conta específica do ajuste;
4.3.25. observar rigorosamente os prazos e as metas ajustadas no Plano de Trabalho em conformidade à legislação aplicável e ao estabelecido neste ajuste, adotando as medidas necessárias à sua plena e correta execução;
4.3.26. instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução e na gestão financeira deste ajuste, comunicando o fato ao **CONCEDENTE**;
4.3.27. executar a sinalização do trecho rural objeto do Convênio, conforme determinação legal;
4.3.28. disponibilizar para a execução das ações e atividades do projeto de pavimentação, a devida assistência técnica e operacional, além da infraestrutura necessária;
4.3.29. executar os serviços de melhorias ambientais, bem como providenciar o Licenciamento Ambiental de forma prévia à celebração deste Convênio;
4.3.30. entregar, até o **10.º (décimo) dia útil do mês subsequente**, ao gestor do **CONCEDENTE**, uma cópia da medição devidamente assinada pelo engenheiro fiscal indicado pelo **CONVENENTE**;
4.3.31. se for o caso, providenciar as desapropriações, bem como os respectivos pagamentos.
4.3.32. executar a obra em conformidade com as planilhas de serviços, a folha resumo para fechamento de orçamento e cronograma físico da obra aprovados quando da formalização do Convênio;
4.3.33. designar para fiscalização do convênio servidor com prerrogativa profissional compatível ao objeto conveniado e, em havendo substituição, informar o **CONCEDENTE** desde logo;
4.3.34. assegurar que a empresa contratada executora atenda às normas de segurança no trabalho individual e coletivo, conforme orientação da legislação pertinente;
4.3.35. garantir que os serviços e engenharia executados em desacordo com os elementos técnicos deverão ser corrigidos pela contratada executora;
4.32.36. Após a homologação de licitação de obra ou serviço de engenharia ou arquitetura que envolva recursos transferidos por meio deste Convênio, o MUNICÍPIO compromete-se a apresentar ao CONCEDENTE declaração de que observou, no que couber e sem prejuízo das normas locais aplicáveis, as boas práticas relativas à elaboração do orçamento de referência, à formação dos preços das propostas e à celebração de aditivos, especialmente aquelas previstas no Título III e no Artigo 680 do Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, como referência técnica orientadora.
4.3.37. Na execução das obras, juntamente com a medição da última parcela, deverão ser encaminhados os seguintes documentos:
4.3.37.1. Termo de Recebimento Provisório;
4.3.37.2. CND – Certidão Negativa de Débitos da Receita Federal, referente à obra.
4.3.38. comunicar ao Fiscal e ao Gestor do Convênio, com antecedência de 5 (cinco) dias úteis, a pretensão pelo início efetivo das obras exigir da empresa contratada para executar o objeto deste convênio que efetue a inscrição da obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO;
4.3.39. responsabilizar-se pela estrutura que permita acompanhar e fiscalizar a execução do objeto.
4.3.40. arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros repassados pelo CONCEDENTE;

CLÁUSULA QUINTA - RECURSOS FINANCEIROS

5.1. Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio, que totalizam o valor de R$ XXXX (valor por extenso), serão empregados conforme o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho.
5.2. O valor que será repassado pelo **CONCEDENTE,** R$ XXXX (valor por extenso), tem a seguinte classificação orçamentária: XXXXXX – [indicar a nomenclatura da dotação]; natureza da despesa n.º XXXXXX – [indicar a nomenclatura da natureza da despesa], fonte de recursos n.º XXXXXX – [indicar a fonte].

CLÁUSULA SEXTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

6.1. Os recursos do **CONCEDENTE**, que serão destinados à execução do objeto deste Convênio, serão transferidos para a conta bancária específica vinculada a este Convênio, de titularidade do **CONVENENTE**, a qual deverá ser aberta em instituição financeira oficial;

Nota explicativa
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do termo a ser assinado e publicado)
A conta bancária deverá ser aberta em instituição financeira contratada pelo Estado do Paraná, conforme previsto no Decreto Estadual nº 4.505/2016, ou nas normas que venham a substituí-las.

6.2. O valor do Convênio só poderá ser aumentado se ocorrer a ampliação do objeto capaz de justificá-lo, dependendo da apresentação e aprovação prévia pelo **CONCEDENTE** de projeto adicional detalhado, da comprovação da fiel execução das etapas anteriores e da devida prestação de contas, sendo formalizado mediante termo aditivo;
6.3 A liberação de recursos financeiros deve obedecer ao cronograma de desembolso previsto no plano de trabalho e guardar consonância com as fases ou etapas de execução do objeto do ato de transferência voluntária;
6.4. Os recursos financeiros repassados em razão do Convênio não perdem a natureza de dinheiro público, ficando a sua utilização vinculada aos termos previstos no ajuste e devendo o **CONVENENTE**, obrigatoriamente, prestar contas ao Estado do Paraná e ao Tribunal de Contas do Estado;
6.5. Toda a movimentação de recursos, no âmbito do Convênio, será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária;
6.6. O CONVENENTE deverá realizar os pagamentos mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores.
6.7. Na hipótese de os recursos não serem suficientes à consecução do objeto, a complementação será aportada pelo CONVENENTE, na forma de contrapartida, depositada e utilizada na mesma conta do Convênio;
6.8. A utilização do saldo de economicidade e dos rendimentos de aplicações financeiras para ampliação do objeto dependerá de autorização do CONCEDENTE e deverá ser formalizada mediante termo aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS E SUAS VEDAÇÕES

7.1. É vedado(a):
7.1.1. a realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
7.1.2. a realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
7.1.3. a cessão, o transpasse ou transferência a terceiros da execução do objeto do Convênio;
7.1.4. o pagamento, a qualquer título, com recursos da transferência, de servidor ou empregado integrante de quadro de pessoal da administração pública, direta ou indireta, por quaisquer serviços, inclusive de consultoria ou de assistência técnica, ressalvadas as hipóteses previstas em Lei;
7.1.5. o pagamento de profissionais não vinculados à execução do objeto do Convênio;
7.1.6. a aplicação dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no termo, ainda que em caráter de emergência;
7.1.7. a realização de despesas em data anterior, ou posterior, à sua vigência;
7.1.8. efetuar pagamento em data posterior à vigência do instrumento pactuado, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência, a respectiva causa tenha sido justificada e os recursos financeiros para pagamento constem no plano de aplicação ou instrumento equivalente;
7.1.9. a atribuição de vigência ou de efeitos financeiros retroativos;
7.1.10. a realização de despesa com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, que esteja diretamente vinculada com o objeto do Convênio e da qual não constem nomes, símbolos, imagens ou quaisquer referências que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos;
7.1.11. a transferência de recursos para associações de servidores ou a quaisquer entidades de benefício mútuo, destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;
7.1.12. a transferência de recursos às entidades privadas sem fins lucrativos que tenham como dirigentes ou controladores:
a) membros do Poder Executivo do Concedente dos recursos ou do Legislativo Municipal ou Estadual, conforme o caso, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau
b) servidor público vinculado ao Poder Executivo do Concedente dos recursos ou do Legislativo Municipal ou Estadual, conforme o caso, bem como seus

respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau, salvo se comprovada a inexistência de conflito com o interesse público.
7.1.13. estabelecer contrato ou convênio com entidades impedidas de receber recursos estaduais para consecução do objeto do Convênio; e
7.1.14. a celebração de outros convênios com o mesmo objeto deste, exceto ações complementares.
7.2. Havendo indícios de irregularidades na execução do Convênio, poderá haver a suspensão do repasse de recursos financeiros, mediante justificativa idônea, até que as irregularidades sejam efetivamente apuradas por meio de procedimento administrativo que confira ampla defesa ao convenente.
CLÁUSULA OITAVA – DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES
8.1. O CONVENENTE deverá observar, quando da contratação de terceiros vinculada à execução do objeto deste convênio, as disposições contidas na Lei Geral de Licitações e demais normas pertinentes às licitações e contratos administrativos.

8.2. A celebração de contrato entre **o CONVENENTE** e terceiros não acarretará, sob qualquer hipótese, responsabilidade direta, solidária ou subsidiária do **CONCEDENTE**, vínculo funcional ou empregatício e, tampouco, transferência de responsabilidade pelo pagamento de encargos civis, trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais, comerciais, assistenciais e de outra natureza.
CLÁUSULA NONA - DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO
9.1. A fiscalização e a gestão do convênio não se confundem com a atividade de fiscalização e gestão do contrato firmado pelo partícipe para execução do objeto do convênio.
9.1.1. os levantamentos decorrentes do acompanhamento, monitoramento e fiscalização na execução das obras nos trechos das estradas rurais, serão registrados em relatórios de acompanhamento e inspeção, os quais serão considerados nas análises e conclusões dos pareceres técnicos e de gestão relacionados à realização do objeto, conforme acordado no Plano de Trabalho.
9.2. Fica designado(a) o(a) servidor(a) XXXXXX (NOME DO SERVIDOR(A), portador(a) da Cédula de Identidade/RG nº XXXXXX e do CPF nº XXXXXX, como fiscal do Convênio, observados os requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133/2021, para acompanhar e fiscalizar a execução deste Convênio e dos recursos repassados, por meio de visitas in loco, material fotográficos e documentos previstos no art. 21 da Resolução nº 28/TCE/PR.
9.3. Fica indicado(a) como gestor(a) do Convênio XXXXXX (NOME DO SERVIDOR(A), portador(a) da Cédula de Identidade/RG nº XXXXXX e do CPF nº XXXXXX.
9.4. Compete ao fiscal do Convênio, nos termos do art. 701 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, além de outras atribuições previstas na legislação e neste instrumento:
9.4.1. ensejar as ações para que a execução física e financeira do ajuste ocorra conforme previsto no plano de trabalho;
9.4.2. acompanhar a execução do Convênio, responsabilizando-se pela avaliação de sua eficácia;
9.4.3. verificar a adequação da aquisição de bens e a execução dos serviços, observando o estabelecido no ajuste e a compatibilidade da qualidade e quantidade apresentada pela ENTIDADE com o efetivamente entregue ou executado;
9.4.4. prestar, sempre que solicitado, informações sobre a execução do Convênio;
9.4.5. analisar e aprovar, de forma fundamentada e justificada em relatórios técnicos, as eventuais readequações do plano de trabalho e no caso de obras e serviços de engenharia, nos projetos básicos, quando houver modificação dos projetos de engenharia e das especificações dos serviços;
9.4.6. emitir termo de conclusão atestando o término do ajuste;
9.4.7. anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados; e
9.4.8. informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;
9.4.9 na hipótese de contratação de terceiros para assistir e subsidiar com informações pertinentes à atribuição do fiscal do convênio, nos termos do art. 702, do Decreto nº 10.086/2022, ao contratado é vedado o exercício de atribuições privativas do fiscal do convênio, e ainda:
a) o contratado assumirá a responsabilidade civil objetiva pela veracidade e precisão das informações que fornecer, devendo, para tanto, firmar termo de compromisso de confidencialidade;
b) a contratação não exime o fiscal do convênio de sua responsabilidade, que se limita às informações prestadas pelo terceiro.
9.5. Compete ao gestor do Convênio, nos termos do art. 700 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, além de outras atribuições previstas na legislação e neste instrumento:
9.5.1. zelar para que a documentação do ajuste esteja em conformidade com a legislação aplicada desde a sua proposta até a aprovação da prestação de contas;
9.5.2. atuar como interlocutor do órgão responsável pela celebração do ajuste;
9.5.3. controlar os saldos de empenhos do Convênio;
9.5.4. verificar o cumprimento dos prazos de prestação de contas do Convênio, efetuar as devidas análises e encaminhar os respectivos documentos ao ordenador de despesa, para deliberação;
9.5.5. inserir os dados do Convênio, quando couber e não houver setor responsável por estas atribuições, no Sistema Integrado de Transferências - SIT do Tribunal de Contas do Estado do Paraná ou, no caso de Convênio com recursos federais, nos Sistema do Tribunal de Contas da União; e
9.5.6. zelar pelo cumprimento integral do ajuste.
9.6. Os parâmetros objetivos de referência para avaliação do cumprimento do objeto conveniado observará o estabelecido no plano de trabalho, que integra este convênio.
CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES
10. Este Termo de Convênio poderá ser alterado mediante termo aditivo, devendo o seu extrato ser publicado no Diário Oficial do Estado e nos respectivos sítios oficiais eletrônicos, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da assinatura do termo.
10.1 A alteração do Convênio dependerá de prévia aprovação de plano de trabalho readequado, da comprovação da execução das etapas anteriores com a devida prestação de contas e da compatibilidade com o objeto do ajuste.
10.2. A readequação do Plano de Trabalho deverá ser previamente apreciada pelo setor técnico estadual e submetida à aprovação da autoridade competente.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
11.1. As prestações de contas parciais do **CONVENENTE** à **CONCEDENTE** deverão ser apresentadas a cada 12 (doze) meses contados da publicação do extrato do convênio, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias do termo do citado prazo.
11.2. Para a prestação de contas parcial e final, deverão ser apresentados seguintes documentos:
11.2.1. relatório de execução e/ou cumprimento do objeto;
11.2.2. notas e comprovantes fiscais, contendo o seguinte: data dos documentos, compatibilidade entre o emissor e os pagamentos efetuados, valor, aposição de dados do MUNICÍPIO e número deste Convênio;
11.2.3. comprovação de que prestou contas parciais ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, diretamente no Sistema Integrado de Transferências.
11.2.4. relação das ações realizadas, em conformidade com as etapas ou fases de execução previstas no Plano de Trabalho.
11.3. Quando não houver a prestação de contas parcial, que comprove a boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, serão retidas as parcelas seguintes, até o efetivo cumprimento da obrigação.
11.4. A prestação de contas final dos recursos financeiros transferidos e dos rendimentos de aplicações, deverá ser apresentada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do término de sua vigência, em conformidade com o Plano de Trabalho, contendo além dos documentos elencados no item 11.2:
11.4.1. relatório de cumprimento do objeto, no qual constem especificadas as metas atingidas e os resultados alcançados em conformidade ao Plano de Trabalho;
11.4.2. resumo informando em ordem cronológica os bens adquiridos e as despesas realizadas com respectivos valores, acompanhado das notas e comprovantes fiscais, sem rasuras ou borrões e observada a inscrição dos dados do CONVENENTE e a identificação deste Convênio;
11.4.3. comprovação de ter prestado contas parciais diretamente no Sistema Integrado de Transferências do TCE-PR.

Nota explicativa
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do termo a ser assinado e publicado) A prestação de contas no Sistema Integrado de Transferências do Tribunal de Contas do Estado do Paraná deverá ser realizada conforme a Resolução n.º 28/2011, alterada pela Resolução n.º 46/2014, e Instrução Normativa n.º 61/2011, ou a que venha a substituí-la.

11.4.4. comprovante da devolução do saldo de recursos, se houver.
11.5. Quando as prestações de contas não forem apresentadas nos prazos estabelecidos, o **CONVENENTE** terá o prazo de até 30 (trinta) dias para a devolução dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação, atualizados monetariamente, acrescidos de juros de mora, na forma da lei.
11.6. Se, ao término dos prazos estabelecidos, o **CONVENENTE** não prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná ou à Administração Pública, bem como não devolver os recursos, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial e deverão ser adotadas todas as medidas necessárias para a reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária.
11.7. Caberá, ao gestor do Convênio, emitir parecer técnico de análise das prestações de contas apresentadas à Administração Pública.
11.8. A **CONCEDENTE** terá o prazo de 90 (noventa) dias, contados da data do recebimento, para analisar as prestações de contas, com fundamento nos pareceres técnicos expedidos pelas áreas administrativas competentes.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS AO TRIBUNAL DE CONTAS
12.1. A prestação de contas tratada na Cláusula Décima Primeira não dispensa o dever do CONVENENTE de prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO DO CONVÊNIO

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

13.1 Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à SEAB, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade titular dos recursos.
13.2 O **CONCEDENTE** deverá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data do evento, providenciar o cancelamento dos saldos de empenho.
13.3 O Convênio poderá ser denunciado a qualquer tempo, sendo que no caso de algum dos partícipes já tenha se comprometido financeiramente com a sua meta convenial, eventual não cumprimento do avençado pela outra parte que prejudique a funcionalidade do objeto pretendido permitirá que seja ajustada uma forma de compensação dos possíveis prejuízos entre os partícipes.14.4 O presente Convênio será rescindido em caso de:
a) inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas;
b) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado;
c) aplicação de recursos fora das hipóteses ajustadas;
d) verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de tomada de contas especial;
e) dano ao erário, exceto se houver devolução dos recursos devidamente corrigidos, sem prejuízo da continuidade da apuração, por procedimentos administrativos próprios, quando identificadas outras irregularidades decorrentes do ato praticado;
f) nos demais casos previstos em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

14.1. A eficácia deste Convênio ou dos aditamentos fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado e no sítio eletrônico oficial da SEAB, a qual deverá ser providenciada por esta, na forma do art. 686 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.
14.1.1. A **CONCEDENTE** e a **CONVENENTE** deverão disponibilizar, por meio da internet, consulta ao extrato deste Convênio, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, as datas, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado, ou inserir "link" em sua página eletrônica oficial que possibilite acesso direto ao portal de Convênio;
14.1.2. A **CONCEDENTE** e a **CONVENENTE** deverão divulgar, em sítio eletrônico oficial, as informações referentes aos materiais ou valores equivalentes devolvidos, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. Fica estabelecido o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba para dirimir as controvérsias decorrentes da execução deste convênio, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que sejam.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. A execução física da obra deverá ser iniciada até o dia xx de xxxxxx de 202x, e caso não seja, a transferência dos recursos somente ocorrerá após o término do prazo previsto no inciso VI, alínea a, do art. 73 da Lei n° 9.504/1997.

Nota explicativa
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do termo a ser assinado e publicado)
Deverá ser verificada a data limite para o início das obras, no caso de se tratar de ano eleitoral, levando em conta o disposto no art. 73, inciso VI, alínea a, da Lei nº 9.504/1997.
Na hipótese de não se tratar de ano eleitoral, a cláusula vigésima primeira poderá ser dispensada.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado e assinado pelos partícipes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Curitiba, datado e assinado eletronicamente.

[Nome e assinatura do XXXXXXXXXXXXXXX}
SECRETÁRIO(A) DE ESTADO- SEAB

[Nome e assinatura do
XXXXXXXXXXXXXXX
PREFEITO(A)]

[Nome e assinatura do XXXXXXXXXXXXXXX]
SUPERINTENDENTE EXECUTIVO(A)
PARANACIDADE

Nota explicativa
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas da lista de verificação a ser apensada ao processo)
Recomenda-se que as assinaturas na lista de verificação, no termo de Convênio e no respectivo plano de trabalho sejam realizadas por meio eletrônico, nos termos do Decreto Estadual n.º 7.304/2021 e do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.
As colunas de preenchimento da lista de verificação devem identificar a(s) fl(s). do protocolado onde se encontra o documento, ou identificado com caractere visível na coluna "NÃO SE APLICA", caso a exigência não se aplique ao caso concreto.

ATENÇÃO

AS AUTORIDADES QUE FIRMARÃO O CONVÊNIO DEVERÃO POSSUIR ASSINATURA QUALIFICADA, FAZER O CADASTRO DAS AUTORIDADES NO LINK: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/telaInicial.do?action=iniciarProcesso.
NENHUM DOCUMENTO DEVERÁ SER IMPRESSO, TODOS DEVEM SER DIGITALIZADOS EM PDF INDIVIDUALMENTE.

LISTA DE VERIFICAÇÃO

REFERENTE AO TERMO DE CONVÊNIO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ESTRADAS DA INTEGRAÇÃO E ROTA DO PROGRESSO - PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS DO TIPO CBUQ E CONCRETO

PROTOCOLO Nº
CONVÊNIO Nº

REQUISITOS GERAIS		
1.	Ofício do município protocolado	**Fls.**
2.	Comprovação de competência para assinatura do Termo de Convênio do Prefeito (cópia da ata de posse)	**Fls.**
3.	Cópias do RG e do CPF do Prefeito	**Fls.**
4.	Comprovante de residência do Prefeito	**Fls.**
5.	Comprovação de competência para assinatura do Termo de Convênio do Secretário de Estado (ato de nomeação) – Decreto nº XXX	**Fls.**

6.	Comprovante de inscrição e de situação cadastral do Município – CNPJ	**Fls.**
7.	Comprovação/Declaração de que o convênio não incorre em quaisquer das vedações previstas no art. 670 do Decreto Estadual nº 10.086/2022	**Fls.**
8.	Declaração de contrapartida e de disponibilidade de recursos, quando couber	**Fls.**
9.	Cópia de contrato de abertura de conta bancária exclusiva para repasse dos recursos (Caixa/BB)	**Fls.**
10.	Relatório Técnico de Vistoria - RTV	**Fls.**
11.	Projeto Técnico	**Fls.**
12.	Plano de Trabalho detalhado assinado pelo representante da entidade e aprovado pela autoridade competente	**Fls.**
13.	Orçamento devidamente detalhado em planilhas nos termos dos arts. 368 a 372 e dos arts. 484 a 486, todos do Decreto Estadual nº 10.086/2022	**Fls.**
14.	Ato de designação do gestor e do fiscal do convênio	**Fls.**
15.	Declaração de que o tomador deverá efetuar os apontamentos no SIT/TCE com assiduidade e precisão	**Fls.**
16.	Declaração de manutenção e guarda de documentos referentes pagamentos efetuados	**Fls.**
17.	Declaração de inexistência de nepotismo	**Fls.**
18.	Declaração de sistema de contabilidade, sob a responsabilidade declarada do profissional	**Fls.**
19.	Declaração de aceitação de divulgação de dados pessoais (LGPD)	**Fls.**
20.	Adoção da minuta de convênio previamente aprovada pela Procuradoria-Geral do Estado, indicando o número da Resolução PGE e a data da extração do sítio eletrônico	**Fls.**
21.	Autorização da autoridade competente	**Fls.**
22.	Autorização ou licença Ambiental	**Fls.**

	REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA	
1	Certidão ou documento equivalente atestando que o interessado está em dia com o pagamento dos tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao Concedente;	**Fls.**
2	Certidão ou documento equivalente expedido pelo Concedente atestando que o interessado está em dia com as prestações das contas de transferências dos recursos dele recebidos;	**Fls.**
3	Certidão negativa específica emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil quanto à inexistência de débitos perante a seguridade social;	**Fls.**
4	Certidão negativa conjunta emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional quanto aos demais tributos;	**Fls.**
6	Prova de regularidade perante a Seguridade Social (INSS), mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos (CND), e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade de Situação (CRS)	**Fls.**
7	Certidão negativa de débitos trabalhistas	**Fls.**
8	Certidão expedida pelo Tribunal de Contas para obtenção de recursos públicos	**Fls.**
	INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS	
1	Informação do setor competente indicando a dotação orçamentária	**Fls.**
2	Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD	**Fls.**
3	Declaração de Adequação da Despesa e de Regularidade do Pedido	**Fls.**
4	Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes	**Fls.**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

5	Quando for o caso, declaração do ordenador de despesa de que existe disponibilidade de caixa para pagamento das despesas decorrentes de convênio a ser celebrado nos dois últimos quadrimestres do mandato	**Fls.**

Nota explicativa
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas da lista de verificação a ser apensada ao processo)
O item 08, relativo às informações orçamentárias e financeiras, poderá ser dispensado, caso a despesa não venha a ser realizada nos dois últimos quadrimestres do mandato do Chefe do Poder Executivo Estadual.

CONSULTAS PRÉVIAS OBRIGATÓRIAS		
1	Consulta ao CADIN do Estado do Paraná	**Fls.**
2	Consulta ao CEIS	**Fls.**
3.	Consulta ao CEPIM	**Fls.**
4	Consulta ao GMS	**Fls.**

	REGULARIDADE DE INADIMPLEMENTO Art. 670, IV, do Decreto nº 10.086/2022	
1.	Declaração emitida pelo Município em que relata que não está em mora ou inadimplente em outros ajustes celebrados com a Administração Pública Estadual	**Fls.**

REQUISITOS MÍNIMOS DO PLANO DE TRABALHO		
1.	Descrição completa do objeto do convênio a ser formalizado e seus elementos característicos	**Fls.**
2	Razões que justifiquem a celebração do convênio	**Fls.**
3	Estabelecimento de metas a serem atingidas, objetivamente especificadas, descritas quantitativa e qualitativamente	**Fls.**
4	Detalhamento das etapas ou fases de execução, estabelecendo os prazos de início e conclusão de cada etapa ou fase programada	**Fls.**
5	Plano de Aplicação dos recursos	**Fls.**
6	Cronograma físico-financeiro e de desembolso	**Fls.**
7	Previsão, se for o caso, de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria	**Fls.**
8	Forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas	**Fls.**
9	Definição dos parâmetros cumprimento das a serem utilizados para a aferição do metas	**Fls.**
10	Elementos que demonstrem a compatibilidade dos custos com os preços praticados no mercado, devendo existir elementos indicativos da mensuração desses custos	**Fls.**
11	Comprovação do exercício pleno dos poderes referentes à propriedade do imóvel, mediante certidão emitida por cartório competente, sempre que o objeto do convênio seja a execução de benfeitorias em imóvel	**Fls.**
12	Justificativa da relação entre custos e resultados, inclusive para análise da equação custo/benefício do desembolso a ser realizado pela SEAB	**Fls.**

(local) _____, ___ de _____ de _____.

[Nome e assinatura do servidor responsável pelo preenchimento]

_____, ___ de _____ de _____.
(local)

[Nome e assinatura do chefe do setor competente]

Nota explicativa
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas da lista de verificação a ser apensada ao processo)
Recomenda-se que as assinaturas na lista de verificação, no termo de Convênio e no respectivo plano de trabalho sejam realizadas por meio eletrônico, nos termos do Decreto Estadual n.º 7.304/2021 e do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.
As colunas de preenchimento da lista de verificação devem identificar a(s) fl(s). do protocolado onde se encontra o documento, ou identificado com caractere visível na coluna “NÃO SE APLICA”, caso a exigência não se aplique ao caso concreto.

ATENÇÃO
AS AUTORIDADES QUE FIRMARÃO O CONVÊNIO DEVERÃO POSSUIR ASSINATURA QUALIFICADA, FAZER O CADASTRO DAS AUTORIDADES NO LINK: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/telaInicial.do?action=iniciarProcesso.
NENHUM DOCUMENTO DEVERÁ SER IMPRESSO, TODOS DEVEM SER DIGITALIZADOS EM PDF INDIVIDUALMENTE.

28434/2026

Resolução Conjunta PGE/SEDEST/SEAB nº 05/2026

Instituir Grupo de Trabalho destinado a realizar a avaliação de áreas rurais e documentos técnicos elaborados em processos judiciais envolvendo o Estado, objeto do protocolo n° 24.920.625-3.

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, o SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PARANÁ - SEDEST, e o SECRETÁRIO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO – SEAB, no uso das atribuições legais e constitucionais, e considerando o disposto no art. 1º, I, da Lei Complementar nº 26/1985, bem como o contido no Protocolado nº 24.920.625-3,

CONSIDERANDO o teor do Protocolo nº 24.920.625-3, no qual os Espólios de Jorge Edney Atalla, a Usina Central do Paraná S/A e outros requerem a manifestação da Procuradoria-Geral do Estado com vistas à formalização de acordo judicial referente a indenizações por prejuízos em imóveis rurais situados na Comarca de Porecatu;
CONSIDERANDO a necessidade de análise técnica apurada sobre os valores e metodologias apresentados pelas partes, incluindo a verificação da consistência, fundamentação e adequação dos laudos periciais e documentos técnicos juntados ao processo;
CONSIDERANDO a competência da Procuradoria-Geral do Estado para adotar medidas de redução de litigiosidade (art. 5º do Decreto nº 2.709/2019), inclusive mediante a proposição de acordos judiciais que atendam ao interesse público;

RESOLVEM:

Art. 1º. Instituir Grupo de Trabalho destinado a realizar a avaliação de áreas rurais e documentos técnicos elaborados em processos de liquidação de condenações judiciais do Estado, objeto do protocolo nº 24.920.625-3.
Art. 2º O Grupo de Trabalho de que trata o art. 1º desta Resolução Conjunta será composto pelos seguintes membros, sob a presidência do primeiro:
I - CLIFT NEWTON GIACOMASSI CAVET, RG nº 1.XXX.XXX-6 - PGE/PRP
II - LUIZ CARLOS MAGALHÃES, RG nº 3.XXX.XXX-7 – PGE/PRP
III - MARIANA CARVALHO WAIHRICH, RG nº 6.XXX.XXX-3 – PGE/ATJ
IV - CARLOS HUGO WINCKLER GODINHO, RG nº 7.XXX.XXX.0 - SEAB/DERAL
VI - PAULO ROBERTO CASTELLA RG nº 2.XXX.XXX-0 - SEDEST
Art. 3º São atribuições do Grupo de Trabalho de que trata esta Resolução:
I – realizar análise técnica e comparativa dos imóveis rurais objeto de liquidação judicial;
II – avaliar os laudos periciais, pareceres técnicos e demais documentos inseridos no protocolo;
III – identificar a metodologia mais adequada à apuração dos valores indenizatórios devidos, com a devida justificativa técnica, à luz de parâmetros reconhecidos pelo setor público, judiciário e mercado;
IV – apontar eventuais inconsistências ou divergências nos estudos apresentados, à luz da melhor técnica, sugerindo adequações ou complementações, se necessário;
V – apresentar relatório técnico conclusivo contendo o enquadramento metodológico validado, os valores estimados e eventuais sugestões para composição amigável.
Art. 4º As conclusões do Grupo de Trabalho deverão ser consolidadas por meio de relatório de encerramento contendo, além de considerações sobre os temas previstos no art. 3º desta Resolução Conjunta, o resumo dos atos realizados pelo GT.
Art. 5º O prazo para conclusão dos trabalhos é de 30 (trinta) dias, contados da data de início da vigência da presente Resolução Conjunta.
Parágrafo único. O prazo de que trata o caput deste artigo pode ser prorrogado, mediante pedido fundamentado do Presidente da Comissão.
Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. ANOTE-SE.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente.*

Luciano Borges dos Santos
Procurador-Geral do Estado

Rafael Valdomiro Greca de Macedo
Secretário de Desenvolvimento Sustentável – SEDEST

Marcio Fernando Nunes
Secretário da Agricultura e Abastecimento - SEAB

28519/2026



Controladoria Geral do Estado

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
RESOLUÇÃO CGE Nº 20/2026

Designa servidora para exercer a função de Chefe de Núcleo de Integridade e Compliance Setorial na Secretaria de Estado do Planejamento – SEPL.

A **CONTROLADORA-GERAL DO ESTADO,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4º da Lei Estadual nº 21.352, de 2023, e pelo art. 10 da Lei Estadual nº 17.745, de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Designar a servidora ANDRESSA CRISTINA BUSATO, matrícula n.º 223604 para exercer a função de Chefe de Núcleo de Integridade e Compliance Setorial junto à Secretaria de Estado do Planejamento, a partir de 02 de março de 2026.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Resolução CGE n.º 78/2025.

Curitiba, 04 de março de 2026.

LOUISE DA COSTA E SILVA GARNICA
Controladora-Geral do Estado

28004/2026

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA INOVAÇÃO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

RESOLUÇÃO CONJUNTA CGE/SEIA Nº 01/2026

Instaura Processo Administrativo Disciplinar com a finalidade de apurar a responsabilidade funcional de agentes públicos, conforme o teor do protocolado administrativo nº 22.952.126-8.

A **CONTROLADORA-GERAL DO ESTADO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4º da Lei Estadual nº 21.352, de 2023; e pelo §2º, do art. 10, da Lei Estadual nº 17.745, de 2013,

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA INOVAÇÃO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL,** no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso X, do art. 4º da Lei nº 21.352, de 2023; e pelo inc. XVI, do art. 6° da Resolução SEIA n° 36, de 11 de abril de 2025;

CONSIDERANDO o disposto no inciso I, do §1º, do art. 1º, c/c o caput e o inciso III do art. 100, e com o art.107, todos da Lei Estadual nº 20.656, de 2021; e

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar com a finalidade de apurar a responsabilidades funcionais dos agentes públicos Raphael Augusto Dotto, Matricula n.º 829908; Vanessa Carneiro dos Anjos, Matricula n.º 521231; Roberto Simoni Neto, Matricula n.º 471971; Jéssica Thais Ieger, Matricula n.º 862386; e Iran Taques Sobrinho, Matricula n.º 857448; por, em tese, violarem os incisos V, VI, IX do art.279, todos da Lei nº 6.174 de 16 de novembro de 1970, garantindo-lhes o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único: Comprovadas as irregularidades, os servidores estarão sujeitos às uma das sanções previstas nos incisos do art. 291, c/c art. 293 da Lei Estadual n. º 6.174, de 1970, assim como àquelas previstas Lei nº 20.656, de 2021.

Art. 2º Designar as servidoras elencadas a seguir para comporem a comissão, para, sob a presidência da primeira nominada, proceder com as diligências necessárias, bem como colheita de provas, com o objetivo de apurar eventual prática de faltas funcionais e irregularidades administrativas pelos agentes públicos citados no art. 1° desta Resolução, conforme os fatos narrados no protocolo nº 22.952.126-8:

I. KEITH DE CARVALHO ADAS, Agente Profissional, matrícula n.° 538253;
II. MARIANE PETERS PIGATTO, Agente de Execução, matrícula n.° 796072;
III. JULIANE KURITZA, Agente Profissional, matrícula n.°

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

797641.

Art. 3º. Determinar o início das atividades no prazo de 3 (três) dias, contados da publicação desta Resolução no Diário Oficial do Estado, nos termos do § 1º do art 134 da Lei n° 20.656, de 2021.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 02 de março de 2026.

LOUISE DA COSTA E SILVA GARNICA
Controladora-Geral do Estado

ALEX CANZIANI SILVEIRA
Secretário de Estado da Inovação e Inteligência Artificial

28500/2026



Secretaria da Administração e da Previdência

Resolução SEAP N.º 11.929/2026

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais, considerando o art. 47 do Decreto n.º 7.116, de 28 de janeiro de 2013, e, considerando o contido no protocolo n.º 25.543.319-9, resolve

HOMOLOGAR

O resultado final do Concurso Público regulamentado pelo Edital n.º 180/2025 – DRH/SEAP, de 22 de setembro de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado – Suplemento de Concursos Públicos n.º 11992, de 23 de setembro de 2025, que visa o suprimento de vagas no cargo de Fiscal de Defesa Agropecuária, função Engenheiro Agrônomo, e cargo de Assistente de Fiscalização da Defesa Agropecuária, função Técnico de Laboratório, do Quadro Próprio da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – QPDA, em conformidade com o Edital de Resultado Final n.º 077/2026 – DRH/SEAP, de 05 de março de 2026, publicado no Diário Oficial do Estado – Suplemento de Concursos Públicos n.º 12101, de 09 de março de 2026.

Curitiba, 09 de março de 2026.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

28604/2026

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP / SEFA / SETI / SESP /PRPREV Nº. 1.125/2026

Dispõe sobre a instituição do Grupo de Trabalho do eSocial no âmbito do Poder Executivo Estadual, revoga a Resolução Conjunta SEAP/SEFA/PRPREV Nº 125/2023 e dá outras providências.

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, a SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, a SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR, a SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA e a PARANAPREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais,

- considerando o disposto no Decreto Federal nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014, que instituiu o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial;

- considerando a extinção da Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte – DIRF, a partir do ano-base 2025, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2.181, de 13 de março de 2024, e a consequente centralização das informações fiscais, trabalhistas e previdenciárias no eSocial;

- considerando que parte das obrigações relacionadas ao eSocial já se encontra implantada no âmbito do Estado do Paraná, notadamente aqueles referentes à folha de pagamento dos servidores públicos;

- considerando que a contratação dos serviços especializados em Segurança e Saúde no Trabalho – SST já foi realizada, atendendo parcela relevante das exigências legais vinculadas ao eSocial;

- considerando que os trabalhos técnicos anteriormente desenvolvidos permitiram a identificação de avanços estruturais e de pendências específicas que demandam atuação coordenada e interinstitucional;

- considerando as deliberações da reunião interinstitucional realizada em 11 de dezembro de 2025, especialmente quanto à necessidade de solução integrada para:
I. o lançamento das informações relativas a autônomos e prestadores de serviços que executam atividades para os órgãos e entidades do Estado;
II. o registro da Diária Especial por Atividade Extrajornada Voluntária – DEAEV, nos termos do Decreto nº 7.585, de 2021;
III. o tratamento das informações dos bolsistas de residência técnica vinculados aos programas das universidades estaduais;

- considerando que tais pontos remanescentes exigem adequações sistêmicas, definição de fluxos operacionais, responsabilidades institucionais e governança das informações;

- considerando, por fim, a necessidade de atualização do arranjo institucional anteriormente estabelecido, com ampliação dos órgãos partícipes, reorganização das atividades e definição de prazos e entregas,

RESOLVEM:

Art. 1º Instituir o Grupo de Trabalho do eSocial – GT eSocial, no âmbito do Poder Executivo Estadual, com a finalidade de coordenar, articular e acompanhar as ações
necessárias ao correto, tempestivo e integrado envio das informações ao eSocial.

Art. 2º O GT eSocial tem por finalidade:
I. analisar, consolidar e validar os requisitos legais, técnicos e operacionais relacionados ao eSocial;
II. propor fluxos, procedimentos e responsabilidades institucionais para o registro das informações;
III. identificar, priorizar e acompanhar as adequações necessárias nos sistemas corporativos utilizados pelo Estado;
IV. estabelecer cronograma de atividades, entregas e responsáveis;
V. propor, quando necessário, atos normativos, diretrizes técnicas ou ajustes procedimentais complementares.

Art. 3º O GT eSocial será composto por representantes dos seguintes órgãos e entidades:

Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP:

GS/SEAP
Titular: Marilda Camargo, CPF 067.XXX.XXX-80
Suplente: Dominick Marilyn Rodrigues, CPF 054.XXX.XXX – 19

DTIN/SEAP
Titular: Isadora Barbosa Terres CPF 122.XXX.XXX-90
Suplente: Edicarlo Grossi Turela CPF 027.XXX.XXX-40

DSS/SEAP
Titular: Ricardo Antonio Camargo Ribas CPF 496.XXX.XXX-72
Suplente: Maria Olivia Bandeira CPF 044.XXX.XXX-99

DECON/SEAP
Titular: Cleverson Neri Machado da Silva CPF 023.XXX.XXX-64
Suplente: Julia Guebert Loyola CPF 064XXX.XXX-80

DRH/SEAP
Titular: Luis Carlos Kovalski CPF 849.XXX.XXX-04
Suplente: Emerson Borges Malheiros CPF 906.XXX.XXX-00
Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA
Titular: Luciana Carin Scheidt RG 4.XXX.XXX – 1
Suplente: Samara Wsolek Bastos de Oliveira RG 9.XXX.XXX-2

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI
Titular: Danielly Neves Vargas CPF 061.XXX.XXX-10
Suplente: Fabiana Bertolini Bernert CPF 008.XXX.XXX-25

Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP
Titular: Luis Gustavo Oribka CPF 052.XXX.XXX-64
Suplente: Kleber Augusto de Alencar CPF 859.XXX.XXX-00

ParanaPrevidência:
Titular: João Paulo Opuszka Machado CPF 028.XXX.XXX-42
Suplente: Luciano Lorusso Miranda CPF 982.XXX.XXX-97

Art. 4º A Comissão será presidida pela servidora Marilda Camargo, a qual, em caso de ausência e impedimento, será substituído pela servidora Dominick Marilyn Rodrigues, representantes do Gabinete do Secretário, respectivamente.

Art. 5º O GT eSocial poderá convocar servidores ou agentes públicos para participarem de suas reuniões e atividades que, por seus conhecimentos técnicos ou
experiências profissionais, possam contribuir para a execução dos trabalhos, bem como realizar consultas técnicas e jurídicas às instituições competentes, sempre que necessário ao cumprimento de suas finalidades.

Art. 6º A participação dos membros no GT eSocial dar-se-á sem prejuízo do exercício de suas atribuições regulares nos respectivos órgãos ou entidades de origem.

Art. 7º A participação no GT eSocial não será remunerada, sendo considerada prestação de serviço público relevante.

Art. 8º Compete ao GT eSocial:
I. elaborar, validar e acompanhar o plano de trabalho e o cronograma detalhado de execução das atividades;
II. mapear, consolidar e validar os fluxos operacionais, as responsabilidades institucionais e os pontos de integração entre os sistemas corporativos envolvidos no envio das informações ao eSocial;
III. identificar, priorizar e acompanhar a implementação das adequações técnicas, operacionais e sistêmicas necessárias ao cumprimento das obrigações legais;
IV. definir as entregas parciais e finais, com a indicação dos responsáveis por cada frente de atuação;
V. monitorar a execução das ações pactuadas, propondo ajustes sempre que necessário;
VI. consolidar e apresentar relatório final, contendo diagnóstico, soluções propostas, encaminhamentos e recomendações.

Art. 9º O prazo para conclusão dos trabalhos do GT eSocial será de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data de sua instalação, prorrogável por igual período, mediante justificativa técnica e autorização do(a) Secretário(a) de Estado da Administração e da Previdência.

Art. 10º O GT eSocial permanecerá ativo enquanto subsistir a necessidade de sua atuação, observados o prazo inicial e a prorrogação previstos no art. 9º desta Resolução.

Art. 11. Os casos omissos e as situações não previstas nesta Resolução serão dirimidos, no âmbito de suas respectivas competências, pelos órgãos e entidades partícipes do GT eSocial, observadas as atribuições legais de cada instituição.

Art. 12. O GT eSocial apresentará, quinzenalmente, aos Diretores-Gerais dos órgãos e entidades partícipes, relatórios de acompanhamento do desenvolvimento e do estágio dos trabalhos, acompanhados das atas das reuniões realizadas.

Art. 13. Fica revogada a Resolução Conjunta SEAP/SEFA/Paranaprevidência nº 125/2023.

Art. 14. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 24 de fevereiro de 2026.

LUIZÃO GOULART
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

NORBERTO ANACLETO ORTIGARA
Secretário de Estado da Fazenda

ALDO NELSON BONA
Secretário da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

HUDSON LEÔNCIO TEIXEIRA
Secretário de Estado da Segurança Pública

FELIPE JOSÉ VIDIGAL DOS SANTOS
Diretor-Presidente da Paranaprevidência

27944/2026

RESOLUÇÃO SEAP N° 11.829/2026

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência – SEAP**, no uso de suas atribuições legais, considerando a Lei Estadual 21352, de 1º de janeiro de 2023, e o protocolo 25.221.622-7, assim como no Edital Conjunto Nº 03/2026 – SEAP/SETI:

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores abaixo relacionados para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Avaliação das Inscrições do Processo Seletivo para as vagas da turma do Curso de Pós-Graduação em **Especialização em Gestão Documental, Educação Patrimonial e História Pública,** pela Universidade Estadual de Londrina - UEL, constantes do Edital Conjunto Nº 03/2026 – SEAP/SETI:

Servidor	RG	ORGÃO
Ricardo Paul Carneiro	6.129.097-4	SEAP
Caio Pedrosa da Silva	27.209.832-2	UEL
João Carlos Corso	60318775972	UNICENTRO
Marcus Vinicius Pereira Gonçalves	4.341.595-6	SEAP
Rodrigo Oliveira Bastos	97978077	UNICENTRO

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de março de 2026

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

28468/2026

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO DO ESTADO

EXTRATO DE TERMO DE DOAÇÃO DE IMÓVEL

Protocolo nº: 14.413.704-3
Termo de Doação n°: 34/2026
Doador: Estado do Paraná
Donatário: Município de Prudentópolis
Exercício do firmamento do Termo de Doação de Imóvel: 2026
Fundamento legal: Decreto nº 3445 de 15/09/2023, publicada no DIOE n° 11503 de 15/09/2023.
Descrição: Doação de imóvel estadual ao Município de Prudentópolis, porção correspondente à área de 2.345,40 m² do total de 198.900,00m² do imóvel, objeto da Matrícula n° 281 do Registro de Imóveis de Prudentópolis, situado na Linha Esperança, no Município de Prudentópolis, de propriedade do Estado do Paraná destinado ao funcionamento da Escola Municipal do Campo de Linha Esperança.
Valor do imóvel: R$ 183.289,95 (cento e oitenta e três mil e duzentos e oitenta e nove reais e noventa e cinco centavos).

28456/2026

RESOLUÇÃO SEAP N° 11.829/2026

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência – SEAP**, no uso de suas atribuições legais, considerando a Lei Estadual 21352, de 1º de janeiro de 2023, e o protocolo 25.221.622-7, assim como no Edital Conjunto Nº 03/2026 – SEAP/SETI:

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores abaixo relacionados para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Avaliação das Inscrições do Processo Seletivo para as vagas da turma do Curso de Pós-Graduação em **Especialização em Gestão Documental, Educação Patrimonial e História Pública,** pela Universidade Estadual de Londrina - UEL, constantes do Edital Conjunto Nº 03/2026 – SEAP/SETI:

Servidor	RG	ORGÃO
Ricardo Paul Carneiro	6.129.097-4	SEAP
Caio Pedrosa da Silva	27.209.832-2	UEL
João Carlos Corso	60318775972	UNICENTRO
Marcus Vinicius Pereira Gonçalves	4.341.595-6	SEAP
Rodrigo Oliveira Bastos	97978077	UNICENTRO

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de março de 2026

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

28033/2026

PARANAPREVIDÊNCIA

RESUMO DE ATO DE REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO
O Diretor Presidente e o Diretor de Previdência da PARANAPREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei-PR nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, resolvem DETERMINAR A REVISÃO do benefício previdenciário, na forma abaixo especificada:
Ato nº 9782/03, Pensão Por Morte, Protocolo 25.213.884-6/5.471.767-9, Segurado Ailton Pereira de Miranda, **Cargo** Soldado 1ª Classe, **RG** 3.847.347-6, **Beneficiários** Grazielly Xavier Miranda, Filho(a) Universitário(a), Cota 100,00%, **Valor R$ 6.993,83** (Seis Mil, Novecentos e Noventa e Três Reais e Oitenta e Três Centavos) - FM **Motivo** Reativação do Benefício com a inclusão de Grazielly Xavier Miranda na condição de filha universitária, conforme art. 42, II, "c" da Lei-PR 12.398/98 e Parecer DJ nº 0169/2026. Base de cálculo: Novembro/2025.
Ato nº 120688/20, Pensão Por Morte, Protocolo 25.496.344-5/16.570.316-2, Segurado José Correa Alves, **Cargo** Auditor Fiscal, **RG** 6.986.899-1, **Beneficiários** Luiza Poletto Alves, Cônjuge, Cota 100,00%, **Valor R$ 1.045,00** (Mil e Quarenta e Cinco Reais) - FP **Motivo** Valor mensal do benefício será equiparado ao salário mínimo, conforme o disposto no § 3º do Art. 70 da Lei 12.398/98. Indicação de garantia de pagamento do salário mínimo em atendimento à diligência do Tribunal de Contas, APA n° 37684/2025. Base de cálculo: Abril/20.
Ato nº 121488/20, Pensão Por Morte, Protocolo 25.498.233-4/16.718.450-2, Segurado Julio Ferrareze, **Cargo** Agente Universitário Operacional, **RG** 388.055-9, **Beneficiários** Maria Paganini Ferrareze, Cônjuge, Cota 100,00%, **Valor R$ 1.045,00** (Mil e Quarenta e Cinco Reais) - FP **Motivo** Valor mensal do benefício será equiparado ao salário mínimo, conforme o disposto no § 3º do Art. 70 da Lei 12.398/98. Indicação de garantia de pagamento do salário mínimo em atendimento à diligência do Tribunal de Contas, APA n° 37689/2025. Base de cálculo: Abril/20.
Ato nº 123650/21, Pensão Por Morte, Protocolo 25.478.648-9/16.864.542-2, Segurado Ubirajara João Blansky Júnior, **Cargo** Agente Penitenciário, **RG** 3.147.781-6, **Beneficiários** Neide Lilian Bueno Blansky, Cônjuge, Cota 100,00%, **Valor R$ 6.782,82** (Seis Mil, Setecentos e Oitenta e Dois Reais e Oitenta e Dois Centavos) - FF **Motivo** Correção do cálculo da média pela EC 45/19 em atendimento em atendimento ao apontamento do Tribunal de Contas, Processo TCE n°: 309060/24. Base de cálculo: Agosto/20.
Ato nº 128390/22, Pensão Por Morte, Protocolo 25.478.629-2/18.522.767-7, Segurado Terezinha Honorio de Souza, **Cargo** Agente Universitário Operacional, **RG** 1.871.391-8, **Beneficiários** José Honório, Cônjuge, Cota 100,00%, **Valor R$ 1.100,00** (Mil e Cem Reais) - FP **Motivo** Valor mensal do benefício será equiparado ao salário mínimo, conforme o disposto no § 3º do Art. 70 da Lei 12.398/98. Indicação de garantia de pagamento do salário mínimo em atendimento ao apontamento do Tribunal de Contas, Processo TCE n°: 761300/23. Base de cálculo: Novembro/21.
Ato nº 130955/22, Pensão Por Morte, Protocolo 25.487.446-9/19.069.581-6, Segurado Santa Lopes Rodrigues, **Cargo** Agente de Apoio, **RG** 992.410-8, **Beneficiários** Patricia Aparecida Rodrigues, Filho(a) Inválido(a), Cota 100,00%, **Valor R$ 1.100,00** (Mil e Cem Reais) - FP **Motivo** Valor mensal do benefício será equiparado ao salário mínimo, conforme o disposto no § 3º do Art. 70 da Lei 12.398/98. Indicação de garantia de pagamento do salário mínimo em atendimento à diligência do Tribunal de Contas, APA n° 37626/2025. Base de cálculo: Outubro/21.
Ato nº 131077/22, Pensão Por Morte, Protocolo 25.491.099-6/19.457.010-4, Segurado Mario Alves de Castro, **Cargo** Agente de Apoio, **RG** 2.076.995-5, **Beneficiários** Maria Pereira de Castro, Cônjuge, Cota 100,00%, **Valor R$ 1.212,00** (Mil, Duzentos e Doze Reais) - FP **Motivo** Valor mensal do benefício será equiparado ao salário mínimo, conforme o disposto no § 3º do Art. 70 da Lei 12.398/98. Indicação de garantia de pagamento do salário mínimo em atendimento à diligência do Tribunal de Contas, APA n° 37620/2025. Base de cálculo: Agosto/22.
Ato nº 131367/22, Pensão Por Morte, Protocolo 25.488.438-3/19.355.686-8, Segurado Marta Bergamin, **Cargo** Professor, **RG** 5.766.947-0, **Beneficiários** Everton Bento de Andrade, Convivente, Cota 100,00%, **Valor R$ 3.521,76** (Três Mil, Quinhentos e Vinte e Um Reais e Setenta e Seis Centavos) - FF **Motivo** Correção do cálculo da média pela EC 45/19 em atendimento à diligência do Tribunal de Contas, APA n° 37694/2025. Base de cálculo: Junho/22.
Ato nº 131650/22, Pensão Por Morte, Protocolo 25.471.855-6/19.426.478-0, Segurado Ademir Boca Santa, **Cargo** Professor, **RG** 5.216.982-8, **Beneficiários** Ilizandra Rubin Boca Santa, Cônjuge, Cota 50,00%, Julian Rubin Boca Santa, Filho(a) Menor, Cota 50,00%, **Valor R$ 2.295,96** (Dois Mil, Duzentos e Noventa e Cinco Reais e Noventa e Seis Centavos) - FF **Motivo** Correção do cálculo da média pela EC 45/19 em atendimento ao apontamento do Tribunal de Contas, Processo TCE n°: 135247/23. Base de cálculo: Julho/20.
Ato nº 133977/23, Pensão Por Morte, Protocolo 25.490.011-7/20.539.252-1, Segurado Ivo Pitz, **Cargo** Professor, **RG** 782.875-6, **Beneficiários** Delvir Berta Pitz, Cônjuge, Cota 100,00%, **Valor R$ 1.320,00** (Mil, Trezentos e Vinte Reais) - FP **Motivo** Valor mensal do benefício será equiparado ao salário mínimo, conforme o disposto no § 3º do Art. 70 da Lei 12.398/98. Indicação de garantia de pagamento do salário mínimo em atendimento à diligência do Tribunal de Contas, APA n° 37661/2025. Base de cálculo: Maio/23.
Ato nº 134396/23, Pensão Por Morte, Protocolo 25.494.761-0/20.684.708-5, Segurado Elizia Santin, **Cargo** Agente de Apoio, **RG** 2.043.210-1, **Beneficiários** Alberto Santin, Cônjuge, Cota 100,00%, **Valor R$ 1.320,00** (Mil, Trezentos e Vinte Reais Centavos) - FP **Motivo** Valor mensal do benefício será equiparado ao salário mínimo, conforme o disposto no § 3º do Art. 70 da Lei 12.398/98. Indicação de garantia de pagamento do salário mínimo em atendimento à diligência do Tribunal de Contas, APA n° 37672/2025. Base de cálculo: Junho/23.
Ato nº 134673/23, Pensão Por Morte, Protocolo 25.495.255-9/20.169.261-0, Segurado Creusa Augusta de Medeiros Alves, **Cargo** Agente Educacional I, **RG** 6.097.604-0, **Beneficiários** Pedro Francisco Alves Filho, Cônjuge, Cota 100,00%, **Valor R$ 1.302,00** (Mil, Trezentos e Dois Reais) - FP **Motivo** Valor mensal do benefício será equiparado ao salário mínimo, conforme o disposto no § 3º do Art. 70 da Lei 12.398/98. Indicação de garantia de pagamento do salário mínimo em atendimento à diligência do Tribunal de Contas, APA n° 37679/2025. Base de cálculo: Fevereiro/23.
Ato nº 134686/23, Pensão Por Morte, Protocolo 25.499.001-9/20.645.897-6, Segurado Maria Terezinha Vieira dos Santos, **Cargo** Agente de Apoio, **RG** 2.030.764-1, **Beneficiários** Moizes Ferreira Machado, Convivente, Cota 100,00%, **Valor R$ 1.100,00** (Mil e Cem Reais Centavos) - FP **Motivo** Valor mensal do benefício será equiparado ao salário mínimo, conforme o disposto no § 3º do Art. 70 da Lei 12.398/98. Indicação de garantia de pagamento do salário mínimo em atendimento à diligência do Tribunal de Contas, APA n° 37676/2025. Base de cálculo: Julho/21.
Ato nº 140556/25, Pensão Por Morte, Protocolo 24.405.371-8/23.301.632-2, Segurado Celeste Aparecida de Souza, **Cargo** Agente Universitário de Apoio, **RG** 3.621.376-0, **Beneficiários** Jose Martins de Souza, Cônjuge Inválido(a), Cota 100,00%, **Valor R$ 2.292,27** (Dois Mil, Duzentos e Noventa e Dois Reais e Vinte e Sete Centavos) - FF **Motivo** Alteração da condição para cônjuge inválido de José Martins de Souza, com fulcro no art. 19, § 3º, I da Lei Complementar nº 233/2021 e Parecer DJ nº 0135/2026. Base de cálculo: Dezembro/24.
Ato nº 144024/25, Pensão Por Morte, Protocolo 24.780.129-4/24.780.230-4, Segurado Mauro Jose Basso, **Cargo** Professor, **RG** 764.859-6, **Beneficiários** Rosangela Ribeiro da Silva Basso, Cônjuge, Cota 50,00%, Matheus Vinicius Ribeiro

Basso, Filho(a) Menor, Cota 50,00%, **Valor R$ 9.793,32** (Nove Mil, Setecentos e Noventa e Três Reais e Trinta e Dois Centavos) - FF **Motivo** Inclusão de Rosangela Ribeiro da Silva Basso na condição de cônjuge, conforme Art. 19 da LC 233/21. Base de cálculo: Julho/25.

Curitiba, 4 de março de 2026.

27403/2026

RESUMO DE ATO DE REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO

O Diretor Presidente e o Diretor de Previdência da PARANAPREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei-PR nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, resolvem DETERMINAR A REVISÃO do benefício previdenciário, na forma abaixo especificada:

Ato nº 87633/15, Pensão Por Morte, Protocolo 25.182.844-0/13.570.477-6, Segurado Vera Regina da Silveira, **Cargo** Promotor de Saúde Execução, **RG** 7.380.145-1, **Beneficiários** Julia Regina da Silveira Martins, Filho(a) Universitário(a), Cota 100,00%, **Valor R$ 2.286,54** (Dois Mil, Duzentos e Oitenta e Seis Reais e Cinquenta e Quatro Centavos) - FP **Motivo** Reativação do Benefício com a inclusão de Julia Regina da Silveira Martins na condição de filha universitária, conforme art. 42, II, "c" da Lei-PR 12.398/98 e Parecer DJ nº 0205/2026. Base de cálculo: Fevereiro/2023.

Ato nº 121595/20, Pensão Por Morte, Protocolo 25.509.535-8/16.672.918-1, Segurado Silvio Vericundo Fernandes Dias, **Cargo** Desembargador, **RG** 571.631-4, **Beneficiários** Luzia Claudina Romero Dias, Cônjuge, Cota 100,00%, **Valor R$ 51.348,81** (Cinquenta e Um Mil, Trezentos e Quarenta e Oito Reais e Oitenta e Um Centavos) - FF **Motivo** Correção do cálculo da média pela EC 45/19 em atendimento em atendimento ao apontamento do Tribunal de Contas, Processo TCE n°: 277843/24. Base de cálculo: Junho/20.

Ato nº 121887/20, Pensão Por Morte, Protocolo 25.509.456-4/16.739.552-0, Segurado Alexandra Luiza Tonial, **Cargo** Professor, **RG** 5.212.994-0, **Beneficiários** Sarah Tonial Peixoto, Filho(a) Menor, Cota 100,00%, **Valor R$ 1.687,10** (Mil, Seiscentos e Oitenta e Sete Reais e Dez Centavos) - FP **Motivo** Valor mensal do benefício será equiparado ao salário mínimo, conforme o disposto no § 3º do Art. 70 da Lei 12.398/98. Correção do cálculo da média pela EC 45/19 em atendimento em atendimento ao apontamento do Tribunal de Contas, Processo TCE n°: 562048/23. Base de cálculo: Julho/20.

Ato nº 126066/21, Pensão Por Morte, Protocolo 25.509.493-9/17.765.265-2, Segurado Adriano Augusto Roque, **Cargo** Investigador de Polícia, **RG** 7.095.764-7, **Beneficiários** Edineia Maria Barbosa, Cônjuge, Cota 100,00%, **Valor R$ 3.356,89** (Três Mil, Trezentos e Cinquenta e Seis Reais e Oitenta e Nove Centavos) - FP **Motivo** Correção do cálculo da média pela EC 45/19 em atendimento em atendimento ao apontamento do Tribunal de Contas, Processo TCE n°: 251356/24. Base de cálculo: Junho/21.

Ato nº 127005/21, Pensão Por Morte, Protocolo 25.509.513-7/18.023.329-6, Segurado Sebastião Ferreira, **Cargo** Agente de Apoio, **RG** 3.218.693-9, **Beneficiários** Adenir Rodrigues Ferreira, Cônjuge, Cota 100,00%, **Valor R$ 1.153,36** (Um Mil, Cento e Cinquenta e Três Reais e Trinta e Seis Centavos) - FF **Motivo** Valor mensal do benefício será equiparado ao salário mínimo, conforme o disposto no § 3º do Art. 70 da Lei 12.398/98. Indicação de garantia de pagamento do salário mínimo em atendimento ao apontamento do Tribunal de Contas, Processo TCE n°: 273210/24. Base de cálculo: Agosto/21.

Ato nº 133451/23, Pensão Por Morte, Protocolo 25.280.686-5/20.401.751-4/20.332.255-0, Segurado Wilson Gomes Pitanga, **Cargo** Subtenente, **RG** 794.629-5, **Beneficiários** Jurema Miranda Romanholo, Cônjuge, Cota 66,67%, Ernestina Carrenho Munhoz, Credor de Alimentos, Cota 33,33%, **Valor R$ 8.758,90** (Oito Mil, Setecentos e Cinquenta e Oito Reais e Noventa Centavos) - FM **Motivo** Alteração do percentual da credora em atendimento à diligência do Tribunal de Contas, Instrução n° 13191/2025. Base de cálculo: Abril/23.

Ato nº 134498/23, Pensão Por Morte, Protocolo 25.414.314-6/20.647.504-8, Segurado Luiz Pedro Baliscki, **Cargo** Auditor Fiscal, **RG** 4.272.365-7, **Beneficiários** Isabel Paco Carvalho Pinto, Cônjuge, Cota 33,34%, Luiza Carvalho Baliscki, Filho(a) Menor, Cota 33,33%, Luiz Pedro Baliscki Filho, Filho(a) Menor, Cota 33,33%, **Valor R$ 22.197,70** (Vinte e Dois Mil, Cento e Noventa e Sete Reais e Setenta Centavos) - FF **Motivo** Correção do cálculo da média pela EC 45/19 em atendimento em atendimento ao apontamento do Tribunal de Contas, APA n° 37692/2025. Base de cálculo: Junho/23.

Ato nº 134733/23, Pensão Por Morte, Protocolo 25.495.817-4/20.823.046-8, Segurado Joaquim Vilas Boas, **Cargo** Agente de Apoio, **RG** 399.052-4, **Beneficiários** Maria da Luz Moraes Vilas Boas, Cônjuge, Cota 100,00%, **Valor R$ 1.320,00** (Mil, Trezentos e Vinte Reais) - FP **Motivo** Valor mensal do benefício será equiparado ao salário mínimo, conforme o disposto no § 3º do Art. 70 da Lei 12.398/98. Indicação de garantia de pagamento do salário mínimo em atendimento à diligência do Tribunal de Contas, APA n° 37680/2025. Base de cálculo: Junho/23.

Ato nº 136990/24, Pensão Por Morte, Protocolo 25.471.878-5/21.769.815-4, Segurado Luiz Antonio Burim, **Cargo** Professor, **RG** 3.245.496-8, **Beneficiários** Vera Lucia de Andrade Burim, Cônjuge, Cota 100,00%, **Valor R$ 4.570,31** (Quatro Mil, Quinhentos e Setenta Reais e Trinta e Um Centavos) - FF **Motivo** Correção do cálculo da média pela EC 45/19 em atendimento em atendimento ao apontamento do Tribunal de Contas, Processo TCE n°: 350524/24. Base de cálculo: Fevereiro/24.

Ato nº 139460/24, Pensão Por Morte, Protocolo 23.290.378-3/22.800.840-0, Segurado Manoel Firmino Moreira, **Cargo** Agente de Apoio, **RG** 773.795-5, **Beneficiários** Maria José, Cônjuge, Cota 100,00%, **Valor R$ 2.258,96** (Dois Mil, Duzentos e Cinqüenta e Oito Reais e Noventa e Seis Centavos) - FP **Motivo** Reativação do Benefício com a inclusão de Maria José na condição de cônjuge, conforme artigo 25, inciso VII, b da LC 233/2 e Parecer DJ nº 0176/2026. Base de cálculo: Julho/2024.

Ato nº 143515/25, Pensão Por Morte, Protocolo 24.466.694-9/24.537.787-8, Segurado Nilson Rodrigues de Almeida, **Cargo** 3º Sargento, **RG** 6.115.300-4, **Beneficiários** Alice Pereira de Almeida, Filho(a) Menor, Cota 16,66%, Antonio Morae de Almeida, Filho(a) Menor, Cota 16,67%, Nilson Rodrigues de Almeida Junior, Filho(a) Menor, Cota 16,67%, Luanna de Morae Vieira, Companheira, Cota 50,00%, **Valor R$ 8.303,38** (Oito Mil, Trezentos e Três Reais e Trinta e Oito Centavos) - FM **Motivo** Inclusão de Luanna de Morae Vieira na condição de companheira, conforme art. 50, §2º, I da Lei 6.880, de 09/12/80, que trata do Estatuto do Militar das Forças Armadas, com redação dada pela Lei Federal 13.954/2019 e Parecer DJ nº 0215/2026. Base de cálculo: Agosto/25.

Ato nº 143578/25, Pensão Por Morte, Protocolo 24.543.943-1, Segurado Nelson Araujo de Oliveira, **Cargo** Professor, **RG** 757.645-5, **Beneficiários** Delfina Fontoura Silva de Oliveira, Cônjuge Inválido(a), Cota 100,00%, **Valor R$ 10.883,53** (Dez Mil, Oitocentos e Oitenta e Três Reais e Cinqüenta e Três Centavos) - FP **Motivo** Alteração da condição para cônjuge inválido de Delfina Fontoura Silva de Oliveira, com fulcro no 19 da Lei Complementar nº 233/2021 e Parecer DJ nº 0198/2026. Base de cálculo: Junho/25.

Ato nº 144875/25, Pensão Por Morte, Protocolo 25.242.713-9/25.039.433-0, Segurado José Francisco da Silva, **Cargo** Delegado de Polícia, **RG** 1.969.506-9, **Beneficiários** Jeferson José da Silva, Filho(a) Menor, Cota 31,67%, Elza Lara Silva, Filho(a) Menor, Cota 31,67%, Ligia de Lima Vieira da Silva, Cônjuge, Cota 31,66%, Elizabete Leonardi, Credora de Alimentos, Cota 5,00%, **Valor R$ 35.303,15** (Trinta e Cinco Mil, Trezentos e Três Reais e Quinze Centavos) - FP **Motivo** Inclusão de Elizabete Leonardi na condição de credora de alimentos, conforme Art. 8º da EC-PR 45/19 c/c art. 5º e art. 19 da LC 233/21. Base de cálculo: Outubro/25.

Curitiba, 6 de março de 2026.

27405/2026

RESUMO DE ATO DE REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO

O Diretor Presidente e o Diretor de Previdência da PARANAPREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei-PR nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, resolvem DETERMINAR A REVISÃO do benefício previdenciário, na forma abaixo especificada:

Ato nº 126034/21, Pensão Por Morte, Protocolo 25.509.478-5/17.561.082-0, Segurado Sergio Jose Kamaroski Luiz, **Cargo** Investigador de Polícia, **RG** 3.740.269-9, **Beneficiários** Andrea Rodrigues, Convivente, Cota 50,00%, Eduarda Kamaroski Luiz, Filho(a) Menor, Cota 50,00%, **Valor R$ 5.082,48** (Cinco Mil e Oitenta e Dois Reais e Quarenta e Oito Centavos) - FF **Motivo** Correção do cálculo da média pela EC 45/19 em atendimento em atendimento ao apontamento do Tribunal de Contas, Processo TCE n°: 259314/24. Base de cálculo: Março/21.

Ato nº 131606/22, Pensão Por Morte, Protocolo 25.471.894-7/19.445.505-4, Segurado Mara Teresinha Pereira Kliemann, **Cargo** Professor, **RG** 5.571.463-0, **Beneficiários** Laercio Kliemann, Cônjuge, Cota 50,00%, Artur Kliemann, Filho(a) Menor, Cota 50,00%, **Valor R$ 2.356,94** (Dois Mil, Trezentos e Cinquenta e Seis Reais e Noventa e Quatro Centavos) - FP **Motivo** Correção do cálculo da média pela EC 45/19 em atendimento em atendimento ao apontamento do Tribunal de Contas, Processo TCE n°: 147636/23. Base de cálculo: Agosto/22.

Ato nº 131609/22, Pensão Por Morte, Protocolo 25.471.894-7/19.445.505-4, Segurado Mara Teresinha Pereira Kliemann, **Cargo** Professor, **RG** 5.571.463-0, **Beneficiários** Laercio Kliemann, Cônjuge, Cota 50,00%, Artur Kliemann, Filho(a) Menor, Cota 50,00%, **Valor R$ 2.467,32** (Dois Mil, Quatrocentos e Sessenta e Sete Reais e Trinta e Dois Centavos) - FP **Motivo** Correção do cálculo da média pela EC 45/19 em atendimento em atendimento ao apontamento do Tribunal de Contas, Processo TCE n°: 147750/23. Base de cálculo: Agosto/22.

Ato nº 135598/23, Pensão Por Morte, Protocolo 25.542.088-7/21.658.723-5/21.188.707-9, Segurado José Pinheiro de Campos Filho, **Cargo** 3º Sargento – Referência 7, **RG** 1.534.173-4, **Beneficiários** Maria Eva Guimarães Paixão de Campos, Cônjuge, Cota 80,00%, Guiomar Batini, Credor de Alimentos, Cota 20,00%, **Valor R$ 7.985,60** (Sete Mil, Novecentos e Oitenta e Cinco Reais e Sessenta Centavos) - FM **Motivo** Alteração do percentual da credora em atendimento à diligência do Tribunal de Contas, Instrução n° 193488/24, Acórdão n°3385/2025 e INFORMAÇÃO nº 0043/2026. Base de cálculo: Outubro/23.

Ato nº 144249/25, Pensão Por Morte, Protocolo 24.863.424-3/24.863.024-8, Segurado Odamelia Comelli de Rezende Soares, **Cargo** Professor, **RG** 1.655.801-0, **Beneficiários** Luis Soares, Cônjuge, Cota 50,00%, Luiz Henrique Comelli de Rezende Soares, Filho(a) Inválido(a), Cota 50,00%, **Valor R$ 5.973,84** (Cinco Mil, Novecentos e Setenta e Três Reais e Oitenta e Quatro Centavos) - FF **Motivo** Inclusão de Luiz Henrique Comelli de Rezende Soares na condição de filho inválido, com fulcro no art. 5º e, observado o § 3º do art. 19, ambos da Lei Complementar nº 233/2021 e Parecer DJ nº 0195/2026. Base de cálculo: Julho/25.

Curitiba, 9 de março de 2026.

27406/2026

Secretaria da Agricultura e do Abastecimento

ORDEM DE SERVIÇO Nº 1, de 9 de março de 2026.

Estabelece orientações para a gestão de Termos Aditivos aos Convênios e Termos de Fomento firmados pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná com os Municípios ou com as Organizações da Sociedade Civil.

A **DIRETORA-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO,** no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 5º, incs. VI e VII, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e o art. 20, do Regulamento da Seab, aprovado pelo Decreto nº 5.499, de 20 de

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

agosto de 2020,

DECIDE:

1. Estabelecer orientações para a gestão de Termo Aditivo aos Convênios e Termos de Fomento firmados pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento com os Municípios ou com as Organizações da Sociedade Civil, respectivamente.

2. Em se tratando de convênios, é vedada a formalização de termos aditivos nas seguintes hipóteses:

a) aumento do valor de repasse pelo Concedente (Estado do Paraná – Seab);
b) alteração do valor da contrapartida pelo Convenente;
c) qualquer outra modificação de ordem financeira que amplie os limites convencionados.

2.1. Excepcionalmente, o termo aditivo pode ser admitido desde que observados cumulativamente os requisitos adiante enunciados:

2.1.1. comprovada a execução das metas físicas e etapas previstas no Plano de Trabalho originário;

2.1.2. aprovação da prestação de contas parcial relacionada às metas físicas e etapas concluídas;

2.1.3. justificativa formulada pelo partícipe interessado analisada pela autoridade técnica da unidade departamental competente da Seab;

2.1.4. anuência prévia do Plano de Trabalho readequado pela autoridade competente da Seab.

3. A solicitação formal de celebração de termo aditivo pelo Município deve ser tratada em protocolo apartado aos autos principais e não deve ser aceita, desde logo, pelo gestor no caso de não observar a antecedência mínima de **60 dias** do término da vigência do ajuste.

3.1. Cumpre ao gestor e ao fiscal da Seab a constatação de que o pleito de aditamento atende aos requisitos dispostos no item 2.1 desta Ordem de Serviço, e a verificação da respectiva instrução, conforme checklist específico de ação, projeto ou programa, para viabilizar o encaminhamento ao Departamento responsável;

3.2. Examinada a postulação pela autoridade técnica responsável e concluída a instrução processual, o protocolado será encaminhado à Direção-Geral para apreciação;

3.3. Aprovado previamente o Plano de Trabalho, o protocolado seguirá ao Núcleo de Convênio para elaboração do Termo Aditivo e demais formalidades.

4. A prorrogação da vigência da parceria deve obedecer ao seguinte procedimento:

4.1. em até 60 dias de antecedência do término da vigência da parceria para convênio e em até 30 dias antecedência do término da vigência para termo de fomento, em protocolado apartado, o gestor deve se manifestar à área técnica responsável pelo objeto da parceria sobre a futura finalização e a respeito da viabilidade da prorrogação;

4.2. a área técnica responsável deve se pronunciar e, se favorável à prorrogação, submeter o pleito à autoridade competente para aprovação prévia do Plano de Trabalho;

4.3. havendo deliberação superior pela prorrogação, o protocolado deve seguir ao Núcleo de Convênios para as demais providências de sua alçada, inclusive quanto à instrução processual, nos termos do respectivo checklist;

4.4. caso não seja acolhida a prorrogação de vigência do ajuste, o gestor deve ser informado para que dê conhecimento ao Município ou à OSC sobre a necessidade de ser concluído o objeto da parceria no prazo convencionado.

5. O Termo Aditivo ao Convênio para fins de utilização do saldo de economicidade ou do rendimento da aplicação financeira deve observar as seguintes condições:

5.1. **Em se tratando de equipamentos rodoviários, agroindustriais e agrícolas** pode ocorrer desde que haja possibilidade de aquisição de, no mínimo, um equipamento de mesma natureza daqueles previstos no Plano de Trabalho vigente, que haja aumento de meta física do objeto e justificativa técnica que evidencie a necessidade da aquisição pretendida;

5.2. **Em se tratando de equipamentos de interesse dos Programas voltados à segurança alimentar e nutricional**, o saldo remanescente de recursos depositados na conta específica do convênio deve ser de no mínimo 50% (cinquenta por cento) para atender à pretendida aquisição de equipamentos e desde que haja conformidade às metas estabelecidas no Plano de Trabalho vigente.

6. Revogam-se a Ordem de Serviço nº 04, de 14 de julho de 2025 e a Ordem de Serviço nº 09, de 4 de setembro de 2025.

7. Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

Camila Luiza Cunha Bernardo Aragão,
Diretora-Geral.

28264/2026

RESOLUÇÃO Nº 048, de 09 de março de 2026.

Instaura Processo de Responsabilização e designa servidores para comporem a Comissão Processante.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 4º da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e em conformidade com o art. 155 e seguintes, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e art. 201 do Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, e considerando o contido no Protocolo nº 25.091.342-7;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo de Responsabilização referente a possíveis irregularidades na contratação e execução do Contrato Administrativo nº 3594/2025 de Fornecimento de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para o Programa Compra Direta pela Cooperativa Agropecuária de Quatro Barras, portadora do CNPJ 08.866.786/0001-36, consistentes na adulteração de certificados orgânicos e apresentação de Declarações dos itens 19.2.19.8 e 19.2.19.10 desconformes à realidade, admitindo indevida alteração na ordem de classificação pelo incremento da pontuação pelo critério certificação orgânica previsto no item 23.4 e Anexo VII do Edital, infringindo item 12.1.1 do Anexo I – Termo de Referência, item 12.1.1 do Contrato Administrativo e item 14.4 do Edital de Chamada Pública Eletrônica nº 1/2025.

Art. 2º Designar para comporem a Comissão Processante os servidores:

I - Carlos Alberto Ferreira, RG n° 8.XXX.843-X, CPF n° 047.XXX.959-XX, que a presidirá;

II - Nair Lucia Jung, RG n° 4.XXX.059-X, CPF n° 589.XXX.119-XX;

III - Jorge Schipanski, RG n° 5.XXX.377-X, CPF n° 798.XXX.699-XX

Art. 3º Revoga a Resolução SEAB nº 43, de 03 de março de 2026.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Marcio Fernando Nunes,
Secretário de Estado.

28026/2026

ADAPAR

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ - ADAPAR NÚCLEO DE SUPORTE TÉCNICO À DEFESA AGROPECUÁRIA
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, originários das Gerências de Sanidade Vegetal, Trânsito Agropecuário, Saúde Animal e Inspeção de Produtos de Origem Animal e suas respectivas DECISÕES, promulgadas pela AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ-ADAPAR, calcadas nas LEIS n°s. 7827/83, 7802/89, 8014/84, 9818/91, 10711/03, 11200/95, 9056/89, 11200/95, 11504/96, 10799/94; DECRETOS n°s. 24114/34, 3876/84, 98816/90, 4074/02, 6120/85, 4154/94, 5153/04, 3287/97, 6710/90, 2792/96, 12029/14 e 3005/00 e demais ATOS COMPLEMENTARES.
As multas não quitadas serão inscritas no Cadastro de Inadimplentes - CADIN/Dívida Ativa.
O DIRETOR DE DEFESA AGROPECUÁRIA, examinando os presentes AUTOS DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, julga procedentes as AUTUAÇÕES e aplica as seguintes SANÇÕES:

Auto de Infração nº **46714**, Protocolo nº **233029572**, contra **ANDRE MAURICIO HESSEL LOPES**, Município de **GUARAPUAVA - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 1.481,50**.
Auto de Infração nº **64012**, Protocolo nº **242441176**, contra **S J FRIGORIFICO LTDA ME**, Município de **PALMEIRA - PR**. DECISÃO: **Arquivamento por Nulidade/Improcedência**.

Auto de Infração nº **97102**, Protocolo nº **236343375**, contra **AGROPECUARIA BOLSON LTDA**, Município de **TOLEDO - PR**. DECISÃO: **Advertência**.
Auto de Infração nº **36758**, Protocolo nº **227779551**, contra **DISTRIBUIDORA PITANGUEIRAS PRODUTOS AGROPECUARIOS S/A**, Município de **GUAÍRA - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 10.000,00**.
Auto de Infração nº **97112**, Protocolo nº **242277732**, contra **INDUSTRIA DE ALIMENTOS DO VALLE LTDA**, Município de **PALMITAL - PR**. DECISÃO: **Advertência**.
Auto de Infração nº **11370**, Protocolo nº **237867092**, contra **ORIALI DALBERTO**, Município de **DOIS VIZINHOS - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 1.481,50**.
Auto de Infração nº **97107**, Protocolo nº **246238383**, contra **BOVIMEX COMERCIAL LTDA**, Município de **MARÍLIA - SP**. DECISÃO: **Advertência**.
Auto de Infração nº **28960**, Protocolo nº **241723534**, contra **LEANDRO FERREIRA DO NASCIMENTO**, Município de **PARANAPOEMA - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 2.963,00**.
Auto de Infração nº **22627**, Protocolo nº **243071577**, contra **FLAVIO BARBOSA STAINE**, Município de **CURITIBA - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 740,75**.
Auto de Infração nº **9588**, Protocolo nº **244163920**, contra **LUDEMILDO RODRIGUES DOS SANTOS**, Município de **QUERÊNCIA DO NORTE - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 2.370,40**.
Auto de Infração nº **97108**, Protocolo nº **242008987**, contra **W D SANCHES & CIA LTDA - ME**, Município de **TOLEDO - PR**. DECISÃO: **Advertência**.
Auto de Infração nº **64569**, Protocolo nº **239851576**, contra **ALDEMIR DURIA**, Município de **IVAIPORÃ - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 2.222,25**.
Auto de Infração nº **35347**, Protocolo nº **243034370**, contra **GILVAN JUSTUS JUNIOR LTDA**, Município de **ORTIGUEIRA - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 2.222,25**.
Auto de Infração nº **97113**, Protocolo nº **246226776**, contra **ARTIDOR J B NETO LTDA**, Município de **MATO LEITÃO - RS**. DECISÃO: **Advertência**.
Auto de Infração nº **23933**, Protocolo nº **237840909**, contra **RISOTOLÂNDIA INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA**, Município de **ARAUCÁRIA - PR**. DECISÃO: **Advertência**.
Auto de Infração nº **15875**, Protocolo nº **240358905**, contra **IRINEU BISCA BOTARO**, Município de **ASTORGA - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 740,75**.
Auto de Infração nº **37941**, Protocolo nº **228620696**, contra **GUILHERME DE SOUZA MOTTA**, Município de **DIAMANTE DO OESTE - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 6.000,00**.
Auto de Infração nº **43415**, Protocolo nº **239414567**, contra **RONALDO DOS SANTOS**, Município de **OURO VERDE DO OESTE - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 740,75**.
Auto de Infração nº **103476**, Protocolo nº **219371470**, contra **FLAVIO BORGES PRADO FILHO**, Município de **JANIÓPOLIS - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 1.481,50**.
Auto de Infração nº **22197**, Protocolo nº **227206870**, contra **ANTONIO SESTITO SOBRINHO**, Município de **CASCAVEL - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 11.291,40**, cumulada com **Condenação (de produto).**
Auto de Infração nº **73753**, Protocolo nº **239082440**, contra **ROSILAINE MIEKO ENDO**, Município de **MARINGÁ - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 1.481,50**.
Auto de Infração nº **20875**, Protocolo nº **235615185**, contra **COMERCIAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS JOMIG LTDA**, Município de **CAMPO MOURÃO - PR**. DECISÃO: **Advertência**.
Auto de Infração nº **50454**, Protocolo nº **239323278**, contra **TRANSPORTES E COMERCIO DE CARNES LAGOA GRANDE LTDA**, Município de **CAMPO LARGO - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 1.481,50**.
Auto de Infração nº **46721**, Protocolo nº **238920450**, contra **LILIAN FERNANDA RIBAS**, Município de **CURITIBA - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 5.629,70**.
Auto de Infração nº **96563**, Protocolo nº **239512488**, contra **ITAMIR COLOMBO ME**, Município de **CÉU AZUL - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 2.666,70**.

Auto de Infração nº **29098**, Protocolo nº **236844510**, contra **EDESON RICARDO ANDREIV**, Município de **ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 2.963,00**.
Auto de Infração nº **39248**, Protocolo nº **243874424**, contra **LOTTER MATEUS GUST DRESCH**, Município de **GUARATUBA - PR**. DECISÃO: **Arquivamento por Nulidade/Improcedência**.
Auto de Infração nº **20874**, Protocolo nº **235575183**, contra **TRANSPARANÁ TRANSPORTE LTDA**, Município de **OSASCO - SP**. DECISÃO: **Advertência**.
Auto de Infração nº **8690**, Protocolo nº **237129644**, contra **TRANSPORTADORA LORENZZATTO LTDA** , Município de **GUARANIAÇU - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 740,75**.
Auto de Infração nº **3165**, Protocolo nº **241847764**, contra **AGROINDUSTRIAL HIKARI LTDA**, Município de **CAMBÉ - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 4.592,65**.
Auto de Infração nº **37950**, Protocolo nº **230095582**, contra **GILMAR BERNARDI**, Município de **ITAQUAQUECETUBA - SP**. DECISÃO: **Multa - R$ 2.000,00**.
Auto de Infração nº **97116**, Protocolo nº **246183490**, contra **HACHMANN INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**, Município de **CAPINZAL - SC**. DECISÃO: **Advertência**.
Auto de Infração nº **95925**, Protocolo nº **236348890**, contra **ROBSON LUIZ MARTINS**, Município de **ANTÔNIO OLINTO - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 4.444,50**.
Auto de Infração nº **15874**, Protocolo nº **239608884**, contra **DONIZETI APARECIDO DOS SANTOS**, Município de **LONDRINA - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 10.666,80**.
Auto de Infração nº **22511**, Protocolo nº **238506867**, contra **MILENA DE DEUS BERGER**, Município de **RESERVA - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 740,75**.
Auto de Infração nº **108250**, Protocolo nº **249796093**, contra **ELCIO ANTONIO HIRT**, Município de **CASCAVEL - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 740,75**.
Auto de Infração nº **103350**, Protocolo nº **228563153**, contra **COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA**, Município de **MOREIRA SALES - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 5.000,00**.
Auto de Infração nº **54128**, Protocolo nº **227937084**, contra **JEFTE AGRO LTDA**, Município de **GUARAPUAVA - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 10.000,00**.
Auto de Infração nº **44956**, Protocolo nº **227252880**, contra **ALBAUGH AGRO BRASIL LTDA.** , Município de **SÃO PAULO - SP**. DECISÃO: **Multa - R$ 20.000,00**.
Auto de Infração nº **97114**, Protocolo nº **242110560**, contra **T DE OLIVEIRA GODOY**, Município de **FRANCISCO ALVES - PR**. DECISÃO: **Advertência**.
Curitiba, 10 de Março de 2026
RENATO REZENDE YOUNG BLOOD
Diretor de Defesa Agropecuária

28091/2026

PORTARIA Nº **104**, DE 06 DE MARÇO DE 2026.

Credenciar profissional para emissão de Guia de Trânsito de Subprodutos – GTS.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ - ADAPAR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 3º, inciso IV, da Lei Estadual nº 17.026, de 20 de dezembro de 2011, artigo 13, inciso III, do Anexo a que se refere o Decreto Estadual nº 5.702, de 03 de maio de 2024, e em conformidade com a Lei Estadual nº 11.504, de 06 de agosto de 1996, Decreto Estadual nº 12.029, de 01 de setembro de 2014:

RESOLVE:

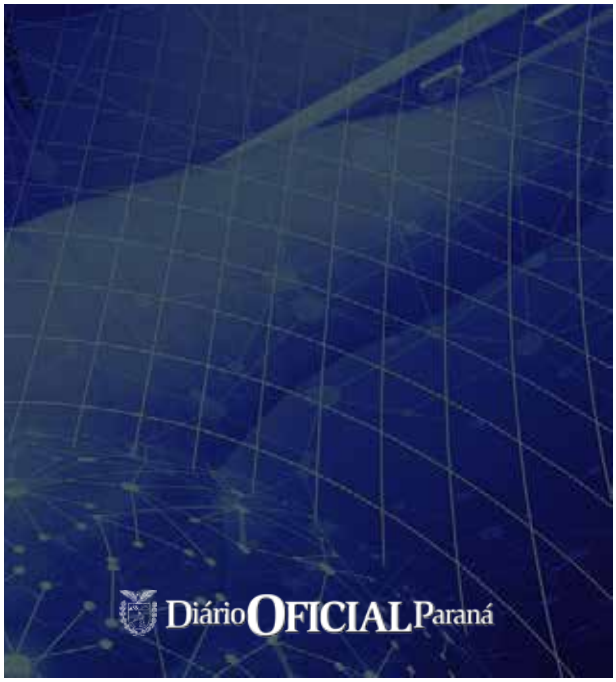
Art. 1º Fica credenciado o(a) profissional Giovanna Inocêncio da Silva, regularmente inscrito(a) no CRMV-PR 20.570, para o exercício da atividade de emissão de Guia de Trânsito de Subprodutos - GTS, em nome da empresa Frigorífico Rio da Prata Ltda, inscrita no CNPJ 81.488.223/0001-41.

Art. 2º O(a) profissional credenciado(a) estará autorizado(a) a emitir a GTS exclusivamente para subprodutos animais não comestíveis para fins industriais e para uso técnico, oriundos de Estabelecimento Manipulador de Subprodutos descrito na presente Portaria, devendo cumprir integralmente a legislação federal e estadual vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.
OTAMIR CESAR MARTINS
Diretor Presidente

27885/2026



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria das Cidades

GOVERNO DO ESTADO DO PARANA
SECRETARIA DO ESTADO DAS CIDADES – SECID
AGENCIA DE ASSUNTOS METROPOLITANOS DO PARANA - AMEP
RESOLUÇÃO AMEP N.º 01/2026

Estabelece as tarifas das linhas do Sistema de Transporte Coletivo da Região Metropolitana de Curitiba.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE ASSUNTOS METROPOLITANOS DO PARANÁ - AMEP, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar n° 153, de 10 de janeiro de 2013, e pelo Decreto n° 2.009, de 27 de julho de 2015, art. 19, inciso XIII, considerando ainda o disposto na Lei n.º 21.353, de 1º de janeiro de 2023, no Decreto nº 12.094, de 28 de novembro de 2025, no Decreto n° 4.468, de 18 de dezembro de 2023, no Decreto nº 12.709, de 09 de fevereiro de 2026, na Resolução nº 24, de 25 de junho de 2025, da Agência Reguladora do Paraná, que dispõe sobre o Cálculo Tarifário das linhas metropolitanas sob a gestão da Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná – AMEP, nos termos do Acordo homologado judicialmente nos autos n.º 0000281-63.2012.8.16.0179, da 5ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR e junto à Mesa de Diálogos do TJPR, sob o Protocolo SEI nº 0169826-11.2024.8.16.6000, assim como considerando o contido no protocolo nº 25.426.387-7,

RESOLVE:

Art.1°. Estipular a planilha de tarifas praticadas pelas linhas do Sistema de Transporte Coletivo da Região Metropolitana de Curitiba, fixadas na forma estabelecida no Anexo desta Resolução.

Art. 2°. Os valores fixados nesta Resolução passam a vigorar a partir do dia 16 de fevereiro de 2026, para os pagamentos da tarifa em dinheiro e cartão Metrocard.

Art. 3°. Os valores fixados nesta Resolução passam a vigorar a partir do dia 23 de fevereiro de 2026, para os pagamentos da tarifa em cartão de débito e crédito.

Art. 4° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 20 de fevereiro de 2026.

Gilson de Jesus dos Santos
Diretor-Presidente da Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná
Wilianson Alves Correa
Diretor de Transporte Coletivo Intermunicipal Metropolitano da AMEP

CÓD	LINHA	TARIFA DINHEIRO	TARIFA CARTÃO (metrocard)	TARIFA DÉBITO / CRÉDITO
702	CAIUÁ/CACHOEIRA	**6,00**	**5,90**	**6,13**
206	BARREIRINHA/SÃO JOSÉ	**6,00**	**5,90**	**6,13**
304	PINHAIS/C.COMPRIDO	**6,00**	**5,90**	**6,13**
607	COLOMBO/CIC	**6,00**	**5,90**	**6,13**
A01	CTBA/CACHOEIRA(MOREIRA GARCEZ)	**6,00**	**5,90**	**6,13**
A04	TAMANDARÉ/CABRAL	**6,00**	**5,90**	**6,13**
A05	MAD.CTBA/TAMANDARÉ	**6,00**	**5,90**	**6,13**
A06	TAMANDARÉ(MINÉRIOS)/PRAÇA19	**6,00**	**5,90**	**6,13**
A07	TAMANDARÉ(LAMENHA)/PRAÇA19	**6,00**	**5,90**	**6,13**
A11	SAN FRANCISCO	**6,00**	**5,90**	**6,13**
A12	MONTE SANTO/VIA SÃO JORGE	**6,00**	**5,90**	**6,13**
A13	CIRCULAR MONTE SANTO	**6,00**	**5,90**	**6,13**
A14	CIRCULAR JD.GRAMADOS	**6,00**	**5,90**	**6,13**
A16	GIANNINI	**6,00**	**5,90**	**6,13**
A17	CIRCULAR SÃO JORGE	**6,00**	**5,90**	**6,13**
A18	TAMANDARÉ/CABRAL	**6,00**	**5,90**	**6,13**
A21	JD.PARAÍSO/TAMANDARÉ	**6,00**	**5,90**	**6,13**
A22	TANGUÁ/TAMANDARÉ	**6,00**	**5,90**	**6,13**
A23	SAN FRANCISCO/JD.PARAÍSO	**6,00**	**5,90**	**6,13**
A31	JD.GRAZIELA	**6,00**	**5,90**	**6,13**
A32	V.PRADO	**6,00**	**5,90**	**6,13**
A72	JD.PARAÍSO/PRAÇA19	**6,00**	**5,90**	**6,13**
A73	JD.MARROCOS/PRAÇA19	**6,00**	**5,90**	**6,13**
A77	TANGUÁ/GUADALUPE	**6,00**	**5,90**	**6,13**
A78	V.MARTA/PRAÇA19	**6,00**	**5,90**	**6,13**
A80	TANGUÁ-V.MARTA/GUADALUPE	**6,00**	**5,90**	**6,13**
B02	MARACANÃ/CABRAL	**6,00**	**5,90**	**6,13**
B03	GUARAITUBA/ALTO DA XV (via T. MARACANÃ)	**6,00**	**5,90**	**6,13**
B05	GUARAITUBA/CABRAL	**6,00**	**5,90**	**6,13**
B06	GUARAITUBA/RUI BARBOSA (via T. MARACANÃ-SEMIDIRETO)	**6,00**	**5,90**	**6,13**
B07	GUARAITUBA/CABRAL (via MARACANÃ)	**6,00**	**5,90**	**6,13**
B11	MARACANÃ/STA.CÂNDIDA	**6,00**	**5,90**	**6,13**
B13	JD.DAS GRAÇAS	**6,00**	**5,90**	**6,13**
B14	PLANALTO	**6,00**	**5,90**	**6,13**
B15	ANA TERRA/ADRIANE	**6,00**	**5,90**	**6,13**
B16	ADRIANE	**6,00**	**5,90**	**6,13**
B17	STA.HELENA	**6,00**	**5,90**	**6,13**
B18	ROSEIRA	**6,00**	**5,90**	**6,13**
B20	GUARAITUBA/CABRAL (via MARACANÃ)	**6,00**	**5,90**	**6,13**
B22	PALOMA	**6,00**	**5,90**	**6,13**
B23	GUARAITUBA	**6,00**	**5,90**	**6,13**
B24	COLÔNIA FARIA	**6,00**	**5,90**	**6,13**
B25	MARACANÃ/BAIRRO ALTO	**6,00**	**5,90**	**6,13**
B26	JD.EUCALIPTOS	**6,00**	**5,90**	**6,13**
B28	V.MARIA DO ROSÁRIO	**6,00**	**5,90**	**6,13**
B29	ROÇA GRANDE/APDEC (via MARACANÃ)	**6,00**	**5,90**	**6,13**
B30	ANA TERRA	**6,00**	**5,90**	**6,13**
B33	BOCAIUVA DO SUL	**6,00**	**5,90**	**6,13**
B37	VALE DAS FLORES	**6,00**	**5,90**	**6,13**
B38	SÃO DIMAS	**6,00**	**5,90**	**6,13**
B39	CAMPO ALTO/STA.CÂNDIDA	**6,00**	**5,90**	**6,13**
B41	MARACANÃ/C.IMBUIA	**6,00**	**5,90**	**6,13**

B42	MARACANÃ/ATUBA	**6,00**	**5,90**	**6,13**
B43	RIO VERDE	**6,00**	**5,90**	**6,13**
B44	V.ZUMBI/GUARAITUBA	**6,00**	**5,90**	**6,13**
B45	BELO RINCÃO/MARACANÃ (PALMARES)	**6,00**	**5,90**	**6,13**
B46	COLÔNIA FARIA/VALE DAS FLORES	**6,00**	**5,90**	**6,13**
B56	ANA TERRA VIA ADRIANE-JD.EUCALIPTOS	**6,00**	**5,90**	**6,13**
B57	CAMPO ALTO-STA.CÂNDIDA (CIRCULAR)	**6,00**	**5,90**	**6,13**
B58	MARACANA-STA.CÂNDIDA (CIRCULAR)	**6,00**	**5,90**	**6,13**
B59	PLANALTO/GUARAITUBA	**6,00**	**5,90**	**6,13**
B69	MAD.CTBA/SÃO DIMAS	**6,00**	**5,90**	**6,13**
B72	T.COLOMBO-T.GUADALUPE (via T.ROÇA GRANDE)	**6,00**	**5,90**	**6,13**
B73	JD.OSASCO/GUADALUPE	**6,00**	**5,90**	**6,13**
B76	SÃO SEBASTIÃO/GUADALUPE	**6,00**	**5,90**	**6,13**
B78	SÃO GABRIEL/GUADALUPE	**6,00**	**5,90**	**6,13**
B89	GUARAITUBA/RUI BARBOSA (Via MARACANÃ-CABRAL)	**6,00**	**5,90**	**6,13**
B90	PALOMA/COLÔNIA FARIA	**6,00**	**5,90**	**6,13**
B91	VALE DAS FLORES/ROSEIRA	**6,00**	**5,90**	**6,13**
C01	PINHAIS/RUI BARBOSA	**6,00**	**5,90**	**6,13**
C03	PINHAIS/GUADALUPE	**6,00**	**5,90**	**6,13**
C04	T.C.IMBUIA/T.PINHAIS	**6,00**	**5,90**	**6,13**
C05	DIRETO C.IMBUIA	**6,00**	**5,90**	**6,13**
C11	JD.HOLANDÊS	**6,00**	**5,90**	**6,13**
C12	VILA NOVA	**6,00**	**5,90**	**6,13**
C13	ÁGUA CLARA	**6,00**	**5,90**	**6,13**
C15	WEISSÓPOLIS	**6,00**	**5,90**	**6,13**
C17	V.MARIA ANTONIETA	**6,00**	**5,90**	**6,13**
C18	JD.TROPICAL (via VARGEM GRANDE)	**6,00**	**5,90**	**6,13**
C20	JD.CLÁUDIA	**6,00**	**5,90**	**6,13**
C22	PLANTA KARLA	**6,00**	**5,90**	**6,13**
C25	V.AMÉLIA	**6,00**	**5,90**	**6,13**
C27	JOAQUINA	**6,00**	**5,90**	**6,13**
C28	JACOB MACANHAN	**6,00**	**5,90**	**6,13**
C29	PRIVÊ	**6,00**	**5,90**	**6,13**
C36	PINHAIS/CENTENÁRIO/BAIRRO ALTO	**6,00**	**5,90**	**6,13**
C38	PINHAIS/CENTENÁRIO/JD. TROPICAL	**6,00**	**5,90**	**6,13**
C39	WEISSÓPOLIS/ V. MARIA ANTONIETA	**6,00**	**5,90**	**6,13**
C41	PINHAIS/BAIRRO ALTO (EMILIANO PERNETA)	**6,00**	**5,90**	**6,13**
C66	V.ZUMBI/ESTAÇÃO ATUBA	**6,00**	**5,90**	**6,13**
C72	V.PALMITAL/GUADALUPE (via CONJ.ATUBA)	**6,00**	**5,90**	**6,13**
D01	PIRAQUARA/SANTOS ANDRADE (via T. SÃO ROQUE)	**6,00**	**5,90**	**6,13**
D02	TERM. SÃO ROQUE/SANTOS ANDRADE	**6,00**	**5,90**	**6,13**
D11	PLANTA DEODORO	**6,00**	**5,90**	**6,13**
D12	SÃO CRISTOVAO	**6,00**	**5,90**	**6,13**
D13	SÃO TIAGO/T. SÃO ROQUE (via NOVA TIROL)	**6,00**	**5,90**	**6,13**
D15	VILA FRANCA	**6,00**	**5,90**	**6,13**
D17	PENDULAR NORTE	**6,00**	**5,90**	**6,13**
D18	PL.DEODORO-S.CRISTOVAO	**6,00**	**5,90**	**6,13**
D20	T. CENTRAL/T. SÃO ROQUE	**6,00**	**5,90**	**6,13**
D21	STA.MÔNICA	**6,00**	**5,90**	**6,13**
D22	GUARITUBA	**6,00**	**5,90**	**6,13**
D23	VILA MACEDO/VILA MILITAR	**6,00**	**5,90**	**6,13**
D31	BELA VISTA	**6,00**	**5,90**	**6,13**
D66	DIRETO PIRAQUARA	**6,00**	**5,90**	**6,13**
D69	MAD.CTBA/PIRAQUARA	**6,00**	**5,90**	**6,13**
D97	CIRCULAR BELA VISTA/NOVA TIROL	**6,00**	**5,90**	**6,13**
E01	URANO/GUADALUPE	**6,00**	**5,90**	**6,13**
E03	AFONSO PENA/GUADALUPE	**6,00**	**5,90**	**6,13**
E11	T.BOQUEIRÃO/T.AFONSO PENA	**6,00**	**5,90**	**6,13**
E12	AFONSO PENA/CENTENÁRIO	**6,00**	**5,90**	**6,13**
E21	T.BOQUEIRÃO/CENTRO SÃO JOSÉ	**6,00**	**5,90**	**6,13**
E32	AEROPORTO/T.BOQUEIRÃO	**6,00**	**5,90**	**6,13**
E67	CTBA/BRAGA (via OURO FINO)	**6,00**	**5,90**	**6,13**
E68	QUISSISSANA/GUADALUPE	**6,00**	**5,90**	**6,13**
E71	JD.IPÊ/GUADALUPE	**6,00**	**5,90**	**6,13**
E72	JD.IZAURA/GUADALUPE	**6,00**	**5,90**	**6,13**
E73	CTBA/JD.CRUZEIRO	**6,00**	**5,90**	**6,13**
E76	POSTO PARIS/GUADALUPE	**6,00**	**5,90**	**6,13**
E77	CTBA/GUATUPÊ	**6,00**	**5,90**	**6,13**
E78	CTBA/ROSEIRA	**6,00**	**5,90**	**6,13**
E79	JD.IZAURA/GUADALUPE (VIA JD.IPÊ)	**6,00**	**5,90**	**6,13**
E99	SÃO JOSÉ/GUADALUPE (via T. CENTRAL)	**6,00**	**5,90**	**6,13**
F01	FAZENDA/PINHEIRINHO	**6,00**	**5,90**	**6,13**
F02	CTBA/FAZENDA RIO GRANDE	**6,00**	**5,90**	**6,13**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

F03	FAZENDA DIRETO	**6,00**	**5,90**	**6,13**
F05	FAZENDA/CIC	**6,00**	**5,90**	**6,13**
F12	IGUAÇU I	**6,00**	**5,90**	**6,13**
F13	ESTADOS I	**6,00**	**5,90**	**6,13**
F14	SANTA MARIA	**6,00**	**5,90**	**6,13**
F15	GRALHA AZUL	**6,00**	**5,90**	**6,13**
F16	NAÇÕES I	**6,00**	**5,90**	**6,13**
F17	EUCALIPTOS	**6,00**	**5,90**	**6,13**
F18	PARQUE INDUSTRIAL	**6,00**	**5,90**	**6,13**
F19	SANTA TEREZINHA	**6,00**	**5,90**	**6,13**
F21	IGUAÇU II	**6,00**	**5,90**	**6,13**
F22	NAÇÕES II	**6,00**	**5,90**	**6,13**
F23	ESTADOS II	**6,00**	**5,90**	**6,13**
F24	EUCALIPTOS II	**6,00**	**5,90**	**6,13**
F25	VENEZA (PEDÁGIO)	**6,00**	**5,90**	**6,13**
F26	SANTA TEREZINHA - IPÊ	**6,00**	**5,90**	**6,13**
F30	GRALHA AZUL II	**6,00**	**5,90**	**6,13**
F32	JARDIM BRASIL	**6,00**	**5,90**	**6,13**
F71	FAZENDA/GUADALUPE	**6,00**	**5,90**	**6,13**
F73	FAZENDA/AREIA BRANCA	**6,00**	**5,90**	**6,13**
G11	QUITANDINHA/PINHEIRINHO	**7,50**	**6,50**	**7,67**
G71	CTBA/MANDIRITUBA	**7,50**	**6,50**	**7,67**
G72	AREIA BRANCA/GUADALUPE	**7,50**	**6,50**	**7,67**
H01	ARAUCÁRIA/GUADALUPE	**6,00**	**5,90**	**6,13**
H02	ARAUCÁRIA/CAPÃO RASO	**6,00**	**5,90**	**6,13**
H11	ARAUCÁRIA/PINHEIRINHO	**6,00**	**5,90**	**6,13**
H12	ARAUCÁRIA/PORTÃO	**6,00**	**5,90**	**6,13**
H13	ANGELICA/PORTÃO (DIRETO)	**6,00**	**5,90**	**6,13**
H20	ANGÉLICA/CAPÃO RASO	**6,00**	**5,90**	**6,13**
H24	T.ANGÉLICA/T.PINHEIRINHO (DIRETO)	**6,00**	**5,90**	**6,13**
H97	ANGÉLICA/GUADALUPE	**6,00**	**5,90**	**6,13**
I11	ARAUCÁRIA/FAZENDA	**6,00**	**5,90**	**6,13**
I14	PIRAQUARA/PINHAIS (via GUARITUBA)	**6,00**	**5,90**	**6,13**
I17	T. SÃO ROQUE/T. PINHAIS	**6,00**	**5,90**	**6,13**
I20	COLOMBO/SÃO JOSÉ	**6,00**	**5,90**	**6,13**
I21	FAZENDA/AGUDOS DO SUL	**7,50**	**6,50**	**7,67**
I30	C.LARGO/BALSA NOVA	**6,00**	**5,90**	**6,13**
	C.LARGO/BALSA NOVA (via BUGRE)			**6,13**
I32	ARAUCÁRIA/CAMPO LARGO	**7,50**	**6,50**	**7,67**
I33	JD. PAULISTA/GUARAITUBA	**6,00**	**5,90**	**6,13**
I40	Q.BARRAS/PIRAQUARA	**6,00**	**5,90**	**6,13**
I50	Q.BARRAS/JD.PAULISTA	**6,00**	**5,90**	**6,13**
I60	PIRAQUARA/SÃO JOSÉ	**6,00**	**5,90**	**6,13**
I71	ITAPERUÇU/RIO BRANCO	**6,00**	**5,90**	**6,13**
I90	T.CACHOEIRA/T.MARACANÃ	**6,00**	**5,90**	**6,13**
I91	T.TAMANDARÉ/COLOMBO	**6,00**	**5,90**	**6,13**
J02	C.LARGO/C.SIQUEIRA	**6,00**	**5,90**	**6,13**
J12	REBOUÇAS	**6,00**	**5,90**	**6,13**
J16	STA.ÂNGELA	**6,00**	**5,90**	**6,13**
J17	DOM PEDRO II	**6,00**	**5,90**	**6,13**
J18	DONA FINA	**6,00**	**5,90**	**6,13**
J20	VILA TORRES	**6,00**	**5,90**	**6,13**
J62	CAMPO LARGO/GUADALUPE	**6,00**	**5,90**	**6,13**
J71	ITAMBÉ	**6,00**	**5,90**	**6,13**
J99	HOSP.ROCIO/TUBO FERRARI	**0,00**	**0,00**	**0,00**
K01	ITAPERUÇU(TAMANDARÉ MINÉRIOS)/GUADALUPE	**6,00**	**5,90**	**6,13**
K11	ITAPERUÇU/TAMANDARÉ	**6,00**	**5,90**	**6,13**
K71	ITAPERUÇU/PRAÇA19	**6,00**	**5,90**	**6,13**
K72	DIRETO ITAPERUÇU	**6,00**	**5,90**	**6,13**
L01	R.BRANCO SUL(TAMANDARÉ-LAMENHA)/PRAÇA19	**6,00**	**5,90**	**6,13**
L11	RIO B.SUL/TAMANDARÉ	**6,00**	**5,90**	**6,13**
L71	RIO BRANCO DO SUL/PRAÇA19	**6,00**	**5,90**	**6,13**
L72	DIRETO RIO BRANCO	**6,00**	**5,90**	**6,13**
L79	RIO BRANCO DO SUL/PRAÇA19 (via T.TAMANDARÉ)	**6,00**	**5,90**	**6,13**
N01	HOSP.CARON/ATUBA (via JD.PAULISTA-Q.BARRAS)	**6,00**	**5,90**	**6,13**
N11	SEDE/JD.PAULISTA	**6,00**	**5,90**	**6,13**
N12	JD. CECCON	**6,00**	**5,90**	**6,13**
N23	JOÃO PAULO II	**6,00**	**5,90**	**6,13**
N24	ÁREA INDUSTRIAL	**6,00**	**5,90**	**6,13**
N61	CAMPINA GRANDE DO SUL/GUADALUPE	**6,00**	**5,90**	**6,13**
N62	JD.PAULISTA/GUADALUPE	**6,00**	**5,90**	**6,13**
N72	EUGÊNIA MARIA/GUADALUPE	**6,00**	**5,90**	**6,13**
O11	BORDA DO CAMPO	**0,00**	**0,00**	**0,00**

O12	SÃO PEDRO/MENINO DEUS	**0,00**	**0,00**	**0,00**
O13	PALMITAL-RIB.TIGRE	**0,00**	**0,00**	**0,00**
O14	SANTA LUZIA	**0,00**	**0,00**	**0,00**
O15	JOIÃO DA CIDADANIA	**0,00**	**0,00**	**0,00**
O31	QUATRO BARRAS/ATUBA (via GRACIOSA)	**6,00**	**5,90**	**6,13**
O62	QUATRO BARRAS/GUADALUPE (via ESTAÇÃO ATUBA)	**6,00**	**5,90**	**6,13**
O74	QUATRO BARRAS/GUADALUPE	**6,00**	**5,90**	**6,13**
O69	MAD.CTBA/QUATRO BARRAS	**6,00**	**5,90**	**6,13**
P01	CTBA/CAMPO MAGRO	**6,00**	**5,90**	**6,13**
P11	CAMPO MAGRO	**6,00**	**5,90**	**6,13**
P12	C.MAGRO (S.BENEDITO)	**6,00**	**5,90**	**6,13**
P13	BOM PASTOR	**6,00**	**5,90**	**6,13**
P14	JD.BOA VISTA	**6,00**	**5,90**	**6,13**
P15	JD.PIONEIRO	**6,00**	**5,90**	**6,13**
P16	JD.BOA VISTA (PADRE ALEIXO)	**6,00**	**5,90**	**6,13**
P17	CAMPO NOVO/STA.FELICIDADE	**6,00**	**5,90**	**6,13**
P31	BATEIAS/CAMPO MAGRO	**5,50**	**5,25**	**5,62**
P32	TERRA BOA/CAMPO MAGRO	**7,00**	**6,50**	**7,16**
P59	BOM PASTOR via JD.PIONEIRO	**6,00**	**5,90**	**6,13**
R11	CONTENDA/ARAUCÁRIA	**6,00**	**5,90**	**6,13**
R99	CONEXÃO CONTENDA	**0,00**	**0,00**	**0,00**
S01	ROÇA GRANDE/GUADALUPE	**6,00**	**5,90**	**6,13**
S02	ROÇA GRANDE/ESTAÇÃO ATUBA	**6,00**	**5,90**	**6,13**
S11	ROÇA GRANDE/GUARAITUBA	**6,00**	**5,90**	**6,13**
S12	PARQUE EMBU	**6,00**	**5,90**	**6,13**
S13	PARQUE EMBU/CÉSAR AUGUSTO	**6,00**	**5,90**	**6,13**
S14	ANA ROSA/ROÇA GRANDE	**6,00**	**5,90**	**6,13**
S15	SANTA TEREZA	**6,00**	**5,90**	**6,13**
S16	GUARACI (via SÃO GABRIEL)	**6,00**	**5,90**	**6,13**
S19	SEDE/T.ROÇA GRANDE	**6,00**	**5,90**	**6,13**
S31	ROÇA GRANDE/STA.CÂNDIDA	**6,00**	**5,90**	**6,13**
S59	CIRCULAR SANTA FÉ/T.ROÇA GRANDE	**6,00**	**5,90**	**6,13**
S89	SÃO SEBASTIÃO/GUADALUPE (Via SÃO GABRIEL)	**6,00**	**5,90**	**6,13**
Y96	FAZENDA/ S.JOSE DOS PINHAIS	**6,00**	**5,90**	**6,13**
Y97	QUITANDINHA/RIO NEGRO (via CAMPO DO TENENTE)	**6,00**	**5,90**	**6,13**
Y98	RIBEIRÃO/JD. PAULISTA	**6,00**	**5,90**	**6,13**
Y99	TUNAS DO PARANÁ/GUADALUPE	**6,00**	**5,90**	**6,13**

28105/2026



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

UEL

PORTARIA N. 3279 – 19/11/2025

A Reitora da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o consubstanciado no Processo n° 21.192.133-1, em especial as Portarias nº 2646 – 13/09/2024, fls. 39, e n º 0527 13/03/2025, fls. 43,

R E S O L V E:

I – Dispensar a docente **ELIANE CRISTINA HILBERATH MOREIRA** (Chapa Funcional n. 0508901 – CCS-FIST) da função de membro da Comissão de Sindicância Administrativa.
II – Designar o docente **ANDRE LUIS ANDRADE MENOLLI** (Chapa Funcional n. 0129968 – CCE/COMP) como membro da Comissão de Sindicância Administrativa.
III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua **publicação no Diário Oficial**.

Profa. Dra. Marta Regina Gimenez Favaro
Reitora

28545/2026

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA GEFIS Nº 245/2026

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executivo nº 52/2023, art. 1º, alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei nº 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual nº 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual nº 4.993/16, na Lei nº 14.133/21, em especial no seu art. 8º, § 3º, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto nº 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual nº 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:
Contrato nº **362/2023** **Convite nº 1/2023**

Contratada: **Gráfica e Editora Tamoyo LTDA**
Objeto: **Contratação de empresa para fornecimento de serviços gráficos: banner, faixa, folder, cartaz**

GESTOR
Servidor **Zilda Aparecida Freitas de Andrade** Matrícula **2600851** Unidade **Pró-Reitoria De Extensão, Cultura e Sociedade** E-mail **zilda@uel.br** Em substituição a Soraia Martinez da Silva Carmo

FISCAL
Tipo Fiscal de Contrato Servidor **Vicentina Candido** Matrícula **2203725** Unidade **Divisão de Cursos e Eventos** E-mail **tina@uel.br** Em substituição a Maria Andrea da Silva Gonçalves

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

28514/2026

Universidade Estadual de Londrina, **09 de março de 2026**.
AZENIL STAVISKI
Pró-Reitor de Administração e Finanças/UEL

PORTARIA Nº 2646 – 13/09/2024

A Reitora da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o consubstanciado no Processo n° 21.192.133-1, em especial o Parecer da Procuradoria Jurídica (PJU) n° 212/2024 (fls. 26 – 36a),

R E S O L V E:

I – Instaurar Procedimento de **Sindicância Administrativa** nos moldes dos artigos 116 a 125 da Lei Estadual nº 20.656 de 2021, que estabelece normas gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos no âmbito do Estado do Paraná, e dos artigos 186 a 191 e 192 a 196 do Regimento Geral da Universidade Estadual de Londrina, naquilo que não contrariar a referida Lei, para que sejam apurados os fatos contidos no Processo n° 21.192.133-1.
II - Designar a docente **MARIA LUIZA HIROMI IWAKURA KASAI (Chapa Funcional: 1328790 – CCS-MOOI)**, na condição de membro Presidente, a docente **DENISE ANDRADE PEREIRA (Chapa Funcional: 0407385 – CCS-ENF)** e a docente **RUBIA CASAGRANDE (Chapa Funcional: 1812220 – CCS-DCF)**, para sob a presidência da primeira, constituírem Comissão de Sindicância Administrativa no referido processo.
III - Os trabalhos da Comissão deverão ser iniciados dentro do prazo de **03 (três) dias** e concluídos no prazo de **15 (quinze) dias**.
IV – Esta Portaria entra em vigor na data de sua **publicação no Diário Oficial**.

Profa. Dra. Marta Regina Gimenez Favaro
Reitora

28526/2026

PORTARIA Nº 0527 – 13/03/2025

A Reitora da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o consubstanciado no Processo n° 21.192.133-1, em especial a Portaria nº 2646 – 13/09/2024 (fl. 39),

R E S O L V E:

I – Dispensar a docente **RUBIA CASAGRANDE** (Chapa Funcional n. 1812220 – CCS-DCF) da função de membro da Comissão de Sindicância Administrativa.
II – Designar a docente **ELIANE CRISTINA HILBERATH MOREIRA** (Chapa Funcional n. 0508901 – CCS-FIST) como membro da Comissão de Sindicância Administrativa.
III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua **publicação no Diário Oficial**.

Profa. Dra. Marta Regina Gimenez Favaro
Reitora

28535/2026

Considerando a Instrução Normativa Nº 142/2018 do Tribunal de Contas do Paraná; O Pró-Reitor de Recursos Humanos da Universidade Estadual de Londrina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Ato Executivo nº 83/2022 de 10/06/2022; **R E S O L V E**: Tornar público os extratos das prorrogações de Contratos de Trabalho em Regime Especial dos Docentes, regidos pela Lei Complementar Estadual nº 108/2005, no mês de fevereiro de 2026.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇAO DE CONTRATO DO REGIME ESPECIAL-CRES:

Nome: **Bruno Henrique Martins** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 003/2026, Função: Professor Colaborador Adjunto, Prorrogar a partir de 03/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público Docente, desde que não ultrapasse 02/02/2027.
Nome: **Fabiano Prado Pedroso** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 004/2026, Função: Professor Colaborador Adjunto, Prorrogar a partir de 06/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público Docente, desde que não ultrapasse 05/02/2027.
Nome: **Francieli de Fátima Missio** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 005/2026, Função: Professor Colaborador Adjunto, Prorrogar a partir de 03/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público Docente, desde que não ultrapasse 02/02/2027.
Nome: **Gabriela Machineski da Silva** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 006/2026, Função: Professor Colaborador Adjunto, Prorrogar a partir de 14/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público Docente, desde que não ultrapasse 13/02/2027.
Nome: **Guilherme Arielo Rodrigues Maia** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 007/2026, Função: Professor Colaborador Adjunto, Prorrogar a partir de 03/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público Docente, desde que não ultrapasse 02/02/2027.
Nome: **Luiz Henrique Campos de Almeida** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 008/2006, Função: Professor Colaborador Adjunto, Prorrogar a partir de 10/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público Docente, desde que não ultrapasse 09/02/2027.
Nome: **Luiz Henrique Campos de Almeida** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 009/2026, Função: Professor Colaborador Adjunto, Prorrogar a partir de 10/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público Docente, desde que não ultrapasse 09/02/2027.
Nome: **Patrick Eugenio Luz** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 010/2026, Função: Professor Colaborador Assistente, Prorrogar a partir de 06/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público Docente, desde que não ultrapasse 05/02/2027.
Nome: **Paulo Fernando Gasparetto Junior** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 011/2026, Função: Professor Colaborador Auxiliar, Prorrogar a partir de 27/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público Docente, desde que não ultrapasse 26/02/2027.
Nome: **Rafael Fagnani** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 012/2026, Função: Professor Colaborador Adjunto, Prorrogar a partir de 03/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público Docente, desde que não ultrapasse 02/02/2027.
Nome: **Thaissa Boldieri de Souza** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 013/2026, Função: Professor Colaborador Adjunto, Prorrogar a partir de 06/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público Docente, desde que não ultrapasse 05/02/2027.
Prof. Dr. Leandro Ricardo Altimari - Pró-Reitor de Recursos Humanos.

28574/2026

Considerando a Instrução Normativa Nº 142/2018 do Tribunal de Contas do Paraná; O Pró-Reitor de Recursos Humanos da Universidade Estadual de Londrina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Ato Executivo nº

83/2022 de 10/06/2022; **R E S O L V E**: Tornar público os extratos das contratações em Regime Especial dos servidores da Carreira Docente desta Universidade contratados no mês de fevereiro de 2026.

EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL-CRES:

Nome: **ADEMIR FARIA PIRES** – Contrato nº 079/2026, Função: Professor Colaborador/Adjunto, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 5.343,63 - Período: 27/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público, desde que não ultrapasse 26/02/2027.

Nome: **ALBERTO JOÃO ZORTÉA JUNIOR** – Contrato nº 077/2026, Função: Professor Colaborador/Adjunto, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 5.343,63 - Período: 26/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público, desde que não ultrapasse 25/02/2027.

Nome: **ALBERTO PAULO NETO** – Contrato nº 064/2026, Função: Professor Colaborador/Adjunto, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 5.343,63 - Período: 25/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público, desde que não ultrapasse 24/02/2027.

Nome: **ALEKSANDER RONCON** – Contrato nº 023/2026, Função: Professor Colaborador/Assistente, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 3.318,92 - Período: 02/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público, desde que não ultrapasse 01/02/2027.

Nome: **ALINE MARA LUSTOZA FEDATO** – Contrato nº 056/2026, Função: Professor Colaborador/Assistente, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 3.318,92 - Período: 23/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público, desde que não ultrapasse 22/02/2027.

Nome: **ANA PAULA MICHELIN** – Contrato nº 013/2026, Função: Professor Colaborador/Adjunto, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 5.343,63 - Período: 02/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público, desde que não ultrapasse 01/02/2027.

Nome: **ANDERSON LUIS SCHUCK** – Contrato nº 021/2026, Função: Professor Colaborador/Adjunto, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 5.343,63 - Período: 02/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público, desde que não ultrapasse 01/02/2027.

Nome: **ANDRE RODRIGUES DA SILVA** – Contrato nº 031/2026, Função: Professor Colaborador/Assistente, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 3.318,92 - Período: 09/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público, desde que não ultrapasse 08/02/2027.

Nome: **ANGELICA NUNES TIEPO** – Contrato nº 053/2026, Função: Professor Colaborador/Adjunto, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 5.343,63 - Período: 23/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público, desde que não ultrapasse 22/02/2027.

Nome: **ANNA CATARINA GATZK DE ARRUDA** – Contrato nº 011/2026, Função: Professor Colaborador/Assistente, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 3.318,92 - Período: 02/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público, desde que não ultrapasse 01/02/2027.

Nome: **ANTONIO LUCIO BARIZON FILHO** – Contrato nº 043/2026, Função: Professor Colaborador/Adjunto, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 5.343,63 - Período: 11/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público, desde que não ultrapasse 10/02/2027.

Nome: **BRUNO ALEXANDRE RODRIGUES** – Contrato nº 074/2026, Função: Professor Colaborador/Adjunto, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 5.343,63 - Período: 25/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público, desde que não ultrapasse 24/02/2027.

Nome: **BYANCA GABRIELY SILVA DE OLIVEIRA** – Contrato nº 051/2026, Função: Professor Colaborador/Assistente, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 3.318,92 - Período: 23/02/2026 até o retorno da professora Laura Taddei Brandini ao Departamento, desde que não ultrapasse 22/02/2027.

Nome: **CLAUDIA ROCHA PICCIN** – Contrato nº 009/2026, Função: Professor Colaborador/Assistente, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 3.318,92 - Período: 02/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público, desde que não ultrapasse 01/02/2027.

Nome: **CRISTIANI BALDO DA ROCHA** – Contrato nº 006/2026, Função: Professor Colaborador/Adjunto, Regime de Trabalho: 40h/s, Salário Base: - R$ 10.687,27 - Período: 02/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público, desde que não ultrapasse 01/02/2027.

Nome: **DANIELA FRIZON ALFIERI** – Contrato nº 038/2026, Função: Professor Colaborador/Adjunto, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 5.343,63 - Período: 04/02/2026 até o retorno do professor EDMARLON GIROTTO ao Departamento, desde que não ultrapasse 03/02/2027.

Nome: **DAYENNE KAROLINE CHIMITI PELEGRINI** – Contrato nº 062/2026, Função: Professor Colaborador/Adjunto, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 5.343,63 - Período: 23/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público, desde que não ultrapasse 22/02/2027.

Nome: **EDIRLEY GUIMARÃES DE SOUZA** – Contrato nº 028/2026, Função: Professor Colaborador/Adjunto, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 5.343,63 - Período: 06/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público, desde que não ultrapasse 05/02/2027.

Nome: **EDUARDO HENRIQUE FERREIRA** – Contrato nº 041/2026, Função: Professor Colaborador/Assistente, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 3.318,92 - Período: 11/02/2026 até o retorno da professora Laura Taddei Brandini ao Departamento, desde que não ultrapasse 10/02/2027.

Nome: **ERICA MAIRENE BOCATE** – Contrato nº 065/2026, Função: Professor Colaborador/Adjunto, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 5.343,63 - Período: 25/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público, desde que não ultrapasse 24/02/2027.

Nome: **EVELIN DAIANE GABRIEL PINHATTI** – Contrato nº 063/2026, Função: Professor Colaborador/Adjunto, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 5.343,63 - Período: 23/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público, desde que não ultrapasse 22/02/2027.

Nome: **EVERTON LUIS RODRIGUES CIRILLO** – Contrato nº 019/2026, Função: Professor Colaborador/Adjunto, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 5.343,63 - Período: 02/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público, desde que não ultrapasse 01/02/2027.

Nome: **FABIANA FONTANA MEDEIROS** – Contrato nº 033/2026, Função: Professor Colaborador/Adjunto, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 5.343,63 - Período: 11/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público, desde que não ultrapasse 10/02/2027.

Nome: **FABIANA FONTANA MEDEIROS** – Contrato nº 034/2026, Função: Professor Colaborador/Adjunto, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 5.343,63 - Período: 11/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público, desde que não ultrapasse 10/02/2027.

Nome: **FELIPE RODRIGUES DOS SANTOS** – Contrato nº 055/2026, Função: Professor Colaborador/Adjunto, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 5.343,63 - Período: 23/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público, desde que não ultrapasse 22/02/2027.

Nome: **FERNANDA DINIZ AVILA** – Contrato nº 017/2026, Função: Professor Colaborador/Assistente, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 3.318,92 - Período: 09/02/2026 até o retorno do professor Aron Lopes Petrucci ao Departamento, desde que não ultrapasse 08/02/2027.

Nome: **FRANCELINE PRISCILA GUSMÃO** – Contrato nº 076/2026, Função: Professor Colaborador/Adjunto, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 5.343,63 - Período: 25/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público, desde que não ultrapasse 24/02/2027.

Nome: **GABRIEL AVANZI UBIALI** – Contrato nº 044/2026, Função: Professor Colaborador/Adjunto, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 5.343,63 - Período: 19/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público, desde que não ultrapasse 18/02/2027.

Nome: **GABRIELE BASTOS PECUCH** – Contrato nº 002/2026, Função: Professor Colaborador/Adjunto, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 5.343,63 - Período: 02/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público, desde que não ultrapasse 01/02/2027.

Nome: **GLAUCO AKELINGHTON FREIRE VITIELLO** – Contrato nº 003/2026, Função: Professor Colaborador/Adjunto, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 5.343,63 - Período: 02/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público, desde que não ultrapasse 01/02/2027.

Nome: **HEITOR CASASOLA CINEL** – Contrato nº 054/2026, Função: Professor Colaborador/Adjunto, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 5.343,63 - Período: 23/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público, desde que não ultrapasse 22/02/2027.

Nome: **HELENIZE FERREIRA LIMA LEACHI** – Contrato nº 067/2026, Função: Professor Colaborador/Adjunto, Regime de Trabalho: 40h/s, Salário Base: - R$ 10.687,27 - Período: 26/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público, desde que não ultrapasse 25/02/2027.

Nome: **HELOÍSA AGUETONI CAMBUÍ** – Contrato nº 045/2026, Função: Professor Colaborador/Adjunto, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 5.343,63 - Período: 19/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público, desde que não ultrapasse 18/02/2027.

Nome: **JAMILE HADDAD NETA** – Contrato nº 052/2026, Função: Professor Colaborador/Adjunto, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 5.343,63 - Período: 23/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público, desde que não ultrapasse 22/02/2027.

Nome: **JULIANA CARVALHO PAVÃO** – Contrato nº 008/2026, Função: Professor Colaborador/Adjunto, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 5.343,63 - Período: 02/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público, desde que não ultrapasse 01/02/2027.

Nome: **JULIANE CRISTINA LEME** – Contrato nº 018/2026, Função: Professor Colaborador/Adjunto, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 5.343,63 - Período: 02/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público, desde que não ultrapasse 01/02/2027.

Nome: **JULIANNA RUEDIGER** – Contrato nº 059/2026, Função: Professor Colaborador/Adjunto, Regime de Trabalho: 40h/s, Salário Base: - R$ 10.687,27 - Período: 23/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público, desde que não ultrapasse 22/02/2027.

Nome: **JULIO CESAR DA COSTA** – Contrato nº 029/2026, Função: Professor Colaborador/Adjunto, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 5.343,63 - Período: 06/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público, desde que não ultrapasse 05/02/2027.

Nome: **JULISE FRANCIELE DE CARVALHO FREIRE** – Contrato nº 024/2026, Função: Professor Colaborador/Assistente, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 3.318,92 - Período: 02/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público, desde que não ultrapasse 01/02/2027.

Nome: **KARINE SILVA DE OLIVEIRA** – Contrato nº 057/2026, Função: Professor Colaborador/Auxiliar Especialista, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 3.318,92 - Período: 23/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público, desde que não ultrapasse 22/02/2027.

Nome**: LARISSA MARION GRANDE CAVALHEIRO** – Contrato nº 010/2026, Função: Professor Colaborador/Adjunto, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 5.343,63 - Período: 02/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público, desde que não ultrapasse 01/02/2027.

Nome: **LAURA FERNANDA CONDOTA BORBA DE SOUZA** – Contrato nº 060/2026, Função: Professor Colaborador/Adjunto, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 5.343,63 - Período: 23/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público, desde que não ultrapasse 22/02/2027.

Nome: **LUCAS BENEDITO FOGAÇA RABITO**– Contrato nº 042/2026, Função: Professor Colaborador/Assistente, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 3.318,92- Período: 11/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público, desde que não ultrapasse 10/02/2027.

Nome: **LUCAS GABRIEL DOS SANTOS** – Contrato nº 032/2026, Função: Professor Colaborador/Adjunto, Regime de Trabalho: 40h/s, Salário Base: - R$ 10.687,27 - Período: 11/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público, desde que não ultrapasse 10/02/2027.

Nome: **LUCAS MATEUS GIACOMETTI DE FREITAS**– Contrato nº 050/2026, Função: Professor Colaborador/Assistente, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 3.318,92- Período: 23/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público, desde que não ultrapasse 22/02/2027.

Nome: **MAIARA FERNANDES DE OLIVEIRA** – Contrato nº 075/2026, Função: Professor Colaborador/Assistente, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 3.318,92 - Período: 25/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público desde que não ultrapasse 24/02/2027.

Nome: **MAICO EDUARDO DIAS DIAS** – Contrato nº 022/2026, Função: Professor Colaborador/Adjunto, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 5.343,63 - Período: 02/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público, desde que não ultrapasse 01/02/2027.

Nome: **MARIA CARLA VIEIRA PINHO** – Contrato nº 030/2026, Função: Professor Colaborador/Adjunto, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 5.343,63 - Período: 09/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Concurso Público, desde que não ultrapasse 08/02/2027.
Nome: **MARIA CAROLINA DE ARAUJO ANTONIO** – Contrato nº 004/2026, Função: Professor Colaborador/Adjunto, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 5.343,63 - Período: 02/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público, desde que não ultrapasse 01/02/2027.
Nome: **MARIA CAROLINE ROGERIO DE ALMEIDA** – Contrato nº 058/2026, Função: Professor Colaborador/Assistente, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 3.318,92 - Período: 23/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público, desde que não ultrapasse 22/02/2027.
Nome: **MARIA ISABEL LOVO MARTINS BUSCH PEREIRA** – Contrato nº 046/2026, Função: Professor Colaborador/Adjunto, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 5.343,63 - Período: 19/02/2026 até o retorno da professora Larissa Juliani Sanches ao Departamento, desde que não ultrapasse 18/02/2027.
MARIANE DE MATOS AQUINO – Contrato nº 007/2026, Função: Professor Colaborador/Assistente, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 3.318,92 - Período: 02/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público, desde que não ultrapasse 01/02/2027.
Nome: **MARLENE FERREIRA ROYER** – Contrato nº 015/2026, Função: Professor Colaborador/Adjunto, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 5.343,63 - Período: 02/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público, desde que não ultrapasse 01/02/2027.
Nome: **MILENA PASSARELLI CORTEZ** – Contrato nº 047/2026, Função: Professor Colaborador/Assistente, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 3.318,92 - Período: 19/02/2026 até o retorno da professora Maria Elisa Wotzasek Cestari ao Departamento, desde que não ultrapasse 18/02/2027.
Nome: **NAIARA CRISTINA LUCREDI**– Contrato nº 048/2026, Função: Professor Colaborador/Adjunto, Regime de Trabalho: 40 h/s, Salário Base: - R$ 10.687,27 - Período: 19/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público, desde que não ultrapasse 18/02/2027.
Nome: **NATALIA NAVARRO GARCIA** – Contrato nº 025/2026, Função: Professor Colaborador/Assistente, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 3.318,92 - Período: 02/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público, desde que não ultrapasse 01/02/2027.
Nome: **NICOLE CALDAS PAN** – Contrato nº 039/2026, Função: Professor Colaborador/Adjunto, Regime de Trabalho: 20 h/s, Salário Base: - R$ 5.343,63 - Período: 05/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público, desde que não ultrapasse 04/02/2027.
Nome: **PRISCILA ROMERO SANCHES** – Contrato nº 020/2026, Função: Professor Colaborador/Adjunto, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 5.343,63 - Período: 02/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público, desde que não ultrapasse 01/02/2027.
Nome: **RAFAELA STERZA DA SILVA** – Contrato nº 066/2026, Função: Professor Colaborador/Adjunto, Regime de Trabalho: 40h/s, Salário Base: - R$ 10.687,27 - Período: 26/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público, desde que não ultrapasse 25/02/2027.
Nome: **RODRIGO BISCHOFF BELLI**– Contrato nº 005/2026, Função: Professor Colaborador/Adjunto, Regime de Trabalho: 20 h/s, Salário Base: - R$ 5.343,63 - Período: 02/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público, desde que não ultrapasse 01/02/2027.
Nome: **ROSANA SOHAILA TEIXEIRA MOREIRA** – Contrato nº 036/2026, Função: Professor Colaborador/Adjunto, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 5.343,63 - Período: 02/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público desde que não ultrapasse 01/02/2027.
Nome: **SARAH LOTT MORETTO** – Contrato nº 078/2026, Função: Professor Colaborador/Adjunto, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 5.343,63 - Período: 27/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público desde que não ultrapasse 26/02/2027.
Nome: **SUELLEN DO CARMO GUIMARÃES** – Contrato nº 016/2026, Função: Professor Colaborador/Assistente, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 3.318,92 - Período: 02/02/2026 até o retorno da professora Zilda Aparecida Freitas De Andrade ao Departamento, desde que não ultrapasse 01/02/2027.
Nome: **TAINA TAIZA DE ARAUJO SILVA** – Contrato nº 040/2026, Função: Professor Colaborador/Assistente, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 3.318,92 - Período: 09/02/2026 até o retorno do professor Silvano Cesar da Costa ao Departamento, desde de que não ultrapasse 08/02/2027.
Nome: **VALQUIRIA MARIA GONÇALVES** – Contrato nº 035/2026, Função: Professor Colaborador/Assistente, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 3.318,92 - Período: 02/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público desde que não ultrapasse 01/02/2027.
Nome: **VANESSA CRUZ MANTOANI** – Contrato nº 037/2026, Função: Professor Colaborador/Adjunto, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 5.343,63 - Período: 04/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público desde que não ultrapasse 03/02/2027.
Nome: **VIVIANE APARECIDA BERNARDES DE ARRUDA** – Contrato nº 014/2026, Função: Professor Colaborador/Adjunto, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário Base: - R$ 5.343,63 - Período: 02/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público, desde que não ultrapasse 01/02/2027.
Nome: **YASMIM DUQUE FRANCO** – Contrato nº 049/2026, Função: Professor Colaborador/Auxiliar Especialista, Regime de Trabalho: 20h/s, Salário

Base: - R$ 2.344,88- Período: 19/02/2026 até posse e exercício de candidato aprovado em Concurso Público, desde que não ultrapasse 18/02/2027...
Prof. Dr. Leandro Ricardo Altimari-Pró-Reitor de Recursos Humanos.

28554/2026

PORTARIA GEFIS Nº 248/2026

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. lll e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 1053/2025 Pregão Eletrônico nº238/2024

Contratada: Aaba Comércio de Equipamentos Médicos Ltda

Objeto: Fornecimento Parcelado de Curativos Para Prevenção e Cuidados Com Lesão de Pele, Feridas, Tratamento de Queimaduras Para Atender O Hospital Universitário de Londrina.

GESTOR:

Servidor Maria Cristina da Silva Paduan
Matricula 1332978
E-mail crispaduan@uel.br

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal de Contrato
Servidor Silvana Machado do Nascimento
Matricula 1909737
E-mail malu@uel.br

Tipo Contrato Fiscal de Contrato
Servidor Priscila Conde Bogo
Matricula 1607118
E-mail priscila.bogo@uel.br

Tipo Contrato Fiscal de Contrato
Servidor Sergio Henrique Barbosa de Oliveira
Matricula 1911311
E-mail sergin_hbo@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,10 Março 2026

Iara Aparecida de Oliveira Secco

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 249/2026

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. lll e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 1054/2025 Pregão Eletrônico nº238/2024

Contratada: Fufa Pr Comércio de Produtos Hospitalares Ltda

Objeto: Fornecimento Parcelado de Curativos Para Prevenção e Cuidados Com Lesão de Pele, Feridas, Tratamento de Queimaduras Para Atender O Hospital Universitário de Londrina.

GESTOR:

Servidor Adelaine Rodrigues Oliveira
Matricula 0111195
E-mail adelaine@uel.br

Servidor Maria Cristina da Silva Paduan
Matricula 1332978
E-mail crispaduan@uel.br

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal de Contrato
Servidor Silvana Machado do Nascimento

Matricula 1909737
E-mail malu@uel.br

Tipo Contrato Fiscal de Contrato
Servidor Priscila Conde Bogo
Matricula 1607118
E-mail priscila.bogo@uel.br

Tipo Contrato Fiscal de Contrato
Servidor Sergio Henrique Barbosa de Oliveira
Matricula 1911311
E-mail sergin_hbo@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato,

revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,10 Março 2026

Iara Aparecida de Oliveira Secco

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 250/2026

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 571/2025 Pregão Eletrônico nº306/2024

Contratada: Hr Medical Soluções Ltda

Objeto: Contratação Para O Fornecimento Parcelado de Válvulas Reguladoras Para Rede Canalizada Gases Medicinais e Tomadas Duplas Para Oxigênio, Para Uso Em Redes Canalizadas Ou Reguladores de Pressão Hospitalares, Para O Hospital Universitário (Hu-Uel), Pelo Período de 12 (Doze) Meses.

GESTOR:

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal de Contrato
Servidor Maria Cristina da Silva Paduan
Matricula 1332978
E-mail crispaduan@uel.br

Tipo Contrato Fiscal de Contrato
Servidor Sergio Henrique Barbosa de Oliveira
Matricula 1911311
E-mail sergin_hbo@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,10 Março 2026

Iara Aparecida de Oliveira Secco

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 251/2026

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 572/2025 Pregão Eletrônico nº306/2024

Contratada: Equimed Equipamentos Médicos Hospitalares Ltda

Objeto: Contratação Para O Fornecimento Parcelado de Válvulas Reguladoras Para Rede Canalizada Gases Medicinais e Tomadas Duplas Para Oxigênio, Para Uso Em Redes Canalizadas Ou Reguladores de Pressão Hospitalares, Para O Hospital Universitário (Hu-Uel), Pelo Período de 12 (Doze) Meses.

GESTOR:

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal de Contrato
Servidor Maria Cristina da Silva Paduan
Matricula 1332978
E-mail crispaduan@uel.br

Tipo Contrato Fiscal de Contrato
Servidor Sergio Henrique Barbosa de Oliveira
Matricula 1911311
E-mail sergin_hbo@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,10 Março 2026

Iara Aparecida de Oliveira Secco

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 252/2026

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 1798/2025 Pregão Eletrônico nº310/2024

Contratada: Pallet Rio Industria e Comercio Ltda

Objeto: Fornecimento de Lixeira Branca Com Pedal de 25 Litros, 50 Litros e 100 Litros, Para Atender O Hospital Veterinário-Uel, Hospital Universitário de Londrina

GESTOR:

Servidor Andrea Name Colado Simão
Matricula 0121642
E-mail deianame@uel.br

Servidor Maria Cristina da Silva Paduan
Matricula 1332978
E-mail crispaduan@uel.br

Servidor Ulisses de Padua Pereira
Matricula 2100276
E-mail upaduapereira@uel.br

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Joao Antonio da Silva
Matricula 1002208
E-mail jasilva@uel.br

Tipo Contrato Fiscal de Contrato, Fiscal Setorial e Fiscal Técnico
Servidor Priscila Conde Bogo
Matricula 1607118
E-mail priscila.bogo@uel.br

Tipo Contrato Fiscal de Contrato
Servidor Carrie Chueiri Ramos Galvan
Matricula 0307602
E-mail carrie@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,10 Março 2026

Iara Aparecida de Oliveira Secco

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 253/2026

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 1799/2025 Pregão Eletrônico nº310/2024

Contratada: City Clean Com. Equipamentos Ltda

Objeto: Fornecimento de Lixeira Branca Com Pedal de 25 Litros, 50 Litros e 100 Litros, Para Atender O Hospital Veterinário-Uel, Hospital Universitário de Londrina

GESTOR:

Servidor Andrea Name Colado Simão

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Matricula 0121642
E-mail deianame@uel.br

Servidor Maria Cristina da Silva Paduan
Matricula 1332978
E-mail crispaduan@uel.br

Servidor Ulisses de Padua Pereira
Matricula 2100276
E-mail upaduapereira@uel.br

Servidor Priscila Conde Bogo
Matricula 1607118
E-mail priscila.bogo@uel.br

Tipo Contrato Fiscal de Contrato
Servidor Carrie Chueiri Ramos Galvan
Matricula 0307602
E-mail carrie@uel.br

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Joao Antonio da Silva
Matricula 1002208
E-mail jasilva@uel.br

Tipo Contrato Fiscal de Contrato, Fiscal Setorial e Fiscal Técnico

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,10 Março 2026

Iara Aparecida de Oliveira Secco

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

28462/2026

UEM

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, PROF. DR. LEANDRO VANALLI, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS, TORNA PUBLICA AS SEGUINTES PORTARIAS:

PORTARIA GRE N° 65 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

Considerando o disposto na Portaria nº 1315/2025-GRE;
Considerando o Termo de compromisso apresentado pela servidora,

RESOLVE:

Art. 1° Atribuir a servidora agente universitária Suelen Cristina Zandonadi Bernal o regime de Dedicação Exclusiva, para exercer a função de Diretora de Enfermagem do Hospital Universitário Regional de Maringá.
Art. 2°. Esta portaria gera efeito a partir de 1°/02/2026 até 31/03/2026.

RESOLUÇÃO CAD N° 16, DE 3 DE MARÇO DE 2026

Consideando a deliberação do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO em sessão de 2 de março de 2026, e
Considerando os documentos contidos no e-Protocolo n.° 25.287.910-2;

SANCIONA:

Art. 1º Dá provimento ao pedido de Iicença sem vencimentos da servidora Thais Cano Miranda de Nóbrega, pelo período de 01 (um) ano, a partir de 09 de março de 2026.

O CONSELHO INTERDEPARTAMENTAL E A DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES, PROFA. DRA. ÉRICA FERNANDES ALVES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS, TORNA PUBLICA AS SEGUINTES RESOLUÇÕES:

RESOLUÇÃO N° 220/2025-CI/ CCH

Considerando o eProtocolo nº 24.832.392-2;
Considerando a reunião do Conselho Interdepartamental do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, realizada no dia 25 de novembro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1° Aprovar a solicitação de Licença Sabática da servidora docente Adriana de Fátima Franco, lotada no Departamento de Psicologia (DPI), para o período de 01 de fevereiro de 2026 a 31 de julho de 2026.
Art. 2° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RESOLUÇÃO N° 230/2025-CI/ CCH

Considerando o Processo nº 24.841.136-8;
Considerando a reunião do Conselho Interdepartamental do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, realizada no dia 09 de dezembro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1° - Aprovar a solicitação de Licença Sabática do servidor docente Luiz Felipe Viel Moreira, lotado no Departamento de História (DHI), para o período de 14 de fevereiro de 2026 a 03 de agosto de 2026.
Art. 2° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O CONSELHO INTERDEPARTAMENTAL E O DIRETOR DO CENTRO DE TECNOLOGIA, PROF. DR. EDWIN VLADIMIR CARDOZA GALDAMEZ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS, TORNA PUBLICA AS SEGUINTES RESOLUÇÕES:

RESOLUÇÃO CI/CTC N° 214, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025

Considerando a deliberação do CONSELHO INTERDEPARTAMENTAL CI, em sessão de 03 de dezembro de 2025,
Considerando os documentos contidos no e-Protocolo n° 24.917.526-9;
Considerando os fundamentos aduzidos no Parecer nº 138, de 3 de dezembro de 2025, da Câmara de Planejamento e Assuntos Administrativos do Conselho Interdepartamental do Centro de Tecnologia;

SANCIONA:

Art. 1° Aprovar a Licença Sabática do docente Alexandre Botari, lotado no Departamento Tecnologia - DTC/UEM, para o período de 01/03/2026 à 20/02/2027, referente ao período de 29/04/2008 a 28/09/2022.
Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O PRÓ-REITOR DE RECURSOS HUMANOS E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA MARQUES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS, TORNA PUBLICA AS SEGUINTES PORTARIAS:

PORTARIA Nº 206/2026-PRH

Considerando o disposto no § 2º do inciso IV do artigo 13 da Lei Estadual nº 17.382, de 06 de dezembro de 2012, que altera a carreira do pessoal técnico-administrativo;
Considerando o(s) protocolo(s) digital(is) n° 25.502.531-7.

RESOLVE:

Art. 1º – ATRIBUIR a Gratificação de Atividade de Saúde (GAS), aos servidores abaixo relacionados:

Nome	Lotação	RG	UF	Função	Data
JULLY OYAMA TAKIZAWA	CCS-DAB-LEPAC	9XXX97XX	PR	TECNICO EM LABORATORIO	a partir de 03/03/2026

PORTARIA Nº 207/2026-PRH

Considerando a Lei nº 10.692/93, de 27 de dezembro de 1993;
Considerando o auto n° 0007617-22.2012.8.16.0017 - 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Maringá – PR;

Considerando os protocolos digitais n° 25.388.269-7, 25.346.729-0, 25.393.019-5.

RESOLVE:

Art. 1º - ATRIBUIR o Adicional de Insalubridade GRAU MÉDIO (20%), sobre o vencimento básico dos servidores, a saber, conforme decisão judicial acima relacionada:

Nome	Lotação	RG	UF	Função	Data
EDIENE ALISON BORGES ZEQUIM	HUM-DEE-INT	4XXX04XX	PR	ENFERMEIRO	04/02/2026 a 03/02/2028
PAULA CELLA GIACOMETTO	HUM-DHE-TEC	7XXX41XX	PR	MEDICO	05/03/2026 a 04/03/2028
RAQUEL HENRIQUES	HUM-DEE	6XXX24XX	PR	ENFERMEIRO	23/02/2026 a 22/02/2028

PORTARIA Nº 208/2026-PRH

Considerando o artigo 247 da Lei nº 6.174/70, de 16 de novembro de 1970, considerando o protocolo integrado 25.340.481-7 de 30/01/2026,

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER 30 dias de LICENÇA ESPECIAL em favor dos servidores abaixo relacionados:

Nome	RG	Classe/Função	Período Aquisitivo	Início	Término
ANA MARIA APARECIDA BARELLI	3XXX76XX/PR	QUIMICO	21/12/2012 a 20/12/2017	16/03/2026	14/04/2026
CIONI MARIA RIBEIRO PERES	3XXX28XX/PR	TELEFONISTA	03/11/2014 a 02/11/2019	16/03/2026	14/04/2026
CLEONICE APARECIDA TORINO	5XXX17XX/PR	AUXILIAR OPERACIONAL	28/07/2010 a 27/07/2015	12/01/2026	10/02/2026
JOSE ARTHUR RIBEIRO CARNEIRO	2XXX30X/MG	MEDICO	19/04/2014 a 18/04/2019	03/03/2026	01/04/2026
MARCIA GALVAO DA MOTTA LIMA	8XXX52XX/RJ	TECNICO ADMINISTRATIVO	12/05/2002 a 11/05/2007	16/03/2026	14/04/2026
MARIA DE LOURDES T L DA SILVA	4XXX23XX/PR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	11/01/2009 a 10/01/2014	16/03/2026	14/04/2026
MARIA TEREZINHA B GALUCH	4XXX99XX/PR	PROFESSOR ASSOCIADO	21/12/2002 a 20/12/2007	23/03/2026	21/04/2026
ROSELI DE LIMA SILVA	3XXX56XX/PR	AUXILIAR OPERACIONAL	01/07/2006 a 30/06/2011	16/03/2026	14/04/2026
VALMIR ALVES DE SOUZA	3XXX77XX/PR	ANALISTA DE GESTAO UNIVERISTARIA	21/12/2007 a 20/12/2012	16/03/2026	14/04/2026

Art. 2º - CONCEDER 90 dias de LICENÇA ESPECIAL em favor dos servidores abaixo relacionados:

Nome	RG	Classe/Função	Período Aquisitivo	Início	Término
CELIA REGINA AMBIEL DA SILVA	4XXX07XX/PR	PROFESSOR ASSOCIADO	21/12/2012 a 20/12/2017	10/03/2026	07/06/2026
PAULO ROBERTO DE SOUZA	3XXX56XX/PR	PROFESSOR ADJUNTO	21/12/1997 a 20/12/2002	16/03/2026	13/06/2026
VIVIANA CAROLA V MARTINEZ	7XXX48XX/PR	PROFESSOR ASSOCIADO	02/04/1998 a 01/04/2003	23/03/2026	20/06/2026

28553/2026

PORTARIA Nº 204/2026-PRH

O PRÓ-REITOR DE RECURSOS HUMANOS E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, no uso de suas atribuições e considerando o Concurso Público nº 175/2025-PRH, de 23 de junho de 2025,

RESOLVE

Art. 1º Nomear a Comissão de Heteroidentificação com o objetivo de confirmar a condição étnico-racial autodeclarada por candidato ao processo de Concurso Público regido pelo Edital nº 175/2025-PRH, para o cargo de Agente Universitário Profissional, função Engenheiro Civil.

Art. 2º Designar, para compor a referida comissão, os seguintes membros.

- Thais Andrade de Assis (Presidente)
- Lucas Patrick Souza de Gois (Membro)
- Wellington Benevides dos Santos (Membro)
- Joana Máximo da Silva (Secretária)

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Maringá, 09 de março de 2026.

José Maria de Oliveira Marques

Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários

28499/2026

UENP

PORTARIA/GR Nº 038/2026 **REPUBLICADO**

Considerando o e-protocolo 25.480.368-5;

O Reitor em Exercício da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Ricardo Aparecido Campos, nomeado pelo decreto nº 11. 309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais

RESOLVE

Art. 1º Nomear, a partir de 02 de fevereiro de 2026, em conformidade com a Lei Estadual nº 22.838/2025, os servidores abaixo relacionados:

Nome	Simbologia	Nomenclatura do Cargo
Ademir Zacarias Junio	**FA2**	**Vice-Diretor do Campus Luiz Meneghel de Bandeirantes**
Ana Paula Belomo Castanho Brochado	**FA2**	**Vice-Diretora do Campus de Jacarezinho**
Anderson Henrique Gueniat Da Silva	**FA5**	**Coordenador Administrativo da Secretaria de Pós-Graduação (CCHE/CLCA-CJ)**
Edinilson Donisete Machado	**FA2**	**Agente de Compliance (NICS)**
José Paulo Guandelini da Silva	**FA1**	**Pró-Reitor de Administração e Finanças (PROAF)**
Liesly Sauerzapf Pini	**FA5**	**Coordenadora Administrativa da Secretaria de Pós-Graduação (CCS-CJ)**
Rudolph dos Santos Gomes Pereira	**FA2**	**Vice-Diretor do Campus de Cornélio Procópio**

Art. 2º Fica atribuída a Gratificação de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva ao servidor José Paulo Guandelini da Silva, em conformidade com a Lei Estadual nº 20.932/2021.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.

Anote-se.

Gabinete do Reitor da UENP, em Jacarezinho, 26 de fevereiro de 2026.

Prof. Dr. Ricardo Aparecido Campos

Reitor em Exercício

28274/2026

UEPG

Portaria R. - Nº 2026.107

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, *considerando* a Portaria R. nº 2020.553, de 22 de outubro de 2020; e,

considerando mais, os termos do expediente autuado no Sistema Eletrônico de Informações da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde se consubstanciou no *Processo nº 25.000094125-4,*

R E S O L V E:

Art. 1º Suspender a função acadêmica FA-3 da servidora *Andressa Soraya Paganella Marcondes*, junto à Editora/PROEX da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no período de 19 de fevereiro a 18 de maio de 2026.

Art. 2º Designar a servidora *Elaine Almeida Bicudo*, para o exercício da função acadêmica FA-3, junto à Editora/PROEX da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no período de 19 de fevereiro a 18 de maio de 2026.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 19 de fevereiro de 2026. Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ponta Grossa, 09 de março de 2026.

Miguel Sanches Neto,

Reitor.

28588/2026

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

UNICENTRO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, UNICENTRO

O REITOR DA UNICENTRO, no uso de suas atribuições legais, torna público a decisão referente conclusão de Processo Administrativo Disciplinar:

Protocolo nº 22.585.031-3, de 9/8/2024 (SID)

Acato o Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Portaria nº 685-GR/UNICENTRO, de 3/6/2025, publicada no Diário Oficial do Estado nº 11916, de 4/6/2025, aplicando à servidora Cintia Raquel Bim Quartiero, RG nº *.245.***-0, a penalidade de Advertência, prevista no art. 291, inciso I, da Lei nº 6.174/1970, por infração ao art. 279, inciso VI, da mesma Lei.

Prof. Dr. Fábio Hernandes.
Reitor.

28167/2026

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, UNICENTRO, no uso de suas atribuições legais, torna público as seguintes PORTARIAS expedidas no mês de MARÇO de 2026:

1-GRE, de 09-03-2026: Prorroga a disposição funcional concedida à docente WANDA TEREZINHA PACHECO DOS SANTOS, RG nº 1.966.079-6, para a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti), pelo período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2026, com ônus para o órgão de origem.

2-GRE, de 09-03-2026: Aprova, no âmbito da UNICENTRO, a remoção externa da servidora FLÁVIA BÜHLER, RG nº 7.580.950-6, lotada no Câmpus de Irati, da UNICENTRO, para a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), condicionada ao remanejamento de um código de vaga referente ao cargo de Agente Universitário Profissional da UEPG à UNICENTRO, nos termos da legislação vigente, com deliberação final do pedido pelos órgãos governamentais do Estado do Paraná, nos termos da legislação vigente.

3-GRE, de 09-03-2026: Aprova, no âmbito da UNICENTRO, a remoção externa do docente SANDRO RODRIGUES, RG nº 4046766 SC, lotado no Câmpus Cedeteg, Unidade Universitária de Guarapuava, UNICENTRO, para a Universidade Estadual do Paraná (Unespar), Câmpus de Paranaguá, por meio de permuta com o Professor Paulo Wichnoski, lotado na Universidade Estadual do Paraná (Unespar), Câmpus de União da Vitória. Excepcionalmente, o docente ficará dispensado da restituição dos valores devidos à UNICENTRO, em decorrência do período obrigatório de permanência na Instituição, que se encerra em 17 de fevereiro de 2027, considerando que o docente que ingressará por permuta já possui a qualificação de Doutor. A remoção será a partir de 1º de agosto de 2026, com deliberação final do pedido pelos órgãos governamentais do Estado do Paraná, nos termos da legislação vigente.

4-GRE, de 09-03-2026: Aprova, no âmbito da UNICENTRO, a remoção do docente PAULO WICHNOSKI, RG nº 8.528.636-6, da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), Câmpus de União da Vitória, para a UNICENTRO, Departamento de Matemática, Câmpus Cedeteg, por meio de permuta, visando a remoção do Professor Sandro Rodrigues, lotado no Departamento de Matemática, Câmpus Cedeteg, para a Unespar, a partir de 1º de agosto de 2026, com deliberação final do pedido de remoção pelos órgãos governamentais do Estado do Paraná, nos termos da legislação vigente.

5-GRE, de 09-03-2026: Altera o § 1º, do art. 1º, da Portaria nº 143-GRE/UNICENTRO, de 18 de dezembro de 2025, que concedeu Licença Sabática à docente RAQUEL VIRMOND RAUEN DALLA VECCHIA, RG nº 1.558.146-8, que passa a vigorar, conforme segue: "Art. 1º (…) § 1º O período de fruição da licença a que se refere o *caput* deste artigo é de seis meses, a ser usufruída de 1º de fevereiro a 31 de julho de 2026."

6-GRE, de 09-03-2026: Concede Licença Sabática ao docente ANDRÉ LUIS SPECHT, RG nº 8.507.338-9, pelo período de 22 de junho a 21 de dezembro de 2026, para desenvolver projeto de pesquisa, na Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Gabinete do Reitor da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO.
Prof. Dr. Fábio Hernandes,
Reitor.

28132/2026

UNIOESTE

PORTARIA Nº 1064/2026-GRE, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2026.

O Reitor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, no uso das atribuições estatutárias e regimentais,

considerando o Código Disciplinar da Unioeste, aprovado pela Resolução nº 099/2023-COU, de 13 de julho de 2023;

considerando a Lei Federal 14.133/2021, de 01 de abril de 2021;

considerando o Decreto Estadual nº 10.086/2022, de 17 de janeiro de 2022;

considerando o Processo nº 25.474.862-5, de 24 de fevereiro de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Procedimento Administrativo de Responsabilização – PAR em face da Empresa Gaya Engenharia Ltda, por descumprimento TED 66/2024 – GMS 7139/2024, sendo os dispositivos supostamente infringidos: Lei 14.133/2021, Art. 155, incisos I, II, VII; Decreto Estadual 10.086/2022, Art. 193; e Resolução 099/2023-COU - do Código de Ética e Disciplinar da Unioeste, a fim de conceder a Empresa faltosa o direito de defesa, como medida prévia à aplicação das sanções administrativas previstas na Lei.

Art. 2º Designar os seguintes servidores para compor a presente Comissão: HITOMI MUKAI – CPF: 707.XXX.XXX-15, como Presidente, LISSANDRA ESPINOSA DE MELLO AGUIRRE – CPF: 741.XXX.XXX-72; e LILIAN SANCHES CAMARGO – CPF: 004.XXX.XXX-08, como membros.

Art. 3º Art. 3º Conforme dispõe o Art. 68 da Resolução nº 099/2023-COU, e a Lei Estadual nº 20.656/2021, fica determinado que o Processo Administrativo deverá ser iniciado dentro do prazo de 03(três) dias, contados a partir da publicação da Portaria de instauração no DIOE, devendo estar concluído em 90(noventa) dias úteis.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação no Diário Oficial do Estado.

GABINETE DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE, CASCAVEL – PARANÁ.

ALEXANDRE ALMEIDA WEBBER
REITOR

22012/2026

PORTARIA Nº 1288/2026-GRE, DE 09 DE MARÇO DE 2026.

Conceder progressão de nível a Professora TÂNIA APARECIDA MARTINS, RG nº 5.XXX.628-X, RT-40, lotada no Centro de Ciências Humanas e Sociais do Campus de Toledo, da classe de Professor Adjunto – nível C para nível D, por avaliação de desempenho.

27912/2026

PORTARIA Nº 1287/2026-GRE, DE 09 DE MARÇO DE 2026.

Designar os Servidores, abaixo relacionados, para Fiscalização e Gerenciamento do **Contrato nº 10422/2025**, constitui objeto deste instrumento a Implantação da Rede de Pesquisa com HPC na UNIOESTE: Rede Elétrica de Alta Confiabilidade para Supercomputação.

Gestor de Contrato: ROBERTO SICBNEIHLER, RG nº 8.XXX.718-X.

Fiscal de Contrato: VINÍCIUS DE SOUZA RIBEIRO, RG nº 12.XXX.442-X.

Esta Portaria, gera efeito a contar de 18 de dezembro de 2025, e tem vigência concomitante a do **Contrato**, e eventuais Termos Aditivos de prorrogação de prazo.

PORTARIA Nº 1289/2026-GRE, DE 09 DE MARÇO DE 2026.

Designar os Servidores, abaixo relacionados, para Fiscalização e Gerenciamento do **Contrato nº 1394/2026**, constitui objeto deste instrumento a Prestação de serviços comuns continuados de manutenção preventiva e corretiva de grupos geradores de energia elétrica (incluindo troca de peças quando necessário), para atender a demanda da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (Reitoria).

Gestor de Contrato: CHRISTIANO JULIO PILGER DE BRITO, RG nº 4.XXX.733-X.

Fiscal de Contrato: ADEMAR CEZAR FEIL, RG nº 5.XXX.696-X.

Esta Portaria, gera efeito a contar de 05 de março de 2026, e tem vigência concomitante a do **Contrato**, e eventuais Termos Aditivos de prorrogação de prazo.

PORTARIA Nº 1290/2026-GRE, DE 09 DE MARÇO DE 2026.

Designar os Servidores, abaixo relacionados, para Fiscalização e Gerenciamento do **Contrato nº 1312/2026**, constitui objeto deste instrumento a contratação da Fundação Universitária do *Campus* de Marechal Cândido Rondon – FUNDECAMP, com a finalidade de execução administrativa e financeira do Plano de Trabalho "Programa de Fomento à Extensão Universitária - UNIOESTE" conforme Termo de Execução Descentralizada Nº 017/2026 20182542 – SETI, da Secretaria de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior – SETI/PR e a Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

Gestor de Contrato: FABIANA REGINA VELOSO, RG nº 6.XXX.539-X.

Fiscal de Contrato: JÉSSICA SOUZA CORDEIRO DOS SANTOS, RG n° 10.XXX.105-X.

Esta Portaria entra em vigor a contar de 09 de março de 2026.

27991/2026

PORTARIA Nº 026/2026-DG, DE 09 DE MARÇO DE 2026.

O Diretor geral do Hospital Universitário Do Oeste Do Paraná – HUOP, no uso de suas atribuições:

RESOLVE:

Art. 1° Revogar a Portaria 116/2025 – DG – HUOP, em decorrência da exoneração a pedido da servidora SUELEN MIRANDA, CPF: 047.XXX.XXX-78, RG 8.XXX.771-X (Ofício nº 030/2026-GRE), que figurava como membro no Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) que tramita sob E-protocolo nº 24.269.565-8.

Art. 2° Determinar a continuidade dos trâmites do PAR sob E-protocolo nº 24.269.565-8 com os seguintes servidores: DANIELLI PIATTI, CPF 040.XXX.XXX-35, RG 8.XXX.523-X, como Presidente e ROBSON LUÍZ SCHUINKA, CPF 017.XXX.XXX-28, RG 5.XXX.104-X, como membro, nos termos do artigo 57 da Resolução nº 099/2023-COU, de 13 de julho de 2023 (Alterado pela Resolução nº086/2024-COU, de 09 de maio de 2024).

Art. 3° Esta Portaria gera efeito a contar de 19 de janeiro de 2026, revogadas as prerrogativas em contrário.

GABINETE DA DIREÇÃO GERAL DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO OESTE DO PARANÁ – HUOP. Publique-se. Rafael Muniz de Oliveira - Diretor Geral – HUOP - Portaria nº0028-2024-GRE.

27998/2026

GABINETE DA DIREÇÃO DO CAMPUS DE CASCAVEL
PORTARIA Nº 014/2026 - DGC

DATA: 10 de março de 2026.

SÚMULA: Designar servidores para Gestão e Fiscalização do Contrato Administrativo n° 8691/2025 GMS.

O Diretor-Geral do Campus de Cascavel da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, no uso de suas atribuições estatutárias e

regimentais;

De acordo com a Portaria n° 154/2024 - GRE, de 11 de janeiro de 2024;

De acordo com o Decreto nº 10086/2022, de 17 de janeiro de 2022;

De acordo com a Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021;

De acordo com a Instrução de Serviço n° 003/2022 – PRAF, de 05 de maio de 2022;

RESOLVE:

Art.1º - Designar os servidores, abaixo relacionados, para Fiscalização do Contrato Administrativo n° 8691/2025 GMS, tendo como objeto a contratação de Empresa Especializada em Agenciamento para o fornecimento de Passagens Aéreas, e/ou Terrestres, Nacionais e internacionais devendo conter o serviço de emissão de seguro de viagem, quando solicitado, para atender à Demanda da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste - Campus Cascavel.

Fiscais do Contrato:

Lindonez Paiva, CPF: XXX.725.889-XX;

Rejane Rodrigues da Silva Sarnoski, CPF: XXX.635.009-XX.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

GABINETE DA DIREÇÃO GERAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE, CAMPUS CASCAVEL.

GEYSLER ROGIS FLOR BERTOLINI

Diretor Geral do Campus de Cascavel

28164/2026

Centro de Ciências Biológicas e da Saúde - Gabinete da Direção

PORTARIA Nº 014/2026 – GD/CCBS

DATA: 10 de março de 2026.

SÚMULA: Autoriza o afastamento para o exterior do docente ALBERITO RODRIGO DE CARVALHO, do curso de Fisioterapia para participar e palestrar no evento "VII Congresso de la Región Sudamérica de la World Physiotherapy y VII Congresso Uruguayo de Fisioterapia", no Uruguai/Punta Del Leste, durante o período de realização de 16 a 18/04/2026 e período do afastamento de 15 a 19/04/2026, com ônus: recursos próprios, eprotocolo 25.556.458-7.

A Diretora do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, do Campus de Cascavel – UNIOESTE, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais,

Considerando a Resolução nº 210/2013-CEPE, de 05 de dezembro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o afastamento para o exterior do docente ALBERITO RODRIGO DE CARVALHO, do curso de Fisioterapia para participar e palestrar no evento "VII Congresso de la Región Sudamérica de la World Physiotherapy y VII Congresso Uruguayo de Fisioterapia", no Uruguai/Punta Del Leste, durante o período de realização de 16 a 18/04/2026 e período do afastamento de 15 a 19/04/2026, com ônus: recursos próprios, eprotocolo 25.556.458-7.

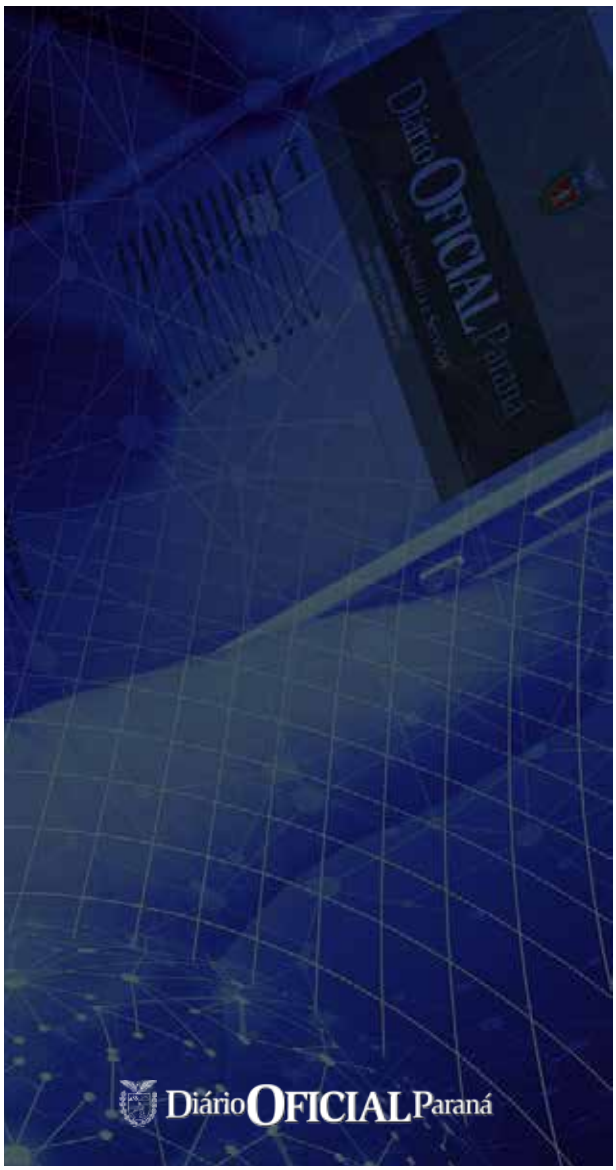
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e gera efeito a partir de 15 abril de 2026.

Publique-se.

Nelsi Salete Tonini

Diretora do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde

28547/2026



Secretaria da Comunicação

DESPESAS COM PUBLICIDADE INSTITUCIONAL – JANEIRO 2026

INVESTIMENTOS EM PRODUÇÃO

PRODUÇÃO	
ÓRGÃO	**VALOR**
SECOM	R$ 749.753,22
TOTAL	**R$ 749.753,22**

ÓRGÃO	SERVIÇO	VALOR
SECOM	Outras Produções	R$ 445.066,00
SECOM	Produção Eletrônica	R$ 295.222,22
SECOM	Produção Gráfica	R$ 9.465,00
TOTAL		**R$ 749.753,22**

Relatório emitido em: 09/03/2026

Os valores poderão sofrer alterações devido a eventuais estornos em relação a prestadores de serviços. Consulte os valores atualizados na página da SECOM (https://www.comunicacao.pr.gov.br/Pagina/Publicidade).

INVESTIMENTOS EM MÍDIA

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

MÍDIA	
ÓRGÃO	**VALOR**
SECOM	R$ 413.250,00
TOTAL	**R$ 413.250,00**

ÓRGÃO	SERVIÇO	VALOR
SECOM	Mídia Exterior	R$ 413.250,00
TOTAL		**R$ 413.250,00**

ÓRGÃO	SERVIÇO	FORNECEDOR	CNPJ
SECOM	Mídia Exterior	ARTE & MENSAGEM COMUNICACAO LTDA - ME	2.381.608.000.139
SECOM	Mídia Exterior	GIGANTO COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA IMPRESSÃO DE IMAGENS LTDA	14.163.873.000.120
SECOM	Mídia Exterior	LRC MÍDIA OUT OF HOME LTDA	14.707.203.000.127

Relatório emitido em: 09/03/2026.

Os valores poderão sofrer alterações devido a eventuais estornos em relação a prestadores de serviços. Consulte os valores atualizados na página da SECOM (https://www.comunicacao.pr.gov.br/Pagina/Publicidade).

DESPESAS COM PUBLICIDADE LEGAL – JANEIRO 2026

ÓRGÃO	VALOR
AMEP	R$ 741,36
APPA	R$ 11.148,00
CASAMILITAR	R$ 679,58
CCB	R$ 332,09
CCIVIL	R$ 494,24
CEASA	R$ 679,58
CELEPAR	R$ 1.470,00
COHAPAR	R$ 556,02
DER	R$ 50.962,27
DETRAN	R$ 432,46
FERROESTE	R$ 5.446,80
FOMENTO PARANÁ	R$ 1.667,80
FUNDEPAR	R$ 31.623,65
FUNEAS	R$ 2.563,87
HU	R$ 5.004,18
PRESP	R$ 617,80
SANEPAR	R$ 73.307,68
SEAB	R$ 1.279,02
SEAP	R$ 4.139,26
SECID	R$ 741,36
SEDEF	R$ 2.656,54
SEEC	R$ 617,80
SEED	R$ 1.297,38
SEMIPI	R$ 617,80
SESP	R$ 2.502,09
TECPAR	R$ 3.642,46
UEL	R$ 128,01
UEM	R$ 6.178,00
UEPG	R$ 2.162,30

UNICENTRO	R$ 556,02
UNIOESTE HU	R$ 3.892,10
UNIOESTE MARECHAL	R$ 370,68
TOTAL	**R$ 218.508,20**

ÓRGÃO	FORNECEDOR	CNPJ
AMEP	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
APPA	GOVERNO DO PARANÁ - IMPRENSA OFICIAL	76.416.890.000.1-89
CASAMILITAR	EDITAL CENTER LTDA	04.150.383.000.1-35
CCB	EDITORA JORNAL DO ÔNIBUS LTDA	11.255.258.000.1-55
CCIVIL	EDITAL CENTER LTDA	04.150.383.000.1-35
CEASA	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
CELEPAR	GOVERNO DO PARANÁ - IMPRENSA OFICIAL	76.416.890.000.1-89
COHAPAR	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
DER	EDITAL CENTER LTDA	04.150.383.000.1-35
DER	EDITORA BEM PARANA LTDA	76.637.305.000.1-70
DER	EDITORA GAZETA DO PARANA LTDA	16.902.731.000.1-62
DER	EDITORA JORNAL DE BELTRÃO S/A	95.420.188.000.1-33
DER	EDITORA JORNAL DO ÔNIBUS LTDA	11.255.258.000.1-55
DER	INCO - EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	09.570.162.000.1-30
DER	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
DETRAN	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
FERROESTE	EDITAL CENTER LTDA	04.150.383.000.1-35
FERROESTE	EDITORA BEM PARANA LTDA	76.637.305.000.1-70
FERROESTE	EDITORA JORNAL DO ÔNIBUS LTDA	11.255.258.000.1-55
FERROESTE	GOVERNO DO PARANÁ - IMPRENSA OFICIAL	76.416.890.000.1-89
FERROESTE	INCO - EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	09.570.162.000.1-30
FERROESTE	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
FOMENTO PARANÁ	EDITORA BEM PARANA LTDA	76.637.305.000.1-70
FOMENTO PARANÁ	GOVERNO DO PARANÁ - IMPRENSA OFICIAL	76.416.890.000.1-89
FUNDEPAR	CATEDRAL EDITORA, COMUNICAÇÃO, PROPAGANDA E PESQUISAS LTDA	34.263.987.000.1-59
FUNDEPAR	EDITAL CENTER LTDA	04.150.383.000.1-35
FUNDEPAR	EDITORA GLOBO S/A	04.067.191.000.1-60
FUNDEPAR	EDITORA JORNAL DA MANHA DE PONTA GROSSA LTDA	09.019.289.000.1-65
FUNDEPAR	EDITORA JORNAL DE BELTRÃO S/A	95.420.188.000.1-33
FUNDEPAR	EDITORA JORNAL DO ÔNIBUS LTDA	11.255.258.000.1-55
FUNDEPAR	EDITORA TRIBUNA DO NORTE S/A	82.423.096.000.1-65
FUNDEPAR	EMPRESA JORNALISTICA UMUARAMA LTDA - EPP	04.233.582.000.1-07
FUNDEPAR	IMPRENSA NACIONAL	04.196.645.000.1-00
FUNDEPAR	JORNAL DO OESTE LTDA	00.640.115.000.1-40
FUNDEPAR	JORNAL OPARANA S/A	21.819.026.000.1-36
FUNDEPAR	JORNAL TRIBUNA DO INTERIOR LTDA	76.748.979.000.1-42
FUNDEPAR	S/A O ESTADO DE S. PAULO	61.533.949.000.1-41
FUNDEPAR	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
FUNEAS	EDITAL CENTER LTDA	04.150.383.000.1-35
FUNEAS	EDITORA JORNAL DO ÔNIBUS LTDA	11.255.258.000.1-55

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

FUNEAS	INCO - EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	09.570.162.000.1-30
HU	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
PRESP	EDITAL CENTER LTDA	04.150.383.000.1-35
SANEPAR	EDITORA GAZETA DO PARANA LTDA	16.902.731.000.1-62
SANEPAR	EDITORA GLOBO S/A	04.067.191.000.1-60
SANEPAR	EDITORA JORNAL DA MANHA DE PONTA GROSSA LTDA	09.019.289.000.1-65
SANEPAR	GIBBOR PUBLICIDADE E PUBLICAÇÕES DE EDITAIS EIRELI EPP	18.876.112.000.1-76
SANEPAR	GOVERNO DO PARANÁ - IMPRENSA OFICIAL	76.416.890.000.1-89
SANEPAR	JORNAL TRIBUNA DO INTERIOR LTDA	76.748.979.000.1-42
SEAB	EDITORA GLOBO S/A	04.067.191.000.1-60
SEAB	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
SEAP	CATEDRAL EDITORA, COMUNICAÇÃO, PROPAGANDA E PESQUISAS LTDA	34.263.987.000.1-59
SEAP	EDITAL CENTER LTDA	04.150.383.000.1-35
SEAP	EDITORA BEM PARANA LTDA	76.637.305.000.1-70
SEAP	EDITORA JORNAL DA MANHA DE PONTA GROSSA LTDA	09.019.289.000.1-65
SEAP	INCO - EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	09.570.162.000.1-30
SEAP	JORNAL OPARANA S/A	21.819.026.000.1-36
SECID	EDITORA JORNAL DO ÔNIBUS LTDA	11.255.258.000.1-55
SECID	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
SEDEF	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
SEEC	EDITORA JORNAL DO ÔNIBUS LTDA	11.255.258.000.1-55
SEED	EDITORA BEM PARANA LTDA	76.637.305.000.1-70
SEED	INCO - EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	09.570.162.000.1-30
SEMIPI	EDITORA BEM PARANA LTDA	76.637.305.000.1-70
SESP	EDITAL CENTER LTDA	04.150.383.000.1-35
SESP	EDITORA BEM PARANA LTDA	76.637.305.000.1-70
SESP	EDITORA JORNAL DO ÔNIBUS LTDA	11.255.258.000.1-55
SESP	INCO - EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	09.570.162.000.1-30
SESP	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
TECPAR	EDITORA JORNAL DO ÔNIBUS LTDA	11.255.258.000.1-55
TECPAR	GOVERNO DO PARANÁ - IMPRENSA OFICIAL	76.416.890.000.1-89
UEL	IMPRENSA NACIONAL	04.196.645.000.1-00
UEM	CATEDRAL EDITORA, COMUNICAÇÃO, PROPAGANDA E PESQUISAS LTDA	34.263.987.000.1-59
UEPG	EDITORA JORNAL DA MANHA DE PONTA GROSSA LTDA	09.019.289.000.1-65
UEPG	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
UNICENTRO	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
UNIOESTE HU	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
UNIOESTE MARECHAL	JORNAL OPARANA S/A	21.819.026.000.1-36

Relatório emitido em: 09/03/2026

Os valores poderão sofrer alterações devido a eventuais estornos em relação a prestadores de serviços. Consulte os valores atualizados na página da SECOM (https://www.comunicacao.pr.gov.br/Pagina/Publicidade).

Secretaria da Cultura

RESOLUÇÃO N.º 24/2026-SEEC

CONSIDERANDO as diretrizes do Programa Paraná Mais Cidades 2023, instituído pelo Decreto Estadual nº 2.641/2023;

CONSIDERANDO que, no âmbito do referido Programa, a Secretaria de Estado da Cultura adquiriu e repassou instrumentos musicais que compõem kits de bandas marciais e fanfarras para diversos municípios do Estado do Paraná, permanecendo o Governo do Estado, por intermédio desta Pasta, como proprietário dos referidos bens móveis;

CONSIDERANDO que os instrumentos musicais foram repassados aos municípios mediante cessão de uso, formalizada por Termo de Cooperação com vigência de 03 (três) anos, contados do recebimento destes bens;

CONSIDERANDO que compete aos municípios a guarda, manutenção, proteção e conservação dos bens cedidos, devendo destiná-los exclusivamente à execução do objeto pactuado, respondendo administrativa, civil e criminalmente por sua utilização desde a data do recebimento;

A Secretária de Estado da Cultura, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 47 da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023,

RESOLVE

Art. 1º. Designar o Agente Regional de Cultura **GABRIEL ERIC MONTEIRO ELVAS**, inscrito no CPF sob o nº 264.451.568-86 e portador da Carteira de Identidade nº 2.720.914-18, para atuar como fiscal responsável pela realização de vistorias in loco nos instrumentos musicais cedidos aos Municípios relacionados na tabela abaixo:

Município	Kit	Quantidade de instrumentos	Termo de Cooperação	Protocolo
Dois Vizinhos	Completo de Fanfarra	44	25/2024	22.631.715-5
Reserva do Iguaçu	Completo de Fanfarra	22	37/2024	21.305.236-5

Art. 2º. Compete ao Agente Regional de Cultura designado:

I - deslocar-se aos municípios beneficiários para realizar vistorias presenciais;

II - verificar as condições de armazenamento, conservação e integridade dos instrumentos musicais;

III - conferir a correspondência quantitativa dos bens recebidos;

IV - averiguar a correta destinação e utilização dos instrumentos, bem como contrapartidas previstas, em conformidade com o Termo de Cooperação celebrado entre as partes;

V - elaborar relatório circunstanciado de cada vistoria realizada, conforme modelo de relatório de fiscalização entregue pela SEEC, consignando o estado dos bens e eventuais irregularidades constatadas.

Art. 3º. As vistorias poderão ser realizadas a qualquer tempo, inclusive sem comunicação prévia ao Município.

Art. 4º. O servidor **MARCOS COGA DA SILVA**, inscrito no CPF sob o nº 550.515.709-25 e portador da Carteira de Identidade nº 3.550.461-3, já designado como fiscal nos Termos de Cooperação firmados com os Municípios acima no âmbito do Programa Paraná Mais Cidades 2023, atuará como fiscal supervisor do Agente Regional de Cultura no exercício das atividades de fiscalização previstas nesta Resolução, competindo-lhe:

I - coordenar, orientar e supervisionar as atividades desempenhadas pelo Agente Regional de Cultura nas vistorias in loco;

II - acompanhar a execução das fiscalizações, assegurando o cumprimento das diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Estado da Cultura;

III - analisar os relatórios circunstanciados elaborados pelo Agente Regional de Cultura;

IV - requisitar informações complementares e, quando necessário, determinar a realização de diligências adicionais;

V - comunicar à autoridade competente eventuais irregularidades constatadas, propondo a adoção das medidas administrativas cabíveis.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 05 de março de 2026

Luciana Casagrande Pereira Ferreira

Secretária de Estado da Cultura

28204/2026

RESOLUÇÃO N.º 25/2026-SEEC

CONSIDERANDO as diretrizes do Programa Paraná Mais Cidades 2023, instituído pelo Decreto Estadual nº 2.641/2023;

CONSIDERANDO que, no âmbito do referido Programa, a Secretaria de Estado da Cultura adquiriu e repassou instrumentos musicais que compõem kits de bandas marciais e fanfarras para diversos municípios do Estado do Paraná, permanecendo o Governo do Estado, por intermédio desta Pasta, como proprietário dos referidos bens móveis;

CONSIDERANDO que os instrumentos musicais foram repassados aos municípios mediante cessão de uso, formalizada por Termo de Cooperação com vigência de 03 (três) anos, contados do recebimento destes bens;

CONSIDERANDO que compete aos municípios a guarda, manutenção, proteção e conservação dos bens cedidos, devendo destiná-los exclusivamente à execução do objeto pactuado, respondendo administrativa, civil e criminalmente por sua utilização desde a data do recebimento;

A Secretária de Estado da Cultura, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 47 da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023,

RESOLVE

Art. 1º. Designar o Agente Regional de Cultura JÚLIO CÉSAR SILVA ERTHAL, inscrito no CPF sob o nº 043.871.197-13 e portador da Carteira de Identidade nº 10.196.282-7, para atuar como fiscal responsável pela realização de vistorias in loco nos instrumentos musicais cedidos aos Municípios relacionados na tabela abaixo:

Município	Kit	Quantidade de instrumentos	Termo de Cooperação	Protocolo
Abatiá	Básico de Fanfarra	15	21/2025	23.681.833-0
Barra do Jacaré	Básico de Fanfarra	15	07/2025	21.034.923-5
Borrazópolis	Completo de Fanfarra	22	43/2025	20.974.822-3
Cambará	Básico de Fanfarra	15	27/2025	22.634.811-5
Cambé	Básico de Fanfarra	15	11/2025	21.016.152-0
Cambira	Completo de Fanfarra	22	29/2025	20.973.232-7
Carlópolis	Básico de Fanfarra	15	21/2024	20.971.092-7
Cornélio	Completo de Fanfarra	22	46/2024	21.037.051-0

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Procópio	Completo de Fanfarra	22	31/2025	22.699.598-6
Faxinal	Completo de Fanfarra	22	05/2025	21.007.413-9
Ibiporã	Completo de Bandas Marciais	32	20/2025	21.103.812-8
Ivaiporã	Completo de Fanfarra	22	15/2024	21.003.202-9
Japira	Completo de Fanfarra	22	20/2025	21.122.313-8
Jardim Alegre	Completo de Fanfarra	22	48/2024	22.895.885-9
Joaquim Távora	Básico de Fanfarra	15	49/2024	21.116.435-2
Porecatu	Completo de Fanfarra	22	22/2024	21.037.082-0
Rio Branco do Ivaí	Completo de Fanfarra	22	32/2025	21.072.224-6
Santa Mariana	Completo de Fanfarra	22	30/2024	21.035.695-9
	Completo de Fanfarra	22	31/2024	21.116.624-0
Santana do Itararé	Completo de Fanfarra	22	32/2024	21.032.612-0
Santo Antônio da Platina	Básico de Fanfarra	30	43/2024	22.635.058-6
	Completo de Fanfarra	22	02/2025	22.478.127-0
São Sebastião da Amoreira	Básico de Fanfarra	15	29/2024	21.084.532-1
	Completo de Fanfarra	22	45/2024	22.896.056-0
Sertanópolis	Básico de Fanfarra	15	01/2025	21.023.794-1
Uraí	Básico de Fanfarra	15	26/2025	21.035.512-0

Art. 2º. Compete ao Agente Regional de Cultura designado:

I - deslocar-se aos municípios beneficiários para realizar vistorias presenciais;

II - verificar as condições de armazenamento, conservação e integridade dos instrumentos musicais;

III - conferir a correspondência quantitativa dos bens recebidos;

IV - averiguar a correta destinação e utilização dos instrumentos, bem como contrapartidas previstas, em conformidade com o Termo de Cooperação celebrado entre as partes;

V - elaborar relatório circunstanciado de cada vistoria realizada, conforme modelo de relatório de fiscalização entregue pela SEEC, consignando o estado dos bens e eventuais irregularidades constatadas.

Art. 3º. As vistorias poderão ser realizadas a qualquer tempo, inclusive sem comunicação prévia ao Município.

Art. 4º. O servidor MARCOS COGA DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 550.515.709-25 e portador da Carteira de Identidade nº 3.550.461-3, já designado como fiscal nos Termos de Cooperação firmados com os Municípios acima no âmbito do Programa Paraná Mais Cidades 2023, atuará como fiscal supervisor do Agente Regional de Cultura no exercício das atividades de fiscalização previstas nesta Resolução, competindo-lhe:

I - coordenar, orientar e supervisionar as atividades desempenhadas pelo Agente Regional de Cultura nas vistorias in loco;

II - acompanhar a execução das fiscalizações, assegurando o cumprimento das diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Estado da Cultura;

III - analisar os relatórios circunstanciados elaborados pelo Agente Regional de Cultura;

IV - requisitar informações complementares e, quando necessário, determinar a realização de diligências adicionais;

V - comunicar à autoridade competente eventuais irregularidades constatadas, propondo a adoção das medidas administrativas cabíveis.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 05 de março de 2026

Luciana Casagrande Pereira Ferreira

Secretária de Estado da Cultura

28206/2026

RESOLUÇÃO N.º 26/2026-SEEC

CONSIDERANDO as diretrizes do Programa Paraná Mais Cidades 2023, instituído pelo Decreto Estadual nº 2.641/2023;

CONSIDERANDO que, no âmbito do referido Programa, a Secretaria de Estado da Cultura adquiriu e repassou instrumentos musicais que compõem kits de bandas marciais e fanfarras para diversos municípios do Estado do Paraná, permanecendo o Governo do Estado, por intermédio desta Pasta, como proprietário dos referidos bens móveis;

CONSIDERANDO que os instrumentos musicais foram repassados aos municípios mediante cessão de uso, formalizada por Termo de Cooperação com vigência de 03 (três) anos, contados do recebimento destes bens;

CONSIDERANDO que compete aos municípios a guarda, manutenção, proteção e conservação dos bens cedidos, devendo destiná-los exclusivamente à execução do objeto pactuado, respondendo administrativa, civil e criminalmente por sua utilização desde a data do recebimento;

A Secretária de Estado da Cultura, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 47 da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023,

RESOLVE

Art. 1º. Designar o Agente Regional de Cultura **LEONARDO FRANCESCHI FERREIRA**, inscrito no CPF sob o nº 024.444.339-47 e portador da Carteira de Identidade nº 7.030.019-2, para atuar como fiscal responsável pela realização de vistorias in loco nos instrumentos musicais cedidos aos Municípios relacionados na tabela abaixo:

Município	Kit	Quantidade de instrumentos	Termo de Cooperação	Protocolo
Agudos do Sul	Completo de Fanfarra	22	23/2024	20.977.793-2
Almirante Tamandaré	Básico de Fanfarra	15	41/2024	20.980.355-0
Colombo	Completo de Bandas Marciais	32	13/2024	21.397.556-0
Curitiba	Completo de Fanfarra	44	20/2024	21.189.037-1
	Básico de Fanfarra	120	33/2024	21.192.554-0
	Básico de Bandas Marciais	19	39/2024	20.997.653-6
	Básico de Bandas Marciais	19	09/2025	22.605.745-5
Fazenda Rio Grande	Completo de Bandas Marciais	32	32/2024	20.971.257-1
	Completo de Fanfarra	22	40/2024	20.971.273-3
Guaratuba	Básico de Fanfarra	30	33/2024	21.035.244-9
Morretes	Completo de Fanfarra	22	36/2024	20.982.314-4
Quitandinha	Básico de Fanfarra	15	25/2025	21.035.555-3
Rio Branco do Sul	Completo de Fanfarra	22	09/2024	21.193.293-7
Rio Negro	Completo de Fanfarra	22	12/2025	21.037.245-8

São José dos Pinhais	Básico de Fanfarra	15	22/2025	21.037. 269-5
	Básico de Fanfarra	15	16/2025	21.106. 202-9
	Completo de Bandas Marciais	32	17/2025	20.980. 814-5
Tijucas do Sul	Completo de Fanfarra	22	11/2024	21.116. 707-6
	Básico de Fanfarra	15	16/2024	21.106. 279-7

Art. 2º. Compete ao Agente Regional de Cultura designado:

I - deslocar-se aos municípios beneficiários para realizar vistorias presenciais;

II - verificar as condições de armazenamento, conservação e integridade dos instrumentos musicais;

III - conferir a correspondência quantitativa dos bens recebidos;

IV - averiguar a correta destinação e utilização dos instrumentos, bem como contrapartidas previstas, em conformidade com o Termo de Cooperação celebrado entre as partes;

V - elaborar relatório circunstanciado de cada vistoria realizada, conforme modelo de relatório de fiscalização entregue pela SEEC, consignando o estado dos bens e eventuais irregularidades constatadas.

Art. 3º. As vistorias poderão ser realizadas a qualquer tempo, inclusive sem comunicação prévia ao Município.

Art. 4º. O servidor MARCOS COGA DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 550.515.709-25 e portador da Carteira de Identidade nº 3.550.461-3, já designado como fiscal nos Termos de Cooperação firmados com os Municípios acima no âmbito do Programa Paraná Mais Cidades 2023, atuará como fiscal supervisor do Agente Regional de Cultura no exercício das atividades de fiscalização previstas nesta Resolução, competindo-lhe:

I - coordenar, orientar e supervisionar as atividades desempenhadas pelo Agente Regional de Cultura nas vistorias in loco;

II - acompanhar a execução das fiscalizações, assegurando o cumprimento das diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Estado da Cultura;

III - analisar os relatórios circunstanciados elaborados pelo Agente Regional de Cultura;

IV - requisitar informações complementares e, quando necessário, determinar a realização de diligências adicionais;

V - comunicar à autoridade competente eventuais irregularidades constatadas, propondo a adoção das medidas administrativas cabíveis.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 05 de março de 2026

Luciana Casagrande Pereira Ferreira

Secretária de Estado da Cultura

28208/2026

RESOLUÇÃO N.º 27/2026-SEEC

CONSIDERANDO as diretrizes do Programa Paraná Mais Cidades 2023, instituído pelo Decreto Estadual nº 2.641/2023;

CONSIDERANDO que, no âmbito do referido Programa, a Secretaria de Estado da Cultura adquiriu e repassou instrumentos musicais que compõem kits de bandas marciais e fanfarras para diversos municípios do Estado do Paraná, permanecendo o Governo do Estado, por intermédio desta Pasta, como proprietário dos referidos bens móveis;

CONSIDERANDO que os instrumentos musicais foram repassados aos municípios mediante cessão de uso, formalizada por Termo de Cooperação com vigência de 03 (três) anos, contados do recebimento destes bens;

CONSIDERANDO que compete aos municípios a guarda, manutenção, proteção e conservação dos bens cedidos, devendo destiná-los exclusivamente à execução do objeto pactuado, respondendo administrativa, civil e criminalmente por sua utilização desde a data do recebimento;

A Secretária de Estado da Cultura, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 47 da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023,

RESOLVE

Art. 1º. Designar o Agente Regional de Cultura **LUCIANO SCUISSATTO DA CRUZ**, inscrito no CPF sob o nº 074.892.259-81 e portador da Carteira de Identidade nº 9.864.334-6, para atuar como fiscal responsável pela realização de vistorias in loco nos instrumentos musicais cedidos aos Municípios relacionados na tabela abaixo:

Município	Kit	Quantidade de instrumentos	Termo de Cooperação	Protocolo
Alto Paraná	Completo de Fanfarra	22	51/2024	21.155. 045-7
Campo Mourão	Completo de Bandas Marciais	32	14/2024	21.036. 214-2
Cidade Gaúcha	Básico de Fanfarra	15	12/2024	21.305. 236-5
Corumbataí do Sul	Completo de Fanfarra	22	26/2024	20.970. 818-3
Floresta	Completo de Fanfarra	22	03/2025	21.119. 102-3
Iguaraçu	Básico de Fanfarra	15	44/2024	20.977. 136-5
Mandaguaçu	Completo de Fanfarra	22	28/2024	21.119. 359-0
Marilena	Completo de Fanfarra	22	10/2024	21.771. 181-9
Maringá	Básico de Fanfarra	60	19/2024	21.193. 171-0
Munhoz de Mello	Completo de Bandas Marciais	32	35/2024	20.992. 914-7
Querência do Norte	Completo de Fanfarra	22	18/2025	21.156. 057-6
Santa Cruz do Monte Castelo	Completo de Fanfarra	22	24/2025	20.972. 867-2
São Jorge do Ivaí	Completo de Fanfarra	22	06/2025	20.977. 977-3
Tapejara	Completo de Fanfarra	22	30/2025	22.506. 189-0

Art. 2º. Compete ao Agente Regional de Cultura designado:

I - deslocar-se aos municípios beneficiários para realizar vistorias presenciais;

II - verificar as condições de armazenamento, conservação e integridade dos instrumentos musicais;

III - conferir a correspondência quantitativa dos bens recebidos;

IV - averiguar a correta destinação e utilização dos instrumentos, bem como contrapartidas previstas, em conformidade com o Termo de Cooperação celebrado entre as partes;

V - elaborar relatório circunstanciado de cada vistoria realizada, conforme modelo de relatório de fiscalização entregue pela SEEC, consignando o estado dos bens e eventuais irregularidades constatadas.

Art. 3º. As vistorias poderão ser realizadas a qualquer tempo, inclusive sem comunicação prévia ao Município.

Art. 4º. O servidor MARCOS COGA DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 550.515.709-25 e portador da Carteira de Identidade nº 3.550.461-3, já designado como fiscal nos Termos de Cooperação firmados com os Municípios acima no âmbito do Programa Paraná Mais Cidades 2023, atuará como fiscal supervisor do Agente Regional de Cultura no exercício das atividades de fiscalização previstas nesta Resolução, competindo-lhe:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

I - coordenar, orientar e supervisionar as atividades desempenhadas pelo Agente Regional de Cultura nas vistorias in loco;

II - acompanhar a execução das fiscalizações, assegurando o cumprimento das diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Estado da Cultura;

III - analisar os relatórios circunstanciados elaborados pelo Agente Regional de Cultura;

IV - requisitar informações complementares e, quando necessário, determinar a realização de diligências adicionais;

V - comunicar à autoridade competente eventuais irregularidades constatadas, propondo a adoção das medidas administrativas cabíveis.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 05 de março de 2026

Luciana Casagrande Pereira Ferreira

Secretária de Estado da Cultura

28210/2026

RESOLUÇÃO N.º 28/2026-SEEC

CONSIDERANDO as diretrizes do Programa Paraná Mais Cidades 2023, instituído pelo Decreto Estadual nº 2.641/2023;

CONSIDERANDO que, no âmbito do referido Programa, a Secretaria de Estado da Cultura adquiriu e repassou instrumentos musicais que compõem kits de bandas marciais e fanfarras para diversos municípios do Estado do Paraná, permanecendo o Governo do Estado, por intermédio desta Pasta, como proprietário dos referidos bens móveis;

CONSIDERANDO que os instrumentos musicais foram repassados aos municípios mediante cessão de uso, formalizada por Termo de Cooperação com vigência de 03 (três) anos, contados do recebimento destes bens;

CONSIDERANDO que compete aos municípios a guarda, manutenção, proteção e conservação dos bens cedidos, devendo destiná-los exclusivamente à execução do objeto pactuado, respondendo administrativa, civil e criminalmente por sua utilização desde a data do recebimento;

A Secretária de Estado da Cultura, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 47 da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023,

RESOLVE

Art. 1º. Designar o Agente Regional de Cultura **NORBERT PADILHA HEINZ**, inscrito no CPF sob o nº 069.653.279-44 e portador da Carteira de Identidade nº 10.245.401-4, para atuar como fiscal responsável pela realização de vistorias in loco nos instrumentos musicais cedidos aos Municípios relacionados na tabela abaixo:

Município	Kit	Quantidade de instrumentos	Termo de Cooperação	Protocolo
Guarapuava	Básico de Fanfarra	15	10/2025	22.491.930-1
Irati	Básico de Fanfarra	15	14/2025	20.974.465-1
Laranjeiras do Sul	Básico de Bandas Marciais	15	34/2025	20.974.519-4
Prudentópolis	Básico de Fanfarra	15	08/2024	20.974.685-9
	Completo de Fanfarra	22	27/2024	20.982.271-7

Art. 2º. Compete ao Agente Regional de Cultura designado:

I - deslocar-se aos municípios beneficiários para realizar vistorias presenciais;

II - verificar as condições de armazenamento, conservação e integridade dos instrumentos musicais;

III - conferir a correspondência quantitativa dos bens recebidos;

IV - averiguar a correta destinação e utilização dos instrumentos, bem como contrapartidas previstas, em conformidade com o Termo de Cooperação celebrado entre as partes;

V - elaborar relatório circunstanciado de cada vistoria realizada, conforme modelo de relatório de fiscalização entregue pela SEEC, consignando o estado dos bens e eventuais irregularidades constatadas.

Art. 3º. As vistorias poderão ser realizadas a qualquer tempo, inclusive sem comunicação prévia ao Município.

Art. 4º. O servidor MARCOS COGA DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 550.515.709-25 e portador da Carteira de Identidade nº 3.550.461-3, já designado como fiscal nos Termos de Cooperação firmados com os Municípios acima no âmbito do Programa Paraná Mais Cidades 2023, atuará como fiscal supervisor do Agente Regional de Cultura no exercício das atividades de fiscalização previstas nesta Resolução, competindo-lhe:

I - coordenar, orientar e supervisionar as atividades desempenhadas pelo Agente Regional de Cultura nas vistorias in loco;

II - acompanhar a execução das fiscalizações, assegurando o cumprimento das diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Estado da Cultura;

III - analisar os relatórios circunstanciados elaborados pelo Agente Regional de Cultura;

IV - requisitar informações complementares e, quando necessário, determinar a realização de diligências adicionais;

V - comunicar à autoridade competente eventuais irregularidades constatadas, propondo a adoção das medidas administrativas cabíveis.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 05 de março de 2026

Luciana Casagrande Pereira Ferreira

Secretária de Estado da Cultura

28213/2026

RESOLUÇÃO N.º 29/2026-SEEC

CONSIDERANDO as diretrizes do Programa Paraná Mais Cidades 2023, instituído pelo Decreto Estadual nº 2.641/2023;

CONSIDERANDO que, no âmbito do referido Programa, a Secretaria de Estado da Cultura adquiriu e repassou instrumentos musicais que compõem kits de bandas marciais e fanfarras para diversos municípios do Estado do Paraná, permanecendo o Governo do Estado, por intermédio desta Pasta, como proprietário dos referidos bens móveis;

CONSIDERANDO que os instrumentos musicais foram repassados aos municípios mediante cessão de uso, formalizada por Termo de Cooperação com vigência de 03 (três) anos, contados do recebimento destes bens;

CONSIDERANDO que compete aos municípios a guarda, manutenção, proteção e conservação dos bens cedidos, devendo destiná-los exclusivamente à execução do objeto pactuado, respondendo administrativa, civil e criminalmente por sua utilização desde a data do recebimento;

A Secretária de Estado da Cultura, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 47 da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023,

RESOLVE

Art. 1º. Designar a Agente Regional de Cultura **WLANETE CASSIANO DE BARROS**, inscrita no CPF sob o nº 620.460.399-04 e portadora da Carteira de Identidade nº 4.030.781-8, para atuar como fiscal responsável pela realização de vistorias in loco nos instrumentos musicais cedidos aos Municípios relacionados na tabela abaixo:

Município	Kit	Quantidade de instrumentos	Termo de Cooperação	Protocolo
Cafelândia	Básico de Bandas Marciais	19	47/2024	21.104.874-3
Nova Aurora	Completo de Fanfarra	22	24/2024	21.124.148-9
Quedas do Iguaçu	Básico de Fanfarra	15	23/2025	21.497.424-0
Terra Roxa	Completo de Fanfarra	22	17/2024	20.974.616-6
Toledo	Completo de Fanfarra	22	18/2024	20.973.405-2

Art. 2º. Compete a Agente Regional de Cultura designada:

I - deslocar-se aos municípios beneficiários para realizar vistorias presenciais;

II - verificar as condições de armazenamento, conservação e integridade dos instrumentos musicais;

III - conferir a correspondência quantitativa dos bens recebidos;

IV - averiguar a correta destinação e utilização dos instrumentos, bem como contrapartidas previstas, em conformidade com o Termo de Cooperação celebrado entre as partes;

V - elaborar relatório circunstanciado de cada vistoria realizada, conforme modelo de relatório de fiscalização entregue pela SEEC, consignando o estado dos bens e eventuais irregularidades constatadas.

Art. 3º. As vistorias poderão ser realizadas a qualquer tempo, inclusive sem comunicação prévia ao Município.

Art. 4º. O servidor MARCOS COGA DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 550.515.709-25 e portador da Carteira de Identidade nº 3.550.461-3, já designado como fiscal nos Termos de Cooperação firmados com os Municípios acima no âmbito do Programa Paraná Mais Cidades 2023, atuará como fiscal supervisor do Agente Regional de Cultura no exercício das atividades de fiscalização previstas nesta Resolução, competindo-lhe:

I - coordenar, orientar e supervisionar as atividades desempenhadas pelo Agente Regional de Cultura nas vistorias in loco;

II - acompanhar a execução das fiscalizações, assegurando o cumprimento das diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Estado da Cultura;

III - analisar os relatórios circunstanciados elaborados pelo Agente Regional de Cultura;

IV - requisitar informações complementares e, quando necessário, determinar a realização de diligências adicionais;

V - comunicar à autoridade competente eventuais irregularidades constatadas, propondo a adoção das medidas administrativas cabíveis.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 05 de março de 2026

Luciana Casagrande Pereira Ferreira

Secretária de Estado da Cultura

28214/2026

RESOLUÇÃO N.º 22/2026-SEEC

CONSIDERANDO as diretrizes do Programa Paraná Mais Cidades 2023, instituído pelo Decreto Estadual nº 2.641/2023;

CONSIDERANDO que, no âmbito do referido Programa, a Secretaria de Estado da Cultura adquiriu e repassou instrumentos musicais que compõem kits de bandas marciais e fanfarras para diversos municípios do Estado do Paraná, permanecendo o Governo do Estado, por intermédio desta Pasta, como proprietário dos referidos bens móveis;

CONSIDERANDO que os instrumentos musicais foram repassados aos municípios mediante cessão de uso, formalizada por Termo de Cooperação com vigência de 03 (três) anos, contados do recebimento destes bens;

CONSIDERANDO que compete aos municípios a guarda, manutenção, proteção e conservação dos bens cedidos, devendo destiná-los exclusivamente à execução do objeto pactuado, respondendo administrativa, civil e criminalmente por sua utilização desde a data do recebimento;

A Secretária de Estado da Cultura, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 47 da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023,

RESOLVE

Art. 1º. Designar a Agente Regional de Cultura **ANDRESSA DE OLIVEIRA**, inscrita no CPF sob o nº 220.271.408-16 e portadora da Carteira de Identidade nº 3.548.741-11, para atuar como fiscal responsável pela realização de vistorias in loco nos instrumentos musicais cedidos aos Municípios relacionados na tabela abaixo:

Município	Kit	Quantidade de instrumentos	Termo de Cooperação	Protocolo
Ivaí	Básico de Fanfarra	15	15/2025	20.974.480-5
Lapa	Básico de Fanfarra	15	50/2024	20.971.450-7
Porto Amazonas	Completo de Fanfarra	22	07/2024	21.305.185-7
São João do Triunfo	Completo de Fanfarra	22	42/2024	21.035.139-6

Art. 2º. Compete a Agente Regional de Cultura designada:

I - deslocar-se aos municípios beneficiários para realizar vistorias presenciais;

II - verificar as condições de armazenamento, conservação e integridade dos instrumentos musicais;

III - conferir a correspondência quantitativa dos bens recebidos;

IV - averiguar a correta destinação e utilização dos instrumentos, bem como contrapartidas previstas, em conformidade com o Termo de Cooperação celebrado entre as partes;

V - elaborar relatório circunstanciado de cada vistoria realizada, conforme modelo de relatório de fiscalização entregue pela SEEC, consignando o estado dos bens e eventuais irregularidades constatadas.

Art. 3º. As vistorias poderão ser realizadas a qualquer tempo, inclusive sem comunicação prévia ao Município.

Art. 4º. O servidor **MARCOS COGA DA SILVA**, inscrito no CPF sob o nº 550.515.709-25 e portador da Carteira de Identidade nº 3.550.461-3, já designado como fiscal nos Termos de Cooperação firmados com os Municípios acima no âmbito do Programa Paraná Mais Cidades 2023, atuará como fiscal supervisor do Agente Regional de Cultura no exercício das atividades de fiscalização previstas nesta Resolução, competindo-lhe:

I - coordenar, orientar e supervisionar as atividades desempenhadas pelo Agente Regional de Cultura nas vistorias in loco;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

II - acompanhar a execução das fiscalizações, assegurando o cumprimento das diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Estado da Cultura;

III - analisar os relatórios circunstanciados elaborados pelo Agente Regional de Cultura;

IV - requisitar informações complementares e, quando necessário, determinar a realização de diligências adicionais;

V - comunicar à autoridade competente eventuais irregularidades constatadas, propondo a adoção das medidas administrativas cabíveis.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 05 de março de 2026

Luciana Casagrande Pereira Ferreira

Secretária de Estado da Cultura

28200/2026

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
RESOLUÇÃO Nº 23/2026 – SEEC

Súmula: Publica a renovação dos Certificados de Entidades Culturais no Programa Nota Paraná, no âmbito da SEEC.

A Secretária de Estado da Cultura, no uso de suas respectivas atribuições legais, contidas no artigo 47, da Lei Estadual nº 21.352/2023 e o Decreto Estadual nº 8.249/2017, que trata do Programa Nota Paraná,

RESOLVE:

Art. 1º Publicar a renovação dos Certificados de Entidades Culturais no Programa Nota Paraná, no âmbito da Secretaria de Estado da Cultura – SEEC, emitido em favor das seguintes instituições.

- ASSOCIACAO CULTURAL UCRANIANA VOLENIA, CNPJ Nº 08.814.502/0001-68;
- GRUPO FOLCLORICO POLONES MAZURY, CNPJ Nº 04.929.713/0001-95.

Art. 2º Esta Resolução tem vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 09 de março de 2026.

Luciana Casagrande Pereira Ferreira

Secretária de Estado da Cultura

28358/2026

RESOLUÇÃO N.º 30/2026-SEEC

Altera a composição da Comissão Permanente de Avaliação e Acompanhamento do Plano Estadual de Cultura – CPAP e dá outras providências, instituída por meio da Resolução n.° 113/2023-SEEC.

A Secretária de Estado da Cultura, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Estadual nº 21.352/2023 e Decreto Estadual nº 15/2023,

R E S O L V E

Art. 1º. Designar os membros da Comissão Permanente de Avaliação e Acompanhamento do Plano Estadual de Cultura – CPAP:

I. Adriana Santos de Oliveira, RG nº 6.614.510-7 - CSEC;

II. Adriane Isabelle Fagundes dos Santos, RG nº 7.202.860-0 - UIMP;

III. Luiz Gustavo Vilela Teixeira, RG nº 14.937.645-3 - CDEC;

IV. Allan Kolodzieiski, RG nº 9.90454-0 - CFIC;

V. Carla Holler Alves, RG nº 8.292.503-1 – NPS;

VI. Amanda Maria Primo, RG nº 10.143.302-1 – DAFIC;

VII. Mariana Fernandelli Santos Gomes, RG nº 8.113.792-7 – CPC;

VIII. Heittor Eduardo Tulio, RG nº 9.421.497-1 – DAFIC;

IX. Valéria Borges da Silveira, RG nº 4.437.987-2 - CSEBP;

X. Claudia Chipon Staude, RG nº 6.010.522-7 – DG.

Parágrafo Único – A Coordenação da Comissão se dará pela Servidora Adriana Santos de Oliveira, e, em sua ausência, pela Servidora Adriane Isabelle Fagundes dos Santos.

Art. 2º. A Comissão de Atualização do Plano Estadual de Cultura - CPAP deve apresentar a primeira versão do relatório de acompanhamento e monitoramento do Plano Estadual de Cultura – PEC em até 60 (sessenta) dias após a publicação deste Ato, devendo os trabalhos serem apresentados ao Conselho Estadual de Cultura - CONSEC tão logo tenha sido finalizado e aprovado pela Diretoria-Geral da SEEC.

Art. 3º. A metodologia de avaliação do PEC seguirá orientações da Diretoria-Geral da SEEC, e seguirão as Diretrizes, Metas e Ações estabelecidas na Lei Estadual nº 19.135/2017, cabendo a cada coordenação e unidade da SEEC apresentar as atividades, ações, projetos e programas realizados dentro de cada ação do Plano, levando em consideração e relacionando o Plano Plurianual, a Lei Orçamentária Anual e o Plano de Governo.

Art. 4º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de março de 2026

Luciana Casagrande Pereira Ferreira

Secretária de Estado da Cultura

28488/2026

CCTG

PORTARIA n° 008/2026 – DIPRE/CCTG

O DIRETOR PRESIDENTE DO CENTRO CULTURAL TEATRO GUAÍRA, no uso de suas atribuições legais, e conforme disposto no item 9.1 do Edital de Chamamento Público n° 01/2026 – Protocolo 25.267.754-2.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão Especial de Avaliação do Edital de Chamamento Público n° 02/2026 – CCTG, cujo objeto é a seleção de companhias e grupos de teatro de bonecos, para integrar a programação do 25° Festival Espetacular de Teatro de Bonecos:

I - Áldice Lopes da Silva, RG n° 2.xxx.xxx-0;

II - Eduardo Ferreira dos Santos, RG MG-8.xxx.xx6;

III - Inecê do Rocio Gomes, RG n° 4.xxx.xxx-6;

IV - Maria da Conceição Reis Rosiere, RG n° M6xxxx3.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO DIRETOR PRESIDENTE, em 10 de março de 2026.

assinado eletronicamente
Cleverson Luiz Cavalheiro
Diretor Presidente

28044/2026

Secretaria do Desenvolvimento Social e Família

RESOLUÇÃO SEDEF Nº 148, DE 09 MARÇO DE 2026

Habilitação de município para adesão ao Incentivo fundo a fundo, para a construção de Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA,** nomeado pelo Decreto nº 021/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, e considerando a Resolução nº 109/2023 -SEDEF, alterada pela Resolução nº 127/2024-SEDEF e 198/2025 – SEDEF, **RESOLVE:**

Art. 1º HABILITAR o município abaixo relacionado, conforme art. 6º da Resolução nº 109/2023 – SEDEF, alterada pela Resolução nº 127/2024-SEDEF e nº 198/2025 – SEDEF, para adesão ao Incentivo fundo a fundo, destinado a prover a infraestrutura adequada dos equipamentos da Política de Assistência Social, por meio do financiamento para execução das obras, com o objetivo de melhoria no atendimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS):

Município	Equipamento
Cruzmaltina	Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de março de 2026.

Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

28119/2026

DELIBERAÇÃO Nº 023/2026 | CEAS/PR

O CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO PARANÁ - CEAS/PR, reunido ordinariamente no dia 06 de março de 2026, no uso de suas atribuições regimentais;

CONSIDERANDO a representação deste CEAS nas instâncias participativas, deliberativas, consultivas, mobilizadoras, grupos de estudo e conselhos afetos que compõe as discussões que permeiam a Política de Assistência Social; e

CONSIDERANO o Biênio 2025-2027 em vigor,

DELIBERA

Art. 1º Aprova a manutenção ou indicação dos representantes do CEAS/PR nas instâncias participativas, deliberativas, consultivas, mobilizadoras, grupos de estudo e conselhos, conforme Anexo I da presente Deliberação.
Art. 2º Revoga a Deliberação nº 095/2024 – CEAS/PR.
Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor a partir desta data.

Curitiba, 06 de março de 2026.

PUBLIQUE-SE

Paula Cristina Calsavara
Presidente do CEAS/PR

Rogéria Aparecida Ortelhado
Vice Presidente do CEAS/PR

ANEXO I – Deliberação nº 023/2026

REPRESENTANTES CEAS/PR

INSTÂNCIA	REPRESENTANTES	POSIÇÃO
Comissões:		
Comissão Intergestores Bipartite (CIB) - SEDEF;	EDSON APARECIDO DE ALENCAR	Titular
	ROSELAINE DAS DORES NOGUEIRA	Suplente
Grupos de Trabalho:		
Grupo de Trabalho Intersetorial para Acolhimento Familiar (GT-SFA) - TJPR	ALEXIA SEMZEZYN SLOBODZIAN	Titular
	LEÔNCIO SANTIAGO	Suplente
Núcleos:		
Núcleo Estadual Intersetorial de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde e da Cultura de Paz (NÚCLEO DA PAZ) - SESA	DOTZI MARA GODOI ROSA	Titular
	LEONARDO CORRÊA LUGON	Suplente
Comitês:		
Comitê Estadual Orfandade e Direitos do Paraná - CRP/PR	EDSON APARECIDO DE ALENCAR	Titular
	LIDIA RODRIGUES DOS SANTOS	Suplente
Comitê Estadual de Educação Permanente (CEEP) - SEDEF	ROSELAINE DAS DORES NOGUEIRA	Titular
	ROGÉRIA APARECIDA ORTELHADO	Suplente

28489/2026

DELIBERAÇÃO N° 024/2026 | CEAS/PR

O CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO PARANÁ, reunido ordinariamente no dia 06 de março de 2026, no uso de suas atribuições regimentais; e

CONSIDERANDO o disposto no inciso VIII do art. 19 do Regimento Interno do CEAS/PR, que atribui a Secretaria-Executiva a responsabilidade de apresentar, anualmente, relatório das atividades do Conselho,

DELIBERA

Art. 1º Pela aprovação do Relatório de Atividades realizadas pelo CEAS/PR em 2025, conforme Anexo I da presente deliberação.
Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor a partir desta data.

Curitiba, 06 de março de 2026.

PUBLIQUE-SE

Paula Cristina Calsavara
Presidente do CEAS/PR

Rogéria Aparecida Ortelhado
Vice Presidente do CEAS/PR

ANEXO I

RELATÓRIO CONCISO DE ATIVIDADES DO CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO PARANÁ

I. Contextualização

Conforme preconizado pelo Regimento Interno do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/PR, em seu art. 19, inciso VIII, compete à Secretaria Executiva a apresentação anual do relatório das atividades realizadas pelo órgão colegiado. Nesta seara, levantou-se e sistematizou-se por

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

meio do instrumento aqui posto os principais trabalhos realizados pelo Colegiado e Secretaria Executiva no ano de 2025.

O Conselho Estadual de Assistência Social do Paraná, instituído pela Lei nº 11.362, de 12 de abril de 1996, fundamenta-se enquanto um órgão colegiado de caráter permanente e deliberativo, constituído paritariamente por agentes governamentais e agentes da sociedade civil. Essa integração, além de atender os princípios da participação popular, conforme previsto na Lei Maior, propicia um melhor entendimento dos territórios, suas peculiaridades e as nuances que a Política de Assistência Social deve percorrer para garantia de um atendimento equitativo.

Ao CEAS/PR, compete a normatização e orientação da Política de Assistência Social no estado do Paraná, com o objetivo de garantir o controle democrático, de acordo com as normativas nacionais, sendo as principais delas a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. O CEAS pauta suas ações considerando o disposto nas Conferências Estaduais, no Plano Estadual de Assistência Social e demais Relatórios de Gestão. Além disso, está dentro de seu escopo de atuação a avaliação de serviços prestados por entidades governamentais e não governamentais do Estado, por meio do qual o colegiado busca promover e assegurar a plena execução e o acesso da população aos mesmos.

O CEAS/PR está vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), órgão gestor responsável pelo desenvolvimento da Política Estadual de Assistência Social, estabelecida pela Lei nº 21.352/2023. Além da estrutura central, a qual abriga as atividades do Conselho, conta-se ainda, operacionalmente, com a atuação das estruturas descentralizadas, por meio dos 12 Núcleo Regionais e das 11 Instâncias de Atuação Regional Avançadas. Vale ressaltar a importância da atuação destas equipes, no apoio ao controle social, contribuindo com o CEAS/PR na realização de visitas *in loco*, provendo todo o suporte necessário aos conselheiros. No ano de 2025 foram executadas em parceria com estas estruturas um total de 06 visitas técnico-orientativas pelo território paranaense, com a presença de representantes do CEAS/PR, para tratar sobre as principais dificuldades enfrentadas pelos equipamentos socioassistenciais no interior do estado.

II. Publicações Oficiais

Para que as demandas do controle social sejam efetivamente operacionalizadas, o pleno do CEAS/PR reúne-se mensalmente para pactuação das ações a serem executadas. No ano de 2025 foram realizadas:

ANO	REUNIÕES ORDINÁRIAS
2025	10

Mesmo considerando a programação das atividades e organização prévia dos assuntos e pautas de trabalho, o CEAS/PR precisou realizar um total de 3 reuniões extraordinárias para atendimento de demandas específicas, tais como a alteração parcial do Regimento Interno, bem como as de maior urgência para o público da política de assistência social, como no caso da ampliação de construções de CRAS e CREAS e aprovação de Emendas Parlamentares.

Como resultado dos trabalhos desenvolvidos, foram aprovadas no referido ano as seguintes publicações oficiais:

ANO	DELIBERAÇÕES	RESOLUÇÕES CONJUNTAS	ATAS	ATOS
2025	86	1	14	2

Além das Deliberações, o Conselho contou com 27 Resoluções *Ad Referendum.* Trata-se de Procedimentos aprovados de maneira provisória pela Mesa Diretora, devido ao seu caráter de urgência, e por este modo, sendo inviável aguardar até a data da próxima reunião ordinária. Nesse sentido, para que os demais conselheiros do pleno tenham ciência das ações realizadas, as Resoluções são pautadas na reunião ordinária subsequente para para aprovação ou invalidação.

Deste modo, foram realizadas 130 publicações no Diário Oficial do Estado do Paraná no ano de 2025.

III. Publicização das ações do CEAS

Desde o ano de 2024, estabelecido por meio da Deliberação CEAS/PR 043/2024, as Plenárias Ordinárias do colegiado são transmitidas ao vivo, por meio do canal do Youtube da SEDEF. Esta decisão foi pensada visando promover uma maior transparência acerca da dos debates realizados no âmbito do Conselho Estadual de Assistência Social do Paraná. No ano de 2025, as transmissões alcançaram um total de 1315 exibições.

Além disto, o CEAS/PR conta com um portal eletrônico intuitivo, organizado por tipo de publicação e data, por meio do qual, qualquer cidadão pode facilmente acessar o conteúdo trabalhado pelo conselho.

IV. Eleições da Sociedade Civil – Biênio 2025-2027

A eleição ocorreu simultaneamente na data de 22 de maio de 2025. O resultado foi publicado por meio da Deliberação CEAS/PR 033/2025, que elegeu as 15 representações da sociedade civil, e subsidiou a nomeação de 28 conselheiros, sendo 15 titulares e 13 suplentes.

O processo eleitoral da sociedade civil para o biênio 2025-2027 foi marcado por ampla participação democrática, registrando 710 inscritos entre candidatos e votantes, representantes das cinco macrorregiões do Paraná. A eleição ocorreu simultaneamente em 22 de maio de 2025, evidenciando o significativo engajamento da sociedade civil no fortalecimento do controle social da política de assistência social. O processo foi homologado pelo Decreto Estadual nº 210.335, de 16 de junho de 2025, que declarou oficialmente nomeados os conselheiros eleitos para o biênio 2025-2027.

Destaca-se, ainda, a constituição de cadastro reserva para o segmento das Entidades com vínculo SUAS, com 4 representações devidamente habilitadas, assegurando maior organização e continuidade à representação da sociedade civil no Conselho.

V. Capacitações

Considerando a relevância da formação continuada para o fortalecimento do controle social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, o CEAS/PR deu início, em 2025, à terceira etapa do Programa Capacita SUAS, aprovado por meio da Deliberação CEAS/PR nº 021/2024. A iniciativa disponibilizou 4.000 vagas, contemplando os 399 municípios do Estado do Paraná, ampliando o acesso à qualificação dos atores envolvidos na política de assistência social.

Além do Capacita SUAS, a secretaria executiva implementou processo orientativo destinado aos novos conselheiros, conforme previsto na Deliberação CEAS/PR nº 085/2024, com o objetivo de promover o alinhamento institucional e o aprimoramento das atribuições no exercício do mandato.

As formações foram realizadas em formato remoto, garantindo maior acessibilidade, comodidade e ampla participação dos interessados.

ID	TEMÁTICA	VAGAS RESERVADAS CEAS	VAGAS PREENCHIDAS CEAS
Capacita SUAS	Atualização em Formulação de Plano Municipal de Assistência Social	60	8
Capacita SUAS	Atualização sobre o Reordenamento dos Serviços de Proteção Social Básica	60	4
Capacita SUAS	Atualização sobre o Reordenamento da Proteção Social Especial	60	8
Del. 085/2024	Nivelamento para atuação enquanto conselheiro CEAS/PR	60	14

VI. Alteração da Lei de Criação do CEAS/PR – Lei nº 11.362/96

Em continuidade aos trabalhos iniciados ainda em 2024, após a aprovação pelo CEAS da minuta de projeto de lei, a Secretaria Executiva instruiu o processo que originou a publicação em 24 de junho de 2025, da Lei 22.482/2025, que alterou a Lei nº 11.362, de 12 de abril de 1996, que dispõe sobre o funcionamento do Sistema Estadual de Assistência Social, institui a Conferência Estadual de Assistência Social e o Fundo Estadual de Assistência Social.

VII. 15ª Conferência Estadual de Assistência Social

A 15ª Conferência Estadual de Assistência Social, ocorrida nos dias 07 a 09 de outubro de 2025, em Foz do Iguaçu, Paraná, contou com a participação de 476 pessoas, dentre delegados, convidados e observadores. Em caráter mobilizador e preparatório, o CEAS/PR realizou 14 reuniões da Comissão Organizadora, além de atingir um total de 1659 participantes nas conferências municipais qual foi representado. O evento contou com Palestra Magna, Leitura do Regimento Interno, Avaliação da Política Estadual de Assistência Social, trabalhos em grupo, votação das moções, Plenária Final, dentre outros. Foram eleitos para composição da delegação paranaense para a 14ª Conferência Nacional de Assistência Social 108 delegados, dentre os quais 12 delegados oriundos do CEAS/PR e 96 delegados de origem municipal. O Relatório Final do processo conferencial foi publicizado por meio da Resolução 024/2025 e aprovado pela Deliberação CEAS/PR 075/2025.

VIII. Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Assistência Social e Distrito Federal (FONACEAS)

O Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Assistência Social e Distrito Federal, espaço permanente de representação, interlocução e discussão de assuntos pertinentes ao controle social, tem como propósito a articulação e mobilização dos mesmos, junto ao Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

Compõem o FONACEAS todos os Conselhos Estaduais e do Distrito Federal, considerando-se como membros natos os presidentes, vice-presidentes e secretárias executivas.

No ano de 2025,houve comparecimento de representantes do CEAS/PR nas seguintes reuniões:

DATA	REGIÃO	ESTADO	CIDADE
28 a 30/04	Centro-Oeste	Distrito Federal	Brasília
15 a 18/06	Nordeste	Sergipe	Aracajú

O CEAS/PR acompanha as discussões realizadas na esfera do FONACEAS mensalmente, enquanto pauta permanente na Comissão de Acompanhamento aos Conselhos, possibilitando a realização de encaminhamentos sugeridos nas discussões do Fórum.

IX. Agendas do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)

a) Reuniões Descentralizadas Ampliadas (RDA)

As Reuniões Descentralizadas e Ampliadas (RDA) do Conselho Nacional de Assistência Social constituem espaços estratégicos realizados fora de Brasília, com a finalidade de democratizar o acesso ao debate nacional, fortalecer o controle social e promover discussões qualificadas sobre a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) junto a estados, municípios e sociedade civil.

As RDAs têm como objetivo ampliar a transparência, o diálogo federativo e a participação social, possibilitando a troca de experiências e a discussão de pautas nacionais em âmbito regional. Esses encontros são fundamentais para alinhar as diretrizes da assistência social às realidades locais, contribuindo para o aprimoramento contínuo da política pública em todo o país.

No exercício de 2025, não foram realizadas reuniões descentralizadas, em razão da priorização do processo conferencial no âmbito da assistência social.

b) Reuniões trimestrais da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos (CAC)

Considerando a relevância de conceber uma agenda conjunta e acompanhar os Conselhos de Assistência, o CNAS realiza reuniões trimestrais com a presença dos CEAS e CAS/DF e Comissão de Acompanhamento aos Conselhos (CAC/CNAS), para que haja discussões inerentes ao controle social no contexto nacional. Nesse sentido, ressalta-se a participação do CEAS/PR, no referido ano, nas seguintes datas:

11/03	Edson Aparecido de Alencar
03/06	Cleny Thomas Maciel
09/09	Rogéria Aparecida Ortelhado

c) 14ª Conferência Nacional de Assistência Social

Dos 108 delegados eleitos para participarem da 14ª Conferência Nacional de Assistência Social, participaram de fato 94 delegados, devido à questões de força maior. Salientamos ainda que o CEAS/PR realizou o custeio dos bilhetes aéreos de 2 acompanhantes de pessoas com deficiência, garantindo a plena participação de todos os delegados.

A 14ª Conferência Nacional de Assistência Social ocorreu nos dias 06 a 09 de dezembro de 2025, em Brasília/DF.

X. Demais participações

a) Núcleo Estadual Intersetorial de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde e da Cultura de Paz (Núcleo da Paz)

O Núcleo Estadual Intersetorial de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde e da Cultura de Paz, é responsável pelo planejamento, coordenação e pela implementação de políticas públicas relacionadas à saúde para a redução de morbimortalidade por violências e acidentes. Sua principal estratégia é a articulação intra e intersetorial e a participação em colegiados de discussão técnica para a promoção da cultura de paz. Cabe reiterar que o CEAS/PR possui uma indicação de representação e que no ano de 2025 foram realizadas três reuniões nas seguintes datas, com participação de representante CEAS/PR: 07/03/2025; 09/05/2025; e 07/11/2025.

b) Comitê Estadual Orfandade e Direitos do Paraná

O Comitê Estadual Orfandade e Direitos do Paraná é uma iniciativa do Conselho Regional de Psicologia – CRP/PR, com a finalidade de mobilizar o poder executivo, o poder legislativo e o sistema de justiça para a construção de políticas públicas que executem direitos as crianças e adolescentes em orfandade no estado do Paraná. Com o objetivo de consumar a intersetorialidade, o CEAS/PR indicou dois conselheiros para participação no comitê, sendo um titular e um suplente.

O Comitê reuniu-se uma vez no ano de 2025, no dia 08 de maio e contou com a presença do representante deste colegiado.

c) Audiência Pública Democrática sobre as Ameaças ao BPC

A Audiência Pública Democrática sobre as Ameaças ao BPC, intitulada “O direito constitucional ao BPC-LOAS: entre as ameaças de fraudes e do ajuste”, foi realizada em 18 de julho de 2025, das 9h às 18h, constituindo-se como espaço estratégico de debate e mobilização em defesa do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

O encontro teve como objetivos estabelecer uma arena permanente de discussões acerca das ameaças enfrentadas pelo BPC, especialmente diante de denúncias de fraudes, do aumento das concessões judiciais e das pressões decorrentes do ajuste fiscal; propor estratégias para o enfrentamento das crises que envolvem o benefício na conjuntura atual; mobilizar a mídia para a construção de uma agenda positiva em defesa do direito constitucional ao BPC e no combate às fake news; bem como articular órgãos de controle social, trabalhadores, usuários, entidades e organizações da sociedade civil e gestores do SUAS na luta permanente pela manutenção desse direito.

O CEAS/PR fez-se representado no evento, reafirmando seu compromisso institucional com a defesa e a garantia dos direitos socioassistenciais.

d) II Encontro Nacional de Fundos de Assistência Social

O Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) promoveu o II Encontro Nacional de Fundos de Assistência Social, realizado em Brasília, nos dias 12, 13 e 14 de fevereiro de 2025. O evento reuniu gestores, conselheiros e técnicos de assistência social de todo o país, com o objetivo de fortalecer a gestão e a execução dos recursos destinados ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O encontro constituiu-se em espaço estratégico de diálogo entre os entes federados, favorecendo a troca de experiências, o alinhamento de orientações técnicas e a construção conjunta de soluções voltadas à gestão transparente, qualificada e eficiente dos recursos do SUAS.

O CEAS/PR esteve representado no evento por seu presidente, reiterando o compromisso com o aprimoramento da gestão financeira e do controle social da política de assistência social.

e) Grupo de Trabalho Intersetorial para Acolhimento Familiar – GT-SFA

O Grupo de Trabalho Intersetorial para Acolhimento Familiar (GT-SFA), de caráter permanente no âmbito do Estado do Paraná, tem por finalidade planejar estratégias e ações integradas voltadas à implantação, ampliação e qualificação dos Serviços de Acolhimento em Família Acolhedora (SFA).

O GT articula-se com o Núcleo Estadual Intersetorial de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde, com o objetivo de unir esforços institucionais para o desenvolvimento de ações integradas e coordenadas, visando ao fortalecimento do acolhimento na modalidade de família acolhedora, em consonância com os princípios da proteção integral e da intersetorialidade.

No exercício de 2025, não foram realizadas reuniões do referido Grupo de Trabalho.

f) Comitê Estadual de Educação Permanente – CEEP

O Comitê Estadual de Educação Permanente (CEEP) constitui instância colegiada responsável pelo planejamento e pela implementação das ações de formação e capacitação no âmbito da Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Estado do Paraná.

Tem como objetivo promover a interlocução, o diálogo e a cooperação entre os diversos sujeitos envolvidos na implementação da política de educação permanente, assegurando alinhamento técnico, integração institucional e qualificação contínua da gestão e dos serviços socioassistenciais. Nesse contexto, destaca-se a importância da participação de representante do CEAS/PR, enquanto instância de controle social, contribuindo para o acompanhamento e o aprimoramento das ações formativas.

No exercício de 2025, foram realizadas três reuniões do Núcleo, sendo que houve representação do CEAS/PR em apenas uma delas.

g) Comissão Intergestores Bipartite (CIB/SUAS/PR)

Estabelecida por meio da Resolução Estadual nº 020/1999, pela extinta Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, a Comissão Intergestores Bipartite se estabelece enquanto um espaço de interlocução de gestores, em que seus membros representam os interesses e necessidades coletivas, no que se refere a Política de Assistência Social de um município ou estado.

Considerada como uma importante instância para pactuação de procedimentos administrativos, a CIB objetiva a qualificação da gestão buscando a melhoria dos serviços prestados. Desse modo, visando a ampliação dos debates intrínsecos às políticas públicas tratadas, o CEAS/PR possui uma indicação para a composição da comissão em questão. Nessa perspectiva, durante o ano de 2025, CEAS cooperou com a CIB, nas discussões, por meio de sua representação, nas 05 reuniões de caráter ordinário. Ademais, o CEAS/PR convocou uma reunião, em caráter extraordinário, juntamente à CIB/SUAS/PR, com o objetivo de aprovar o projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA), que servirá como base para o exercício da assistência social no estado, no ano de 2026.

28490/2026

DELIBERAÇÃO Nº 031/2026 | CEAS/PR

O CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO PARANÁ - CEAS/PR, reunido ordinariamente no dia 06 de março de 2026, no uso de suas atribuições regimentais;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS no 145, de 15 de outubro de 2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Social – PNAS;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS no 33, de 12 de dezembro de 2012, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social – NOB/SUAS;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

CONSIDERANDO a Resolução no 4, de 13 de março de 2013, que aprova o Plano Nacional de Educação Permanente no SUAS PNEP/SUAS;
CONSIDERANDO a Deliberação n° 055/2025 CEAS/PR, que institui o Plano Estadual de Educação Permanente - PEEP no Estado do Paraná;
CONSIDERANDO a Resolução AD REFERENDUM 024/2025 - CEAS/PR que aprova o Relatório Final da XV Conferência Estadual de Assistência Social do Paraná, com propostas para o Estado voltadas a Educação Permanente de Conselheiros e demais trabalhadores do SUAS;
CONSIDERANDO a proposta aprovada na XV Conferência Estadual de Assistência Social do Estado do Paraná que versa sobre desenvolver uma agenda de educação permanente e capacitações continuadas, preferencialmente presenciais aos gestores, profissionais do SUAS (governamentais e sociedade civil), Conselheiros Municipais de Assistência Social, Secretarias Executivas e Sistema de Garantia de Direitos, com oferta de agendas descentralizadas; e
CONSIDERANDO o projeto de capacitação dos conselheiros CEAS/PR apresentado na Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização em 05 de março de 2026,

DELIBERA

Art. 1º Pela aprovação do cronograma de capacitação dos conselheiros CEAS/PR do ano de 2026 com as etapas apresentadas no anexo I desta deliberação.
Art. 2° As temáticas a serem aplicadas estarão de acordo com o percurso formativo e os tipos de ações presentes no Plano Estadual de Educação Permanente - PEEP, Deliberação n° 055/2025 CEAS/PR.
Art. 3° A presente Deliberação observa, ainda, as diretrizes estabelecidas na XV Conferência Estadual de Assistência Social do Paraná.
Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor a partir desta data.

Curitiba, 06 de março de 2026.

PUBLIQUE-SE

Paula Cristina Calsavara
Presidente do CEAS/PR

Rogéria Aparecida Ortelhado
Vice Presidente do CEAS/PR

Anexo I – Deliberação nº 031/2026

Percurso formativo: Controle Social do SUAS		
Tipo de ação: Introdutória		
Atividade	**Data**	**Carga horária**
Atividade direcionada	Março/2026	02h
Encontro presencial	09/04/2026	02h
Atividade direcionada	Maio/2026	02h
Encontro presencial	11/06/2026	02h
Atividade direcionada	Julho/2026	02h
Encontro presencial	30/07/2026	02h
Atividade direcionada	Setembro/2026	02h
Encontro presencial	01/10/2026	02h
Atividade direcionada	Novembro/2026	02h
Encontro presencial	03/12/2026	02h

28495/2026

DESPACHO SECRETARIAL Nº. 191/2026 – GS/SEDEF
Assunto: Programa Reconstrói Paraná
Protocolo: nº 25.545.312-2
1. AUTORIZO, considerando o Decreto Estadual nº 11.838, de 08 de novembro de 2025, que reconhece o Estado de Calamidade Pública no Município de Rio Bonito do Iguaçu, para o pagamento de voucher previsto no inciso II do §1º do Art. 3° da Lei nº 22.787, de 12 de novembro de 2025, que autoriza o Poder Executivo realizar a transferência de recursos diretamente a famílias paranaenses atingidas por catástrofes naturais e tecnológicas e com base na Informação Técnica nº 18/2026 – da Coordenação da Política de Assistência Social – SEDEF/CPAS (Mov. 150), para **147 (cento e quarenta e sete) famílias** beneficiárias do "Programa Reconstrói Paraná", tendo em vista a disponibilidade orçamentária e financeira contida na Informação n° 533/2025/NFS (Mov. 151), Quadro de Detalhamento (Mov. 152) e Declaração de Adequação da Despesa n° 533/2025 (Mov. 153), e a realização da despesa no valor total de **R$ 834.000,00 (oitocentos e trinta e quatro mil reais).**
2. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.
3. Após, à **SEDEF/NFS** para concessão do auxílio financeiro.
Curitiba, 09 de março de 2026.
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

28138/2026

DESPACHO SECRETARIAL Nº. 192/2026 – GS/SEDEF
Assunto: Prestação de serviços, locação de estrutura de áudio, vídeo, projeção e gravação para evento institucional
Protocolo: nº 25.500.494-8
1. RATIFICO a situação ensejadora da dispensa de licitação;
2. AUTORIZO, com fundamento no art. 72 e inciso II do art. 75 da Lei Federal de n° 14.133/2021, no art. 148 e seguintes e inciso IV do art. 368 do Decreto Estadual de n° 10.086/2022, com base no Documento de Formalização da Demanda – DFD (Mov. 02), no Termo de Referência – Dispensa de Licitação por Diminuto Valor, devidamente aprovado (Mov. 22-23), na pesquisa de preço (Mov. 08-14/77-81) e no mapa de vantajosidade (Mov. 15), na lista de verificação para contratação direta (Mov. 46), despacho da Agente de Contratação (Mov. 49), bem como na Informação Técnica nº 206/2026 da Assessoria Técnica – AT/SEDEF (Mov. 50), **a contratação direta, por meio de dispensa de licitação, da empresa SIGA PONTUAL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.860.958/0001-74, vencedora do Lote 01 (Único),** para prestação de serviços, locação de estrutura de áudio, vídeo, projeção e gravação para evento institucional, e tendo em vista a disponibilidade orçamentária e financeira (Mov. 17-20), **a presente despesa no valor total de até R$ 18.790,00 (dezoito mil e setecentos e noventa reais)**, desde que atendida a legislação vigente.
3. CONDICIONO ao NAS/SEDEF o cumprimento da legislação vigente, devendo as certidões de regularidade fiscal e trabalhista, bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), estarem todas dentro de seu prazo de validade e sem pendências, no momento da efetiva contratação/aquisição. Da mesma forma, adverte-se o setor técnico competente a necessidade de verificação de cumprimento do §° 3° do art. 75 da Lei Federal de n° 14.133/2022 e dos art. 31 e do §° único do art. 161 do Decreto Estadual de n° 10.086/2022.
4. PUBLIQUE-SE, como condição para eficácia dos instrumentos, nos termos do art. 61 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.
5. Após, à **NAS/SEDEF** para demais providências.
Curitiba, 09 de março de 2026.
(Assinado Digitalmente)
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

28030/2026

DESPACHO SECRETARIAL nº 190/2026 – SEDEF
Referente ao protocolado nº 24.951.250-8.
I. AUTORIZO, com fulcro na Lei Estadual nº 17.544, de 17 de abril de 2023 que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social para os Fundos Municipais de Assistência Social em atendimento ao disposto nos incisos I e II do art. 13 da Lei Federal nº 8.743/1993; considerando a Deliberação nº 070/2025 do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS/PR), que aprova o repasse de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social para os Fundos Municipais de Assistência Social para construção de CRAS e CREAS; considerando a Resolução nº 109/2023 – SEDEF, alterada pela Resolução nº 127/2024-SEDEF e nº 198/2025-SEDEF, que dispõe sobre a regulamentação do Incentivo Financeiro, destinados a prover a infraestrutura adequada para o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), por meio de financiamento para execução das obras, com o objetivo de melhorar a qualidade do atendimento da política de assistência social à população; com base no Despacho nº 051/2026 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 34) e Informação Técnica nº 019/2026 – DPSB/CPAS/SEDEF da Divisão de Proteção Social Básica (Mov. 35), e considerando a existência de recursos orçamentários e financeiros (Mov. 42-44), a realização da despesa no valor de até R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) referente a 10% (dez por cento) do valor máximo a ser repassado para construção do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no município de **Cruzmaltina**.
II. Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 10 da Resolução nº

109/2023 – SEDEF e suas alterações;
III. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.
IV. À SEDEF/NFS.

Curitiba, 10 de março de 2026.

Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

28130/2026

DESPACHO SECRETARIAL Nº 193/2026 – GS/SEDEF

Protocolo nº 22.337.039-0
Assunto: Autorização de despesa
I. AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando as Resoluções nº 212/2024 – SEDEF e nº 029/2025-SEDEF, e com base no Despacho nº 105/2026 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 53) e considerando a disponibilidade orçamentária e financeira (Mov. 54-56), a realização da despesa no valor de R$ 398.872,40 (Trezentos e noventa e oito mil e oitocentos e setenta e dois reais e quarenta centavos), referente a 20% (vinte por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de Roncador – Segunda parcela.
II. Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF;
III. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.
IV. À SEDEF/NFS.

Curitiba, 10 de março de 2026.

Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

28134/2026

DESPACHO SECRETARIAL Nº 194/2026 – GS/SEDEF

Protocolo nº 22.337.535-9
Assunto: Autorização de despesa
I. AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando as Resoluções nº 212/2024 – SEDEF e nº 029/2025-SEDEF, e com base no Despacho nº 104/2026 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 60) e considerando a disponibilidade orçamentária e financeira (Mov. 61-63), a realização da despesa no valor de R$ 398.872,40 (Trezentos e noventa e oito mil e oitocentos e setenta e dois reais e quarenta centavos), referente a 20% (vinte por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de Planalto – Segunda parcela.
II. Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF;
III. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.
IV. À SEDEF/NFS.

Curitiba, 10 de março de 2026.

Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

28253/2026

DESPACHO SECRETARIAL Nº. 195/2026 – GS/SEDEF

Assunto: Dispensa de Licitação – Manutenção Predial
Protocolo: nº 24.852.108-2
1. RATIFICO a situação ensejadora da dispensa de licitação;
2. AUTORIZO, com fundamento no art. 72 e inciso II do art. 75 da Lei Federal de n° 14.133/2021, no art. 148 e seguintes e inciso IV do art. 368 do Decreto Estadual de n° 10.086/2022, com base no Documento de Formalização da Demanda – DFD (Mov. 03), no Termo de Referência – Dispensa de Licitação por Diminuto Valor, devidamente aprovado (Mov. 88-89), na pesquisa de preço (Mov09-18/20-21/93-96) e no mapa de vantajosidade (Mov. 22), na lista de verificação para contratação direta (Mov. 99), despacho da Agente de Contratação (Mov. 83/100), bem como na Informação Técnica nº 208/2026 da Assessoria Técnica – AT/SEDEF (Mov. 110), **a contratação direta, por meio de dispensa de licitação, da empresa H&C REFORMAS E MANUTENCOES PREDIAIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.979.329/0001-99, vencedora do Lote 01 (Único),** para prestação de serviços continuados de empresa especializada nos serviços comuns de manutenção predial, incluindo atividades corretivas e/ou preventivas em sistemas hidráulicos, esquadrias, portas, janelas, acessórios sanitários, pequenos reparos e outros serviços necessários à conservação de ambientes internos da sede da SEDEF, e tendo em vista a disponibilidade orçamentária e financeira (Mov. 17-20), **a presente despesa no valor total de até R$ 47.850,00 (quarenta e sete mil e oitocentos e cinquenta reais)**, desde que atendida a legislação vigente.
3. CONDICIONO ao NAS/SEDEF o cumprimento da legislação vigente, devendo as certidões de regularidade fiscal e trabalhista, bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), estarem todas dentro de seu prazo de validade e sem pendências, no momento da efetiva contratação/aquisição. Da mesma forma, adverte-se o setor técnico competente a necessidade de verificação de cumprimento do §° 3° do art. 75 da Lei Federal de n° 14.133/2022 e dos art. 31 e do §° único do art. 161 do Decreto Estadual de n° 10.086/2022.
4. PUBLIQUE-SE, como condição para eficácia dos instrumentos, nos termos do art. 61 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.
5. Após, à **NAS/SEDEF** para demais providências.

Curitiba, 10 de março de 2026.

Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

28564/2026

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 267/2026

Protocolo nº **25.221.136-5**

A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "PROJETO VALORES COM NOVOS NOTEBOOKS", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – ASSOCIAÇÃO VALORES EM CONSTRUÇÃO - ASVEC. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 03 aprovada pela Lei Estadual nº 22.267 de 13 de dezembro e 2024.

Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.

A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da ASSOCIAÇÃO VALORES EM CONSTRUÇÃO - ASVEC além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 06 de março de 2026.

Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

28110/2026

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 298/2026

Protocolo nº **25.381.722-4**

A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "LISTA DE DESEJOS", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CORBÉLIA. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 685 aprovada pela Lei Estadual nº 22.267 de 13 de dezembro e 2024.

Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.

A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CORBÉLIA além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 09 de março de 2026.

Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

28113/2026

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 299/2026

Protocolo nº **25.102.855-9**

A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "ESPAÇO DO BRINCAR E APRENDER- INCLUSÃO EM MOVIMENTO", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE COLOMBO. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 1581 aprovada pela Lei Estadual nº 22.267 de 13 de dezembro e 2024.

Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE COLOMBO além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 09 de março de 2026.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

28114/2026

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 300/2026

Protocolo nº **25.442.567-2**

A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "ESPAÇOS QUE ACOLHEM: ORGANIZAÇÃO, SAÚDE E BEM-ESTAR NO ASILO SÃO VICENTE DE PAULO", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – AÇÃO SOCIAL DO PARANÁ. A proposta tem origem nas Emendas Parlamentares nº 83, 99, 1358 e 1884 aprovadas pela Lei Estadual nº 22.267 de 13 de dezembro e 2024.

Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.

A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da AÇÃO SOCIAL DO PARANÁ além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 09 de março de 2026.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

28012/2026

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 301/2026

Protocolo nº **25.442.093-0**

A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "PROMOÇÃO DO BEM-ESTAR E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO SCFV", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – AÇÃO SOCIAL PADRE THEODORUS KOPP. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 730 aprovada pela Lei Estadual nº 22.267 de 13 de dezembro e 2024.

Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.

A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da AÇÃO SOCIAL PADRE THEODORUS KOPP além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 09 de março de 2026.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

28013/2026

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 302/2026

Protocolo nº **25.468.516-0**

A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "PROJETO VIVA VIDA", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE, À INFÂNCIA E A FAMÍLIA DE CAMBIRA. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 2710 aprovada pela Lei Estadual nº 22.267 de 13 de dezembro e 2024.

Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.

A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE, À INFÂNCIA E A FAMÍLIA DE CAMBIRA além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 10 de março de 2026.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

28453/2026

RESOLUÇÃO SEDEF nº 147 DE 09 DE MARÇO DE 2026

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, assim como considerando o contido no protocolo n.º 25.378.370-2,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **CLARICE HAMMERSCHMIDT,** inscrita no CPF/MF sob nº ***.184.699-**, como gestora do Termo de Fomento, com a Organização da Sociedade Civil denominada **ACRIDAS - ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE ASSISTÊNCIA SOCIAL,** inscrita no CNPJ nº 78.552.726/0001-24 destinado à execução do projeto aprovado "CAMINHO SEGURO", no valor de **R$ 300.000,00 (trezentos mil reais)**, com as atribuições constantes no Art.69 e incisos do Decreto Estadual nº 3513/2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de março de 2026

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

28117/2026

DELIBERAÇÃO Nº 020/2026 | CEAS/PR

O CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO PARANÁ - CEAS/PR, reunido extraordinariamente no dia 13 de fevereiro de 2026, no uso de suas atribuições regimentais;

CONSIDERANDO o Ofício Nº 45/2026/SNAS/DEFNAS, o qual convida para participar do 3º Encontro Nacional de Fundos de Assistência Social,

DELIBERA

Art. 1º Pela indicação e aprovação do custeio pelo FEAS de representantes do CEAS/PR no 3º Encontro Nacional de Fundos de Assistência Social, a ser realizado nos dias 25, 26 e 27 de março de 2026, sendo:

I. Leandro Telles da Silva – Representante Governamental;

II. Lídia Rodrigues dos Santos – Representante da Sociedade Civil, segmento de Coletivo de Ussuários do SUAS;

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor a partir desta data.

Curitiba, 13 de fevereiro de 2026.

PUBLIQUE-SE

Paula Cristina Calsavara
Presidente do CEAS/PR

Rogéria Aparecida Ortelhado
Vice Presidente do CEAS/PR

28480/2026

DELIBERAÇÃO Nº 022/2026 | CEAS/PR

O CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO PARANÁ - CEAS/PR, reunido ordinariamente no dia 06 de março de 2026, no uso de suas atribuições regimentais;

CONSIDERANDO o §4º do Art. 8º do Regimento Interno do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/PR, que dispõe sobre sobre a convocação de processo eleitoral suplementar;

CONSIDERANDO a Deliberação 098/2024, que estabeleceu o processo eleitoral para o Biênio 2025-2027; e

CONSIDERANDO a Deliberação CEAS/PR 033/2025 que tornou público o resultado final do processo Eleitoral das Representações da Sociedade Civil – Biênio 2025-2027, por macrorregião,

DELIBERA

Art. 1º Pela instauração e recomposição da Comissão Eleitoral – Processo Suplementar Eleitoral da Sociedade Civil para o Biênio 2025-2027,com os seguintes membros:

§1º Representantes de Usuários do SUAS:

I – Carlos Alberto Fritz Jacques;

II – Ruth Raquel Pereira Leite.

§2º Representantes de Trabalhadores do SUAS:

I – Leôncio Santiago;

II – Roselaine das Dores Nogueira.

Art. 2º A comissão terá dissolução automática após a publicação do decreto de nomeação dos representantes para qual o processo eleitoral será convocado.

Art. 3º Revoga a Deliberação CEAS/PR nº 049/2025.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor a partir desta data.

Curitiba, 06 de março de 2026.

PUBLIQUE-SE

Paula Cristina Calsavara — **Presidente do CEAS/PR**

Rogéria Aparecida Ortelhado — **Vice Presidente do CEAS/PR**

28485/2026

DELIBERAÇÃO Nº 025/2026 | CEAS/PR

O CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO PARANÁ - CEAS/PR, reunido ordinariamente no dia 06 de março de 2026, no uso de suas atribuições regimentais;

CONSIDERANDO a convocação para a 345ª Reunião Trimestral do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) com os Conselhos Estaduais de Assistência Social e Conselho de Assistência do Distrito Federal, realizada por meio do Ofício Circular Nº 3/2026/MDS/CNAS/SE/CAC;

CONSIDERANDO a importância do fortalecimento e aprimoramento das estratégias de controle social; e

CONSIDERANDO a importância da representação deste Conselho junto ao Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS,

DELIBERA

Art. 1º Indicar e aprovar o custeio dos representantes do CEAS/PR no referido evento, a ser realizado no município de Brasília/DF, no dia 10 de março de 2026, sendo:

I – Ivo Aparecido Bonin, representante da Sociedade Civil, segmento dos Trabalhadores do SUAS, com custeio do Governo Federal;

II – Evlin Gamra, representante governamental da Coordenação Estadual da Defesa Civil – CEDEC/PR, com custeio pela Defesa Civil;

III – Thamíris Guerra Sgorlon, secretária-executiva, com custeio total realizado através de recursos do FEAS.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor a partir desta data.

Curitiba, 06 de março de 2026.

PUBLIQUE-SE

Paula Cristina Calsavara — **Presidente do CEAS/PR**

Rogéria Aparecida Ortelhado — **Vice Presidente do CEAS/PR**

28491/2026

DELIBERAÇÃO Nº 026/2026 | CEAS/PR

O CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO PARANÁ - CEAS/PR, reunido ordinariamente no dia 06 de março de 2026, no uso de suas atribuições regimentais; e

CONSIDERANDO o Regimento Interno em seu Título III,

DELIBERA

Art. 1º Pela perda de mandato da representação da Macrorregião de Maringá, Conselho Regional de Psicologia - 8ª Região, por exceder o limite de cinco faltas alternadas, conforme estabelecido no Regimento Interno do CEAS/PR.

Art. 2º Convoca excepcionalmente à titularidade da cadeira em vacância, de modo temporário, a representação Centro de Integração Empresa Escola do Paraná de Curitiba - CNPJ 76.610.591/0001-80, conforme Deliberação 033/2025.

Parágrafo Único O mandato da representação findar-se-á mediante publicação de decreto que nomeará nova representação de trabalhadores do SUAS para o Biênio 2025-2027.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor a partir desta data.

Curitiba, 06 de março de 2026.

PUBLIQUE-SE

Paula Cristina Calsavara — **Presidente do CEAS/PR**

Rogéria Aparecida Ortelhado — **Vice Presidente do CEAS/PR**

28287/2026

DELIBERAÇÃO Nº 030/2026 | CEAS/PR

O CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO PARANÁ - CEAS/PR, reunido ordinariamente no dia 06 de março de 2026, no uso de suas atribuições regimentais; e

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção do acolhimento para pessoas idosas, em parceria com a organização da sociedade civil Socorro aos Necessitados,

DELIBERA

Art. 1º Pela aprovação do aporte de recursos financeiros no montante de R$ 737.160,00 (Setecentos e trinta e sete mil, cento e sessenta reais), do Fundo Estadual da Assistência Social – FEAS/PR, para celebração do aditivo do Termo de Colaboração com a Organização da Sociedade Civil – OSC Socorro aos Necessitados.

§1º O Termo de Colaboração destina-se a continuidade de oferta de acolhimento institucional para 10 (dez) pessoas idosas pelo período de 12 (doze) meses.

§2º O valor mensal per capita é de R$ 6.143,00 (seis mil, cento e quarenta e três reais).

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor a partir desta data.

Curitiba, 06 de março de 2026.

PUBLIQUE-SE

Paula Cristina Calsavara — **Presidente do CEAS/PR**

Rogéria Aparecida Ortelhado — **Vice Presidente do CEAS/PR**

28494/2026

RESOLUÇÃO Nº 001/2026

Comissão do Processo Eleitoral da Sociedade Civil - COEDE

Biênio 2026-2028

A Comissão Eleitoral instituída pela Deliberação nº 009/2025 e a Deliberação nº 010/2025 COEDE/PR, reunida em 09 de março de 2026, atendendo os requisitos e prazos estabelecidos no regulamento do processo eleitoral do COEDE - Deliberação 009/2025-COEDE torna pública a relação das Organizações da Sociedade Civil eleitas para compor o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência para o Biênio 2026/2028:

RESOLVE

Art. 1º Publicar o Resultado Final da eleição das Organizações da Sociedade Civil eleitas para biênio 2026/2028, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE

Curitiba, 09 de março de 2026.

Ivã José de Pádua

Presidente da Comissão Eleitoral

ANEXO I

Apuração em ordem decrescente de número de votos por área de atuação das Organizações da Sociedade Civil, conforme artigo nº 27 da Deliberação 009/2025 - COEDE/PR.

Deficiência Física		
ORGANIZAÇÃO	**MUNICÍPIO**	**N° VOTOS**
Associação dos Deficientes Físicos de Umuarama	Umuarama	77
Universidade Livre Para a Eficiência Humana	Curitiba	58
Associação Medianeirense dos Deficientes Físicos	Medianeira	24
Associação Paraolímpica do Paraná	Paranaguá	22

Deficiência Auditiva / Surdez		
ORGANIZAÇÃO	**MUNICÍPIO**	**N° VOTOS**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Associação dos Colaboradores da Escola de Deficientes Auditivos de Paranaguá	Paranaguá	181

Deficiência Intelectual		
ORGANIZAÇÃO	**MUNICÍPIO**	**N° VOTOS**
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Maringá	Maringá	169
Federação Paranaense de Associações de Síndrome de Down	Curitiba	12

Deficiência Visual / Cegueira		
ORGANIZAÇÃO	**MUNICÍPIO**	**N° VOTOS**
Associação dos Deficientes Visuais de Maringá	Maringá	77
Associação Cascavelense de Pessoas com Deficiência Visual	Cascavel	40
Associação De Pais E Amigos Do Deficiente Visual	Ponta Grossa	19
Associação Além Da Visão	Curitiba	15
Associação Dos Deficientes Visuais De Toledo	Toledo	8

Transtorno do Espectro Autista		
ORGANIZAÇÃO	**MUNICÍPIO**	**N° VOTOS**
Associação De Atendimento E Apoio À Pessoa Com Transtorno Do Espectro Autista Do Norte Do Paraná Anjo Azul	Bandeirantes	78
Associação União De Famílias Pelo Autismo De Paranaguá	Paranaguá	54
Associação Casa Autista De Floresta	Floresta	29
Associação Crescer Autista De Mallet	Mallet	20

Múltiplas Deficiências		
Organização	**Município**	**N° VOTOS**
Associação De Pais E Amigos Dos Excepcionais De Cascavel	Cascavel	143
Associação De Pais E Amigos Dos Excepcionais De Piraquara	Piraquara	15
Pequeno Cotolengo Do Paraná Dom Orione	Curitiba	9
Fundação Ecumênica De Proteção Ao Excepcional	Curitiba	7
Associação De Pais E Amigos Dos Excepcionais De Indianópolis	Indianópolis	4
Associação De Pais E Amigos Dos Excepcionais De Araucária	Araucária	3

Curitiba, 09 de março de 2026

Comissão Eleitoral

Processo Eleitoral COEDE/PR

ANEXO II

Resultado Final do Processo Eleitoral para escolha das Organizações da Sociedade Civil que comporão o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência COEDE/PR Biênio 2026/2028

Deficiência Física	
Organização	**Município**
Associação dos Deficientes Físicos de Umuarama	Umuarama
Universidade Livre Para a Eficiência Humana	Curitiba

Deficiência Auditiva / Surdez	
Organização	**Município**
Associação dos Colaboradores da Escola de Deficientes Auditivos de Paranaguá	Paranaguá
* Associação Casa Autista de Floresta	Floresta

* Segunda eleita do segmento deficiência auditiva/surdez, conforme Art. 27 §3º Deliberação 009/2025 COEDE/PR

Deficiência Intelectual	
Organização	**Município**
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Maringá	Maringá
Federação Paranaense de Associações de Síndrome de Down	Curitiba

Deficiência Visual E/Ou Cego	
Organização	**Município**
Associação dos Deficientes Visuais de Maringá	Maringá
Associação Cascavelense De Pessoas Com Deficiência Visual	Cascavel

Transtorno Do Espectro Autista	
Organização	**Município**
Associação de Atendimento e Apoio à Pessoa com Transtorno do Espectro Autista do Norte do Paraná Anjo Azul	Bandeirantes
Associação União de Famílias pelo Autismo de Paranaguá	Paranaguá

Múltiplas Deficiências	
Organização	**Município**
Associacao de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cascavel	Cascavel
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Piraquara	Piraquara

Curitiba, 9 de março de 2026.

Presidente da Comissão Eleitoral
Processo Eleitoral COEDE/PR- Biênio 2026/2028

28025/2026

Secretaria do Desenvolvimento Sustentável

RESOLUÇÃO SEDEST N° 08/2026

Súmula: Designa servidoras para atuarem como gestora e fiscal dos Termos de Cooperação, no âmbito do Projeto Poliniza Paraná.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**, nomeado pelo Decreto nº 9.324, de 24 de março de 2023, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 4° da Lei n° 21.352, de 1° de janeiro de 2023;

Considerando o Programa Paraná Mais Verde, instituído por meio da Lei Estadual nº 20.738, de 04 de Abril de 2021, com a finalidade de despertar a consciência ambiental e aliar o desenvolvimento ambiental, econômico e social por meio da educação ambiental;

Considerando que um dos objetivos preferenciais do Programa Paraná Mais Verde é a instalação de Jardins de Mel em áreas verdes do Estado do Paraná, visando a divulgação da importância da conservação das abelhas nativas sem ferrão, bem como o despertar da consciência ecossistêmica e a compreensão do funcionamento harmonioso da natureza, nos termos do artigo 2º, inciso X da Lei nº 20.738/2021, por meio do Projeto Poliniza Paraná;

Considerando que cabe à SEDEST acompanhar a execução do Programa Paraná Mais Verde, de forma a garantir o cumprimento de seus objetivos;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidoras da Coordenação de Patrimônio Natural e Educação Ambiental - CPNE/SEDEST, para atuarem como gestora e fiscal nos Termos de Cooperação no âmbito do Projeto Poliniza Paraná, sendo:

I - NICOLE DE OLIVEIRA PEREIRA , RG Nº 13.xxx.186-x e CPF xxx.906.089-X, para atuar como gestora;

II - ALINE LETÍCIA SUCKOW, RG nº xx.850.232-x e CPF nº xxx.225.519-xx, para atuar como fiscal,

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 5 de março de 2026.

ASSINADO ELETRONICAMENTE
RAFAEL VALDOMIRO GRECA DE MACEDO
Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável

27976/2026

RESOLUÇÃO SEDEST Nº 09/2026

Súmula: Designa servidor para atuar como **Gestor e Fiscal** do Termo de Cooperação entre a **Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável**, a **Secretaria de Estado do Planejamento** e o **Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá**, cujo objeto é a cooperação técnica para o fortalecimento dos ecossistemas de inovação, por meio do intercâmbio científico para o desenvolvimento de projetos de interesse mútuo.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, nomeado pelo Decreto nº 9.324, de 24 de março de 2025, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 4º da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023;

CONSIDERANDO o interesse mútuo no fortalecimento dos ecossistemas locais de inovação e a construção de redes colaborativas;

CONSIDERANDO que o Smart City Expo Curitiba 2026 constitui um cenário prioritário para a materialização das ações de cooperação, atuando como catalisador para o fortalecimento dos ecossistemas locais de inovação e para a integração entre os setores produtivos, acadêmicos e governamentais de Maricá/RJ e do Estado do Paraná;

CONSIDERANDO o contido no protocolo sob o nº **25.284.887-8**;

R E S O L V E:

Art. 1° Designar o servidor o AXEL VINICIUS CARAZZAI FILHO , RG Nº 9.xxx.790-x, para atuar como **Gestor e Fiscal** do **Termo de Cooperação** entre esta **Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável – SEDEST**, a **Secretaria de Estado do Planejamento - SEPL**, e o **Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá - ICTIM**, cujo objeto é a cooperação técnica visando a comunhão de esforços para fortalecer os ecossistemas de inovação de Maricá e do Estado do Paraná, visando o intercâmbio científico, a construção de redes colaborativas, o apoio ao empreendedorismo inovador e o desenvolvimento conjunto de projetos em áreas de interesse mútuo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 6 de março de2026.

ASSINATURA ELETRÔNICA
RAFAEL VALDOMIRO GRECA DE MACEDO
Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável

28335/2026

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO

Retificação da Publicação Editada no Diário Oficial Comércio, Indústria e Serviços, Edição n° 12088, do dia 06/03/2026, Página 7, Protocolo 25698/2026.

EXTRATO Termo de Cooperação 02/2025

ONDE SE LÊ:
Data da Assinatura: 17/10/2025.

LEIA-SE:
Data da Assinatura: 02/03/2026.

28021/2026

IAT

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 175, DE 09 DE MARÇO DE 2026

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 02 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

- Considerando o conteúdo do protocolo nº 25.554.167-6,

RESOLVE

Art. 1º Designar a servidora Fabiola Dy Fátima dos Santos, RG nº 9.xxx.926-x, como Coordenadora do Setor de Licenciamento Florestal da Gerência Regional de Bacia Hidrográfica – Escritório de Curitiba-ERCBA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

28014/2026

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 176, DE 09 DE MARÇO DE 2026

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 02 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

- Considerando o conteúdo do protocolo nº 25.554.167-6,

RESOLVE

Art. 1º Designar a servidora Fabiola Dy Fátima dos Santos, RG nº 9.xxx.926-x, como Coordenadora Regional do Laboratório de Sementes da Gerência Regional de Bacia Hidrográfica – Escritório de Curitiba-ERCBA.

Art. 2º Em caso de ausência por férias, viagens, afastamento por saíde ou outros motivos de força maior, o laboratório de semetes ficará sob responsabilidade do Gerente Regional.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogada a Portaria IAT nº 11, de 13 de janeiro de 2025.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

28015/2026

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 177, DE 09 DE MARÇO DE 2026

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 02 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

- Considerando o conteúdo do protocolo nº 25.554.167-6,

RESOLVE

Art. 1º Designar a servidora Letícia Pauluch, RG nº 12.xxx.365-x, como Coordenadora do Viveiro Florestal Felipe R. Diapp, da Gerência Regional de Bacia Hidrográfica – Escritório de Curitiba-ERCBA.

Art. 2º Em caso de ausência por férias, viagens, afastamento por saíde ou outros motivos de força maior, o Viveiro Florestal ficará sob responsabilidade do Gerente Regional.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogada a Portaria IAT nº 82, de 30 de janeiro de 2026.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

28016/2026

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 178, DE 09 DE MARÇO DE 2026

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 02 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

- Considerando o conteúdo do protocolo nº 25.554.167-6,

RESOLVE

Art. 1º Designar a servidora Maria Isabel Chuves, RG nº 1.xxx.257-x, como Coordenadora do Setor de Licenciamento Industrial da Gerência Regional de Bacia Hidrográfica – Escritório de Curitiba-ERCBA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

28017/2026

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 179, DE 09 DE MARÇO DE 2026

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 02 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

- Considerando o conteúdo do protocolo nº 25.554.167-6,

RESOLVE

Art. 1º Designar a servidora Myrian Scalon Nicolau, RG nº xxx.286-x, como Coordenadora do Setor de Empreendimentos Imobiliários e do Setor de Combustíveis da Gerência Regional de Bacia Hidrográfica – Escritório de Curitiba-ERCBA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

28018/2026

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 180, DE 09 DE MARÇO DE 2026

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 02 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

- Considerando o conteúdo do protocolo nº 25.554.167-6,

RESOLVE

Art. 1º Designar o servidor Paulo Kurzlop, RG nº 3.xxx.810-x, como Coordenador do Setor de Fiscalização da Gerência Regional de Bacia Hidrográfica – Escritório de Curitiba-ERCBA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

28019/2026

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 173, DE 09 DE MARÇO DE 2026

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 02 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

- Considerando os artigos 10, 11 e 12 do Decreto Estadual nº 10.086/2022;
- Considerando a necessidade de assegurar o acompanhamento, controle, recebimento e verificação do cumprimento das obrigações contratuais, com registro formal das ocorrências e evidências nos autos do processo;
- Considerando o Contrato Administrativo nº 929/2026, que tem por objeto a aquisição, por adesão a Registro de Preços (Pregão Eletrônico nº 1031/2023), de desktops e monitores, incluindo serviços de garantia de 60 (sessenta) meses, para atendimento às demandas do Instituto Água e Terra – IAT, formalizado com a empresa Lenovo Tecnologia (Brasil) Ltda;
- Considerando o conteúdo do Protocolo nº 24.893.030-6,

RESOLVE

Art. 1º Designar o servidor Diego Felipe Ferreira, RG nº 8.xxx.722-x, nomeado pelo Decreto Estadual nº 4511/2024, para exercer a função de Gestor do Contrato mencionado acima.

Art. 2º Designar Elias José Rodrigues, RG nº 4.xxx.607-x, como Fiscal, para acompanhar e fiscalizar os serviços prestados por intermédio do referido contrato.

Art. 3º Compete ao Gestor do Contrato, dentre outras atribuições previstas em norma:

I. acompanhar a execução contratual, garantindo o cumprimento do objeto e prazos;
II. providenciar registros formais e encaminhamentos necessários nos autos do processo;
III. promover comunicação com a contratada e demais áreas internas, sempre que necessário;
IV. adotar providências administrativas para solução de intercorrências.

Art. 4º Compete aos Fiscais do Contrato, dentre outras atribuições previstas em norma:

I. acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens e serviços contratados;
II. verificar conformidade com as especificações do Termo de Referência e proposta vencedora;
III. atestar o recebimento provisório e definitivo, quando cabível;
IV. registrar ocorrências, inconformidades e eventuais glosas, comunicando ao Gestor do Contrato.

Art. 5º As áreas técnicas e administrativas do Instituto deverão prestar suporte ao Gestor e ao Fiscal, sempre que solicitado, fornecendo informações, documentos e registros necessários à adequada execução do contrato.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

27874/2026

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 174, DE 09 DE MARÇO DE 2026

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 02 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

- Considerando os artigos 10, 11 e 12 do Decreto Estadual nº 10.086/2022;
- Considerando o Contrato nº 054/2022, GMS nº 2623/2022, oriundo do Pregão Eletrônico nº 1428/2021/DECON-L1, o qual tem como objeto a prestação de serviços de assistente administrativo, para atendimento das demandas das unidades do Instituto Água e Terra, as quais estão localizadas no município de Curitiba, formalizado com a empresa Produserv

Serviços Ltda;
- Considerando a Portaria IAT nº 360/2025, que designa gestores e fiscais para acompanhar e fiscalizar os serviços prestados por intermédio do referido contrato;
- Considerando o conteúdo dos protocolos nº 19.437.853-0, 19.023.563-7, 25.468.197-0 e seus respctivos aditivos,

RESOLVE

Art. 1º Substituir os servidores designados na Portaria IAT nº 360/2025, como fiscais na DIAFI - Diretoria Administrativa Financeira, ficando designadas as servidoras abaixo:

DIAFI – Setor de Convênios
Fiscal: Cristiane Maciel Abrahams, RG nº 5.xxx.421-x;
Suplente: Raquel Moogen, RG nº 8.xxx.049-x.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

27953/2026

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 005/2026

ADESÃO AO PROGRAMA DE CONVERSÃO DE MULTAS IAT

Em atendimento ao Art. 126 do Decreto Federal 6514/2008 e para prosseguimento na cobrança administrativa dos processos de Autos de Infração Ambiental, o Instituto Água e Terra – IAT torna público a relação dos autuados notificados por via postal e sem êxito na entrega da correspondência. Prazo 10 (dez) dias da data da publicação.

RAZÃO	Município Autuação	AIA	SID
SÉRGIO PONTES BERNARDO	GUARAQUEÇABA	145344	19.009.284-4
FABIO JUNIOR RISTOF HANSEN	CAPANEMA	141474	17.616.390-9
DANIEL MUCHAU FILHO	ARAUCÁRIA	146243	19.441.875-2
VALDECIR GOETZ	FAZENDA MUQUILÃO	127412	19.457.337-5
LEANDRO HOFFMANN DA SILVEIRA	SÃO MATEUS DO SUL	137211	16.300.415-1
ERONDI FERREIRA DA SILVA	RESERVA DO IGUAÇU	140759	17.315.641-3
FABIO BERTUOL	GOIOXIM	201739	24.334.716-5
JOSÉ CROTTI NETO	PORTO BARREIRO	138258	16.634.809-9
FRANCISCO ERVINO DA LUZ	PALMEIRA	145405	18.983.161-7
FABRICIO JOSNEI MACKIEVICZ	CRUZ MACHADO	200565	23.876.095-0
FABRICIO JOSNEI MACKIEVICZ	CRUZ MACHADO	200357	23.863.489-0
SANTELMO CAMARGO MOREIRA	RESERVA DO IGUAÇU	124956	18.772.277-2
CLAUDIOMIR NORBACH	CASCAVEL	124752	18.764.046-6

28426/2026

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE JULGAMENTO n⁰ 017/2026

O **Instituto Água e Terra** cumprindo o estabelecido no *Artigo 122, do Decreto nº 6.514 de 22/07/2008*, torna público a relação dos Processos Administrativos de Autos de Infração Ambiental prontos para julgamento. Os notificados, abaixo relacionados, terão o prazo de (10) dez dias, a partir da data do presente edital para a apresentação de alegações finais por escrito. Os processos estarão disponíveis para consulta no Departamento de Documentos e Informações – DDI, na sede deste Instituto: **Rua Engenheiros Rebouças nº 1.206 - Bairro Rebouças - CEP 80.215-100 - Curitiba, Paraná.**

AIA 167931, **GUILHERME PALU GELATTI**/052.***.259-90, Protocolo 219197454, Município MANDIRITUBA; AIA 172143, **INOVA 100 COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA**/57.113.***/0003-06, Protocolo 243847320, Município ROLÂNDIA; AIA 200404, **DAMIÃO RODRIGUES**/541.***.299-91, Protocolo 243566975, Município MARUMBI; AIA 167612, **CRS COMÉRCIO DE AREIA LTDA**/09.462.***/0001-20, Protocolo 219264445, Município MARECHAL CÂNDIDO RONDON; AIA 150653, **JOÃO DALEK NETO**/025.***.939-15, Protocolo 216741269, Município CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES; AIA 150654, **JOÃO DALEK NETO**/025.***.939-15, Protocolo 216743555, Município CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES; AIA 151392, **RODINEI DE QUEIROZ**/571.***.769-49, Protocolo 219370555, Município MARINGÁ; AIA 151391, **GILBERTO BATISTA PEREIRA**/066.***.249-00, Protocolo 219382545, Município CONTENDA; AIA 166768, **ALESSANDRO RINALDI**/036.***.259-50, Protocolo 216746759, Município INDIANÓPOLIS; AIA 166514, **DISK ENTULHO TERRA BRASIL LTDA**/52.361.***/0001-50, Protocolo 219692480, Município UMUARAMA; AIA 136309, **CLAUDENIR SEVERINO GUEDES**/748.****.599-04, Protocolo 160697725, Município SANTA ISABEL DO IVAÍ; AIA 173386, **FERNANDO RIBEIRO**/030.***.919-33, Protocolo 238788714, Município SÃO TOMÉ; AIA 164236, **ANDERSON PAGNUSSAT**/029.***.429-69, Protocolo 220564347, Município CASCAVEL; AIA 160869, **SIDNEY RECK**/276.***.219-53, Protocolo 200159306, Município SANTA ISABEL DO IVAÍ; AIA 161849, **NALTUIR MORETTI**/864.***.039-00, Protocolo 201280320, Município BOM SUCESSO DO SUL; AIA 124515, **OLIBIO SCHAEFFER**/007.***.929-31, Protocolo 213747681, Município SANTA HELENA; AIA 160358, **PEDRINHO DOMBEK NETO**/038.***.569-69, Protocolo 200710754, Município ANTÔNIO OLINTO; AIA 151247, **ANTONIO DUDZIC**/945.***.569-34, Protocolo 218824757, Município CRUZ MACHADO; AIA 151244, **ANTONIO DUDZIC**/945.***.569-34, Protocolo 218824587, Município CRUZ MACHADO; AIA 151245, **ANTONIO DUDZIC**/945.***.569-34, Protocolo 218824641, Município CRUZ MACHADO; AIA 166515, **VALCY MONTES EVARISTO**/324.***.059-00, Protocolo 219692790, Município UMUARAMA; AIA 151535, **FLAUDEMIR BENNERT**/651.***.829-72, Protocolo 220202372, Município CIANORTE; AIA 150204, **VALDEMIR FONSECA DOS SANTOS**/010.***.908-16, Protocolo 216042123, Município PONTAL DO PARANÁ; AIA 161979, **CRISTIANO PROTANO**/059.***.929-02, Protocolo 217829194, Município BANDEIRANTES; AIA 150511, **MARCOS ROBERTO DA CUNHA JUNIOR**/100.***.709-11, Protocolo 216218558, Município APUCARANA; AIA 169291, **GONAR OLING - ME**/13.177.***/0001-31, Protocolo 229541374, Município PAULA FREITAS; AIA 153469, **EDER ZANONA**/036.***.889-71, Protocolo 229129589, Município CAMPINA GRANDE DO SUL; AIA 170652, **TEREZINHA LEANDRO DOS SANTOS**/867.***.479-49, Protocolo 232763647, Município PARANAGUÁ; AIA 151536, **FLAUDEMIR BENNERT**/651.***.829-72, Protocolo 220202674, Município CIANORTE; AIA 151126, **SIDNEY GONZAGA BIFE**/577.***.779-15, Protocolo 219786808, Município ALMIRANTE TAMANDARÉ; AIA 151125, **SIDNEY GONZAGA BIFE**/577.***.779-15, Protocolo 219783272, Município ALMIRANTE TAMANDARÉ; AIA 151537, **FLAUDEMIR BENNERT**/651.***.829-72, Protocolo 220201805, Município CIANORTE; AIA 152355, **JOÃO CECHINEL SOBRINHO**/549.***.119-34, Protocolo 222828660, Município SÃO MIGUEL DO IGUAÇU; AIA 150395, **ODACIR DA SILVA TOBIAS**/032.***.058-40, Protocolo 216785460, Município GUARAQUEÇABA; AIA 163175, **JAIR JOSÉ DOS SANTOS**/724.***.639-72, Protocolo 213892436, Município CAMPINA GRANDE DO SUL.

27949/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR, a Autorização Ambiental - AA nº 64095 com validade até 08/03/2027, para Estação de tratamento de água - ETA a ser implantada na Endereco:REPRESA DO MANANCIAL ALAGADOS Bairro:ALAGADOS Cep:87300000Ponta Grossa no município de Ponta Grossa/PR.

28386/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à OLINQUEVICZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, a Autorização Ambiental - AA nº 64101 com validade até 09/03/2027, para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada na Endereco:SANTOS DUMONT no município de General Carneiro/PR.

28382/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Implantação da Terceira Faixa e Restauração do pavimento na PR-340, a Autorização Ambiental - AA nº 64099 com validade até 09/03/2028, para Levantamento de Fauna a ser implantada na Endereco:24°22'50.45" S/ 50°42'50.11" O Bairro: Cep:84300001Tibagi no município de Tibagi/PR.

28381/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS, a Autorização Ambiental - AA nº 64096 com validade até 09/03/2027, para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada na Endereco:RUA RUI BARBOSA, Nº 286 no município de Janiópolis/PR.

28384/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Abertura de rua para loteamento industrial, a Autorização Ambiental - AA nº 64098 com validade até 09/03/2028, para Salvamento, Resgate e Destinação de Fauna a ser implantada na Endereco:52W 30' 23" , 25S 51' 38" Bairro: Cep:85560000Chopinzinho no município de Chopinzinho/PR.

28378/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Sistema de esgotamento sanitário em Foz do Iguaçu, a Autorização Ambiental - AA nº 64100 com validade até 09/03/2028, para Salvamento, Resgate e Destinação de Fauna a ser implantada na Endereco:25º33'40"S 54º35'21"O Bairro: Cep:85855588Foz do Iguaçu no município de Foz do Iguaçu/PR.

28377/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Loteamento Industrial e Residencial em Pontal do Paraná, a Autorização Ambiental - AA nº 64097 com validade até 09/03/2028, para Levantamento de Fauna a ser implantada na Endereco:48W 29' 34" , 25S 41' 12" Bairro: Cep:83255000Pontal do Paraná no município de Pontal do Paraná/PR.

28376/2026

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à VIA MARGINAL BR 277 578+700 ao km 580+500 sentido leste, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 9254 com validade até 09/03/2029, para Rodovias a ser implantada na Endereco:VIA MARGINAL BR 277 km km 578+700 ao km 580+500 sentido leste Bairro:ZONA RURAL Cep:85810011Cascavel no município de Cascavel/PR.

28383/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à INDUSTRIA DE CAL RIO GRANDE, a Licença de Instalação - LI nº 24346 com validade até 08/03/2032, para Explotação a ser implantada na Endereco:Localidade Santaria Bairro:Santaria Cep:83540000Rio Branco do Sul no município de Rio Branco do Sul/PR.

28385/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à R. MINAS LTDA., a Licença Prévia - LP nº 43931 com validade até 09/03/2031, para Explotação e beneficiamento a ser implantada na Endereco:SÍTIO BOA ESPERANÇA Bairro:ZONA RURAL Cep:83750000São Jerônimo da Serra no município de São Jerônimo da Serra/PR.

28379/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Implantação de contorno viário entre a PR-090 e a BR-153 no município de Ventania, a Licença Prévia - LP nº 43932 com validade até 09/03/2030, para Rodovias a ser implantada na Endereco:CONTORNO DE VENTANIA Bairro:VENTANIA Cep:80215000Ventania no município de Ventania/PR.

28380/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à TIERLEN MAILSON SOUZA NUNES, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 369789 com validade até 08/03/2032, para Agropecuária - Irrigação a ser implantada na SÍTIO BOA SORTE - LOTE 76-A/01, S/N no município de Grandes Rios/PR.

28064/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à FJL TRANSPORTE E RECICLAGEM LTDA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 368787 com validade até 08/03/2032, para Gerenciamento de resíduos sólidos e/ou efluentes - Unidade de gerenciamento de resíduos sólidos e/ou efluentes a ser implantada na Rua Arcídio Claudino Barbosa, s/n - Bairro Agaraú, 26838 no município de São José dos Pinhais/PR.

28053/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICÍPIO DE IRETAMA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 369792 com validade até 08/03/2032, para Comércio e Serviço - Educação a ser implantada na Rua Travessa Estados Unidos, 09 no município de Iretama/PR.

28067/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à JARDIM DAS GARÇAS 1 LTDA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 369727 com validade até 08/03/2032, para Imobiliário - Parcelamento de solo a ser implantada na Travessa Itu, sn no município de Umuarama/PR.

28055/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PESQUE E PAGUE DO CESAR LTDA - ME, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 252423 com validade até 08/03/2032, para Agropecuária - Aquicultura a ser implantada na Estrada Velha Aeroporto, Lote nº. 857-F-1, s/nº. no município de Cianorte/PR.

28059/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à WOLLSTEIN E COTA LTDA, a Licença de Instalação - LI nº 369740 com validade até 08/03/2028, para Imobiliário - Parcelamento de solo a ser implantada na Rua Castro Alves, S/N no município de Toledo/PR.

28057/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à C.VALE - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL, a Licença de Instalação - LI nº 369806 com validade até 08/03/2030, para Comércio e Serviço - Armazenadoras de Produtos Agrotóxicos, seus componentes e afins a ser implantada na Lote rural 1A, 2° parte do 30°perimetro da Fazenda Britânia, sn no município de Toledo/PR.

28072/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à EORA BRASIL LTDA, a Licença de Operação - LO nº 369749 com validade até 08/03/2031, para Industrial - Ind. química instalada na Rua Pioneira Laura Sordi Leonardo, 431 no município de Maringá/PR.

28060/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CA9 COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA, a Licença de Operação - LO nº 369821 com validade até 08/03/2031, para Comércio e Serviço - Armazenadoras de Produtos Agrotóxicos, seus componentes e afins instalada na Rodovia PR-218, Km 01, S/N no município de Astorga/PR.

28079/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CRBS S/A, a Licença de Operação - LO nº 369889 com validade até 08/03/2031, para Comércio e Serviço - Comércio atacadista não especificado anteriormente instalada na Avenida Doutor Ezuel Portes, 20997 no município de Cascavel/PR.

28087/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à BRINPLAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA, a Licença de Operação - LO nº 369807 com validade até 08/03/2030, para Industrial - Ind. de produtos de matéria plástica instalada na Avenida Brasília, 889 no município de Rolândia/PR.

28073/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CONDOR SUPER CENTER LTDA, a Licença de Operação - LO nº 264850 com validade até 03/03/2028, para Comércio e Serviço - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios instalada na Rodovia da Uva, 1976 no município de Colombo/PR.

28048/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CONDOR SUPER CENTER LTDA, a Licença de Operação - LO nº 283094 com validade até 23/10/2028, para Comércio e Serviço - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios instalada na Estrada da Graciosa, 504 no município de Pinhais/PR.

28049/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PIETRANS LOGISTICA E ARMAZENAGEM LTDA, a Licença de Operação de Regularização - LOR nº 368134 com validade até 08/03/2030, para Comércio e Serviço - Transportadora de cargas em geral e de resíduos instalada na Rua Marialva, 13-A-2 no município de Pinhais/PR.

28051/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MARCIA REGIANE MAAS HECK, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 369809 com validade até 08/03/2028, para Agropecuária - Avicultura a ser implantada na LOTE RURAL Nº 11 DA GLEBA Nº 06, LINHA SANTA TEREZINHA, S/N no município de Diamante do Oeste/PR.

28074/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à JOECI REFFATTI DE ALMEIDA, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 369880 com validade até 08/03/2028, para Agropecuária - Avicultura a ser implantada na Linha Alto Erveira, S/N no município de Cruzeiro do Iguaçu/PR.

28086/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à SERGIO FONGARO, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 369855 com validade até 08/03/2028, para Agropecuária - Suinocultura a ser implantada na PARTE 'A' - da Parte 02 da Gleba Nº 05, imóvel Rio Paraná, sn no município de Diamante do Oeste/PR.

28085/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ILDO MASETTO, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 369846 com validade até 08/03/2028, para Agropecuária - Avicultura a ser implantada na Linha Barra grande, 0 no município de Itapejara do Oeste/PR.

28082/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE aLICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ITAMAR IANKOVSKI, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 369833 com validade até 08/03/2028, para Agropecuária - Avicultura a ser implantada na Linha Rio Gaviao, 0 no município de Itapejara do Oeste/PR.

28081/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à AGNES CASIRAGHI, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 369832 com validade até 08/03/2028, para Agropecuária - Avicultura a ser implantada na Linha Barra Grande, S/N no município de Itapejara do Oeste/PR.

28080/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à DARLEI SANDRI, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 369818 com validade até 08/03/2028, para Agropecuária - Avicultura a ser implantada na Linha Santo Antonio do Divisor, 000 no município de Manfrinópolis/PR.

28078/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LINDOLFO TOEPPER, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 369817 com validade até 08/03/2028, para Agropecuária - Avicultura a ser implantada na Linha Gavião, sn no município de Toledo/PR.

28077/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ANDRESSA EMILIA KEMPKA, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 369815 com validade até 08/03/2028, para Agropecuária - Bovinocultura de leite a ser implantada na LINAH CANARINHO, 0 no município de Manfrinópolis/PR.

28076/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à IRTO FERNANDES DA SILVA, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 369805 com validade até 08/03/2028, para Agropecuária - Avicultura a ser implantada na ESTRADA FERNANDES S/N - CEMEREZINHO - GLEBA CAMBARA, S/N no município de Bom Sucesso/PR.

28071/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ILDEFONSO METTA JUNIOR, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 369797 com validade até 08/03/2028, para Agropecuária - Irrigação a ser implantada na Estrada Gleba Pirapó/Dourados, SN no município de Apucarana/PR.

28069/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CMNP PECUÁRIA S/A, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 369791 com validade até 08/03/2028, para Industrial - Ind. da madeira a ser implantada na Saída de Inajá para Santo Antonio do Caiua a 13km localiza a área., S/N no município de Inajá/PR.

28066/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à SHPX LOGISTICA LTDA., a Licença Prévia - LP nº 369534 com validade até 08/03/2028, para Comércio e Serviço - Armazenamento e atividades auxiliares dos transportes a ser implantada na Avenida das Pérolas, 42 no município de Paranaguá/PR.

28054/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PREFEITURA MUNICIPIO DE RIO BRANCO DO SUL, a Licença Prévia - LP nº 367931 com validade até 08/03/2029, para Comércio e Serviço - Serviço de saúde a ser implantada na R. MANOEL MULLER DE SIQUEIRA, SN no município de Rio Branco do Sul/PR.

28050/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à UTILFESTAS INDUSTRIA DE PRODUTOS PARA FESTAS LTDA, a Licença Prévia - LP nº 369765 com validade até 08/03/2027, para Industrial - Industrias diversas a ser implantada na Rua da União, 359 no município de Cascavel/PR.

28062/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à SIMAO & RACHELLE LTDA, a Licença Prévia de Ampliação - LP-A nº 369736 com validade até 08/03/2028, para Gerenciamento de resíduos sólidos e/ou efluentes - Unidade de gerenciamento de resíduos sólidos e/ou efluentes a ser implantada na Rua Manoel Ribas, 00 no município de Guaratuba/PR.

28056/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PLUMA AGRO AVICOLA LTDA, a Licença Prévia de Ampliação - LP-A nº 369810 com validade até 08/03/2027, para Industrial - Alimentos a ser implantada na PR 546 KM 15 - Lote de terras n° 161,162,163, 164, 165-C, S/N no município de Bom Sucesso/PR.

28075/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ANDRE FERNANDO PELANDA, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS nº 369790-R1 com validade até 08/03/2032, para Agropecuária - Aquicultura a ser implantada na LR 76-A E 76-B, GLEBA 21, IMOVEL CINCO MIL, sn no município de Assis Chateaubriand/PR.

28065/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à AXIAL EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS nº 368213-R1 com validade até 08/03/2030, para Industrial - Fabricação de máquinas e equipamentos a ser implantada na Rodovia BR-376, 11958 no município de São José dos Pinhais/PR.

28052/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 369754-R1 com validade até 08/03/2036, para Geração, armazenamento e transmissão de energia - Sistemas de Transmissão e Distribuição de Energia instalada na PR 281, sn no município de Realeza/PR.

28061/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSAO S.A., a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 369769-R1 com validade até 08/03/2036, para Geração, armazenamento e transmissão de energia - Sistemas de Transmissão e Distribuição de Energia instalada na Rodovia PR 281, saída para Santa Izabel do Oeste, km 2 no município de Realeza/PR.

28063/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSAO S.A., a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 369745-R1 com validade até 08/03/2036, para Geração, armazenamento e transmissão de energia - Sistemas de Transmissão e Distribuição de Energia instalada na Rodovia PR 281, saída para Santa Izabel do Oeste, km 2 no município de Realeza/PR.

28058/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à C.VALE COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 369848-R4 com validade até 08/05/2028, para Comércio e Serviço - Depósito e comércio de agrotóxicos instalada na Avenida São Pedro, 146 no município de Roncador/PR.

28083/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ALB INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS PRÓPRIOS EIRELI ME, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 369850-R1 com validade até 08/03/2031, para Industrial - Alimentos instalada na PR 092, SN no município de Wenceslau Braz/PR.

28084/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à DIRK MARINUS VAN VLIET, a Renovação da Licença por Adesão e Compromisso - RLAC nº 369800 com validade até 08/03/2031, para Agropecuária - Bovinocultura de leite instalada na ESTRADA PARA AREIAO, 0 no município de Carambeí/PR.

28070/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MARIA BERNADETE VRIESMANN, a Renovação da Licença por Adesão e Compromisso - RLAC nº 369796 com validade até 08/03/2031, para Agropecuária - Bovinocultura de leite instalada na estrada santa cruz, 0 no município de Carambeí/PR.

28068/2026

Portaria n° 10512/2026/OD-GOUT. Prot. 21.572.321-6. Captação superficial. Outorgado(s) VALDECIR RODRIGUES GALVAO - CPF/CNPJ 523.843.229-15. Córrego Sem denominação na base. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.260.574,00 N 238.894,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Aquicultura. Vazão máxima outorgada 12.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Toledo. Esta portaria revoga a portaria n° 187/2021.

27966/2026

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Portaria n° 10525/2026/OD-GOUT. Prot. 23.414.289-5. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) Adama Brasil S/A - CPF/CNPJ 02.290.510/0001-76. Tibagi. Coordenadas UTM 7.425.900,56 N 488.401,96 E. Validade 6 anos. Finalidade Processo fabril. Vazão máxima outorgada 23.36 m³/h 20:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Londrina. Esta portaria revoga a portaria n° 97/2015.

27981/2026

Portaria n° 10531/2026/OD-GOUT. Prot. 25.207.680-8. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) CONCREFORT CONCRETO LTDA - CPF/CNPJ 24.901.235/0001-12, ROMAGNOLE PRODUTOS ELETRICOS S.A. - CPF/CNPJ 78.958.717/0003-08, AVIMAQ FERRAGENS LTDA. - CPF/CNPJ 21.844.612/0001-30. Pirapó. Coordenadas UTM 7.399.444,00 N 429.272,95 E. Validade 6 anos. Finalidade Processo fabril, Sanitário (consumo humano + limpeza), Processo fabril, Sanitário (consumo humano + limpeza), Sanitário (consumo humano + limpeza). Vazão máxima outorgada 5.00 m³/h 20:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Mandaguari. Esta portaria revoga a portaria n° 12208/2025/OD-GOUT.

28011/2026

Portaria n° 10529/2026/OD-GOUT. Prot. 21.998.942-3. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) KNX EMPRESA DE ÁGUAS LTDA - CPF/CNPJ 04.640.378/0001-00. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.196.017,00 N 691.053,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Envase de água. Vazão máxima outorgada 2.42 m³/h 20:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Campina Grande do Sul.

27993/2026

Portaria n° 10528/2026/OD-GOUT. Prot. 24.411.700-7. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) Fabio Ballaroti - CPF/CNPJ 018.013.459-02. Pirapó. Coordenadas UTM 7.431.277,25 N 434.909,31 E. Validade 6 anos. Finalidade Limpeza, Criação animal, Sanitário (consumo humano + limpeza). Vazão máxima outorgada 6.57 m³/h 08:00 horas/dia 30 dias/mês. Município Astorga.

27983/2026

Portaria n° 10526/2026/OP-GOUT. Prot. 23.304.833-0. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) Usina de Açúcar Santa Terezinha LTDA. - Unidade Ivaté - CPF/CNPJ 75.717.355/0004-48. Ivaí. Coordenadas UTM 7.411.787,02 N 251.191,77 E. Validade 2 anos. Finalidade Sanitário (consumo humano + limpeza), Processo fabril. Vazão máxima outorgada 25.00 m³/h 10:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Ivaté. Esta portaria revoga a portaria n° 323/2015.

27982/2026

Portaria n° 10511/2026/OD-GOUT. Prot. 21.572.320-8. Captação superficial. Outorgado(s) VALDECIR RODRIGUES GALVAO - CPF/CNPJ 523.843.229-15. Córrego Ipiranga. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.260.452,00 N 238.612,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Aquicultura. Vazão máxima outorgada 12.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Toledo. Esta portaria revoga a portaria n° 186/2021.

27861/2026

Portaria n° 10513/2026/OD-GOUT. Prot. 21.572.322-4. Captação superficial. Outorgado(s) VALDECIR RODRIGUES GALVAO - CPF/CNPJ 523.843.229-15. Córrego Ipiranga. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.260.437,53 N 238.828,33 E. Validade 6 anos. Finalidade Aquicultura. Vazão máxima outorgada 10.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Toledo.

27974/2026

Portaria n° 10524/2026/OD-GOUT. Prot. 22.610.035-0. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) AVICOLA CARMINATTI LTDA - CPF/CNPJ 80.307.168/0001-83. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.107.773,98 N 230.178,15 E. Validade 6 anos. Finalidade Limpeza, Processo fabril, Sanitário (consumo humano + limpeza). Vazão máxima outorgada 4.90 m³/h 12:14 horas/dia 30 dias/mês. Município Santo Antônio do Sudoeste.

27975/2026

Portaria n° 10522/2026/OD-GOUT. Prot. 22.334.278-7. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) Companhia de Saneamento do Paraná - CPF/CNPJ 76.484.013/0001-45. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.161.277,04 N 625.457,26 E. Validade 10 anos. Finalidade Abastecimento público. Vazão máxima outorgada 147.00 m³/h 12:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Lapa. Esta portaria revoga a portaria n° 10419/2023/AP-GOUT.

27860/2026

Portaria n° 10530/2026/OD-GOUT. Prot. 25.198.908-7. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) FASA CARAMBEÍ INDÚSTRIA DE ÓLEOS E PROTEÍNAS LTDA. - CPF/CNPJ 32.474.689/0001-82. Rio Bonito. Tibagi. Coordenadas UTM 7.241.993,47 N 588.423,47 E. Validade 14/02/2029. Finalidade Diluição de efluente industrial, Diluição de efluente sanitário. Vazão máxima outorgada 12.50 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Carambeí. Esta portaria revoga a portaria n° 12958/2023/OD-GOUT.

28009/2026

Portaria n° 10534/2026/OD-GOUT. Prot. 25.511.123-0. Travessia. Outorgado(s) MUNICIPIO DE GUAIRA - CPF/CNPJ 77.857.183/0001-90. Córrego Carambey. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.332.604,90 N 777.716,49 E. Validade 10 anos. Finalidade Sistema viário. Município Guaíra. Esta portaria revoga a portaria n° 10351/2026/OP-GOUT.

28568/2026

Portaria n° 10518/2026/OP-GOUT. Prot. 25.379.599-9. Captação superficial. Outorgado(s) Everson Zotti - CPF/CNPJ 588.187.070-00. Rio São Francisco. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.258.424,92 N 795.052,01 E. Validade 2 anos. Finalidade Irrigação. Vazão máxima outorgada 32.00 m³/h 12:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Marechal Cândido Rondon.

27986/2026

Portaria n° 10523/2026/OD-GOUT. Prot. 23.304.832-1. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) ETERNIT S/A - CPF/CNPJ 61.092.037/0001-81. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.193.086,40 N 688.176,85 E. Validade 6 anos. Finalidade Processo fabril, Sanitário (consumo humano + limpeza). Vazão máxima outorgada 3.70 m³/h 18:55 horas/dia 31 dias/mês. Município Colombo. Esta portaria revoga a portaria n° 10960/2022/OP-GOUT.

27973/2026

Portaria n° 10514/2026/OP-GOUT. Prot. 25.306.765-9. Captação superficial. Outorgado(s) Luis Carlos Metta - CPF/CNPJ 652.947.859-00. Mina/Nascente Cacequi. Ivaí. Coordenadas UTM 7.392.084,45 N 456.904,05 E. Validade 2 anos. Finalidade Irrigação. Vazão máxima outorgada 1.80 m³/h 02:46 horas/dia 31 dias/mês. Município Apucarana.

27992/2026

Portaria n° 10341/2026/OP-GOUT. Prot. 23.732.775-6. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS - CPF/CNPJ 83.310.441/0079-87. Córrego Keller. Ivaí. Coordenadas UTM 7.394.006,00 N 423.531,00 E. Validade 2 anos. Finalidade Diluição de efluente industrial, Diluição de efluente sanitário. Vazão máxima outorgada 415.00 m³/h 24:00 horas/dia 30 dias/mês. Município Mandaguari. Esta portaria revoga a portaria n° 25186/2023/OP-GOUT.

28010/2026

Portaria n° 10510/2026/OP-GOUT. Prot. 25.107.521-2. Captação superficial. Outorgado(s) Geromildo Limberger - CPF/CNPJ 241.492.929-49. Córrego Sem denominação na base. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.231.924,46 N 249.702,78 E. Validade 2 anos. Finalidade Irrigação. Vazão máxima outorgada 1.65 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Cascavel. Esta portaria revoga a portaria n° 11865/2022/DUIO-GOUT.

27984/2026



Secretaria da Educação

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS
A CHEFE DO NÚCLEO DE RECURSOS HUMANOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, NO USO DAS ATRIBUIÇOES QUE LHE FORAM DELEGADAS PELA RESOLUÇÃO N° 8659 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023, DO DIRETOR GERAL, RESOLVE:
PORTARIA N. 105 DE 09/03/2026
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
EXCLUIR DA PORTARIA N. 18 DE 20/01/2025 O NOME DE MARIA DA GLORIA LEAL BACH
R.G. 6103804, LF - 1

27650/2026

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

PORTARIA N.º 104/2026 – DG/SEED

Designa fiscal e respectivo suplente de contrato celebrado com a empresa G. R. Administradora de Bens Próprios.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições conferidas pela Lei n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, considerando o disposto na Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021, no Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022, e o contido no protocolado n.º 16.635.142-1,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar a servidora Nayellen Marques Ghisi, CPF n.º 037.XXX.729-XX, para atuar como fiscal do Contrato n.º 012/2021, celebrado com a empresa G. R. Administradora de Bens Próprios Ltda., CNPJ n.º 17.312.775/0001-03, referente à locação de imóvel destinado à instalação do Núcleo Regional de Educação de Maringá, em substituição de Rodrigo Capobianco, designado por meio da Portaria DG/SEED n.º 509, de 8 de agosto de 2025.

Art. 2.º Designar o servidor Oswaldo Pregolini, CPF n.º 013.XXX.978-XX, para atuar como fiscal suplente do Contrato n.º 012/2021, celebrado com a empresa G. R. Administradora de Bens Próprios Ltda., CNPJ n.º 17.312.775/0001-03, referente à locação de imóvel destinado à instalação do Núcleo Regional de Educação de Maringá, em substituição de Eduardo Silva Pinheiro Neves, designado por meio da Portaria DG/SEED n.º 509, de 8 de agosto de 2025.

Art. 2.º Ao fiscal e seu suplente caberão as atribuições dispostas no art. 11 do Decreto n.º 10.086, de 2022, podendo ser acrescidas outras mediante verificação da compatibilidade com o objeto da contratação e ciência prévia dos designados.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de março de 2026.

João Luiz Giona Junior
Diretor-Geral

28298/2026

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

RESOLUÇÃO N.º 1.092/2026 – GS/SEED

Institui a Comissão Intergestores Bipartite da Educação no Estado do Paraná e dá outras providências.

O **Secretário de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, considerando o disposto no art. 211 da Constituição Federal, a Lei Complementar Federal n.º 220, de 31 de outubro de 2025, e o contido no protocolo n.º 25.300.900-4,

RESOLVE:

Art. 1.º Instituir, no Estado do Paraná, a Comissão Intergestores Bipartite da Educação – CIBE/PR, instância permanente de articulação, negociação e pactuação entre gestores da educação do Estado e de seus Municípios, nos termos da Lei Complementar Federal n.º 220, de 31 de outubro de 2025.

Art. 2.º A CIBE/PR atuará sob coordenação da Secretaria de Estado da Educação, observadas as competências previstas no art. 14 da Lei Complementar Federal n.º 220, de 2025.

Art. 3.º A CIBE/PR terá composição paritária entre representantes do Poder Executivo Estadual e do Poder Executivo Municipal, com 6 (seis) titulares e 6 (seis) suplentes de cada parte, assim distribuídos:
I – Representantes do Estado: Secretário de Estado da Educação, que presidirá a Comissão, e demais indicados entre titulares de órgãos em nível de secretaria adjunta, subsecretaria ou equivalente;
II – Representantes do Município: titulares de Secretarias Municipais de Educação, sendo 5 (cinco) indicações da seccional estadual da Undime e 1 (uma) indicação da Secretaria Municipal de Educação da Capital.

Art. 4.º Os integrantes da CIBE/PR serão nomeados por ato do Secretário de Estado da Educação.

Art. 5.º A participação na Comissão Intergestores Bipartite da Educação – CIBE/PR será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

Art. 6.º A organização e o funcionamento da CIBE/PR serão definidos em Regimento Interno próprio, aprovado consensualmente, e suas deliberações serão registradas em atas e publicadas em sítio eletrônico.

Art. 7.º A Secretaria de Estado da Educação prestará o apoio administrativo e técnico necessário ao funcionamento da CIBE/PR, inclusive para secretariar reuniões, lavrar atas e manter a publicidade dos atos.

Art. 8.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 9 de março de 2026.

Roni Miranda Vieira
Secretário de Estado da Educação

27990/2026

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED PR
PORTARIA N.º 107/2026 – DG/SEED

Designa gestora e fiscais do Contrato n.º 1.090/2026, celebrado com a empresa CDEL Cia Distribuidora e Editora de Livros Ltda.
O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições conferidas pela Lei n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, considerando o disposto na Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021, no Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022, e o contido no protocolado n.º 25.235.322-4,
RESOLVE:
Art. 1.º Designar as servidoras, a seguir relacionadas, para atuarem como gestora e fiscal do Contrato n.º 1.090/2026, celebrado com a empresa CDEL Cia Distribuidora e Editora de Livros Ltda., CNPJ n.º 13.569.390/0001-67, referente à aquisição de material de apoio visando à recomposição das aprendizagens dos estudantes do 6.º e 9.º anos, Ensino Fundamental II, das instituições públicas de ensino do Estado do Paraná, por meio de participação na Ata SRP n.º 36/01053/24/05-003 do PREG-e n.º 90221/2024 - FDE/SSE:

FUNÇÃO	NOME	CPF
Gestora	Camila Flávia Fernandes Roberto	003.XXX.249-XX
Fiscal	Leliane Regina Ortega	024.XXX.669-XX
Fiscal	Marines Avila de Chaves Kaviatkovski	585.XXX.519-XX

Art. 2.º À gestora e às fiscais designadas caberão as atribuições dispostas nos arts. 10 e 11 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022, respectivamente, podendo ser acrescidas outras mediante verificação da compatibilidade com o objeto da contratação e ciência prévia das designadas.
Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, 10 de março de 2026.
João Luiz Giona Junior
Diretor-Geral

28306/2026

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

PORTARIA N.º 106/2026 – DG/SEED

Substitui gestor de contrato celebrado com Rhomullo Raity de Lima Furmann.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Estadual n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, considerando o disposto na Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021, no Decreto Estadual n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022, e o contido no protocolado n.º 22.496.035-2,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar o servidor Yuri Michels, CPF n.º 047.XXX.159-XX, para atuar como gestor do Contrato n.º 6.014/2024, celebrado com o consultor individual Rhomullo Raity de Lima Furmann, CPF n.º 080.XXX.509-XX, para prestação de assessoria administrativa-financeira à Unidade de Gerenciamento do Programa

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Educação para o Futuro – UGP/PEF, vinculado ao Contrato de Empréstimo n.º 5402/OC-BR, em substituição a Luiz Gustavo Sulek Castilho, designado por meio da Portaria DG/SEED n.º 1.075, publicada no Diário Oficial do Estado n.º 11.755 de 27 de setembro de 2024.

Art. 2.º Ao gestor caberão as atribuições dispostas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022, podendo ser acrescidas outras atribuições mediante verificação da compatibilidade com o objeto da contratação e ciência prévia do designado.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de março de 2026.

João Luiz Giona Junior
Diretor-Geral

28243/2026

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

PORTARIA N.º 108/2026 – DG/SEED

Designa gestor e fiscal de contrato celebrado com Angelo Benjamin Costa Tadini Junior.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Estadual n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, considerando o disposto na Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021, no Decreto Estadual n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022, e o contido no protocolado n.º 23.347.787-7,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores a seguir relacionados para atuarem como gestor e fiscal do Contrato n.º 3.162/2025, celebrado com o consultor Angelo Benjamin Costa Tadini Junior, CPF n.º 049.XXX.576-XX, para prestação de assessoria técnica especializada em Análise de Aquisições à Unidade de Gerenciamento do Programa Educação para o Futuro – UGP/PEF, vinculado ao Contrato de Empréstimo n.º 5402/OC-BR, firmado entre o Estado do Paraná e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID:

FUNÇÃO	NOME	CPF
Gestor	Yuri Michels	047.XXX.159-XX
Fiscal	Líbni Raíssi de Assis Nóbrega Flores	412.XXX.968-XX

Art. 2.º Ao gestor e à fiscal caberão as atribuições dispostas nos arts. 10 e 11 do Decreto n.º 10.086, de 2022, respectivamente, podendo ser acrescidas outras, mediante verificação da compatibilidade com o objeto da contratação e ciência prévia dos designados.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogar a Portaria DG/SEED n.º 398, de 3 de junho de 2025.

Curitiba, 10 de março de 2026.

João Luiz Giona Junior
Diretor-Geral

28320/2026

PORTARIA N.º 20/2026 – GS/SEED

Designa gestor e fiscal de contrato celebrado com Sérgio Luiz de Brito Júnior.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Estadual n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, considerando o disposto na Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021, no Decreto Estadual n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022, e o contido no protocolado n.º 20.892.022-7,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores a seguir relacionados para atuarem como gestor e fiscal do Contrato n.º 6.365/2023, celebrado com o consultor Sérgio Luiz de Brito Júnior, CPF n.º 070.XXX.459-XX, para assessoria técnica especializada em obras e serviços de engenharia à Unidade de Gerenciamento do Programa Educação para o Futuro – UGP/PEF, vinculado ao Contrato de Empréstimo n.º 5402/OC-BR, firmado entre o Estado do Paraná e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID:

FUNÇÃO	NOME	CPF
Gestor	Yuri Michels	047.XXX.159-XX
Fiscal	Líbni Raíssi de Assis Nóbrega Flores	412.XXX.968-XX

Art. 2.º Ao gestor e à fiscal caberão as atribuições dispostas nos arts. 10 e 11 do Decreto n.º 10.086, de 2022, respectivamente, podendo ser acrescidas outras mediante verificação da compatibilidade com o objeto da contratação e ciência prévia dos designados.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogar:
I – a Portaria GS/SEED n.º 673, de 14 de dezembro de 2023;
II – a Portaria DG/SEED n.º 124, de 25 de março de 2025.

Curitiba, 10 de março de 2026.

João Luiz Giona Junior
Resolução n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

28281/2026

RESOLUÇÃO N.º 1133/2026 – GS/SEED

Súmula: Aplica penalidade.
O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação,** no uso das atribuições legais, e considerando o contido no protocolado n.º 23.799.651-8,
R E S O L V E:

Art. 1.º Repreender, com fundamento no art. 291, inciso II c/c art. 293, inciso II, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, o servidor Dinuel Fernandes de Campos, RG n.º 6.398.XXX-6, professor, QPM, LF 01, por infração do art. 279, incisos III, IV e VI, do mesmo Diploma Legal.
Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de março de 2026
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 - GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

27879/2026

RESOLUÇÃO N.º 1120/2026 - GS/SEED

Súmula: Instaura Processo Administrativo Disciplinar.
O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, considerando o disposto na Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, na Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, bem como o contido no protocolado n.º 24.566.062-6,
R E S O L V E:

Art. 1.º Designar Renata Villas Boas , RG n.º 9.500.XXX-0 PR, em exercício no Núcleo Regional de Educação de Paranavaí, Alessandro da Silva Lima, RG n.º 8.752.XXX-4 PR em exercício na Secretaria de Estado da Educação e Diego Denner Paiva dos Santos, RG n.º 8.911.XXX-2 PR, em exercício no Núcleo Regional de Educação de Paranavaí, para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem a condução dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades atribuídas à conduta da servidora **Fábia Cristina Moreira, RG n.º 4.590.XXX-1/PR**, vínculo QPM, LF 01, por, supostamente, infringir os arts. 279, incisos V e VII, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.
Art. 2.º A servidora, caso comprovadas as irregularidades mencionadas, estará sujeita a uma das sanções previstas no art. 291, inciso II c/c art. 293, inciso II, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.
Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de março de 2026
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

27816/2026

RESOLUÇÃO N.º 1121/2026 - GS/SEED

Súmula: Instaura Processo Administrativo Disciplinar.
O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, considerando o disposto na Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, na Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, bem como o contido no protocolado n.º 24.662.557-3,
R E S O L V E:

Art. 1.º Designar, Eliziane de Almeida, RG n.º XXX.843.669-00, em exercício no Núcleo Regional de Educação da Área Metropolitana Sul, Lídia Maria dos Anjos, RG n.º 8.058.XXX-3 PR, em exercício na Secretaria de Estado da Educação - SEED e Joel Hypolito Zanardine, RG n.º 4.735.XXX-1 PR, em exercício no Núcleo Regional de Educação da Área Metropolitana Sul, para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem a condução dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades atribuídas à conduta da servidora **Tereza Aparecida Achando, RG n.º 4.097.XXX-7 PR,** vínculo QPM, LF 02, por, supostamente, infringir o art. 279, incisos III e VII e o art. 293, inciso V, alínea "d" da Lei Estadual n.º 6.174/70, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.
Art. 2.º A servidora, caso comprovadas as irregularidades mencionadas, estará sujeita a uma das sanções previstas no art. 291, incisos I, II e VI c/c art. 293, incisos I, II e V, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.
Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de março de 2026
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

27820/2026

RESOLUÇÃO N.º 1122/2026 - GS/SEED

Súmula: Instaura Sindicância PSS

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, considerando o disposto na Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, na Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, na Lei Complementar n.º 108, de 18 de maio de 2005, na Instrução Normativa da CGE n.º 3, de 7 de dezembro de 2015, e o contido no protocolado n.º 25.146.473-1,

R E S O L V E:

Art. 1.º Designar, Eliziane de Almeida, RG n.º XXX.843.669-00, em exercício no Núcleo Regional de Educação da Área Metropolitana Sul, Lídia Maria dos Anjos, RG n.º 8.058.XXX-3 PR, em exercício na Secretaria de Estado da Educação - SEED e Joel Hypolito Zanardine, RG n.º 4.735.XXX-1 PR, em exercício no Núcleo Regional de Educação da Área Metropolitana Sul, para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem a condução da Comissão de Processo de Sindicância, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades atribuídas à conduta do servidor **Marlon Pereira Donadio, RG n.º 4.593.XXX-5 PR**, contratado em Regime Especial – CRES, selecionado(a) por meio do Processo Seletivo Simplificado – PSS, por supostamente infringir o artigo 279, incisos III, VI e o artigo 293, inciso V, alínea d, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 2.º O servidor, caso comprovadas as irregularidades mencionadas, estará sujeito a uma das sanções previstas no art. 17, incisos II e III da Lei Complementar 108, de 18 de maio de 2005.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de março de 2026

João Luiz Giona Junior

Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED

Delegação de Competência ao Diretor-Geral

27834/2026

RESOLUÇÃO N.º 1123/2026 - GS/SEED

Súmula: Instaura Sindicância PSS

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, considerando o disposto na Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, na Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, na Lei Complementar n.º 108, de 18 de maio de 2005, na Instrução Normativa da CGE n.º 3, de 7 de dezembro de 2015, e o contido no protocolado n.º 25.131.680-5

R E S O L V E:

Art. 1.º Designar, Luciana Paula da Silva, RG n.º 5.885.XXX-5 PR, Sergio Langer Bueno, RG n.º 3.896.XXX-4 PR e Marcia Rosani Dalcomuni, RG n.º 4.146.XXX-1 PR, todo em exercício na Secretaria de Estado da Educação, para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem a condução da Comissão de Processo de Sindicância, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades atribuídas à conduta do servidor **Júlio Soares de Lima da Silva, RG n.º 13.XXX.863-0 PR**, professor contratado em Regime Especial – CRES, selecionado por meio do Processo Seletivo Simplificado – PSS, LF 03, por supostamente infringir o art. 279, inciso VI, o art. 285, inciso IV, o art. 293, inciso V, alínea "c", todos da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 2.º O servidor, caso comprovadas as irregularidades mencionadas, estará sujeito a uma das sanções previstas no art. 17, inciso I, II e III da Lei Complementar 108, de 18 de maio de 2005.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de março de 2026

João Luiz Giona Junior

Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED

Delegação de Competência ao Diretor-Geral

27823/2026

RESOLUÇÃO N.º 1124/2026 – GS/SEED

Súmula: Instaura Sindicância

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, e considerando o contido no protocolado n.º 24.755.276-6,

R E S O L V E:

Art. 1.º Designar, Eliziane de Almeida, RG n.º XXX.843.669-00, em exercício no Núcleo Regional de Educação da Área Metropolitana Sul e Lídia Maria dos Anjos, RG n.º 8.058.XXX-3 PR, em exercício na Secretaria de Estado da Educação - SEED, para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem Sindicância, nos termos do inciso II do artigo 100, da Lei Estadual n.º 20.656/2021, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades e de ilícitos administrativos apontados no protocolado em comento, referente ao **Colégio Estadual Cívico Militar Manoel Ribas**, município de Guarapuava PR, jurisdicionado ao Núcleo Regional de Educação de Guarapuava.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 09 de março de 2026

João Luiz Giona Junior

Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED

Delegação de Competência ao Diretor-Geral

27824/2026

RESOLUÇÃO N.º 1125/2026 – GS/SEED

Súmula: Instaura Sindicância.

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, e considerando o contido no protocolado n.º 25.178.459-0

R E S O L V E:

Art. 1.º Designar, Luciana Paula da Silva, RG n.º 5.885.XXX-5 PR e Leonildo José Figueira, RG n.º 8.430.XXX-9 PR, todos em exercício na Secretaria de Estado da Educação, para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem Sindicância, nos termos do inciso II do artigo 100, da Lei Estadual n.º 20.656/2021, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades e de ilícitos administrativos apontados no protocolado em comento, referente ao **Colégio Estadual Mustafá Salomão**, município de Matinhos, jurisdicionado ao Núcleo Regional de Educação de Paranaguá.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 09 de março de 2026

João Luiz Giona Junior

Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED

Delegação de Competência ao Diretor-Geral

27825/2026

RESOLUÇÃO N.º 1127/2026 – GS/SEED

Súmula: Instaura Sindicância.

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, e considerando o contido no protocolado n.º 25.243.325-2.

R E S O L V E:

Art. 1.º Designar, Luciana Paula da Silva, RG n.º 5.885.XXX-5 PR e Marcia Rosani Dalcomuni, RG n.º 4.146.XXX-1 PR, todas em exercício no Secretaria de Estado da Educação, para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem **Sindicância**, nos termos do inciso II do artigo 100, da Lei Estadual n.º 20.656/2021, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades e de ilícitos administrativos apontados no protocolado em comento, referente ao **Colégio Estadual Cívico Militar Pres. Afonso Camargo**, município de Loanda, jurisdicionado ao Núcleo Regional de Educação de Loanda.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 09 de março de 2026

João Luiz Giona Junior

Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED

Delegação de Competência ao Diretor-Geral

27827/2026

RESOLUÇÃO N.º 1129/2026 – GS/SEED

Súmula: Instaura Sindicância.

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, e considerando o contido no protocolado n.º 25.139.915-8,

R E S O L V E:

Art. 1.º Designar, Lauro Anselmo Ferrarini, RG n.º 6.721.XXX-8 PR, em exercício no Núcleo Regional de Educação da Área Metropolitana Norte e Alessandro da Silva Lima, RG n.º 8.752.XXX.4 PR em exercício na Secretaria de Estado da Educação, para, sob a presidência do primeiro nominado, promoverem Sindicância, nos termos do inciso II do art. 100, da Lei Estadual n.º 20.656/2021, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades e de ilícitos administrativos apontados no protocolado em comento, referente ao **Colégio Estadual Nilo Cairo**, município de Apucarana, jurisdicionado ao Núcleo Regional de Educação de Apucarana .

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 09 de março de 2026

João Luiz Giona Junior

Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED

Delegação de Competência ao Diretor-Geral

27829/2026

RESOLUÇÃO N.º 1130/2026 – GS/SEED

Súmula: Instaura Sindicância.

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, e considerando o contido no protocolado n.º 25.013.846-6,

R E S O L V E:

Art. 1.º Designar, Helton Adriano de Souza, RG n.º 7.554.XXX-5 PR, em exercício na Núcleo Regional de Educação de Umuarama e Raul Alfredo Schier, RG n.º 2.256. XXX-2 PR, na Secretaria Estadual de Educação, para, sob a presidência do primeiro nominado, promoverem Sindicância, nos termos do inciso II do artigo 100, da Lei Estadual n.º 20.656/2021, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades e de ilícitos administrativos apontados no protocolado em comento, referente ao **Centro Estadual de Educação Profissional Newton Freire Maia**, município de Pinhais, jurisdicionado ao Núcleo Regional de Educação da Área Metropolitana Norte.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 09 de março de 2026

João Luiz Giona Junior

Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED

Delegação de Competência ao Diretor-Geral

27830/2026

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLUÇÃO N.º 1131/2026 - GS/SEED

Súmula: Substitui membro da Comissão de Sindicância PSS

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais e, considerando o contido no protocolado n.º 24.598.869-9,

R E S O L V E:

Art. 1.º Designar Rosane Fortunato**,** RG n.º 6.013.XXX-0/PR, em exercício no Núcleo Regional de Educação de Pitanga, em substituição a Luís Fernando de Lima Ronchi, RG n.º 6.988.XXX-5/PR, em exercício no Núcleo Regional de Educação de Ivaiporã, na função de membro Secretária.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de março de 2026

João Luiz Giona Junior

Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED

Delegação de Competência ao Diretor-Geral

27831/2026

RESOLUÇÃO N.º 1132/2026 – GS/SEED

Súmula: Aplica penalidade.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação,** no uso das atribuições legais, e considerando o contido no protocolado n.º 23.509.040-6,

R E S O L V E:

Art. 1.º Advertir, com fundamento no art. 291, inciso I c/c art. 293, inciso I, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a servidora Evelyn Forquim Buco Gandra, RG n.º 9.229.XXX-0, professora, QPM, LF 89, por infração do art. 279, inciso VI, do mesmo Diploma Legal.

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de março de 2026

João Luiz Giona Junior

Res. n.º 7.309/2023 - GS/SEED

Delegação de Competência ao Diretor-Geral

27878/2026

RESOLUÇÃO N.º 1134/2026 – GS/SEED

Súmula: Aplica penalidade.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação,** no uso das atribuições legais, e considerando o contido no protocolado n.º 24.204.048-1,

R E S O L V E:

Art. 1.º Repreender, com fundamento no art. 291, inciso II c/c art. 293, inciso II, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a servidora **Giorgiane Pacheco Matias, RG n.º 5.863.XXX-2,** professora, QPM, LF 53, por infração do art. 279, incisos VI e VIII, do mesmo Diploma Legal.

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de março de 2026

João Luiz Giona Junior

Res. n.º 7.309/2023 - GS/SEED

Delegação de Competência ao Diretor-Geral

27881/2026

RESOLUÇÃO N.º 1135/2026 – GS/SEED

Súmula: Aplica penalidade.

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, e considerando o contido no protocolado n.º 23.743.180-4,

R E S O L V E:

Art. 1.º Repreender, com fundamento no art. 291, inciso II c/c art. 293, inciso II, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, o servidor Leandro Bineck, RG n.º 5.185.XXX-0, professor, QPM, LF 01, por infração do art. 279, inciso VI, do mesmo Diploma Legal.

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de março de 2026

João Luiz Giona Junior

Res. n.º 7.309/2023 - GS/SEED

Delegação de Competência ao Diretor-Geral

28390/2026

RESOLUÇÃO N.º 1136/2026 – GS/SEED

Súmula: Aplica penalidade.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação,** no uso das atribuições legais, e considerando o contido no protocolado n.º 23.830.650-7,

R E S O L V E:

Art. 1.º Repreender, com fundamento no art. 291, inciso II c/c art. 293, inciso II, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, o servidor **Edson Cleyton Hasper, RG n.º 6.958.XXX-0**, professor, QPM, LF 02, por infração do art. 279, incisos III e VII, do mesmo Diploma Legal.

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de março de 2026

João Luiz Giona Junior

Res. n.º 7.309/2023 - GS/SEED

Delegação de Competência ao Diretor-Geral

27883/2026

RESOLUÇÃO N.º 1137/2026 – GS/SEED

Súmula: Arquiva Sindicância.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais, e considerando o contido no protocolado n.º 24.694.644-2,

R E S O L V E:

Art. 1.º Arquivar o procedimento de sindicância instaurado em decorrência de indícios de irregularidades e ilícitos não comprovados no protocolo n.º 24.694.644-2, com fundamento no art. 125, inciso IV, alínea "*a*", da Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de março de 2026

João Luiz Giona Junior

Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED

Delegação de Competência ao Diretor-Geral

27886/2026

RESOLUÇÃO N.º 1138/2026 – GS/SEED

Súmula: Arquiva Sindicância.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais, e considerando o contido no protocolado n.º 25.130.701-6,

R E S O L V E:

Art. 1.º Arquivar o procedimento de sindicância instaurado em decorrência de indícios de irregularidades e ilícitos não comprovados no protocolo n.º 25.130.701-6, com fundamento no art. 125, inciso IV, alínea "*a*", da Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de março de 2026

João Luiz Giona Junior

Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED

Delegação de Competência ao Diretor-Geral

27888/2026

RESOLUÇÃO N.º 1139/2026 – GS/SEED

Súmula: Arquiva Processo Administrativo Disciplinar.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação,** no uso das atribuições legais, e considerando o contido no protocolado n.º 23.010.996-6,

R E S O L V E:

Art. 1.º Arquivar o processo instaurado, em desfavor da servidora **Silvana de Cássia dos Santos, RG n.º 5.014.XXX-9,** agente educacional II, QFEB, LF 02, com fundamento no art. 69, da Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 09 de março de 2026

João Luiz Giona Junior

Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED

Delegação de Competência ao Diretor-Geral

27890/2026

RESOLUÇÃO N.º 1152/2026 - GS/SEED

Súmula: Instaura Processo Administrativo Disciplinar.

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, considerando o disposto na Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, na Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, bem como o contido no protocolado n.º 24.426.385-2,

R E S O L V E:

Art. 1.º Designar, Renata Villas Boas, RG n.º 9.500.XXX-0 PR, em exercício no Núcleo Regional de Educação de Paranavaí, Alessandro da Silva Lima, RG n.º 8.752.XXX-4 PR em exercício na Secretaria de Estado da Educação e Diego Denner Paiva dos Santos, RG n.º 8.911.XXX-2 PR, em exercício no Núcleo Regional de Educação de Paranavaí, para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem a condução dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades atribuídas à conduta da servidora **Leila Aparecida Martin Fernandes, RG n.º 4.279.XXX-4 PR**, vínculo QPM, LF 01, por, supostamente, infringir os arts. 279, inciso VI e art. 285, inciso IV, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 2.º A servidora, caso comprovadas as irregularidades mencionadas, estará sujeita a uma das sanções previstas no art. 291, incisos II e III c/c art. 293, incisos II e III, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de março de 2026

João Luiz Giona Junior

Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED

Delegação de Competência ao Diretor-Geral

28391/2026

RESOLUÇÃO N.º 1153/2026 – GS/SEED

Súmula: Instaura Sindicância.

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, e considerando o contido no protocolado n.º 22.903.934-2,

R E S O L V E:

Art. 1.º Designar, Eliziane de Almeida, RG n.º 8.802.XXX-2/PR, Joel Hypólito Zanardine, RG n.º 4.735.XXX-1/PR, todos em exercício no Núcleo Regional de Educação da Área Metropolitana Sul, para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem Sindicância, nos termos do inciso II do art. 100, da Lei Estadual n.º 20.656/2021, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades e de ilícitos administrativos apontados no protocolado em comento.
Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 10 de março de 2026
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

28393/2026

RESOLUÇÃO N.º 1154/2026 - GS/SEED
Súmula: Instaura Sindicância PSS
O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, considerando o disposto na Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, na Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, na Lei Complementar n.º 108, de 18 de maio de 2005, na Instrução Normativa da CGE n.º 3, de 7 de dezembro de 2015, e o contido no protocolado n.º 24.784.705-7,
R E S O L V E:

Art. 1.º Designar, Solange de Lima, RG n.º 8.860.XXX-9 PR, em exercício no Núcleo Regional de Educação da Área Metropolitana Norte, Alessandro da Silva Lima, RG n.º 8.752.XXX-4 PR em exercício na Secretaria de Estado da Educação e Lauro Anselmo Ferrarini, RG n.º 6.721.XXX-8 PR, em exercício no Núcleo Regional de Educação da Área Metropolitana Norte, para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem a condução da Comissão de Processo de Sindicância, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades atribuídas à conduta da servidora **Débora Aparecida Pereira de Souza, RG n.º 9.321.XXX-2,** professora contratada em Regime Especial – CRES, LF 11, selecionada por meio do Processo Seletivo Simplificado – PSS, por supostamente infringir os arts. 279, inciso I; art. 285, inciso XV; art. 293, inciso V, alínea "h" da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.
Art. 2.º A servidora, caso comprovadas as irregularidades mencionadas, estará sujeita a uma das sanções previstas no art. 17, incisos I, II e III da Lei Complementar 108, de 18 de maio de 2005.
Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de março de 2026
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

28397/2026

RESOLUÇÃO N.º 1155/2026 - GS/SEED
Súmula: Substitui Membros da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.
O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais e, considerando o contido no protocolado n.º 20.803.425-1,
R E S O L V E:

Art. 1.º Designar, Gustavo Borges Munhão, RG n.º 10.115.XXX-0 PR, em exercício no Núcleo Regional de Educação de Apucarana, Érika Vicentin Corrêa, RG n.º 10.543.XXX-4 PR, em exercício na Secretaria de Estado da Educação e André Mateus Guilherme, RG n.º 7.693.XXX-4 PR, em exercício no Núcleo Regional de Educação de Apucarana, em substituição a Maria Cristina Elias Esper Stival, RG n.º 4.046.XXX-5 PR, Solange Maria da Conceição Ribas, RG n.º 4.165.XXX-1 PR e Tânia Mara dos Santos Dionísio, RG n.º 4.413.XXX-8 PR, todas em exercício na Secretaria de Estado da Educação, nas funções de Presidente, Membro Secretária e Membro vogal, respectivamente, alterando a instauração da Resolução N.º 5032/2024 - GS/SEED, publicada em 09/08/2024, edição do DIOE 11720.
Art. 2.º Permanecem inalteradas as demais disposições.
Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de março de 2026
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

28398/2026

RESOLUÇÃO N.º 241/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/1998, 03/2013, 12/2021 e o Parecer n.º 38/2025 – CP, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.067.626-5,

RESOLVE:

Art. 1º Adequar, a partir da data da publicação da presente resolução, a denominação das instituições de ensino da Rede Pública Estadual pertencentes aos municípios jurisdicionados ao Sistema Estadual de Educação do NRE da Área Metropolitana Sul, que aderiram ao Programa Paraná Integral.
§ 1º A adequação da denominação está amparada na Lei Estadual n.º 21.658, de 27/09/2023.
§ 2º A adequação é concedida para as instituições abaixo relacionadas:
a) De: **Colégio Estadual do Campo Francisco Lechinoski – Ensino Fundamental e Médio** para: **Colégio Estadual do Campo Francisco Lechinoski – Ensino Fundamental, em Tempo Integral e Ensino Médio**, do município de Quitandinha;
b) De: **Colégio Estadual Professora Irmã Antônia Bortoletto Bianchini – Ensino Fundamental e Médio** para: **Colégio Estadual Professora Irmã Antônia Bortoletto Bianchini – Ensino Fundamental, em Tempo Integral e Ensino Médio**, do município da Lapa;
c) De: **Colégio Estadual do Campo Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira – Ensino Fundamental e Médio** para: **Colégio Estadual do Campo Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira – Ensino Fundamental, em Tempo Integral e Ensino Médio**, do município da Lapa;
d) De: **Escola Estadual Dr. Leniro Ribeiro Bittencourt – Ensino Fundamental** para: **Escola Estadual Dr. Leniro Ribeiro Bittencourt – Ensino Fundamental, em Tempo Integral**, do município de Campo Largo;
e) De: **Colégio Estadual General Rabelo – Ensino Fundamental e Médio** para: **Colégio Estadual General Rabelo – Ensino Fundamental, em Tempo Integral e Ensino Médio**, do município de Rio Negro;
f) De: **Colégio Estadual do Campo Araucária – Ensino Fundamental e Médio** para: **Colégio Estadual do Campo Araucária – Ensino Fundamental, em Tempo Integral e Ensino Médio**, do município de Araucária;
g) De: **Colégio Estadual do Campo Antônio Lacerda Braga – Ensino Fundamental, Médio e Profissional** para: **Colégio Estadual do Campo Antônio Lacerda Braga – Ensino Fundamental e Médio, em Tempo Integral e Profissional**, do município da Lapa;
h) De: **Colégio Estadual Augusto Vanin – Ensino Fundamental e Médio** para: **Colégio Estadual Augusto Vanin – Ensino Fundamental e Médio, em Tempo Integral**, do município de Campo Largo;
i) De: **Colégio Estadual Casemiro Karman – Ensino Fundamental, Médio e Profissional** para: **Colégio Estadual Casemiro Karman – Ensino Fundamental e Médio, em Tempo Integral e Profissional**, do município de Campo Largo;
j) De: **Colégio Estadual Professora Geraldina da Mota – Ensino Fundamental e Médio** para: **Colégio Estadual Professora Geraldina da Mota – Ensino Fundamental e Médio, em Tempo Integral**, do município de Campo Largo;
k) De: **Colégio Estadual Inove – Ensino Fundamental, Médio e Profissional** para: **Colégio Estadual Inove – Ensino Fundamental e Médio, em Tempo Integral e Profissional**, do município de Campo Largo.
Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 23 de janeiro de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar
Republicada por conter incorreção

RESOLUÇÃO N.º 78/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/1998, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 25.210.918-8,

RESOLVE:

Art. 1º Adequar, a partir da data da publicação da presente resolução, a denominação das instituições de ensino da Rede Pública Estadual pertencentes aos municípios jurisdicionados ao Sistema Estadual de Educação, que aderiram ao Programa Colégios Cívico-Militares do Estado do Paraná.
§ 1º A adequação da denominação está amparada na Lei Estadual n.º 21.327, de 20/12/2022.
§ 2º A adequação é concedida para as instituições abaixo relacionadas:
1) De: **Colégio Estadual Hermínia Rolim Lupion – Ensino Fundamental, Médio e Profissional** para: **Colégio Estadual Cívico-Militar Hermínia Rolim Lupion – Ensino Fundamental, Médio e Profissional**, do município de Sabáudia, NRE de Apucarana;
2) De: **Colégio Estadual Alberto Santos Dumont – Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional** para: **Colégio Estadual Cívico-Militar Alberto Santos Dumont – Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional**, do município de Cafelândia, NRE de Cascavel;
3) De: **Colégio Estadual Rui Barbosa – Ensino Fundamental, Médio e Profissional** para: **Colégio Estadual Cívico-Militar Rui Barbosa – Ensino Fundamental, Médio e Profissional**, do município de Japurá, NRE de Cianorte;
4) De: **Colégio Estadual Santos Dumont – Ensino Fundamental, Médio e Normal** para: **Colégio Estadual Cívico-Militar Santos Dumont – Ensino Fundamental, Médio e Normal**, do município de São Tomé, NRE de Cianorte;
5) De: **Colégio Estadual Bento Munhoz da Rocha Neto – Ensino Fundamental, Médio e Profissional** para: **Colégio Estadual Cívico-Militar Bento Munhoz da Rocha Neto – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, município e NRE de Curitiba;**
6) De: **Escola Estadual Monsenhor Ivo Zanlorenzi – Ensino Fundamental** para: **Escola Estadual Cívico-Militar Monsenhor Ivo Zanlorenzi – Ensino**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Fundamental, município e NRE de Curitiba;
7) De: **Colégio Estadual João Paulo II – Ensino Fundamental, Médio e Profissional** para: **Colégio Estadual Cívico-Militar João Paulo II – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, município e NRE de Curitiba;**
8) De: **Escola Estadual Maria Pereira Martins – Ensino Fundamental** para: **Escola Estadual Cívico-Militar Maria Pereira Martins – Ensino Fundamental, município e NRE de Curitiba;**
9) De: **Colégio Estadual Arcângelo Nandi – Ensino Fundamental, Médio e Profissional** para: **Colégio Estadual Cívico-Militar Arcângelo Nandi – Ensino Fundamental, Médio e Profissional**, do município de Santa Terezinha de Itaipu, NRE de Foz do Iguaçu;
10) De: **Colégio Estadual do Campo de Palmeirinha – Ensino Fundamental, Médio e Profissional** para: **Colégio Estadual do Campo Cívico-Militar de Palmeirinha – Ensino Fundamental, Médio e Profissional**, do município e NRE de Guarapuava**;**
11) De: **Colégio Estadual Miguel Dias – Ensino Fundamental, Médio e Profissional** para: **Colégio Estadual Cívico-Militar Miguel Dias – Ensino Fundamental, Médio e Profissional**, do município de Joaquim Távora, NRE de Jacarezinho**;**
12) De: **Colégio Estadual Rui Barbosa – Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional** para: **Colégio Estadual Cívico-Militar Rui Barbosa – Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional**, do município de Abatiá, NRE de Jacarezinho;
13) De: **Escola Estadual Machado de Assis – Ensino Fundamental** para: **Escola Estadual Cívico-Militar Machado de Assis – Ensino Fundamental**, do município de Itaúna do Sul, NRE de Loanda;
14) De: **Colégio Estadual Princesa Izabel – Ensino Fundamental e Médio** para: **Colégio Estadual Cívico-Militar Princesa Izabel – Ensino Fundamental e Médio**, do município de Paiçandu, NRE de Maringá;
15) De: **Colégio Estadual Marco Antônio Pimenta – Ensino Fundamental, Médio e Profissional** para: **Colégio Estadual Cívico-Militar Marco Antônio Pimenta – Ensino Fundamental, Médio e Profissional**, do município e NRE de Maringá;
16) De: **Colégio Estadual Professora Maria Helena Teixeira Luciano – Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional**, para: **Colégio Estadual Cívico-Militar Professora Maria Helena Teixeira Luciano – Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional**, do município de Pontal do Paraná, NRE de Paranaguá;
17) De: **Colégio Estadual Professor Vidal Vanhoni – Ensino Fundamental e Médio** para: **Colégio Estadual Cívico-Militar Professor Vidal Vanhoni – Ensino Fundamental e Médio**, do município e NRE de Paranaguá;
18) De: **Colégio Estadual Professora Zilah dos Santos Batista – Ensino Fundamental, Médio e Profissional** para: **Colégio Estadual Cívico-Militar Professora Zilah dos Santos Batista – Ensino Fundamental, Médio e Profissional**, do município e NRE de Paranaguá;
19) De: **Colégio Estadual do Campo Novo Sarandi – Ensino Fundamental e Médio** para: **Colégio Estadual do Campo Cívico-Militar Novo Sarandi – Ensino Fundamental e Médio**, do município e NRE de Toledo;
20) De: **Colégio Estadual Nestor Victor – Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional** para: **Colégio Estadual Cívico-Militar Nestor Victor – Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional**, do município de Pérola, NRE de Umuarama.
Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de janeiro de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar
Republicada por conter incorreção.

28399/2026

RESOLUÇÃO N.º 916/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 12/2021 e 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 429/2026, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.871.467-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos, do Colégio Católica de Curitiba – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Nilo Peçanha, 1635, do Município e NRE de Curitiba.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela União Brasileira de Educação Católica - UBEC e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2034/2017, de 10/05/2017, com vigência até 26/04/2027.
§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento do referido ensino, foi concedida pela Resolução n.º 6056/2024, de 18/09/2024, com vigência até 31/12/2025, para o atendimento de crianças de 02 (dois) a 06 (cinco) anos.
§ 3º Houve adequação da faixa etária atendida.
§ 4º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 921/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 12/2021 e 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 435/2026, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 23.132.792-4,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos, da Escola Presbiteriana Sengés – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Prefeito Daniel Jorge, 204, do Município de Sengés e NRE de Wenceslau Braz.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Escola Presbiteriana Sengés LTDA. - ME e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3582/2020, de 16/09/2020, com vigência até 31/12/2029.
§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento do referido ensino, foi concedida pela Resolução n.º 3583/2020, de 16/09/2020, com vigência até 31/12/2024, para o atendimento de crianças de 02 (dois) a 06 (cinco) anos.
§ 3º Houve adequação da faixa etária atendida.
§ 4º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 até 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 922/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2025 e o Parecer n.º 88/2026 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.932.182-8,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Médio, do Colégio Estadual Cívico- Militar Sol de Maio – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Pedro Francisco Keru, 120, do Município e NRE de Foz do Iguaçu.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5622/2017, de 26/10/2017, com vigência até 30/07/2027.
§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 1265/2021, de 22/03/2021, com vigência até 31/12/2025.
§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 a 31/12/2030. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação dos atos 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 923/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021 e o Parecer n.º 28/2026 – CEIF, todos do Conselho Estadual de

Educação e o contido no protocolado n.º 23.561.664-5,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano), do Colégio Expressão – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Recife, 1013, no Município e NRE de Cascavel.
§ 1º A instituição de ensino é mantida por Dolce Educação Infantil, Ensino Fundamental Ltda, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 587/2017, de 23/02/2017, com vigência até 02/02/2027.
§ 2º A última renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) foi concedida pela Resolução n.º 3448/2021, de 10/08/2021, com vigência até 26/08/2025.
§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 27/08/2025 até 26/08/2030. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 924/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021 e 03/2025 e o Parecer n.º 15/2026 – BICAMERAL, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.057.195-3,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) e do Ensino Médio, do Colégio Estadual Olinda Truffa de Carvalho – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Edson Luiz Favarin, 741, do Município e NRE de Cascavel.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1930/2019, de 23/05/2019, com vigência até 28/09/2027.
§ 2º A última renovação do reconhecimento dos referidos ensinos foi concedida pela Resolução n.º 1331/2020, de 04/05/2020, com vigência até 22/02/2025.
§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 23/02/2025 a 22/02/2030. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 925/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021, 03/2025 e o Parecer n.º 21/2026 – BICAMERAL, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.268.238-6,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), do Colégio Estadual Marcos Cláudio Schuster – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua África, 284, do Município e NRE de Cascavel.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4232/2022, de 26/07/2022, com vigência até 11/10/2032.
§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 4199/2021, de 14/09/2021, com vigência até 16/10/2025.
§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 17/10/2025 a 16/10/2030. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Renovar o reconhecimento do Ensino Médio da instituição de ensino citada no Art. 1º.
§ 1º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 5068/2020, de 11/12/2020, com vigência até 16/10/2025.
§ 2º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 17/10/2025 a 16/10/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 926/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021, 03/2025 e o Parecer n.º 09/2026 – BICAMERAL, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.266.543-4,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), do Colégio Estadual Cielito Lindo – Ensino Fundamental, em Tempo Integral, e Ensino Médio, situado na Rua Padre Anchieta, s/n, do Município de Lindoeste, NRE de Cascavel.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 104/2026, de 09/01/2026, com vigência até 31/12/2030.
§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 2104/2023, de 10/04/2023, com vigência até 31/12/2024.
§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Renovar o reconhecimento do Ensino Médio da instituição de ensino citada no Art. 1º.
§ 1º O reconhecimento do ensino foi concedido pela Resolução n.º 2336/2023, de 24/04/2023, com vigência até 31/12/2024.
§ 2º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 927/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021 e 03/2025 e o Parecer n.º 12/2026 – BICAMERAL, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.272.262-4,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), e do Ensino Médio, do Colégio Estadual Cívico-Militar Professor José Alexandre Chiarelli – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Eduardo Gretzlak, 750, do Município de Rolândia, NRE de Londrina.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3692/2020, de 17/09/2020, com vigência até 16/07/2028.
§ 2º A última renovação do reconhecimento dos ensinos foi concedida pela Resolução n.º 4527/2020, de 26/11/2020, com vigência até 16/07/2024.
§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 17/07/2024 a 16/07/2029. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 928/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Educação, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021, 03/2025 e o Parecer n.º 03/2026 – BICAMERAL, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 20.656.174-2,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) e do Ensino Médio, do Colégio Estadual Marechal Castelo Branco – Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional, situado na Rua Vinte, 655, do Município de Primeiro de Maio, NRE de Londrina.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1709/2020, de 15/05/2020, com vigência até 21/03/2029.
§ 2º A última renovação do reconhecimento dos ensinos foi concedida pela Resolução n.º 1887/2020, de 21/05/2020, com vigência até 31/12/2023.
§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2024 a 31/12/2028. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 929/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021, 03/2025 e o Parecer n.º 19/2026 – BICAMERAL, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.990.247-2,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) e do Ensino Médio, do Colégio Integração – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Lagoa Azul, 217, do Município e NRE de Ponta Grossa.
§ 1º A instituição de ensino é mantida por Integração Primeiros Passos Ltda – ME, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 61/2025, de 17/12/2025, com vigência até 31/12/2030.
§ 2º A última renovação do reconhecimento dos ensinos foi concedida pela Resolução n.º 3717/2021, de 20/08/2021, com vigência até 31/12/2024.
§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

28165/2026

RESOLUÇÃO N.º 930/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 12/2021 e 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 436/2026, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 25.329.966-5,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 03 (três) a 05 (cinco) anos, da Escola Iluminare – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Avenida Carlos Gomes, 730, do Município de Santa Isabel do Ivaí, NRE de Loanda.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Bgrigoli Centro Educacional e Neuropsicopedagógico Ltda., e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1655/2018, de 09/04/2018, com vigência até 10/05/2027.
§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento do referido ensino, foi concedida pela Resolução n.º 2560/2020, de 10/07/2020, com vigência até 31/12/2023, para o atendimento de crianças de 03 (três) a 06 (seis) anos.
§ 3º Houve adequação da faixa etária atendida.
§ 4º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2024 até 31/12/2028. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2028.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 931/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5.154 de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022, 06/2022 e o Parecer n.º 49/2026 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.194.080-2,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento do Curso Técnico em Vestuário – Eixo Tecnológico: Produção Industrial, subsequente ao Ensino Médio, com oferta presencial, com implantação gradativa, no Colégio Estadual Padre Sigismundo – Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional, situado na Rua Marfim, 1177, do Município de Quedas do Iguaçu, NRE de Laranjeiras do Sul.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5038/2017, de 28/09/2017, com vigência até 18/01/2028.
§ 2º O curso é destinado aos estudantes egressos do Ensino Médio.
§ 3º Ao concluir o curso, conforme organização curricular aprovada e comprovada a conclusão do Ensino Médio, o estudante receberá o Diploma de Técnico em Vestuário.
§ 4º A autorização é pelo prazo de 18 (dezoito) meses, a partir da data da publicação da presente resolução. A direção da instituição de ensino deverá solicitar o reconhecimento do curso 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 932/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 12/2021 e 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 437/2026, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 23.589.920-5,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil, do Centro Municipal de Educação Infantil Primeiros Passos, situado na Rua Pion Manoel Leandro dos Anjos, s/n, do Município de Floresta, NRE de Maringá.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 6823/2025, de 17/11/2025, com vigência até 31/12/2034.
§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento do referido ensino, foi concedida pela Resolução n.º 4417/2022, de 28/07/2022, com vigência até 31/12/2024, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 03 (três) anos.
§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 até 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2029.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 935/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/1998, 03/2013, 12/2021, 03/2022, 06/2022 e o Parecer n.º 99/2026 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o

contido no protocolado n.º 22.954.850-6,

RESOLVE:

Art. 1º Credenciar para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, o Centro de Educação Profissional Instructiva, situado na Avenida Padre Anchieta, 277, no Município de Jesuítas, NRE de Assis Chateaubriand.
§ 1º A instituição de ensino é mantida por Edna Muniz de Castro Ltda., foi criada pela Ata datada de 13/02/2024 e a entidade mantenedora da instituição de ensino foi constituída pela Terceira alteração contratual, registrada na Junta Comercial do Paraná – JUCEPAR, sob n.º 20246889039, de 19/09/2024 e está inscrita no CNPJ, sob n.º 30.547.439/0001-08.
§ 2º O credenciamento é pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir da data da publicação da presente resolução. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do credenciamento para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Autorizar o funcionamento do Curso Técnico em Eletrônica – Eixo Tecnológico: Controle e Processos Industriais, subsequente ao Ensino Médio, com oferta presencial, com implantação gradativa, na instituição citada no Art. 1º.
§ 1º O curso é destinado aos estudantes que egressos do Ensino Médio.
§ 2º Ao concluir o curso, conforme organização curricular aprovada e comprovada a conclusão do Ensino Médio, o estudante receberá o Diploma de Técnico em Eletrônica.
§ 3º A autorização é pelo prazo de 18 meses, a partir da data da publicação da presente resolução. A direção da instituição de ensino deverá solicitar o reconhecimento do curso 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 936/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 12/2021 e 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 445/2026, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.220.083-7,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 01 (um) a 05 (cinco) anos, do Colégio Vicentino Nossa Senhora das Graças – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Goianazes, 284, do Município e NRE de Pato Branco.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Província Brasileira da Congregação Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2795/2016, de 22/07/2016, com vigência até 06/11/2026.
§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento do referido ensino, foi concedida pela Resolução n.º 1040/2021, de 10/03/2021, com vigência até 31/12/2025, para o atendimento de crianças de 01 (um) a 06 (seis) anos.
§ 3º Houve adequação da faixa etária atendida.
§ 4º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 937/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021 e o Parecer n.º 24/2026 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.638.647-3,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Ensino Fundamental (anos finais), do Colégio Estadual Cecília Meireles – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua XV de Novembro, 1242, do Município de Ampére, NRE de Francisco Beltrão.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4591/2025, de 18/08/2025, com vigência até 31/12/2035.
§ 2º A Resolução n.º 905/2022, de 09/03/2022, autorizou o funcionamento do referido ensino, com vigência até 01/02/2026.
§ 3º O reconhecimento é concedido desde 01/02/2022 e por mais 05 (cinco) anos, no período de 02/02/2026 a 01/02/2031. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 938/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021 e o Parecer n.º 23/2026 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação, e o contido no protocolado n.º 23.819.367-2,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Ensino Fundamental (anos finais), do Colégio Estadual Rui Barbosa – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Avenida Goiânia, 670, no Município de Formosa do Oeste, NRE de Assis Chateaubriand.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5827/2022, de 16/09/2022, com vigência até 24/01/2033.
§ 2º A Resolução n.º 7859/2022, de 05/12/2022, autorizou o funcionamento do referido, com vigência até 19/12/2026.
§ 3º O reconhecimento é concedido desde 19/12/2022 e por mais 05 (cinco) anos, no período de 20/12/2026 a 19/12/2031. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 939/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 17/2026 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação, e o contido no protocolado n.º 23.799.011-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 16/09/2025 até 15/09/2035, o credenciamento para a oferta da Educação Básica do Centro Municipal de Educação Infantil Mundo Encantado, situado na Rua Reno João Neves, 111, no Município de Teixeira Soares, NRE de Irati.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2642/2015, de 25/08/2015, com vigência até 15/09/2025.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 960/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/1998, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.707.068-0,

RESOLVE:

Art. 1º Adequar, a partir de 02/01/2025, a denominação da Escola Municipal

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Professor Guilherme Blick – Ensino Fundamental, situada na Rua Teresina, 245, do Município de Santo Antônio do Sudoeste, NRE de Francisco Beltrão, para Escola Municipal Cívico-Militar Professor Guilherme Blick – Ensino Fundamental.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1785/2019, de 13/05/2019, com vigência até 31/01/2029.
§ 2º A adequação da denominação está amparada na Emenda à Lei Orgânica Municipal n.º 06/2023, de 19/09/2023 e Decreto n.º 4043/2023, de 28/09/2023.
Art. 2º Determinar que a presente Resolução seja mencionada com o ato regulatório citado.
Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 961/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2006, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 427/2026, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.198.006-5,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais), da Escola Municipal Maria da Conceição Kasecker – Ensino Fundamental, situada na Rua Walfredo Bittencourt de Moraes, 760, do Município de Nova Santa Barbara, NRE de Cornélio Procópio.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 188/2022, de 21/01/2022, com vigência até 31/12/2030.
§ 2º A última renovação da autorização para o funcionamento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 188/2022, de 21/01/2022, com vigência até 31/12/2025.
§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2030.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

28169/2026

RESOLUÇÃO N.º 962/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 81/2026 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação, e o contido no protocolado n.º 24.579.651-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 08 (oito) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2033, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal Rural Elias Abrahão – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na BR 277, no Município de Morretes, NRE de Paranaguá.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2085/2024, de 15/04/2024, com vigência até 31/12/2025.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 963/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021 e 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 450/2026, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.579.651-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos, da Escola Municipal Rural Elias Abrahão – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na BR 277, do Município de Morretes, NRE de Paranaguá.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 962/2026, de 26/02/2026, com vigência até 31/12/2033.
§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento do referido ensino, foi concedida pela Resolução n.º 2085/2024, de 15/04/2024, com vigência até 31/12/2025, para o atendimento de crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos.
§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 03 (três) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2028. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Renovar a autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais) da instituição constante do Art. 1º.
§ 1º A última renovação da autorização para o funcionamento do referido ensino foi concedida pela Resolução n.º 2086/2024, de 15/04/2024, com vigência até 31/12/2025.
§ 2º A renovação é concedida pelo prazo de 03 (três) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2028. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 964/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 78/2026 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação, e o contido no protocolado n.º 24.172.459-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2035, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Estadual do Campo do Distrito de Brasiliana – Ensino Fundamental, situada na Rua Carmen, s/n, no Município de Tupãssi, NRE de Assis Chateaubriand.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4278/2021, de 16/09/2021, com vigência até 31/12/2025.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 965/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 62/2026 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação, e o contido no protocolado n.º 22.119.469-1,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 06/11/2024 até 05/11/2034, o credenciamento para a oferta da Educação Básica do Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Polegar II, situado na Rua José Pissaia, 1475, no Município de Rio Azul, NRE de Irati.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 6197/2021, de 16/12/2021, com vigência até 05/11/2024.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 966/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021 e o Parecer n.º 60/2026 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.309.403-8,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o credenciamento para a oferta da Educação Básica do Colégio Dom Bosco Paranaguá – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Maneco Viana, 639, do Município e NRE de Paranaguá.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Associação Parnanguara de Ensino e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1254/2015, de 28/05/2015, com vigência até 09/06/2025.
§ 2º A renovação do credenciamento é concedida pelo prazo de 07 (sete) anos, no período de 10/06/2025 a 09/06/2032. A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano), da instituição mencionada no Art. 1º.
§ 1º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 2754/2019, de 18/07/2019, com vigência até 31/12/2022.
§ 2º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2023 a 31/12/2027. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 967/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 59/2026 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação, e o contido no protocolado n.º 22.128.019-9,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 02/12/2024 até 01/12/2034, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal do Campo Antonio José Ribeiro – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Localidade de Taquari, no Município de Rio Azul, NRE de Irati.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 636/2017, de 02/03/2017, com vigência até 01/12/2024.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 968/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021 e o Parecer n.º 15/2026 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.416.775-6,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano), da Escola Evolução – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Albano Muller, 700, do Município de Matinhos, NRE de Paranaguá.
§ 1º A instituição de ensino é mantida por Ensino Pré-Escolar e Fundamental Mago Merlin LTDA – ME e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 70/2017, de 17/01/2017, com vigência até 09/03/2027.
§ 2º O reconhecimento do ensino foi concedido pela Resolução n.º 1695/2022, de 08/04/2022, com vigência até 03/01/2025.
§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 04/01/2025 a 03/01/2030. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 969/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2006, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 499/2026, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.232.173-1,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais), da Escola Adventista – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Avenida América, 4923, do Município e NRE de Cianorte.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Instituição Adventista Sul Brasileira de Educação e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2093/2022, de 27/04/2022, com vigência até 31/12/2031.
§ 2º A última renovação da autorização para o funcionamento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 2093/2022, de 27/04/2022, com vigência até 31/12/2025.
§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2030
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 970/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 12/2021 e 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 453/2026, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 22.919.652-9,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 01 (um) a 05 (cinco) anos, da Escola Trilhas – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Conselheiro Carrão, 801, do Município e NRE de Curitiba.
§ 1º A Educação Infantil da instituição de ensino é mantida por Mundiverso Educação Infantil LTDA. e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4583/2020, de 27/11/2020, com vigência até 06/12/2026.
§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento do referido ensino, foi concedida pela Resolução n.º 5024/2021, de 21/10/2021, com vigência até 31/12/2021, para o atendimento de crianças de 02 (dois) a 06 (seis) anos.
§ 3º Foi concedida ampliação da oferta e houve adequação da faixa etária atendida.
§ 4º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2022 até 31/12/2026. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 984/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 30/2026 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

contido no protocolado n.º 22.338.128-6,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 07 (sete) anos, no período de 01/01/2025 até 31/12/2031, o credenciamento para a oferta da Educação Básica, da Escola Municipal Renato Siloto – Ensino Fundamental, situada na Rua Sergipe, 991, no Município de Manoel Ribas, NRE de Ivaiporã.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4579/2023, de 14/07/2023, com vigência até 31/12/2024.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de fevereiro de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 986/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 12/2021 e 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 462/2026, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 22.152.391-1,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 05 (cinco) anos, do Centro Municipal de Educação Infantil Cristopher Rumanski dos Santos, situado na Rua Vereador Geraldo Fábio, 955, do Município de Atalaia, NRE de Maringá.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3906/2016, de 06/09/2016, com vigência até 02/02/2027.
§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento do referido ensino, foi concedida pela Resolução n.º 4972/2021, de 19/10/2021, com vigência até 31/12/2024, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 06 (seis) anos.
§ 3º Houve adequação da faixa etária atendida.
§ 4º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 até 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2029.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de fevereiro de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

28173/2026

FUNDEPAR

PORTARIA N.º 112/2026-FUNDEPAR

Súmula: *Designação de servidores para atuarem como Gestor e Fiscal do Contrato nº 1344/2026-FUNDEPAR, celebrado com a empresa Nilcatex Têxtil Ltda*

A Diretora-Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional – Fundepar, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual n.º 3270, de 24 de agosto de 2023 e, nos termos da Lei n.º 18.418, de 29 de dezembro de 2014, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 8.362, de 16 de dezembro de 2024, e considerando o contido no protocolo nº 25.478.024-3,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores abaixo indicados para em observância à legislação vigente, atuarem como gestores e fiscais do Contrato nº 1344/2026 – FUNDEPAR, celebrado com a empresa Nilcatex Têxtil Ltda, CNPJ nº 95.948.618/0005-18, decorrente do Pregão Eletrônico nº 0628/2024, Ata de Registro de Preços nº 1473/2024, para a aquisição de uniformes, em atendimento aos estudantes do Ensino Regular, do Programa dos Colégios Cívico-Militares do Estado do Paraná e do Programa Paraná Integral.
I - Gestor Titular: Rosyara Pedrina Maria Montanha Juliatto - CPF nº XXX.850.719- XX.
II - Fiscal Titular: Rodrigo Braz Martins - CPF nº XXX.707.789-XX.
Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Eliane Teruel Carmona
Diretora-Presidente FUNDEPAR
Decreto nº 3270/2023

28035/2026

PORTARIA N.º 114/2026-FUNDEPAR

Súmula: *Designação de servidores para atuarem como Gestor e Fiscal do Contrato nº 1345/2026-FUNDEPAR, celebrado com a empresa D'Brasil Distribuidora e Indústria Têxtil Ltda*

A Diretora-Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional – Fundepar, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual n.º 3270, de 24 de agosto de 2023 e, nos termos da Lei n.º 18.418, de 29 de dezembro de 2014, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 8.362, de 16 de dezembro de 2024, e considerando o contido no protocolo nº 25.478.055-3,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores abaixo indicados para em observância à legislação vigente, atuarem como gestores e fiscais do Contrato nº 1345/2026 – FUNDEPAR, celebrado com a empresa D'Brasil Distribuidora e Indústria Têxtil Ltda, CNPJ nº 06.676.679/0008-00, decorrente do Pregão Eletrônico nº 0628/2024, Ata de Registro de Preços nº 1473/2024, para a aquisição de uniformes, em atendimento aos estudantes do Ensino Regular, do Programa dos Colégios Cívico-Militares do Estado do Paraná e do Programa Paraná Integral.
I - Gestor Titular: Rosyara Pedrina Maria Montanha Juliatto - CPF nº XXX.850.719-XX.
II - Fiscal Titular: Rodrigo Braz Martins - CPF nº XXX.707.789-XX.
Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Eliane Teruel Carmona
Diretora-Presidente FUNDEPAR
Decreto nº 3270/2023

28037/2026

PORTARIA N.º 115/2026-FUNDEPAR

Súmula: *Designação de servidores para atuarem como Gestor e Fiscal do Contrato nº 1346/2026-FUNDEPAR, celebrado com a empresa RS Comércio e Prestação de Serviços de Apoio Ltda.*

A Diretora-Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional – Fundepar, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual n.º 3270, de 24 de agosto de 2023 e, nos termos da Lei n.º 18.418, de 29 de dezembro de 2014, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 8.362, de 16 de dezembro de 2024, e considerando o contido no protocolo nº 25.478.094-4,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores abaixo indicados para em observância à legislação vigente, atuarem como gestores e fiscais do Contrato nº 1346/2026 – FUNDEPAR, celebrado com a empresa RS Comércio e Prestação de Serviços de Apoio Ltda, CNPJ nº 17.112.698/0002-10 – 17.112.698/0001-30, decorrente do Pregão Eletrônico nº 0628/2024, Ata de Registro de Preços nº 1473/2024, para a aquisição de uniformes, em atendimento aos estudantes do Ensino Regular, do Programa dos Colégios Cívico- Militares do Estado do Paraná e do Programa Paraná Integral.
I - Gestor Titular: Rosyara Pedrina Maria Montanha Juliatto - CPF nº XXX.850.719-XX.
II - Fiscal Titular: Rodrigo Braz Martins - CPF nº XXX.707.789-XX.
Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Eliane Teruel Carmona
Diretora-Presidente FUNDEPAR
Decreto nº 3270/2023

28038/2026

PORTARIA N.º 116/2026-FUNDEPAR

Súmula: *Designação de servidores para atuarem como Gestor e Fiscal da Ordem de Serviço nº 424/2026-FUNDEPAR, emitida em favor da empresa Dimatex Indústria e Comércio de Confecções Ltda.*

A Diretora-Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional – Fundepar, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual n.º 3270, de 24 de agosto de 2023 e, nos termos da Lei n.º 18.418, de 29 de dezembro de 2014, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 8.362, de 16 de dezembro de 2024, e considerando o contido no protocolo nº 25.430.150-7,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores abaixo indicados para em observância à legislação vigente, atuarem como gestores e fiscais da Ordem de Serviço nº 424/2026 – FUNDEPAR, emitida em favor da empresa Dimatex Indústria e Comércio de Confecções Ltda, CNPJ nº 07.562.743/0003-66, decorrente do Pregão Eletrônico nº 0729/2025, Ata de Registro de Preços nº 729/2025, para a aquisição de uniformes, em atendimento aos estudantes do Ensino Regular, do Programa dos Colégios Cívico-Militares do Estado do Paraná e do Programa Paraná Integral.

I - Gestor Titular: Rosyara Pedrina Maria Montanha Juliatto - CPF nº XXX.850.719-XX.

II - Fiscal Titular: Rodrigo Braz Martins - CPF nº XXX.707.789-XX.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Eliane Teruel Carmona
Diretora-Presidente FUNDEPAR
Decreto nº 3270/2023

28039/2026

PORTARIA N.º 117/2026-FUNDEPAR

Súmula: *Designação de servidores para atuarem como Gestor e Fiscal da Ordem de Serviço nº 425/2026-FUNDEPAR, emitida em favor da empresa RR Indústria e Comércio de Malhas Ltda*

A Diretora-Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional – Fundepar, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual n.º 3270, de 24 de agosto de 2023 e, nos termos da Lei n.º 18.418, de 29 de dezembro de 2014, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 8.362, de 16 de dezembro de 2024, e considerando o contido no protocolo nº 25.430.247-3,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores abaixo indicados para em observância à legislação vigente, atuarem como gestores e fiscais da Ordem de Serviço nº 425/2026 – FUNDEPAR, emitida em favor da empresa R.R Indústria e Comércio de Malhas Ltda, CNPJ nº 08.827.389/0001-55, decorrente do Pregão Eletrônico nº 0729/2025, Ata de Registro de Preços nº 729/2025, para a aquisição de uniformes, em atendimento aos estudantes do Ensino Regular, do Programa dos Colégios Cívico-Militares do Estado do Paraná e do Programa Paraná Integral.

I - Gestor Titular: Rosyara Pedrina Maria Montanha Juliatto - CPF nº XXX.850.719-XX.

II - Fiscal Titular: Rodrigo Braz Martins - CPF nº XXX.707.789-XX.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Eliane Teruel Carmona
Diretora-Presidente FUNDEPAR
Decreto nº 3270/2023

28042/2026

PORTARIA N.º 118/2026-FUNDEPAR

Súmula: *Designação de servidores para atuarem como Gestor e Fiscal da Ordem de Serviço nº 433/2026-FUNDEPAR, emitida em favor da empresa RS Comércio e Prestação de Serviços de Apoio S.A.*

A Diretora-Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional – Fundepar, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual n.º 3270, de 24 de agosto de 2023 e, nos termos da Lei n.º 18.418, de 29 de dezembro de 2014, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 8.362, de 16 de dezembro de 2024, e considerando o contido no protocolo nº 25.430.097-7,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores abaixo indicados para em observância à legislação vigente, atuarem como gestores e fiscais da Ordem de Serviço nº 433/2026 – FUNDEPAR, emitida em favor da empresa RS Comércio e Prestação de Serviços de Apoio S.A., CNPJ nº 17.112.698/0002- 10, decorrente do Pregão Eletrônico nº 0729/2025, Ata de Registro de Preços nº 729/2025, para a aquisição de uniformes, em atendimento aos estudantes do Ensino Regular, do Programa dos Colégios Cívico- Militares do Estado do Paraná e do Programa Paraná Integral.

I - Gestor Titular: Rosyara Pedrina Maria Montanha Juliatto - CPF nº XXX.850.719-XX.

II - Fiscal Titular: Rodrigo Braz Martins - CPF nº XXX.707.789-XX.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Eliane Teruel Carmona
Diretora-Presidente FUNDEPAR
Decreto nº 3270/2023

28041/2026

PORTARIA N.º 119/2026-FUNDEPAR

Súmula: *Designação de servidores para atuarem como Gestor e Fiscal do Contrato nº 1554/2026-FUNDEPAR, celebrado com a empresa Nilcatex Têxtil Ltda.*

A Diretora-Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional – Fundepar, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual n.º 3270, de 24 de agosto de 2023 e, nos termos da Lei n.º 18.418, de 29 de dezembro de 2014, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 8.362, de 16 de dezembro de 2024, e considerando o contido no protocolo nº 25.478.701-9,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores abaixo indicados para em observância à legislação vigente, atuarem como gestores e fiscais do Contrato nº 1554/2026 – FUNDEPAR, celebrado com a empresa Nilcatex Têxtil Ltda, CNPJ nº 95.948.618/0005-18, decorrente do Pregão Eletrônico nº 0630/2024, Ata de Registro de Preços nº 1475/2024, para a aquisição de uniformes, em atendimento aos estudantes do Ensino Regular, do Programa dos Colégios Cívico-Militares do Estado do Paraná e do Programa Paraná Integral.

I - Gestor Titular: Rosyara Pedrina Maria Montanha Juliatto - CPF nº XXX.850.719-XX.

II - Fiscal Titular: Rodrigo Braz Martins - CPF nº XXX.707.789-XX.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Eliane Teruel Carmona
Diretora-Presidente FUNDEPAR
Decreto nº 3270/2023

28036/2026

PORTARIA N.º 120/2026-FUNDEPAR

Súmula: *Designação de servidores para atuarem como Gestor e Fiscal do Contrato nº 1557/2026-FUNDEPAR, celebrado com a empresa D Brasil Distribuidora e Indústria Têxtil Ltda*

A Diretora-Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional – Fundepar, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual n.º 3270, de 24 de agosto de 2023 e, nos termos da Lei n.º 18.418, de 29 de dezembro de 2014, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 8.362, de 16 de dezembro de 2024, e considerando o contido no protocolo nº 25.478.736-1,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores abaixo indicados para em observância à legislação vigente, atuarem como gestores e fiscais do Contrato nº 1557/2026 – FUNDEPAR, celebrado com a empresa D"Brasil Distribuidora e Indústria Têxtil Ltda, CNPJ nº 00.676.679/0007-29, decorrente do Pregão Eletrônico nº 0630/2024, Ata de Registro de

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Preços nº 1475/2024, para a aquisição de uniformes, em atendimento aos estudantes do Ensino Regular, do Programa dos Colégios Cívico-Militares do Estado do Paraná e do Programa Paraná Integral.

I - Gestor Titular: Rosyara Pedrina Maria Montanha Juliatto - CPF nº XXX.850.719-XX.

II - Fiscal Titular: Rodrigo Braz Martins - CPF nº XXX.707.789-XX.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Eliane Teruel Carmona
Diretora-Presidente FUNDEPAR
Decreto nº 3270/2023

28040/2026

PORTARIA Nº. 0121/2026 – FUNDEPAR

***Súmula**: Designação de servidores para atuarem como Gestor e Fiscal do Contrato nº 1569/2026-FUNDEPAR, celebrado com a empresa RS Comércio e Prestação de Serviços de Apoio Ltda*

A DIRETORA-PRESIDENTE DO INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual nº 3.270 de 24 de agosto de 2023 e, nos termos da Lei n º 18.418 de 29 de dezembro de 2014, regulamentado pelo Decreto Estadual n.º 8.362 de 16 de dezembro 2024, e o contido no protocolo nº 25.478.773-6,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores abaixo indicados para em observância à legislação vigente, atuarem como gestores e fiscais do Contrato nº 1569/2026 – FUNDEPAR, celebrado com a empresa RS Comércio e Prestação de Serviços de Apoio Ltda, CNPJ nº 17.112.698/0001-30, decorrente do Pregão Eletrônico nº 0630/2024, Ata de Registro de Preços nº 1475/2024, para a aquisição de uniformes, em atendimento aos estudantes do Ensino Regular, do Programa dos Colégios Cívico-Militares do Estado do Paraná e do Programa Paraná Integral.

I - Gestor Titular: Rosyara Pedrina Maria Montanha Juliatto - CPF nº XXX.850.719- XX.

II - Fiscal Titular: Rodrigo Braz Martins - CPF nº XXX.707.789-XX.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Eliane Teruel Carmona
Diretora-Presidente FUNDEPAR
Decreto nº 3270/2023

28484/2026



Secretaria do Esporte

SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE

Curitiba, 09 de março de 2026

Protocolo nº 25.442.910-4

PORTARIA N° 09/2026

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.° 4 da Lei Estadual n° 21.352, de 01 de janeiro de 2023 e pela Lei Estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, considerando o contido no protocolo 25.261.213-0,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o Art. 1º da Portaria n.º 05, de 20 de fevereiro de 2026, publicada no Diário Oficial do Estado n.º 12.095, de 27 de fevereiro de 2026, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 1º** Designar o servidor Ilson Augusto Rhoden, RG nº 7.xxx.848-x, para responder pelo expediente da Secretaria de Estado do Esporte, no período de 20 de fevereiro de 2026 a 26 de fevereiro de 2026, em razão da viagem do titular da Pasta, Helio Renato Wirbiski, RG nº 1.xxx.627-x, para participação no evento Meeting: Isto é Paraná, a ser realizado em Lisboa – Portugal."

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria nº 05, de 20 de fevereiro de 2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de março de 2026.

Helio Renato Wirbiski
Secretário de Estado do Esporte
Dec. n° 7723/2024

28505/2026

Secretaria da Fazenda

PROTOCOLO Nº: 24.402.708-3
INTERESSADO: AGROBOX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 41.749.186/0002-44
CAD/ICMS: 91148765-90
ASSUNTO: Programa Paraná Competitivo. Enquadramento. Implantação. Incremento das atividades portuárias e aeroportuárias no território paranaense. Diferimento e Crédito presumido.

DESPACHO Nº 398/2026-SEFA

I. Com base e nos termos do Parecer Técnico AAET/DIF nº 022/2026, e com fundamento no art. 14 do Decreto 7.721/2024, DEFIRO o pedido formulado pela empresa AGROBOX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 41.749.186/0002-44 e CAD/ICMS nº 91148765-90, concedendo os tratamentos tributários diferenciados, crédito presumido de ICMS nas saídas de mercadorias importadas e diferimento do ICMS nas importações de mercadorias, conforme eprotocolo nº 24.42708-3;
II. Publique-se no DOE;
III. Encaminhe-se à Receita Estadual do Paraná para as providências necessárias.
É o despacho.

SEFA/GS, 09 de março de 2026.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

28294/2026

PROTOCOLO Nº: 25.137.684-0
INTERESSADO: Volvo do Brasil Veículos Ltda.
CNPJ: 43.999.424/0001-14
CAD-ICMS: 10139992-32
ASSUNTO: Programa Paraná Competitivo- Renovação.

DESPACHO Nº 409/2026-SEFA

I. Com base e nos termos do Parecer Técnico CAET/DIF nº 37/2026, e com fundamento no artigo 3º, § 2º, "II", do Decreto 7.721/2024, DEFIRO o requerimento de renovação de enquadramento no Programa Paraná Competitivo da empresa Volvo do Brasil Veículos Ltda., CNPJ: 43.999.424/0001-14, CAD-ICMS: 10139992-32, conforme eProtocolo nº 25.137.684-0, concedendo os tratamentos tributários diferenciados de crédito presumido e suspensão/diferimento de ICMS, mediante realização de Termo Aditivo ao Protocolo de Intenções nº 006/2022, a ser firmado entre o Estado e a requerente, e implantação por atualização do Regime Especial nº 7.307/2022, elaborado pela Receita Estadual do Paraná – REPR;
II. Publique-se no DOE;
III. Elabore-se o Protocolo de Intenções;
IV. Encaminhe-se à Receita Estadual do Paraná – REPR para elaboração de regime especial;
V. Arquive-se pelo prazo legal.
É o despacho.

SEFA/GS, 9 de março de 2026.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

28245/2026

Secretaria de Infraestrutura e Logística

DER

PORTARIA Nº 147/2026-DER

O Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 20, inciso XIX do Decreto nº 2458 de 14 de agosto de 2000 e tendo em vista o contido no protocolo n° 25.490.650-6, RESOLVE:

Revogar os poderes conferidos de Agente da Autoridade de Trânsito junto a este Departamento de Estradas de Rodagem, dos Policiais Militares abaixo nominados, em virtude de terem sido transferidos de unidade:

GRADUAÇÃO	NOME	RG
SUBTEN. QP PM	Claudecir Ricardo Ramires Carmona	5.xxx.488-x
1º SGT. QP PM	Nelson Castro da Rosa	6.xxx.754-x
1º SGT. QP PM	Antonio Luiz Demenchucki	8.xxx.034-x
1º SGT. QP PM	Luciano de Almeida	7.xxx.839-x
2º SGT. QP PM	Marcos Antonio Carreira	5.xxx.872-x
2º SGT. QP PM	Julio Sokoloski Lopes	8.xxx.454-x

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

2º SGT. QP PM	Josiel Simbalista	6.xxx.514-x
2º SGT. QP PM	Eduardo de Paula Almeida	8.xxx.003-x
2º SGT. QP PM	Claiton Geovane Pereira	5.xxx.412-x
2º SGT. QP PM	Flávio de Jesus Maciel	6.xxx.235-x
2º SGT. QP PM	Elias do Nascimento	6.xxx.934-x
2º SGT. QP PM	Luiz Augusto Muhlenhoff	6.xxx.889-x
2º SGT. QP PM	Herlon Cesar Siqueira	5.xxx.985-x
3º SGT. QP PM	Zaqueu David da Silva	6.xxx.965-x
3º SGT. QP PM	Rodrigo Mathias	7.xxx.696-x
3º SGT. QP PM	Leia Silva Machado	4.xxx.239-x
3º SGT. QP PM	Geovane Hilgenberg	7.xxx.931-x
3º SGT. QP PM	Fabrício Rodrigues Machado de Freitas	6.xxx.663-x
3º SGT. QP PM	Geverson Alves Fonseca	7.xxx.342-x
3º SGT. QP PM	Marcelo Paulo de Lara	7.xxx.355-x
3º SGT. QP PM	Henrique Aparecido dos Santos	7.xxx.105-x
3º SGT. QP PM	Hallyne Bergamini Silva	6.xxx.213-x
3º SGT. QP PM	Barbara Aparecida de Oliveira	8.xxx.163-x
3º SGT. QP PM	Fabio do Nascimento Azevedo	8.xxx.031-x
3º SGT. QP PM	Tatiana Foltz	7.xxx.590-x
CB. QP PM	Elias Peretiatko Neto	9.xxx.503-x
CB. QP PM	William Bis Porfirio	8.xxx.154-x
CB. QP PM	Thais Guidelli da Silveira Pinto	13.xxx.483-x
CB. QP PM	Erickson Ziemer	9.xxx.128-x
CB. QP PM	Tiago Cavicion Gomes	7.xxx.661-x
CB. QP PM	Gabriel da Costa Bacaroglo	10.xxx.566-x
CB. QP PM	Maria Luiza de Lima	9.xxx.263-x
CB. QP PM	Rafael Gustavo da Costa	7.xxx.943-x
CB. QP PM	Vanderlei Walter da Silva	5.xxx.911-x
CB. QP PM	Helinton Luiz Oliveira Sampaio	6.xxx.734-x
CB. QP PM	Ana Paula de Lara	9.xxx.659-x
CB. QP PM	Vanessa Rosa de Souza	10.xxx.352-x
CB. QP PM	Cleyton Roberto Alcântara Bastos	7.xxx.819-x
CB. QP PM	Daniela Pereira de Moraes	9.xxx.758-x
CB. QP PM	Geovan Anselmo Ribeiro	8.xxx.210-x
CB. QP PM	Juliano Cesar Nicoluzzi	7.xxx.606-x
CB. QP PM	Wellington Luiz Soares	10.xxx.289-x
CB. QP PM	Ricardo Luis Barbosa	8.xxx.968-x
SD. QP PM	Jardel Barbosa Melo	7.xxx.631-x
SD. QP PM	Franciely Moraes Donato de Oliveira	10.xxx.617-x
SD. QP PM	Wiliam Ricardo Ferreira	9.xxx.238-x
SD. QP PM	Luanna Souza e Silva	10.xxx.757-x
SD. QP PM	Cristian Gonçalves Luz	13.xxx.683-x
SD. QP PM	Cleber Ricardo Teodoro Pauka	10.xxx.751-x
SD. QP PM	Stefani Williams Telles	9.xxx.781-x
SD. QP PM	Giovani Rosario dos Santos	9.xxx.971-x
SD. QP PM	Maykon Brito de Freitas	13.xxx.583-x
SD. QP PM	Luciano Lacerda Bueno	8.xxx.338-x
SD. QP PM	Daiane Fernanda Fabrini	9.xxx.439-x
SD. QP PM	Vanessa Vale dos santos	8.xxx.306-x
SD. QP PM	Camila dos Santos Coradin	9.xxx.181-x
SD. QP PM	Renan Rodrigues Antunes	13.xxx.507-x
SD. QP PM	Suelen Dias Antonio Rodrigues do Nascimento	9.xxx.264-x
SD. QP PM	Rafael Duarte Targino	16.xxx.223-x
SD. QP PM	Rafael Henrique Soares de Jesus	9.xxx.908-x
SD. QP PM	Glaucia Caroline Marques	8.xxx.166-x
SD. QP PM	Igor Pereira Alvarenga Nobre Ferreira	13.xxx.958-x
SD. QP PM	Layla Ahmad Balduino	8.xxx.280-x
SD. QP PM	Celso Rodrigo da Silva Fernandes	8.xxx.354-x
SD. QP PM	Claudete Aparecida da Luz	9.xxx.403-x
SD. QP PM	Paulo Eduardo do Nascimento	9.xxx.204-x
SD. QP PM	Thiago Augusto Teixeira Lima	16.xxx.610-x
SD. QP PM	Bruno Alexandre Nascimento de Jesus	16.xxx.063-x
SD. QP PM	Bruno Leonardo Rodrigues klen	10.xxx.184-x

Curitiba, 05 de março de 2026.

(assinado eletronicamente)
Fernando Furiatti Saboia,
Diretor-Presidente do DER/PR.

28159/2026

PORTARIA Nº 145/2026-DER

O Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que são conferidas pelo artigo 20, inciso XIX do Decreto n.º 2.458, de 14 de agosto de 2.000 e tendo em vista o contido no protocolado nº 24.289.273-9, RESOLVE:

Instituir Comissão Técnica com a finalidade de promover discussões técnicas voltadas à melhoria contínua das normas internas do DER/PR, bem como à elaboração de procedimentos operacionais e de boas práticas aplicáveis aos contratos executados nas diversas Superintendências Regionais e Diretorias deste Departamento.

A Comissão será composta pelos seguintes servidores:

I. Superintendência Regional Leste:
•Marcio Jose Tozo;
•Lucas Bach Adada.

II. Superintendência Regional Campos Gerais:
•Ramirez Colodel Figueiredo Pereira;
•Matheus Santana Carrer.

III. Superintendência Regional Norte:
•Paulo Cesar Salatini;
•Leno Fanchin.

IV. Superintendência Regional Noroeste:
•Fábio de Souza;
•Marcelo Shigueru Nishiyama.

V. Superintendência Regional Oeste:
•Paulo Roberto Melani;
•Roberto Machado dos Santos.

VI. Diretoria de Operações:
•Rafael Rodrigues Teixeira;
•Cristianne Maria do Canto Defert Dissenha.

VII. Coordenadoria de Custos e Orçamento – DT/CCO:
•Ane Soraida Mello Serpa de Oliveira Viana.

VIII. Coordenadoria Técnica – DT/CT:
•Julio Ribeiro Baptista;
•Gilmara Emanuela Leobet Dias.

IX. Coordenadora de Pesquisa e Desenvolvimento (DT/CPD):
•Larissa Vieira.

X. Assessoria de Planejamento:
•Kamille Tombely Gumurski.

Curitiba, 05 de março de 2026.

(assinado eletronicamente)
Fernando Furiatti Saboia,
Diretor-Presidente do DER/PR.

28528/2026

DESPACHO: 303/2026-DG
PROTOCOLO: 21.218.036-0

1. HOMOLOGO, cumpridas as formalidades legais, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, no Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos do Parecer nº 1075/2026-ADM-PJ, o procedimento licitatório realizado na modalidade de Pregão Eletrônico nº 1381/2025 GMS e 91381/2025 ComprasGov e ADJUDICO à empresa FRS EMPREENDIMENTOS LTDA, a execução de serviço comum de engenharia referente à instalação de alambrados, com extensão aproximada de 410,00 m, no Posto de Polícia Rodoviário situado na PR 492, km 13.400 m, no município de Tamboara, no importe de R$ 200.000,00.

2. Publique-se;

3. À Diretoria Administrativo-Financeira para as demais providências

Em, 09 de março de 2026

Fernando Furiatti Saboia
Diretor-Presidente

28559/2026

Secretaria da Inovação e Inteligência Artificial

RESOLUÇÃO SEIA N.º 014, DE 06 DE MARÇO DE 2026

Designa servidores para as funções de gestor e fiscal do Contrato nº 204/2026 – Prestação de serviços continuados de empresa agenciadora de passagens aéreas.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA INOVAÇÃO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, no exercício de suas atribuições legais conferidas pelo inciso II, do art. 90 da Constituição do Estado do Paraná e pelo art. 4º da Lei Estadual n.º 21.352, de 1º de janeiro de 2023, nomeado pelo Decreto Estadual nº 5.955/2024, de 29 de maio de 2024, assim como considerando o contido no protocolo n.º 25.035.505-0,

RESOLVE:

Art. 1 Designar a servidora ISA HELENA KORQUEVICZ, CPF 018.XXX.XXX-03, para atuar como fiscal do Contrato nº 204/2026, cujo objeto é a prestação de serviços continuados de empresa agenciadora de passagens aéreas, devidamente credenciada junto aos órgãos reguladores, visando a aquisição de passagens aéreas no âmbito nacional e internacional, via sistema web customizável, com apoio operacional e tratamento de dados incluindo os serviços de cotação, reserva, emissão, marcação e remarcação, tarifas, taxas de embarque e cancelamento de bilhetes, cotação e emissão de seguro para viagens internacionais e serviços correlatos nos afastamentos de beneficiários e demais demandas em viagens a serviço no âmbito desta Secretaria de Estado da Inovação e Inteligência Artificial.
Art. 2 Designar a servidora VANESSA ALVES HIRATA OSAWA, CPF 050.XXX.XXX-60, para atuar como gestora do Contrato nº 204/2026, cujo objeto é a prestação de serviços continuados de empresa agenciadora de passagens aéreas, devidamente credenciada junto aos órgãos reguladores, visando a aquisição de passagens aéreas no âmbito nacional e internacional, via sistema web customizável, com apoio operacional e tratamento de dados incluindo os serviços de cotação, reserva, emissão, marcação e remarcação, tarifas, taxas de embarque e cancelamento de bilhetes, cotação e emissão de seguro para viagens internacionais e serviços correlatos nos afastamentos de beneficiários e demais demandas em viagens a serviço no âmbito desta Secretaria de Estado da Inovação e Inteligência Artificial.
Art. 3 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de março de 2026

Alex Canziani Silveira
Secretário de Estado da Inovação e Inteligência Artificial

Protocolo: 25.035.505-0

28100/2026

RESOLUÇÃO SEIA N.º 016, DE 04 DE MARÇO DE 2026

Designa a Comissão Especial de Avaliação do Edital de concurso nº 001/2025, "Desafio Bengalas Inteligentes", conforme PORTARIA Nº UJ/00004/2026, DE02/03/2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA INOVAÇÃO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, no exercício de suas atribuições legais conferidas pelo inciso II, do art. 90 da Constituição do Estado do Paraná e pelo art. 4º da Lei Estadual n.º 21.352, de 1º de janeiro de 2023, nomeado pelo Decreto Estadual nº 5.955/2024, de 29 de maio de 2024, assim como considerando o contido no protocolo n.º 25.269.190-1,

CONSIDERANDO a necessidade de consolidar os atos de designação para facilitar o controle social e a transparência ativa;
CONSIDERANDO o princípio da eficiência, visando a unicidade documental da composição da Comissão Especial de Avaliação;
CONSIDERANDO a publicação da PORTARIA Nº UJ/00004/2026, DE02/03/2026

RESOLVE:

Art. 1º Designar conforme item 3.2 do Edital de Concurso nº 001/2025 – "Desafio Bengalas Inteligentes", para compor Comissão Especial de Avaliação os seguintes membros:

ANDRÉ TORTATO RAUEN - Representante de Gestão Pública;
DIEGO DE OLIVEIRA NOGUEIRA- Representante de Gestão Pública;
FABIO RICARDO CORRALES MARTINS - Representante de Gestão Pública;
LUIZA MARILDA PACHECO CASTAGNO SIMONELLI - Representante de Gestão Pública;
ANA CRISTINA FACHINELLI BERTOLINI - Representante da Academia;
ÁUREA CELESTE DA COSTA RIBEIRO - Representante da Academia;
BRENO ALENCAR GONÇALVES - Representante do Mercado;
HENRY JUN SUZUKI - Representante do Mercado;
ENIO RODRIGUES DA ROSA - Usuário de bengalas;
IVÃ JOSÉ DE PÁDUA - Usuário de bengalas;
PATRÍCIA VERIDIANA MONTEIRO - Usuário de bengalas;
ROBERTO CONCEIÇÃO DE ALMEIDA LEITE - Usuário de bengalas.

Art. 2 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 04 de março de 2026

Alex Canziani Silveira
Secretário de Estado da Inovação e Inteligência Artificial

Protocolo: 25.269.190-1

27913/2026

Secretaria da Justiça e Cidadania

Despacho nº 631/2026 – DG/SEJU
(Protocolo nº 25.217.442-7)

AUTORIZO, com fulcro nos arts. 33, inciso XI, e 44 da Lei Estadual nº 21.352/2023, no art. 6º, inciso II, alínea *c*, do Decreto nº 03/2023, no §3º do art. 1º do Decreto nº 4.189/2016, na Resolução SEJU nº 94/2025, no Decreto Estadual nº 10.086/2022 e na Lei Federal nº 14.133/2021, e com base no Memorando nº 002/2026 – NRHS/SEJU **(mov.02)**, na Informação Técnica nº 136/2026 – NFS/SEJU **(mov.20)**, na Declaração de Adequação da Despesa nº 136/2026 **(mov.22)**, no Impacto Orçamentário Financeiro nº 15/2026 – NFS/SEJU **(mov.23)**, na Minuta do Primeiro Termo Aditivo **(mov.45)** e na Informação Técnica nº 072/2026 – AT/SEJU **(mov.47)**, que atestaram a regularidade formal do procedimento, a **formalização do 1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 1568/2025 – GMS**, celebrado com a empresa **URBS – URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A., CNPJ nº 75.076.836/0001-79**, cujo objetivo é a **prorrogação do contrato pelo prazo de 12 (doze) meses**, com vigência de **14/03/2026 até 13/03/2027.**
CONDICIONO ao cumprimento da legislação vigente, devendo o **NAS/SEJU** proceder ao apensamento destes autos (e dos futuros aditivos) ao protocolo originário do contrato. Compete ao NAS/SEJU a certificação da regularidade formal do expediente e a verificação, no ato da formalização e da execução financeira, da validade das habilitações fiscais e trabalhistas, bem como das consultas obrigatórias aos cadastros GMS, CADIN e CEIS.
A presente autorização presume a legalidade e legitimidade dos atos que antecederam a formalização do **Contrato Administrativo nº 1568/2025 – GMS**, os quais são de responsabilidade dos gestores que, à época, os subscreveram.

Curitiba, 06 de março de 2026.

Fabiana Cristina de Campos Romanelli
Diretora-Geral
Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania

28031/2026

Secretaria do Planejamento

Paraná Projetos

PORTARIA Nº 009/2026, DE 10 DE MARÇO DE 2026.
O Superintendente do Serviço Social Autônomo PARANÁ PROJETOS, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através da Lei n° 12.215/98 (alterações dadas pela Lei nº 20.088/2019) e do Estatuto da Entidade,
RESOLVE:
Art. 1° - Designar **MARCOS ROCCO DOS REIS**, Assessor Executivo, portador do CPF nº 086.121.019-05 para exercer as de GERENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS – DAF, bem como gestor e fiscal de contratos deste Serviço Social Autônomo, pelo período de 11/03/2026 a 02/04/2026 em substituição a senhora CECÍLIA NASSIFF portador do CPF nº 921.774.689-49, que estará em gozo de férias pelo período.
Art. 2° - Esta portaria entra em vigor a partir da assinatura.
Cumpra-se, anota-se e publica-se.
Curitiba, 10 de março de 2026.
Eduardo Magalhães
Superintendente

28551/2026

Secretaria da Saúde

RESOLUÇÃO SESA Nº 240/2026, DE 9 DE MARÇO DE 2026

Designa servidores para exercerem atividade de Gestor e Fiscal do Termo de Execução Descentralizada nº 002/2026, protocolo nº 25.297.347-8, firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio da

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde do Paraná, e a Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, gestor do Sistema Único de Saúde do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º da Lei Estadual nº 21.352, de 01 de janeiro de 2023; o Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014 (Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná); além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001 (Código de Saúde do Estado) e,

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 11.180, de 23 de maio de 2022, que dispõe sobre o novo Regime de Execução Orçamentária Descentralizada (REOD) no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Estado do Paraná;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo indicados, em observância ao art. 17 do Decreto Estadual nº 11.180/2022, para exercerem atividade de fiscais do TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA – TED nº 002/2026, protocolo nº 25.297.347-8, celebrado entre a Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde do Paraná e a Universidade Estadual do Centro-Oeste:

I - Fiscal Titular: Eduardo Augusto Lovizotto Rebonato, RG nº 8.496.630-4, CPF nº 068.413.649-02, e-mail: eduardo.rebonato@sesa.pr.gov.br;

II - Fiscal Suplente: Amauri Ferraz Gaspar Junior, RG nº 8.166.802-7, CPF nº 038.458.239-76, e-mail: amauri.gaspar@sesa.pr.gov.br, que atuará na ausência do fiscal titular.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 9 de março de 2026.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

28176/2026

RESOLUÇÃO SESA Nº 241/2026, DE 9 DE MARÇO DE 2026

Designar servidores para atuarem como fiscal e suplente do Termo de Execução Descentralizada – TED nº 017/2026, firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde do Paraná e a Universidade Estadual do Centro-Oeste.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, gestor do Sistema Único de Saúde do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, incisos VI e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e o art. 8º, art. 2º, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado e,

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 196, 197 e 198, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

CONSIDERANDO a Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas de governo;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, que regulamenta, no âmbito da Administração Pública estadual direta, autárquica e fundacional do Estado do Paraná, a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que "Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios", a aquisição e incorporação de bens ao patrimônio público estadual, os procedimentos para intervenção estatal na propriedade e dá outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 11.180/2022, dispõe sobre o novo Regime de Execução Orçamentária Descentralizada (REOD) no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Estado do Paraná".

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores abaixo indicados, em observância à legislação vigente, para atuarem como Fiscais do TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA – TED Nº017/2026, celebrado com a Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, no valor de R$ 1.993.538,52 (um milhão, novecentos e noventa e três mil, quinhentos e trinta e oito reais e cinquenta e dois centavos):

I - Fiscal Titular: Maurício José Toledo, portador do RG nº 5.665.508-5, e-mail: mauricio.toledo@sesa.pr.gov.br;

II - Fiscal Suplente: Maria Izabel Amaro portadora do RG nº 10.665.089-6, e-mail: maria.amaro@sesa.pr.gov.br, que atuará na ausência do fiscal titular

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 9 de março de 2026.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

27845/2026

RESOLUÇÃO SESA Nº 0244/2026

Dispõe sobre indicação de servidor para responder pelo Cargo Comissionado Executivo de Chefe de Divisão na Diretoria de Gestão e Sistemas de Saúde, prédio central, em Curitiba, durante a fruição de férias da titular.

O **Secretário de Estado da Saúde**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e o art. 8º, inciso IX, do anexo113060_30131 do Decreto Estadual n.º 9.921, de 23 de janeiro de 2014 que trata do Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde; e considerando,

- o disposto na Lei Estadual n° 6174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná; e,

- o disposto no art. 154 da Lei Estadual n° 22.207, de 4 de Dezembro de 2024, referente ao Pagamento da Substituição de Cargo em Comissão e Função Comissionada, bem como o contido no protocolado nº **25.495.663-5**.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar o servidor **WILLIAN ALESSANDRO D' MENGEON LACERDA**, RG nº 6.XXX.825-X/PR, Enfermeiro, para responder pelo Cargo Comissionado Executivo de Chefe de Divisão, símbolo CCE-10, na Diretoria de Gestão e Sistemas de Saúde, prédio central com sede em Curitiba, desta Secretaria de Estado da Saúde, no período de **03/03/2026** a **12/03/2026**, em substituição, durante a fruição de férias da titular **GABRIELA DE SOUZA DOS SANTOS**, RG nº 8.XXX.495-X/PR.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente.*

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

28300/2026

RESOLUÇÃO SESA Nº 0245/2026

Dispõe sobre indicação de servidor para responder pela Função Comissionada Executiva de Chefe de Seção de Regional, na 22ª Regional de Saúde, em Ivaiporã, durante as férias do titular.

O **Secretário de Estado da Saúde**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e o art. 8º, inciso IX, do anexo113060_30131 do Decreto Estadual n.º 9.921, de 23 de janeiro de 2014 que trata do Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde; e considerando,

- o disposto na Lei Estadual n° 6174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná; e,

- o disposto no art. 154 da Lei Estadual n° 22.207, de 4 de Dezembro de 2024, referente ao Pagamento da Substituição de Cargo em Comissão e Função Comissionada, bem como o contido no protocolado nº **25.486.174-0**.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar o servidor **JOSE ROBERTO FIORIM**, RG. nº 3.XXX.672-X/PR, Administrador, para responder pela Função Comissionada Executiva de Chefe de Seção, Símbolo FCE-13, na 22ª Regional de Saúde, sede em Ivaiporã, desta Secretaria de Estado da Saúde, no período de **23/03/2026** a **01/04/2026**, em substituição, durante a fruição de férias do titular, **HAMILTON DE OLIVEIRA MINAS,** RG. nº 7.XXX.595-X/PR.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

28301/2026

RESOLUÇÃO SESA Nº 0246/2026

Dispõe sobre indicação de servidor para responder pela Função Comissionada Executiva de Chefe de Seção de Regional, na 14ª Regional de Saúde em Paranavaí, durante a fruição de férias da titular.

O **Secretário de Estado da Saúde**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e o art. 8º, inciso IX, do anexo113060_30131 do Decreto Estadual n.º 9.921, de 23 de janeiro de 2014 que trata do Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde; e considerando,

- o disposto na Lei Estadual n° 6174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná; e,

- o disposto no art. 154 da Lei Estadual n° 22.207, de 4 de Dezembro de 2024, referente ao Pagamento da Substituição de Cargo em Comissão e Função Comissionada, bem como o contido no protocolado nº **25.527.745-6**.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar a servidora **NATALIA FEITAL PASZCZUK**, RG. nº 9.XXX.017-X, Enfermeiro, para responder pela Função Comissionada Executiva de Chefe de Seção de Regional, Símbolo FCE-13, na 14ª Regional de Saúde, sede em Paranavaí, desta Secretaria de Estado da Saúde, no período de **18/03/2026** a **01/04/2026**, em substituição, durante a fruição de férias da titular **MARIA DA PENHA FRANCISCO**, RG. nº 5.XXX.594-X.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente.*

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

28302/2026

RESOLUÇÃO SESA Nº 0249/2026

Dispõe sobre indicação de servidor para responder pelo Cargo Comissionado Executivo de Chefe de Divisão, no Núcleo de Recursos Humanos Setorial, em Curitiba, durante a fruição de férias da titular.

O **Secretário de Estado da Saúde**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e o art. 8º, inciso IX, do anexo113060_30131 do Decreto Estadual n.º 9.921, de 23 de janeiro de 2014 que trata do Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde; e considerando,

- o disposto na Lei Estadual n° 6174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná; e,

- o disposto no art. 154 da Lei Estadual n° 22.207, de 4 de Dezembro de 2024, referente ao Pagamento da Substituição de Cargo em Comissão e Função Comissionada, bem como o contido no protocolado nº **25.544.341-0**.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar a servidora **ELAINE WALTRICK COELHO**, RG. nº 8.XXX.063-X/PR, Enfermeiro, para responder pelo Cargo Comissionado Executivo de Chefe de Divisão, símbolo CCE-10, no Núcleo de Recursos Humanos Setorial, sede em Curitiba, desta Secretaria de Estado da Saúde, no período de **09/03/2026** a **18/03/2026**, em substituição, durante a fruição de férias da titular **DULCIMERI ROSANGELA CECATTO ALCANTARA**, RG. nº 1.XXX.857-X/PR**.**

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

28303/2026

PORTARIA SESA Nº 101/2026

Dispõe sobre concessão de Licença Capacitação, a pedido da servidora, lotada no Hospital Adauto Botelho, em Pinhais.

O **Diretor-Geral**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5° da Lei Estadual n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023, combinado com o disposto no art. 15 do Anexo 113060_30131 do Decreto Estadual n° 9.921, de 23 de janeiro de 2014 que aprova o Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde; e,

– considerando o disposto no Decreto nº 4.634 de 12 de maio de 2020, que regulamenta a Licença Capacitação, instituída pela Lei Complementar Estadual n.º 217 de 22 de outubro de 2019, e;

– conforme o que preceitua a RESOLUÇÃO SEAP nº. 11.094 de maio de 2021, que estabelece normas gerais para a concessão da Licença Capacitação aos servidores civis e militares efetivos do Poder Executivo Estadual, bem como o contido no protocolado nº **25.481.030-4.**

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, 90 (noventa) dias de Licença Capacitação a servidora **JUCELIA LOPES**, RG nº 7.XXX.988-X/PR, Auxiliar Operaciona, lotada no Hospital Adauto Botelho, sede em Pinhais, desta Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 2º A Licença Capacitação terá início em **1º de abril de 2026** referente ao período aquisitivo de 05 de abril de 2018 a 04 de abril de 2023.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Curitiba, *datado e assinado digitalmente.*

Dr. César Augusto Neves Luiz
(César Neves)
Diretor-Geral

28093/2026

PORTARIA SESA Nº 102/2026

Dispõe sobre concessão de Licença Capacitação, a pedido da servidora, lotada no Hospital Universitário do Oeste do Paraná, em Cascavel.

O **Diretor-Geral**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5° da Lei Estadual n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023, combinado com o disposto no art. 15 do Anexo 113060_30131 do Decreto Estadual n° 9.921, de 23 de janeiro de 2014 que aprova o Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde; e,

– considerando o disposto no Decreto nº 4.634 de 12 de maio de 2020, que regulamenta a Licença Capacitação, instituída pela Lei Complementar Estadual n.º 217 de 22 de outubro de 2019, e;

– conforme o que preceitua a RESOLUÇÃO SEAP nº. 11.094 de maio de 2021, que estabelece normas gerais para a concessão da Licença Capacitação aos servidores civis e militares efetivos do Poder Executivo Estadual, bem como o contido no protocolado nº **25.504.590-3.**

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, 90 (noventa) dias de Licença Capacitação a servidora **DAYANA LOPES PINHEIRO GRESSANA**, RG nº 9.XXX.191-X/PR, Técnico de Enfermagem, lotada no Hospital Universitário do Oeste do Paraná, sede em Cascavel, desta Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 2º A Licença Capacitação terá início em **17 de abril de 2026** referente ao período aquisitivo de 19 de julho de 2016 a 18 de julho de 2021.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Curitiba, *datado e assinado digitalmente.*

Dr. César Augusto Neves Luiz
(César Neves)
Diretor-Geral

28094/2026

DESPACHO DO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO

Protocolo 25.441.398-4

1. AUTORIZO, com fulcro no art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado, parágrafo 3º, do Art.1º, do Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Informação nº 421/2023 - PRC/PGE, a **realização da Contratualização do Santa Casa de Irati / Irmandade do Hospital de Caridade de Irati**, situado à Rua Zeferino Bittencourt, nº 1111, Centro, Irati, inscrito no CNPJ sob nº 78.143.153/0001-85, CNES nº 2783789, através de Contrato para Prestação de Serviços Ambulatoriais e ou/ Hospitalares nos termos do Programa de Qualificação e Estruturação dos Hospitais - HOSP MAIS e/ou à Estratégia de Qualificação Hospitalar EQH – UE, com fundamento nas Resoluções SESA nº 904/2023 e/ou Resolução SESA nº 905/2023, em atenção aos usuários do Sistema Único de Saúde no Estado do Paraná;

2. RECONHEÇO, a situação administrativa ensejada de inexigibilidade de licitação nos termos do inciso IV do Art. 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, § 2º do Art. 2º da Lei Estadual nº 18.976/2017, através da utilização do credenciamento enquadrado no preceito de que o mesmo objeto pode ser realizado simultaneamente por diversos contratados, conforme arts. 228 e seguintes, especialmente o art. 257, ambos do Decreto Estadual nº 10.086/2022;

3. A vigência inicial do Contrato será de 10 (dez) meses, a contar da data de sua assinatura, cuja eficácia financeira dar-se-á a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado do Paraná (Art. 405 do Decreto

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Estadual nº 10.086/2022);

4. O prazo de vigência inicialmente adotado poderá ser prorrogado mediante justificativa técnica e disponibilidade orçamentária e financeira da SESA, conforme Resolução SESA nº 904/2023 e SESA 905/2023, e ainda, mediante a publicação de nova Resolução SESA que deverá prever a extensão da vigência dos Programas;

5. O valor mensal estimado para a execução do presente Contrato importa em R$ 337.223,54 (Trezentos e trinta e sete mil, duzentos e vinte e três reais e cinquenta e quatro centavos), com recursos do Tesouro Geral do Estado/ Fonte 500, totalizando o valor de R$ 3.372.235,40 (Três milhões, trezentos e setenta e dois mil, duzentos e trinta e cinco reais e quarenta centavos) para a execução do presente contrato durante os 10 (dez) meses de vigência;

6. Condiciono a presente autorização ao cumprimento das exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022, Decreto Estadual nº 8.622 de 31 de julho de 2013, Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, sob pena de cancelamento deste ato;

7. Publique-se e encaminhe-se a DGS para as providências.

Curitiba, *datado e assinado eletronicamente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

27856/2026

DESPACHO DO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO

Protocolo 25.488.021-3

1. AUTORIZO, com fulcro no Inciso XV, Art. 4º da Lei Estadual nº 19.848, de 03 de maio de 2019, Art. 8º, Inciso VII, do anexo113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, parágrafo 3º, Art.1º, do Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Resolução PGE nº 203/2020 PGE, de 14 de setembro de 2020, publicado no Diário Oficial nº 10.771 em 16 de setembro 2020, celebrar o Termo de Rescisão ao **Contrato nº 0306.3055/2024** ora firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná e a **Clínica Vidal SS Ltda.**, inscrito no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES nº 3342581, CNPJ nº 05.408.553/0001-00, localizado à Rua Monsenhor Aloísio Domanski, nº 23, Centro, no município de Campo Largo – 02 ª RS;

2. A formalização do Termo de Rescisão Amigável do Contrato nº **0306.3055/2024**, dar-se-á como faculta o Art. 182, II do Decreto Estadual nº 10.086/2022 c/c ao Art. 138, II da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a necessidade de organizar as gestões de média complexidade ambulatorial no Estado do Paraná, conforme **aprovação** da CIB/PR nº 022/2026 de 02/02/2026, da Comissão Intergestores Bipartite do Paraná, que dispõe sobre a **alteração da Gestão Estadual ou Dupla para Gestão Municipal** de 250 (duzentos e cinquenta) estabelecimentos que realizam serviços ambulatoriais, dentre os quais **consta o estabelecimento Clínica Vidal SS Ltda.,** conforme Anexo I da referida Deliberação;

3. Em decorrência desse ato normativo, a celebração do Termo de Rescisão do Contrato **justifica-se em razão da aprovação e publicação da Deliberação supracitada;**

4. A celebração deste Termo de Rescisão não causa desassistência à população ou interrupção nos serviços já prestados na rede de atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde do Estado do Paraná;

5. Publique-se e encaminhe-se a Diretoria de Contratualização e Regulação – DCR para as providências.

Curitiba, *datado e assinado eletronicamente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

27859/2026

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 21.420.757-5 / 25.480.488-6

1. AUTORIZO, com fulcro no Inciso XV, Art. 4º da Lei Estadual nº 19.848, de 03 de maio de 2019, Art. 8º, Inciso VII, do anexo113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, parágrafo 3º, Art.1º, do Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Resolução PGE nº 203/2020 PGE, de 14 de setembro de 2020, publicado no Diário Oficial nº 10.771 em 16 de setembro 2020, celebrar o Termo de Rescisão ao **Contrato nº 0306.2708/2024** ora firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná e o Fênix Análises Clínicas / Arilson F Guimarães Laboratório de Análises Clínicas Me, inscrito no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES nº 7907818, CNPJ nº 23.838.771/0001-58, localizado à Avenida Ozy Mendonça de Lima, nº 1470, Vila Prohmann, município de São Mateus do Sul – 6ª RS;

2. A formalização do Termo de Rescisão Amigável do Contrato nº **0306.2708/2024**, dar-se-á como faculta o Art. 182, II do Decreto Estadual nº 10.086/2022 c/c ao Art. 138, II da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a necessidade de organizar as gestões de média complexidade ambulatorial no Estado do Paraná, conforme **aprovação** da CIB/PR nº 022/2026 de 02/02/2026, da Comissão Intergestores Bipartite do Paraná, que dispõe sobre a **alteração da Gestão Estadual ou Dupla para Gestão Municipal** de 250 (duzentos e cinquenta) estabelecimentos que realizam serviços ambulatoriais, dentre os quais **consta o estabelecimento Fênix Análises Clínicas / Arilson F Guimarães Laboratório De Análises Clínicas Me,** conforme Anexo I da referida Deliberação;

3. Em decorrência desse ato normativo, a celebração do Termo de Rescisão do Contrato **justifica-se em razão da aprovação e publicação da Deliberação supracitada;**

4. A celebração deste Termo de Rescisão não causa desassistência à população ou interrupção nos serviços já prestados na rede de atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde do Estado do Paraná;

5. Publique-se e encaminhe-se a Diretoria de Contratualização e Regulação – DCR para as providências.

Curitiba, *datado e assinado eletronicamente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

28534/2026

DESPACHO DO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO

Protocolo 21.400.283-3/25.507.704-0

1. AUTORIZO, com fulcro no Inciso XV, Art. 4º da Lei Estadual nº 19.848, de 03 de maio de 2019, Art. 8º, Inciso VII, do anexo113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, parágrafo 3º, Art.1º, do Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Resolução PGE nº 203/2020 PGE, de 14 de setembro de 2020, publicado no Diário Oficial nº 10.771 em 16 de setembro 2020, celebrar o Termo de Rescisão ao **Contrato nº 0306.2701/2024** ora firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná e o **LABORATÓRIO DE ANALISES CLINICAS SAGRADO CORAÇÃO LTDA./ LABORATÓRIO SAGRADO CORAÇÃO**, inscrito no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES nº 7713363, CNPJ nº 18.232.622/0001-00, localizado à Rua Niepce da Silva, Centro, município de Cruz Machado – 6 ª RS;

2. A formalização do Termo de Rescisão Amigável do Contrato nº **0306.2701/2024**, dar-se-á como faculta o Art. 182, II do Decreto Estadual nº 10.086/2022 c/c ao Art. 138, II da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a necessidade de organizar as gestões de média complexidade ambulatorial no Estado do Paraná, conforme **aprovação** da CIB/PR nº 022/2026 de 02/02/2026, da Comissão Intergestores Bipartite do Paraná, que dispõe sobre a **alteração da Gestão Estadual ou Dupla para Gestão Municipal** de 250 (duzentos e cinquenta) estabelecimentos que realizam serviços ambulatoriais, dentre os quais **consta o estabelecimento LABORATÓRIO DE ANALISES CLINICAS SAGRADO CORAÇÃO LTDA./ LABORATÓRIO SAGRADO CORAÇÃO,** conforme Anexo I da referida Deliberação;

3. Em decorrência desse ato normativo, a celebração do Termo de Rescisão do Contrato **justifica-se em razão da aprovação e publicação da Deliberação supracitada;**

4. A celebração deste Termo de Rescisão não causa desassistência à população ou interrupção nos serviços já prestados na rede de atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde do Estado do Paraná;

5. Publique-se e encaminhe-se a Diretoria de Contratualização e Regulação – DCR para as providências.

Curitiba, *datado e assinado eletronicamente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

28194/2026

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 25.508.578-6

1. AUTORIZO, com fulcro no Inciso XV, Art. 4º da Lei Estadual nº 19.848, de 03 de maio de 2019, Art. 8º, Inciso VII, do anexo113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, parágrafo 3º, Art.1º, do Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Resolução PGE nº 203/2020 PGE, de 14 de setembro de 2020, publicado no Diário Oficial nº 10.771 em 16 de setembro 2020, celebrar o Termo de Rescisão ao **Contrato nº 0306.2682/2024** ora

firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná e o **LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS DR. WILLY CARLOS JUNG LTDA.**, inscrito no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES nº 9558225, CNPJ nº 83.145.771/0005-28, localizado à Rua Getúlio Vargas, nº 510, Centro, município de Cruz Machado – 6 ª RS;

2. A formalização do Termo de Rescisão Amigável do Contrato nº **0306.2682/2024**, dar-se-á como faculta o Art. 182, II do Decreto Estadual nº 10.086/2022 c/c ao Art. 138, II da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a necessidade de organizar as gestões de média complexidade ambulatorial no Estado do Paraná, conforme **aprovação** da CIB/PR nº 022/2026 de 02/02/2026, da Comissão Intergestores Bipartite do Paraná, que dispõe sobre a **alteração da Gestão Estadual ou Dupla para Gestão Municipal** de 250 (duzentos e cinquenta) estabelecimentos que realizam serviços ambulatoriais, dentre os quais **consta o estabelecimento LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS DR. WILLY CARLOS JUNG LTDA.,** conforme Anexo I da referida Deliberação;

3. Em decorrência desse ato normativo, a celebração do Termo de Rescisão do Contrato **justifica-se em razão da aprovação e publicação da Deliberação supracitada;**

4. A celebração deste Termo de Rescisão não causa desassistência à população ou interrupção nos serviços já prestados na rede de atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde do Estado do Paraná;

5. Publique-se e encaminhe-se a Diretoria de Contratualização e Regulação – DCR para as providências.

Curitiba, *datado e assinado eletronicamente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

28527/2026

DESPACHO DO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO

Protocolo 21.389.773-0/25.508.969-2

1. AUTORIZO, com fulcro no Inciso XV, Art. 4º da Lei Estadual nº 19.848, de 03 de maio de 2019, Art. 8º, Inciso VII, do anexo113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, parágrafo 3º, Art.1º, do Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Resolução PGE nº 203/2020 PGE, de 14 de setembro de 2020, publicado no Diário Oficial nº 10.771 em 16 de setembro 2020, celebrar o Termo de Rescisão ao **Contrato nº 0306.2701/2024** ora firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná e o **LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS DR WILLY CARLOS JUNG LTDA.**, inscrito no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES nº 9557113, CNPJ nº 83.145.771/0006-09, localizado à Avenida Abilon de Souza Naves, nº 1851, no município de Cidade Jardim – 6 ª RS;

2. A formalização do Termo de Rescisão Amigável do Contrato nº **0306.2701/2024**, dar-se-á como faculta o Art. 182, II do Decreto Estadual nº 10.086/2022 c/c ao Art. 138, II da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a necessidade de organizar as gestões de média complexidade ambulatorial no Estado do Paraná, conforme **aprovação** da CIB/PR nº 022/2026 de 02/02/2026, da Comissão Intergestores Bipartite do Paraná, que dispõe sobre a **alteração da Gestão Estadual ou Dupla para Gestão Municipal** de 250 (duzentos e cinquenta) estabelecimentos que realizam serviços ambulatoriais, dentre os quais **consta o estabelecimento LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS DR WILLY CARLOS JUNG LTDA.,** conforme Anexo I da referida Deliberação;

3. Em decorrência desse ato normativo, a celebração do Termo de Rescisão do Contrato **justifica-se em razão da aprovação e publicação da Deliberação supracitada;**

4. A celebração deste Termo de Rescisão não causa desassistência à população ou interrupção nos serviços já prestados na rede de atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde do Estado do Paraná;

5. Publique-se e encaminhe-se a Diretoria de Contratualização e Regulação – DCR para as providências.

Curitiba, *datado e assinado eletronicamente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

28193/2026

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 25.497.721-7

1. AUTORIZO, com fulcro no Inciso XV, Art. 4º da Lei Estadual nº 19.848, de 03 de maio de 2019, Art. 8º, Inciso VII, do anexo113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, parágrafo 3º, Art.1º, do Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Resolução PGE nº 203/2020 PGE, de 14 de setembro de 2020, publicado no Diário Oficial nº 10.771 em 16 de setembro 2020, celebrar o Termo de Rescisão ao **Contrato nº 0306.3089/2024** ora firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná e o TOMOVALE TOMOGRAFIA VALE DO IVAÍ LTDA, inscrito no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES nº 6472400, CNPJ nº 09.376.714/0001-73, localizado à Rua Avenida Brasil, nº 1765, bairro Centro, município de Ivaiporã – 22ª RS;

2. A formalização do Termo de Rescisão Amigável do Contrato nº **0306.3089/2024**, dar-se-á como faculta o Art. 182, II do Decreto Estadual nº 10.086/2022 c/c ao Art. 138, II da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a necessidade de organizar as gestões de média complexidade ambulatorial no Estado do Paraná, conforme **aprovação** da CIB/PR nº 022/2026 de 02/02/2026, da Comissão Intergestores Bipartite do Paraná, que dispõe sobre a **alteração da Gestão Estadual ou Dupla para Gestão Municipal** de 250 (duzentos e cinquenta) estabelecimentos que realizam serviços ambulatoriais, dentre os quais **consta o estabelecimento TOMOVALE TOMOGRAFIA VALE DO IVAÍ LTDA,** conforme Anexo I da referida Deliberação;

3. Em decorrência desse ato normativo, a celebração do Termo de Rescisão do Contrato **justifica-se em razão da aprovação e publicação da Deliberação supracitada;**

4. A celebração deste Termo de Rescisão não causa desassistência à população ou interrupção nos serviços já prestados na rede de atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde do Estado do Paraná;

5. Publique-se e encaminhe-se a Diretoria de Contratualização e Regulação – DCR para as providências.

Curitiba, *datado e assinado eletronicamente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

28529/2026

DESPACHO DO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO

Protocolo 21.395.624-8 / 25.480.299-9

1. AUTORIZO, com fulcro no Inciso XV, Art. 4º da Lei Estadual nº 19.848, de 03 de maio de 2019, Art. 8º, Inciso VII, do anexo113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, parágrafo 3º, Art.1º, do Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Resolução PGE nº 203/2020 PGE, de 14 de setembro de 2020, publicado no Diário Oficial nº 10.771 em 16 de setembro 2020, celebrar o Termo de Rescisão ao **Contrato nº 0306.2696/2024** ora firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná e o **Cacar / WH Laboratório de Análises Clínicas Ltda**, inscrito no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES nº 2568306, CNPJ nº 77.019.438/0001-46, localizado à Praça Alvir Riesemberg, nº 61, Centro, município de União da Vitória – 6ª RS;

2. A formalização do Termo de Rescisão Amigável do Contrato nº 0306.2696/2024, dar-se-á como faculta o Art. 182, II do Decreto Estadual nº 10.086/2022 c/c ao Art. 138, II da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a necessidade de organizar as gestões de média complexidade ambulatorial no Estado do Paraná, conforme **aprovação** da CIB/PR nº 022/2026 de 02/02/2026, da Comissão Intergestores Bipartite do Paraná, que dispõe sobre a **alteração da Gestão Estadual ou Dupla para Gestão Municipal** de 250 (duzentos e cinquenta) estabelecimentos que realizam serviços ambulatoriais, dentre os quais **consta o estabelecimento Cacar / WH Laboratório de Análises Clínicas Ltda,** conforme Anexo I da referida Deliberação;

3. Em decorrência desse ato normativo, a celebração do Termo de Rescisão do Contrato **justifica-se em razão da aprovação e publicação da Deliberação supracitada;**

4. A celebração deste Termo de Rescisão não causa desassistência à população ou interrupção nos serviços já prestados na rede de atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde do Estado do Paraná;

5. Publique-se e encaminhe-se a Diretoria de Contratualização e Regulação – DCR para as providências.

Curitiba, *datado e assinado eletronicamente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

28189/2026

DESPACHO DO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO

Protocolo 21.538.589-2 / 25.480.623-4

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

1. AUTORIZO, com fulcro no Inciso XV, Art. 4º da Lei Estadual nº 19.848, de 03 de maio de 2019, Art. 8º, Inciso VII, do anexo113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, parágrafo 3º, Art.1º, do Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Resolução PGE nº 203/2020 PGE, de 14 de setembro de 2020, publicado no Diário Oficial nº 10.771 em 16 de setembro 2020, celebrar o Termo de Rescisão ao **Contrato nº 0306.2734/2024** ora firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná e o **LODI RADIOLOGIA**, inscrito no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES nº c, CNPJ nº 12.667.720/0001-94, localizado à Avenida Duque de Caxias, nº 1307, Centro, município de Matelândia – 09 ª RS;

2. A formalização do Termo de Rescisão Amigável do Contrato nº **0306.2734/2024**, dar-se-á como faculta o Art. 182, II do Decreto Estadual nº 10.086/2022 c/c ao Art. 138, II da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a necessidade de organizar as gestões de média complexidade ambulatorial no Estado do Paraná, conforme **aprovação** da CIB/PR nº 022/2026 de 02/02/2026, da Comissão Intergestores Bipartite do Paraná, que dispõe sobre a **alteração da Gestão Estadual ou Dupla para Gestão Municipal** de 250 (duzentos e cinquenta) estabelecimentos que realizam serviços ambulatoriais, dentre os quais **consta o estabelecimento Lodi Radiologia**, conforme Anexo I da referida Deliberação;

3. Em decorrência desse ato normativo, a celebração do Termo de Rescisão do Contrato **justifica-se em razão da aprovação e publicação da Deliberação supracitada;**

4. A celebração deste Termo de Rescisão não causa desassistência à população ou interrupção nos serviços já prestados na rede de atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde do Estado do Paraná;

5. Publique-se e encaminhe-se a Diretoria de Contratualização e Regulação – DCR para as providências.

Curitiba, *datado e assinado eletronicamente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

28188/2026

DESPACHO DO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO

Protocolo 25.481.897-6

1. AUTORIZO, com fulcro no Inciso XV, Art. 4º da Lei Estadual nº 19.848, de 03 de maio de 2019, Art. 8º, Inciso VII, do anexo113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, parágrafo 3º, Art.1º, do Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Resolução PGE nº 203/2020 PGE, de 14 de setembro de 2020, publicado no Diário Oficial nº 10.771 em 16 de setembro 2020, celebrar o Termo de Rescisão ao **Contrato nº 0306.3363/2025,** ora firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná e o **LABORATÓRIO DE ANALISES CLINICAS CABORACY KOSOP LTDA/ LABORATÓRIO CABORACY KOSOP**, inscrito no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES nº 2753308, CNPJ nº 10.276.353/0001-72, localizado à Rodovia do Caqui, nº 1150, bairro Jardim Araçatuba, município de Campina Grande do Sul – 02 ª RS;

2. A formalização do Termo de Rescisão Amigável do Contrato nº **0306.3363/2025**, dar-se-á como faculta o Art. 182, II do Decreto Estadual nº 10.086/2022 c/c ao Art. 138, II da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando o encerramento das atividades da unidade laboratorial que funcionava em espaço anexo ao Hospital Angelina Caron. O referido hospital solicitou o encerramento do contrato relativo à utilização do espaço destinado ao atendimento laboratorial, circunstância que inviabilizou a continuidade das atividades da unidade. Em decorrência dessa solicitação, a unidade laboratorial foi desativada, tornando-se impossível a manutenção da prestação dos serviços ambulatoriais, objeto do contrato firmado com o Estado**;**

3. A celebração deste Termo de Rescisão não causa **prejuízo ao atendimento da população** nem interrupção dos serviços já prestados na rede de atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde do Estado do Paraná;

4. Publique-se e encaminhe-se a Diretoria de Contratualização e Regulação – DCR para as providências.

Curitiba, *datado e assinado eletronicamente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

28187/2026

DESPACHO DO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO

Protocolo 25.497.511-7

1. AUTORIZO, com fulcro no Inciso XV, Art. 4º da Lei Estadual nº 19.848, de 03 de maio de 2019, Art. 8º, Inciso VII, do anexo113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, parágrafo 3º, Art.1º, do Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Resolução PGE nº 203/2020 PGE, de 14 de setembro de 2020, publicado no Diário Oficial nº 10.771 em 16 de setembro 2020, celebrar o Termo de Rescisão ao **Contrato nº 0306.2738/2024** ora firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná e o **LABORATÓRIO DE ANALISES CLINICAS JOÃO ADROALDO/ ADROALDO GASPAROTI DE BARROS CIA LTDA ME**, inscrito no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES nº 9403027, CNPJ nº 07.175.889/0004-30, localizado à Rua Santa Catarina, nº 459, bairro Centro, município de Lidianópolis – 22ª RS;

2. A formalização do Termo de Rescisão Amigável do Contrato nº **0306.2738/2024** dar-se-á como faculta o Art. 182, II do Decreto Estadual nº 10.086/2022 c/c ao Art. 138, II da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a necessidade de organizar as gestões de média complexidade ambulatorial no Estado do Paraná, conforme **aprovação** da CIB/PR nº 022/2026 de 02/02/2026, da Comissão Intergestores Bipartite do Paraná, que dispõe sobre a **alteração da Gestão Estadual ou Dupla para Gestão Municipal** de 250 (duzentos e cinquenta) estabelecimentos que realizam serviços ambulatoriais, dentre os quais **consta o estabelecimento LABORATÓRIO DE ANALISES CLINICAS JOÃO ADROALDO/ADROALDO GASPAROTI DE BARROS CIA LTDA ME,** conforme Anexo I da referida Deliberação;

3. Em decorrência desse ato normativo, a celebração do Termo de Rescisão do Contrato **justifica-se em razão da aprovação e publicação da Deliberação supracitada;**

4. A celebração deste Termo de Rescisão não causa desassistência à população ou interrupção nos serviços já prestados na rede de atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde do Estado do Paraná;

5. Publique-se e encaminhe-se a Diretoria de Contratualização e Regulação – DCR para as providências.

Curitiba, *datado e assinado eletronicamente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

28180/2026

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PARANÁ

Em cumprimento à legislação vigente, a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná torna pública a **DECISÃO FINAL** do Processo Administrativo Sanitário (PAS) n.º 18.184.348-9

AUTUADO: **MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA – HOSPITAL MUNICIPAL JOÃO DE CAIRES**

CNPJ: 01.613.136/0001-30

ENDEREÇO: Rua Jaú, n.º 60, Centro, Prado Ferreira/PR – CEP 86.618-000

AUTO DE INFRAÇÃO: Auto de Infração n.º 21.101.172, de 06/10/2021 da 17ª Regional de Saúde de Londrina

LEGISLAÇÃO INFRINGIDA: Lei Estadual n.º 13331/01, Art. 63, XLIV e Art. 66, § 3º regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 5711/2002, Art. 545, parágrafo único e Art. 555, § 4º c/c Lei federal 6437/77, Art. 10, XXXI.

INFRAÇÕES COMETIDAS: Deixar de cumprir parcialmente o Termo de Intimação n.º 21.100.901 de 19/07/2021, consistente em deixar de providenciar a regularização relacionada aos seguintes itens do anexo II da Resolução SESA 165/2016: 1.1.1, 1.1.4, 1.2.1,1.2.2, 1.2.3, 2.1, 2.2, 2.3, 2.7, 2.8, 3.2, 3.3.3, 3.5, 3.6, 4.1, 4.2.7, 4.4.3, 4.5.4, 4.5.5, 5.9, 5.19, 5.24, 5.25, 5.26, 5.27, 5.28, 5.29, 9.13, 11.10.5, 11.17, 11.18, 13.2, 13.6, 13.8, 13.14, 15.1.1,15.1.3, 15.1.4, 15.1.6, 15.1.9, 15.5.4, 18.3.1.1, 18.3.2.1, 18.3.2.2, 18.3.3.1, 18.6, 18.7, 19.2.2.

PENALIDADE IMPOSTA: O PAS n.º 18.184.348-9 transitou em julgado em 1ª instância administrativa, tendo sido aplicada a penalidade de **MULTA** com base na Lei Estadual n.º 13.331/2001, Art. 55, XI.

Publique-se e arquive-se.

28263/2026

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PARANÁ

Em cumprimento à legislação vigente, a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná torna pública a **DECISÃO FINAL** do Processo Administrativo Sanitário (PAS) n.º 19.347.053-0.

AUTUADO:**SOCIEDADE VICENTINA CRISTO REI DE LUPIONÓPOLIS**

CNPJ: 78.849.072/0001-03

ENDEREÇO: Rua das Dominicanas n.º 771, Centro, Lupionópolis/PR – CEP 86.635-000.

AUTO DE INFRAÇÃO: Auto de Infração n.º 22.101.204 e Termo de Interdição Cautelar nº 22.101.205 ambos de 11/08/2022 da 17ª Regional de Saúde de Londrina.

LEGISLAÇÃO INFRINGIDA: Lei 13.331/01, art. 63, inciso XLIV; regulamentado pelo Decreto Estadual n.º 5.711/02, Art. 178, §1º, Art. 183, III c/c RDC ANVISA nº 502/2021, Art. 10 a 12, Art. 16, II, a, b, c, Art. 36 , RDC nº. 216/2004, art. 4.6.7.
INFRAÇÕES COMETIDAS: Transgredir norma legal e regulamentar destinada a promoção, proteção e recuperação da saúde consistente em deixar de possuir Plano de Ação Integral a saúde dos idosos, registro de entidade social e regimento interno, contrato formal de prestação de serviço com o idoso ou responsável legal/curador, responsável técnico, documentação de outorga do poço artesiano, assim como não possuía comprovação da limpeza da caixa d'água e da potabilidade da água, ausência do número adequado de cuidadores de acordo com o grau de dependência dos idosos, além da atuação de cuidadores e manipuladores de alimentos sem comprovação de qualificação .
PENALIDADE IMPOSTA: O PAS n.º 19.347.053-0 transitou em julgado em 1ª instância administrativa, tendo sido aplicada as penalidades de **MULTA** com base na Lei Estadual n.º 13.331/2001, Art. 55, XI.

Publique-se e arquive-se.

28239/2026

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PARANÁ

Em cumprimento à legislação vigente, a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná torna pública a **DECISÃO FINAL** do Processo Administrativo Sanitário (PAS) n.º 19.595.014-8

AUTUADO: **FARMACIA DROGANOVA DE PORECATU LTDA_LA VITTA FARMÁCIA E MANIPULAÇÃO**

CNPJ: 68.845.197/0001-01

ENDEREÇO: R. Urbano Lunardelli n.º 313, Centro, Porecatu/PR – CEP 86.160-000

AUTO DE INFRAÇÃO: Auto de Infração n.º 22.101.438 e Termo de Interdição Cautelar n.º 22.101.319 ambos de 08/09/2022 da 17ª Regional de Saúde de Londrina.

LEGISLAÇÃO INFRINGIDA: Lei Estadual n.º 13331/01, Art. 63, IV.
INFRAÇÕES COMETIDAS: Armazenar e disponibilizar para uso saneante sem notificação/registro na Anvisa.e de fabricante não licenciado.
PENALIDADE IMPOSTA: O PAS n.º 19.595.014-8 transitou em julgado em 1ª instância administrativa, tendo sido aplicadas as penalidades de **ADVERTÊNCIA** e **INUTILIZAÇÃO DO PRODUTO** com base na Lei Estadual n.º 13.331/2001, Art. 55, I e IV.

Publique-se e arquive-se.

28236/2026

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PARANÁ

Em cumprimento à legislação vigente, a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná torna pública a **DECISÃO FINAL** do Processo Administrativo Sanitário (PAS) n.º 19.715.649-0

AUTUADO: **MUNICÍPIO DE ALVORADA DO SUL-HOSPITAL MUNICIPAL EMÍLIO ALVES**

CNPJ: 75.132.860/0001-88

ENDEREÇO: Rua Isaú Silveira n.º 315, Centro, Alvorada do Sul/PR – CEP 86.150-000

AUTO DE INFRAÇÃO: Auto de Infração n.º 22.101.511 e Termo de Apreensão e Inutilização n.º 22.101.512 ambos de 04/10/2022 da 17ª Regional de Saúde de Londrina.

LEGISLAÇÃO INFRINGIDA: Lei Estadual n.º 13331/01, Art. 63, IV.
INFRAÇÕES COMETIDAS: Armazenar e disponibilizar para uso saneante sem notificação/registro na Anvisa.
PENALIDADE IMPOSTA: O PAS n.º 19.715.649-0 transitou em julgado em 1ª instância administrativa, tendo sido aplicada as penalidades de **INUTILIZAÇÃO DO PRODUTO** e **MULTA** com base na Lei Estadual n.º 13.331/2001, Art. 55, IV e XI.

Publique-se e arquive-se.

28231/2026

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PARANÁ

Em cumprimento à legislação vigente, a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná torna pública a **DECISÃO FINAL** do Processo Administrativo Sanitário (PAS) n.º 19.844.054-0

AUTUADO: **DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BOEING-EIRELI-ALVORADA MED**

CNPJ: 30.547.487/0001-98

ENDEREÇO: Avenida Joaquim Alves Bento de Lima, n.º 807, Centro, Alvorada do Sul/PR – CEP 86.170-000.

AUTO DE INFRAÇÃO: Auto de Infração n.º 22.101.627 de 25/10/2022 da 17ª Regional de Saúde de Londrina

LEGISLAÇÃO INFRINGIDA: Lei Estadual n.º 13.331/01, Art. 63, XLIV e Art. 66, § 3º, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 5.711/02, Art. 545, parágrafo único e Art. 555, § 4º c/c Lei Federal n.º 6.437/77, Art. 10, c/c RDC 420/2020, ART. 18º , Item XIII e XIV.

INFRAÇÕES COMETIDAS: Deixar de cumprir parcialmente o Termo de Intimação n.º 22.101.212 , de 08/09/2022, consistente em deixar de apresentar contrato com empresa responsável pela destinação final de resíduos além do comprovante de destinação final destes.
PENALIDADE IMPOSTA: O PAS n.º 19.844.054-0 transitou em julgado em 1ª instância administrativa, tendo sido aplicadas a penalidade de **MULTA** com base na Lei Estadual n.º 13.331/2001, Art. 55, XI.

Publique-se e arquive-se.

28229/2026

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PARANÁ

Em cumprimento à legislação vigente, a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná torna pública a **DECISÃO FINAL** do Processo Administrativo Sanitário (PAS) n.º 19.867.345-5

AUTUADO: **OBRAS SOCIAIS SANTA TEREZINHA_ASILO SÃO VICENTE.**

CNPJ: 73.202.996/0001-91

ENDEREÇO: Rua Mato Grosso, n.º 500, Centro, Sertanópolis/PR – CEP 86.170-000.

AUTO DE INFRAÇÃO: Auto de Infração n.º 22.101.649 e Termo de Apreensão e Inutilização n.° 22.101.665 ambos de 04/11/22 da 17ª Regional de Saúde de Londrina

LEGISLAÇÃO INFRINGIDA: Lei Estadual nº 13331/01, Art. 63, XI.

INFRAÇÕES COMETIDAS: Disponibilizar para utilização alimento e medicamento com prazo de validade expirado.
PENALIDADE IMPOSTA: O PAS n.º 19.867.345-5 transitou em julgado em 1ª instância administrativa, tendo sido aplicadas as penalidades de **INUTILIZAÇÃO DO PRODUTO** e **MULTA** com base na Lei Estadual n.º 13.331/2001, Art. 55, IV e XI.

Publique-se e arquive-se.

28228/2026

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PARANÁ

Em cumprimento à legislação vigente, a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná torna pública a **DECISÃO FINAL** do Processo Administrativo Sanitário (PAS) n.º 20.412.038-2.

AUTUADO: **APETIT SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO**

CNPJ: 02.031.555/0082-91

ENDEREÇO: Rodovia Victorio Francovig, n.º 1550, Parque Industrial, Tamarana/PR – CEP 86.125-000.

AUTO DE INFRAÇÃO: Auto de Infração n.º 23.100.622 de 10/05/2023 da 17ª Regional de Saúde de Londrina.

LEGISLAÇÃO INFRINGIDA: Lei Estadual n.º 13.331/01, Art. 63, XLIV e Art. 66, § 3º, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 5.711/02, Art. 545, parágrafo único e Art. 555, § 4º c/c Lei Federal n.º 6.437/77, Art. 10, XXXI.
INFRAÇÕES COMETIDAS: Deixar de cumprir parcialmente as exigências do Termo de Intimação n.º 23.100.085, de 18/01/2023 consistente em deixar de incluir nos invólucros de alimento produzido pela cozinha, a data de preparo e prazo de validade.
PENALIDADE IMPOSTA: O PAS n.º 20.412.038-2 transitou em julgado em 1ª instância administrativa, tendo sido aplicada as penalidades de **MULTA** com base na Lei Estadual n.º 13.331/2001, Art. 55, XI.

Publique-se e arquive-se.

28240/2026

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PARANÁ

Em cumprimento à legislação vigente, a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná torna pública a **DECISÃO FINAL** do Processo Administrativo Sanitário (PAS) n.º 22.429.356-9.

AUTUADO: **GTR SERVIÇOS RADIOLÓGICOS LTDA.**

CNPJ: 25.433.119/0001-89

ENDEREÇO: Rua Riachuelo, n.º 380, Jardim Europa, Assis Chateaubriand/PR, CEP 85.955-000

AUTO DE INFRAÇÃO: Auto de Infração n.º 24.100.900 e Termo de Interdição Cautelar n.º 24.100.901 ambos de 04/07/2024 da 20ª Regional de Saúde de Toledo.

LEGISLAÇÃO INFRINGIDA: Lei Estadual n.º 13331/01, Art. 63 inciso XLIV c/c RDC ANVISA nº 611/2022 art. 28, parágrafo único; art. 36; IN ANVISA nº 90/2021 Art. 1º.

INFRAÇÕES COMETIDAS: Transgredir norma legal e regulamentar des-

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

tinadas à promoção, proteção e recuperação da saúde consistente em deixar de realizar os testes de aceitação e controle de qualidade de equipamento de raio-X

PENALIDADE IMPOSTA: O PAS n.º 22.429.356-9 transitou em julgado em 1ª instância administrativa, tendo sido aplicada as penalidades de **ADVERTÊNCIA** e **MULTA** com base na Lei Estadual n.º 13.331/2001, Art. 55, I e XI.

Publique-se e arquive-se.

28254/2026

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PARANÁ

Em cumprimento à legislação vigente, a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná torna pública a **DECISÃO FINAL** do Processo Administrativo Sanitário (PAS) n.º 20.970.416-1.

AUTUADO: **A C P CORREA & CIA LTDA_MEDICAL SUTURE HOSPITALAR**

CNPJ: 01.184.342/0001-71

ENDEREÇO: Avenida Independência, n.º 1279, Bairro Centro, Bela Vista do Paraíso/PR – CEP 86.125-000.

AUTO DE INFRAÇÃO: Auto de Infração n.º 23.101.205 e Termo de Interdição Cautelar n.º 23.101.198 ambos de 29/08/2023 da 17ª Regional de Saúde de Londrina.

LEGISLAÇÃO INFRINGIDA: Lei Estadual n.º 13.331/01, Art. 63, IV c/c RDC/Anvisa n.º 16/2014, Art. 3º
INFRAÇÕES COMETIDAS: Transportar medicamentos e produtos para saúde sem autorização de funcionamento da Anvisa (AFE) para tal.
PENALIDADE IMPOSTA: O PAS n.º 20.970.416-1 transitou em julgado em 1ª instância administrativa, tendo sido aplicada as penalidades de **MULTA** com base na Lei Estadual n.º 13.331/2001, Art. 55, XI.

Publique-se e arquive-se.

28246/2026

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PARANÁ

Em cumprimento à legislação vigente, a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná torna pública a **DECISÃO FINAL** do Processo Administrativo Sanitário (PAS) n.º 23.101.944-8.

AUTUADO: **TRX SERVIÇOS RADIOLÓGICOS LTDA.**

CNPJ: 04.563.760/0005-91

ENDEREÇO: Rua Guaíra, n.º 2665, Centro, Pato Bragado/PR, CEP 85.948-000

AUTO DE INFRAÇÃO: Auto de Infração n.º 24.100.433 de 12/11/2024 da 20ª Regional de Saúde de Toledo.

LEGISLAÇÃO INFRINGIDA: Lei Estadual n.º 13331/01, Art. 63 inciso I.

INFRAÇÕES COMETIDAS: Fazer funcionar serviço de imagenologia sem Licença Sanitária.

PENALIDADE IMPOSTA: O PAS n.º 23.101.944-8 transitou em julgado em 1ª instância administrativa, tendo sido aplicada as penalidades de **ADVERTÊNCIA** e **MULTA** com base na Lei Estadual n.º 13.331/2001, Art. 55, I e XI.

Publique-se e arquive-se.

28256/2026

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PARANÁ

Em cumprimento à legislação vigente, a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná torna pública a **DECISÃO FINAL** do Processo Administrativo Sanitário (PAS) n.º 23.743.551-6

AUTUADO: **INSTITUTO DE SAÚDE DE DOIS VIZINHOS – ISDV – HOSPITAL PRO VIDA**

CNPJ: 08.298.687/0001/03

ENDEREÇO: Rua Inez Pinzon, n.º 611, Centro Norte, Dois vizinhos/PR – CEP 85.660-000

AUTO DE INFRAÇÃO: Auto de Infração n.º 25.100.221 de 28/03/2025 da 08ª Regional de Saúde de Francisco Beltrão

LEGISLAÇÃO INFRINGIDA: Lei Estadual nº 13331/01, Art. 63, XLIV c/c Resolução SESA/PR n.º 165/2016, Anexo II, Itens 4.4.1, 4.4.2, 4.5.1.7, 4.7.1, 4.7.4 e 7.2.
INFRAÇÕES COMETIDAS: Transgredir norma e regulamentar destinada a promoção, proteção e recuperação da saúde consistente em deixar de indicar, nas prescrições de medicamentos, via de administração e velocidade, deixar de adotar medidas preventivas baseadas nos resultados das avaliações do risco de queda e de lesão por pressão, deixar de identificar os acessos venosos , deixar de apor identificação do paciente no leito além de deixar de realizar avaliação do risco de queda e de lesão por pressão dos pacientes atendidos na emergência e ambulatório.
PENALIDADE IMPOSTA: O PAS n.º 23.743.551-6 transitou em julgado em 1ª instância administrativa, tendo sido aplicada a penalidade de **MULTA** com base na Lei Estadual n.º 13.331/2001, Art. 55, XI.

Publique-se e arquive-se.

28260/2026

PORTARIA FUNEAS Nº 181- 9 DE MARÇO DE 2026

Súmula: Determina a instauração de Sindicância, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades administrativas no caso em que se específica, conforme protocolados 25.373.959-2, 25.359.963-4 e 25.400.950-4.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022;

- CONSIDERANDO o disposto na Resolução FUNEAS nº 29 de 07 de novembro de 2022, que Regulamenta o Processo Administrativo Disciplinar, Sanções e Penalidades no âmbito da FUNEAS;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Sindicância com a finalidade de apurar indícios de irregularidades, ante ao contido nos Protocolados nº 25.373.959-2, 25.359.963-4 e 25.400.950-4, que teriam ocorrido no âmbito da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná - Hospital Zona Norte de Londrina.

Art. 2° Encaminhar a Comissão Permanente de Sindicância, que promoverá os atos necessários à presente apuração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de março de 2026.

(assinado digitalmente) *(assinado digitalmente)*
GERALDO GENTIL BIESEK **MARCOS AURÉLIO SOUZA PEREIRA**
Diretor Presidente Diretor Administrativo

28195/2026

PORTARIA FUNEAS Nº 182- 9 DE MARÇO DE 2026

Súmula: Determina a instauração de Sindicância, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades administrativas no caso em que se específica, conforme protocolado 25.429.744-5.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022;

- CONSIDERANDO o disposto na Resolução FUNEAS nº 29 de 07 de novembro de 2022, que Regulamenta o Processo Administrativo Disciplinar, Sanções e Penalidades no âmbito da FUNEAS;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Sindicância com a finalidade de apurar indícios de irregularidades, ante ao contido no Protocolado nº 25.429.744-5, que teriam ocorrido no âmbito da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná - Hospital Regional do Sudoeste.

Art. 2° Encaminhar a Comissão Permanente de Sindicância, que promoverá os atos necessários à presente apuração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de março de 2026.

(assinado digitalmente) *(assinado digitalmente)*
GERALDO GENTIL BIESEK **MARCOS AURÉLIO SOUZA PEREIRA**
Diretor Presidente Diretor Administrativo

28196/2026

PORTARIA FUNEAS Nº 183- 9 DE MARÇO DE 2026

Súmula: Determina a instauração de Sindicância, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades administrativas no caso em que se específica, conforme protocolado 25.377.232-8.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022;

- CONSIDERANDO o disposto na Resolução FUNEAS nº 29 de 07 de novembro de 2022, que Regulamenta o Processo Administrativo Disciplinar, Sanções e Penalidades no âmbito da FUNEAS;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Sindicância com a finalidade de apurar indícios de irregularidades, ante ao contido no Protocolado nº 25.377.232-8, que teriam ocorrido no âmbito da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná - Hospital Regional do Sudoeste.

Art. 2° Encaminhar a Comissão Permanente de Sindicância, que promoverá os atos necessários à presente apuração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de março de 2026.

(assinado digitalmente) *(assinado digitalmente)*
GERALDO GENTIL BIESEK **MARCOS AURÉLIO SOUZA PEREIRA**
Diretor Presidente Diretor Administrativo

28197/2026

PORTARIA FUNEAS Nº 184 – 9 DE MARÇO DE 2026

Súmula: Decisão da Sindicância instaurada pela Portaria FUNEAS nº 447/2025, conforme protocolado 25.214.502-8.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022;

- Considerando o contido no relatório apresentado pela comissão de sindicância, designada pela Portaria FUNEAS Nº 447 de 15 de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial do Estado Nº 12051, de 17/12/2025, protocolado nº 25.214.502-8 e com fulcro no Art. 36 da Resolução FUNEAS nº 29 de 7 de novembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Arquivar o presente processo, posto que não foram constatadas irregularidades administrativas ou danos ao erário no caso em que se especifica, com base na alínea "a", inciso IV, artigo 36 da Resolução FUNEAS nº 29 de 07 de novembro de 2022.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de março de 2026.

(assinado digitalmente) *(assinado digitalmente)*
GERALDO GENTIL BIESEK **MARCOS AURÉLIO SOUZA PEREIRA**
Diretor Presidente Diretor Administrativo

28198/2026

PORTARIA FUNEAS Nº 185 – 9 DE MARÇO DE 2026

Súmula: Decisão da Sindicância instaurada pela Portaria FUNEAS nº 475/2025, conforme protocolado 25.182.956-0.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022;

- Considerando o contido no relatório apresentado pela comissão de sindicância, designada pela Portaria FUNEAS Nº 475 de 18 de dezembro de 2026, publicada no Diário Oficial do Estado Nº 12061, de 08/01/2026, protocolado nº 25.182.956-0 e com fulcro no Art. 36 da Resolução FUNEAS nº 29 de 7 de novembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Arquivar o presente processo, posto que não foram constatadas irregularidades administrativas ou danos ao erário no caso em que se especifica, com base na alínea "a", inciso IV, artigo 36 da Resolução FUNEAS nº 29 de 07 de novembro de 2022.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de março de 2026.

assinado digitalmente) *(assinado digitalmente)*
GERALDO GENTIL BIESEK **MARCOS AURÉLIO SOUZA PEREIRA**
Diretor Presidente Diretor Administrativo

28201/2026

PORTARIA FUNEAS Nº 187- 9 DE MARÇO DE 2026

Súmula: Determina a instauração de Sindicância, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades administrativas no caso em que se específica, conforme protocolado 25.423.436-2.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022;

- CONSIDERANDO o disposto na Resolução FUNEAS nº 29 de 07 de novembro de 2022, que Regulamenta o Processo Administrativo Disciplinar, Sanções e Penalidades no âmbito da FUNEAS;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Sindicância com a finalidade de apurar indícios de irregularidades, ante ao contido no Protocolado nº 25.423.436-2, que teriam ocorrido no âmbito da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná - Hospital Infantil Waldemar Monastier.

Art. 2° Encaminhar a Comissão Permanente de Sindicância, que promoverá os atos necessários à presente apuração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de março de 2026.

(assinado digitalmente) *(assinado digitalmente)*
GERALDO GENTIL BIESEK **MARCOS AURÉLIO SOUZA PEREIRA**
Diretor Presidente Diretor Administrativo

28207/2026

PORTARIA FUNEAS Nº 188- 9 DE MARÇO DE 2026

Súmula: Determina a instauração de Sindicância, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades administrativas no caso em que se específica, conforme protocolado 25.452.631-2.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022;

- CONSIDERANDO o disposto na Resolução FUNEAS nº 29 de 07 de novembro de 2022, que Regulamenta o Processo Administrativo Disciplinar, Sanções e Penalidades no âmbito da FUNEAS;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Sindicância com a finalidade de apurar indícios de irregularidades, ante ao contido no Protocolado nº 25.452.631-2, que teriam ocorrido no âmbito da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná - Hospital Infantil Waldemar Monastier.

Art. 2° Encaminhar a Comissão Permanente de Sindicância, que promoverá os atos necessários à presente apuração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de março de 2026.

(assinado digitalmente) *(assinado digitalmente)*
GERALDO GENTIL BIESEK **MARCOS AURÉLIO SOUZA PEREIRA**
Diretor Presidente Diretor Administrativo

28209/2026

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

PORTARIA FUNEAS Nº 186 – 9 DE MARÇO DE 2026

Súmula: Designa agentes públicos para Gestor e Fiscal de Contrato, no âmbito da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, conforme protocolado 25.464.823-0.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Designar, na forma do Anexo desta Portaria e de acordo com o inciso I do art. 49-A do Decreto Estadual nº 12.093, de 03 de setembro de 2014, agentes públicos da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná para Gestor e Fiscal de Contrato, para realizar o acompanhamento e fiscalização a fiel execução dos contratos de fornecedores e prestadores de serviços celebrados em janeiro 2026.

Art. 2º Cabe ao Gestor e o Fiscal de Contrato, exercer todas as funções e atribuições estipuladas na Portaria FUNEAS nº 573 de 21 de dezembro de 2022 e na Portaria FUNEAS nº 398 de 6 de novembro de 2023.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de março de 2026.

(assinado digitalmente)
GERALDO GENTIL BIESEK
Diretor Presidente

(assinado digitalmente)
MARCOS AURÉLIO SOUZA PEREIRA
Diretor Administrativo

ANEXO DA PORTARIA FUNEAS Nº 186/2026

PROCESSO	CONTRATO	ROCEDIMENT	EMPRESA	GERTOR(A) DO CONTRATO	CPF	FISCAL DO CONTRATO	CPF
24.213.227-0	PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO N° 116/2025	CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N°005/2024	MIRIAD ENGENHARIA	Rubens Ferreira Gusso	664.493.164-20	Daniel Ranieri Bueno	075.259.929-16
						João Carlos Minozzo	510.465.639-04
22.382.420-0	313/2025	CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N°007/2024	DALL MACEDO ENGENHARIA	Maristela Zanella	423.999.550-72	Bruno de Souza Center	038.346.309-26
						Felipe Ostroski	090.601.439-57
24.716.366-2	PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO N° 1138/2024	CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N°001/2024	CONSTRUTOR A SUDOESTE LTDA	Ana Paula Battisti	066.147.629-40	Gilson dos Santos	839.627.869-53
						Dilson José da Silva	030.786.189-94
24.280.770-7	PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO N° 812/2024	IL 378/2024	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	Adriano Malucelli	026.457.039-17	Guilherme Righi Zurlo	027.671.430-02
23.811.571-0	TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO N° 914/2023	IL 388/2024	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	Adriano Malucelli	026.457.039-17	Guilherme Righi Zurlo	027.671.430-02
24.614.760-4	CONTRATO Nº 938/2025	Adesão a Ata de Registro de Preço 543/2024	JUMPER SEGURANÇA	Jose Henrique Neves Lambert	187.194.598-40	Marcelo dos Santos Cavalcante	047.203.739-09
				David Rohamann de Souza	403.649.259-49	João Gustavo dos Santos Farias	145.586.529-09
24.009.817-2	QUARTO ADITIVO AO CONTRATO N° 420/2021	PE-SRP N°269/219	DRA SERVIÇOS GERAIS LTDA	Jose Henrique Neves Lambert	187.194.598-40	David Rohamann de Souza	403.649.259-49
				João Gustavo dos Santos Faria	145.586.529-09	Marcelo dos Santos Cavalcante	24.009.817-2
	CONTRATO Nº			Jose Henrique Neves Lambert	187.194.598-40	David Rohamann de Souza	403.649.259-49
24.264.856-0	99127114 67	IL Nº 494/2025	CORREIOS	Marcelo dos Santos Cavalcante	047.203.739-09	João Gustavo dos Santos Farias	145.586.529-09
23.465.594-9	CONTRATO Nº 246/2025	DL Nº 037/2025	EDM CONSULTORIA E GESTÃO EMPRESARIAL LTDA	Jose Henrique Neves Lambert	187.194.598-40	David Rohamann de Souza	403.649.259-49
				João Gustavo dos Santos Farias	145.586.529-09	Marcelo dos Santos Cavalcante	047.203.739-09

23.042.113-7	PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO N° 245/2024	PE N° 2168/2022	APTA TERCEIRIZAÇ ÃO	Jose Henrique Neves Lambert	187.194.598-40	David Rohamann de Souza	403.649.259-49
				Marcelo dos Santos Cavalcante	047.203.739-09	Yagoh Oliveira Filgueira de Jesus	132.898.159.27
23.038.479-7	SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO N° 183/2023	PE-SRP N°912/2021	RCA PRODUTOS E SERVIÇOS	Jose Henrique Neves Lambert	187.194.598-40	João Gustavo dos Santos Farias	145.586.529-09
				David Rohamann de Souza	403.649.259-49	Yagoh Oliveira Filgueira de Jesus	132.898.159.27
23.040.632-4	SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO N° 152/2023	PE N°912/2021	RCA PRODUTOS E SERVIÇOS	Jose Henrique Neves Lambert	187.194.598-40	João Gustavo dos Santos Farias	145.586.529-09
				David Rohamann de Souza	403.649.259-49	Yagoh Oliveira Filgueira de Jesus	132.898.159.27
22.969.869-9	QUARTO ADITIVO AO CONTRATO N° 012/2021	PE-SRP N°895/2019	ASSOCIAÇÃO MEXA TAXI	Jose Henrique Neves Lambert	187.194.598-40	João Gustavo dos Santos Farias	145.586.529-09
				David Rohamann de Souza	403.649.259-49	Marcelo dos Santos Cavalcante	22.969.869-9
23.998.174-7	QUARTO ADITIVO AO CONTRATO N° 905/2023	PE N°185/2023	ELEVADORES CONISTEL	Jose Henrique Neves Lambert	187.194.598-40	Gabriela Venâncio de Brito	429.742.858-05
				David Rohamann de Souza	403.649.259-49	Marcelo dos Santos Cavalcante	22.969.869-9
22.639.560-1	SEXTO ADITIVO AO CONTRATO N° 623/2023	PE N°048/2023	QCARD	Jose Henrique Neves Lambert	187.194.598-40	Jonathas Fabrício da Silva Favero	048.999.479-25
				David Rohamann de Souza	403.649.259-49	Marcos Antonio Ferreira Woicikows ki	462.182.200-44
19.711.659-5	SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO N° 045/2024	PE N°304/2023	PRIME	Jose Henrique Neves Lambert	187.194.598-40	Jonathas Fabrício da Silva Favero	048.999.479-25
				David Rohamann de Souza	403.649.259-49	Marcos Antonio Ferreira Woicikows ki	462.182.200-44
23.077.441-2	PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO N° 231/2024	PE N°283/2023	TELPARK	Jose Henrique Neves Lambert	187.194.598-40	Jonathas Fabrício da Silva Favero	048.999.479-25
				David Rohamann de Souza	403.649.259-49	Marcos Antonio Ferreira Woicikows ki	462.182.200-44
24.132.202-5	SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO N° 758/2024	PE N°011/2024	GENTE SEGURADO	Jose Henrique Neves Lambert	187.194.598-40	Jonathas Fabrício da Silva Favero	048.999.479-25
				David Rohamann de Souza	403.649.259-49	Marcos Antonio Ferreira Woicikows ki	462.182.200-44
24.331.372-4	PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO N° 945/2024	PE N°060/2024	GENTE SEGURADO	Jose Henrique Neves Lambert	187.194.598-40	Jonathas Fabrício da Silva Favero	048.999.479-25
				David Rohamann de Souza	403.649.259-49	Marcos Antonio Ferreira Woicikows ki	462.182.200-44

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

24.064.912-8	131/2026	IL 099/2026	MEDICAL VENETUS	Ana Paula Battisti,	066.147.629-40	Cristian Henrique Candido da Silva	035.411.571-51
				Thaina Aparecida da Silva	041.011.659-98	Pablo Eleutério da Luz	047.729.579-79
24.059.471-4	133/2026	PE 129/2025	CAMILA VENTURIN ZAPPELLINI PAIVA LTDA	Sílvia de Cássia Cabra	039.822.399-82	Ronaldo Pereira Monteiro	004.660.219-41
				Fábio Ricardo dos Santos	462.573.309-04	Douglas Teixeira	027.562.729-22
24.059.471-4	134/2026	PE 129/2025	HIGIFORTE INDIANA LIMPEZA E CONSERVAÇÃ O LTDA,	Sílvia de Cássia Cabra	039.822.399-82	Ronaldo Pereira Monteiro	004.660.219-41
				Fábio Ricardo dos Santos	462.573.309-04	Douglas Teixeira	027.562.729-22
24.995.274-5	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO n°116/2025	Concorrência Pública Nº 005/2024	MIRIAD ENGENHARIA, CONSTRUÇÕE S E SERVIÇOS LTDA	RUBENS FERREIRA GUSSO	664.493.164-20	DANIEL RANIERI BUENO	075.259.929-16
24.877.842-3	1031/2025	PREG SRP 1071/2024	NORSKPAR COMERCIAL LTDA	Guilherme Pasetti	046.027.629-80	Paola Andrea Galarza Borges	034.352.589-50
24.735.204-0	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 055/2025	Pregão Eletrônico n°079/2024	LUM PARTS LTDA	Sílvia de Cássia Cabral	039.822.399-82	Ronaldo Pereira Monteiro	004.660.219-41
24.919.048-9	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 054/2025	Pregão Eletrônico n°054/2025	TERRANÁLISE S LABORATÓRIO DE ANÁLISES AMBIENTAIS LTDA ME	Guilherme Pasetti	046.027.629-80	Elizangela Dalmaz Freitas	31.815.349
24.734.521-3	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 005/2025	PE nº 082/2024	NACIONAL GAS BUTANO DISTRIBUIDOR A LTDA	Sílvia de Cássia Cabral	039.822.399-82	Ronaldo Pereira Monteiro	004.660.219-41
24.813.193-4	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°034/2025	Pregão Eletrônico n°118/2024	PIM SOLUÇÕES EM TI LTDA	Jucimara dos Santos Cardoso	720.952.969-15	Bianca de Cassia Rocha dos Santos	941.498.289-20
25.159.722-7	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 033/2025	Dispensa de Licitação n°001/2025	KARILIA COMERCIO DE PRODUTOS E SERVICOS PARA INFORMATICA LTDA	Thaina Aparecida da Silva	041.011659-98	Regeane Moraes Palavicin	029.670.609-4
24.917.710-5	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 026/2025	PE nº 069/2024	MN NUTRIÇÃO LTDA - ME	Eiga Lana Castelo Lisboa Costa	730.977.132-04	Roseli Cola Cargo: Nutricionista	008.324.889-76
						Maria Lúcia Stroparo Beraldo	030.191.329-32
						Talita Nunes Marques	051.275.189-70
						Osmael Vilanova	006.967.279-27
						Regeane Moraes Palavicini	029.670.609-41
						Benazir Terezinha Alencar	058.251.779-65
						Livia Silva Carvalho	072.456.089-03
						Alcione Aparecida Slugovieski	050.476.439-05

						Luisa de Albuquerque Philippsen	076.864.429-18
						Silvana Ferri Dechio	55096786153
						Tiago Paula Guedes	047 593 969 77
						Fabiana Koupak	099.798.619-08
						Danielly Francine Silva	4526567965
24.915.306-0	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 022/2025	Pregão Eletrônico Nº 069/2024	PRODIET NUTRIÇÃO CLÍNICA S.A	Eiga Lana Castelo Lisboa Costa	730.977.132-04	Roseli Cola Cargo: Nutricionista	008.324.889-76
						Maria Lúcia Stroparo Beraldo	030.191.329-32
						Talita Nunes Marques	051.275.189-70
						Osmael Vilanova	006.967.279-27
						Regeane Moraes Palavicini	029.670.609-41
						Benazir Terezinha Alencar	058.251.779-65
						Livia Silva Carvalho	072.456.089-03
						Alcione Aparecida Slugovieski	050.476.439-05
						Luisa de Albuquerque Philippsen	076.864.429-18
						Silvana Ferri Dechio	55096786153
						Tiago Paula Guedes	047 593 969 77
						Fabiana Koupak	099.798.619-08
						Danielly Francine Silva	4526567965
						Amanda Gualberto de Oliveira	082.678.749-50
						Márcia Maria Arenhart Soares	082.366.149-05
						Vanessa Chodur Junkes	063.748.979-94
24.893.275-9	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 019/2025	Pregão Eletrônico n°069/2024	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA	Eiga Lana Castelo Lisboa Costa	730.977.132-04	Roseli Cola Cargo: Nutricionista	008.324.889-76
						Maria Lúcia Stroparo Beraldo	030.191.329-32
						Talita Nunes Marques	051.275.189-70
						Osmael Vilanova	006.967.279-27
						Regeane Moraes Palavicini	029.670.609-41
						Benazir Terezinha Alencar	058.251.779-65
						Livia Silva Carvalho	072.456.089-03
						Alcione Aparecida Slugovieski	050.476.439-05
						Luisa de Albuquerque Philippsen	076.864.429-18
						Silvana Ferri Dechio	55096786153
						Tiago Paula Guedes	047 593 969 77
						Fabiana Koupak	099.798.619-08

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

						Danielly Francine Silva	4526567965
25.055.501-6	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 016/2025	PE SRP nº 2086/2022	MARLEX OPL INDÚSTRIA, COMÉRCIO E OPERAÇÕES LOGÍSTICAS LTDA	Ana Paula Battisti	066.147.62-40	Cristian Henrique Candido da Silva	035.411.571-51
24.919.695-9	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 019/2025	Pregão Eletrônico n°028/2024	MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE S/A	Eiga Lana Castelo Lisboa Costa	730.977.132-04	Roseli Cola Cargo: Nutricionista	008.324.889-76
						Maria Lúcia Stroparo Beraldo	030.191.329-32
						Talita Nunes Marques	051.275.189-70
						Osmael Vilanova	006.967.279-27
						Regeane Moraes Palavicini	029.670.609-41
						Benazir Terezinha Alencar	058.251.779-65
						Livia Silva Carvalho	072.456.089-03
						Alcione Aparecida Slugovieski	050.476.439-05
						Luisa de Albuquerque Philippsen	076.864.429-18
						Silvana Ferri Dechio	55096786153
						Tiago Paula Guedes	047 593 969 77
						Fabiana Koupak	099.798.619-08
						Danielly Francine Silva	4526567965
24.920.025-5	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 029/2025	Pregão Eletrônico Nº 069/2024	NUTRICLIN SAÚDE COMÉRCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAI S LTDA	Eiga Lana Castelo Lisboa Costa	730.977.132-04	Roseli Cola Cargo: Nutricionista	008.324.889-76
						Maria Lúcia Stroparo Beraldo	030.191.329-32
						Talita Nunes Marques	051.275.189-70
						Osmael Vilanova	006.967.279-27
						Regeane Moraes Palavicini	029.670.609-41
						Benazir Terezinha Alencar	058.251.779-65
						Livia Silva Carvalho	072.456.089-03
						Alcione Aparecida Slugovieski	050.476.439-05
						Luisa de Albuquerque Philippsen	076.864.429-18
						Silvana Ferri Dechio	55096786153
						Tiago Paula Guedes	047 593 969 77
						Fabiana Koupak	099.798.619-08
						Danielly Francine Silva	4526567965
						Amanda Gualberto de Oliveira	082.678.749-50
						Márcia Maria Arenhart Soares	082.366.149-05

						Vanessa Chodur Junkes	063.748.979-94
24.967.818	CONTRATO DE OBRA Nº 1039/2025	Dispensa de Licitação Emergencial nº 091/2025	ESPARTA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA	SÍLVIA DE CÁSSIA CABRAL	039.822.399-82	DOUGLAS TEIXEIRA	039.822.399-82
24.702.334-8	CONTRATO Nº076/2026	Adesão a Ata de Registro de Preço PREG-e-116/2023 - DECOM	TECPRINTERS TECNOLOGIA DE IMPRESSAO LTDA	Solange Rothbarth Bara	008.671.139-36	Patrícia Azarias dos Santos Budel	142.068.448-52
				Airam Oliveira da Rocha Guazelli de Jesus	489.026.679-8	Priscila Meyemberg Cunha Sade	033.120.409-65
24.001.383-5	CONTRATO N° 112/2026	Pregão Eletrônico n° 081/2025	LICITE SAÚDE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA	Ruoama Nascimento Correa	071.780.319-80	Ivã Antônio de Oliveira	091.576.768-60
				Rosilaine Moraes Lanchoski	044.083.109-13	Ana Carla dos Santos	949.727.969-87
24.001.383-5	CONTRATO N° 111/2026	Pregão Eletrônico n° 081/2025	ACR MED DISTRIBUIDOR A DE MEDICAMENTOS LTDA	Ruoama Nascimento Correa	071.780.319-80	Ivã Antônio de Oliveira	091.576.768-60
				Rosilaine Moraes Lanchoski	044.083.109-13	Ana Carla dos Santos	949.727.969-87
24.839.996-1	CONTRATO Nº 125/2026	Dispensa de Licitação Emergencial nº 001/2026	MURILO JOSE MARTINS LTDA	Fernando José Guiné	487.347.489-20	Rogério de Oliveria Ribas	008.642.659 13
				Ana Carla Ribeiro	117.142.499-05	Tadeu Rodrigues de Lima	092.325.649-04
24.300.672-4	CONTRATO N° 124/2026	Pregão Eletrônico n° 105/2025	HEXAGON DISTRIBUIÇÃO E LOGISTICA DE PRODUTOS MEDICOS LTDA	Juliana Pereira de Queiroz Araújo	048.478.519-27	Erineia Geovana Constantino	959.699.429-87
24.001.383-5	CONTRATO N° 113/2026	Pregão Eletrônico n° 081/2025	SOMA/PR COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARE S LTDA	Ruoama Nascimento Correa	071.780.319-80	Ivã Antônio de Oliveira	091.576.768-60
				Rosilaine Moraes Lanchoski	044.083.109-13	Ana Carla dos Santos	949.727.969-87
24.866.556-4	CONTRATO Nº 109/2026	Adesão à Ata de Registro de Preço PREG-e-688/2024	BRASPAR COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARE S LTDA	Juliana Pereira de Queiroz Araújo	048.478.519-27	Janaína Alfredo Correa dos Santos	004.743.069-92
24.987.446-9	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 143/2024	Pregão Eletrônico nº 348/2023	DEFENSIVE CONTROLE DE PRAGAS LTDA,	EVERSON FERNANDES DE OLIVEIRA	337.848.248-62,	Fernanda Antunes Da Silva Souza	359.777.938-71
25.024.785-0	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°214/2024	Pregão Eletrônico n° 214/2024	FARMACIA DE MANIPULAÇÃ O IDEAL FÓRMULAS LTDA	Emerson Marcio Rodrigues	954.208.869-87	Camila Cataldi De Alcantara	141.785.387-56
				Maura Aparecida Silveira	857.847.709-00	Gustavo Henrique Grandis	062.609.299-00
24.895.851-0	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 099/2024	Pregão Eletrônico n° 292/2024	SIGATEL OPERAÇÕES DE TELEFONIA LTDA	Maria Raquel Leigue Ferrer	785.848.689-68	Dyessica Francisca da Silva	086.023.689-76
				José Henrique das Neves Lambert	187.194.598-40	Gilson dos Santos	839.627.869-53
				Hemerson Saqueta Barbosa	669.047.309-00	Everson Fernandes de Oliveira	337.848.248-62
24.767.963-4	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°120/2024	Pregão Eletrônico n° 257/2023	SAMIR CAVALCANTE AUR	Mary Mishima Okano	022.781.419-37	Luana Vanessa de Lima	072.364.639-22
				Maura Aparecida Silveira	857.847.709-00	Luisa Albuquerque Phi lippsen	076.864.429-18

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

24.937.446-6	TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°013/2024	Pregão Eletrônico n° 242/2023	MEDIC TEC AMBIENTAL LTDA	ETIENE LETICIALEON EDEMORAES	224.295.328-16	CLEVERSON DAMIÃO RIBEIRO	005.530.619-50
				DANIELLY FRANCINE DA SILVA	045.265.679-65	BEATRIZKETERINFORTUNATOSTURZENEGGER	036.560.349-07
				MARUAN YOUSSEF BAKRI	047.081.149-82	JONATHAS FABRICIO DA SILVA FÁVERO	048.999.479-25
				ANA PAULA BATTIST	066.147.629-40	LUCIANO GIRALDI	928.469.639-91
24.891.750-4	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 045/2024	Pregão Eletrônico n° 304/2023	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	ADELITA SANCHES GARCIA	055.737.289-54	WELLINGTON JUNIOR DA SILVA SOUZA	071.116.569-62
				EMERSON MARCIO RODRIGUES	954.208.779-40	JOYCE GONÇALVES	021.322.019.94
				MAURA APARECIDA SILVEIRA	857.847.709-00	GISELE FERREIRA	035.908.829-56
				HÉLIO AVELAR TEIXEIRA	281.564.479-72	SILVIA DE CASSIA CABRAL	039.822.399-82
				JUCIMARA DOS SANTOS CARDOSO	720.952.969-15	CARLOS DE FRANÇA SOUZA	030.660.239-31
				MARISTELA ZANELLA	423.999.550-72	IVONETE MARIA MAZON	403.914.859-20
				GUILHERME PASETTI	046.027.629-80	CARLOS HIGOR FIGUEIREDO VIEIRA	060.166.479-50
				VAGNER JOSE CORDEIRO	062.798.449-51	GERON EVANGELHO CIRIACO	039.175.959-07
				ANA CARLA RIBEIRO	117.142.499-05	ROGÉRIO DE OLIVERIA RIBAS	008.642.659-13
				MARIA RAQUEL LEIGUE FERRER	785.848.689-68	EVERY BARBOSA LOBO	022.670.919-17
				HEMERSON SAQUETA BARBOSA	669.047.309-00	BRUNO KOWALSKI PEREIRA	079.216.579-00
				JAIRO FERNANDES DE QUEIROZ	664.493.164-20	ANDRÉ ZACCARON	047.892.689-85
				SOLANGE ROTHBARTH BARA	008.671.139-36	ROMMEL FREDERICO SPRENGE	044.946.089-47
24.860.365-8	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°020/2024	Inexigibilidade de Licitação n°729/2023	CAOBIANCO MATERIAIS MÉDICOS E HOSPITALARE S LTDA	GUILHERME PASETTI	046.027.629-80	Carlos Roberto Chaves	027.642.199-03,
				Karina de Fatima Chiquiti Netzel	066.185.239-31	Giovanni Costa	056.473.979-05
				Roseli dos Santos	059.569.939-10	Rogério de Oliveira Ribas	008.642.659-13
				Silvia de Cássia Cabral	039.822.629-80	Ronaldo Pereira Monteiro	004.660.219-41
				Jucimara dos Santos Cardoso	720.952.969-15	Elenore Enns Vidal	921.730.129-91
				Ana Paula Battisti	066.147.629-40	Célio Roberto Bet	022.792.209-38
24.881.822-0	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°001/2024	Pregão Eletrônico n°001/2024	EXTIN EXTINTORES LTDA	Emerson Marcio Rodrigues	954.208.869-87	Diego Henrique Martins Faust Lo	059.251.589-38
				Maura Aparecida Silveira	857.847.709-00	Gisele Ferreira	035.908.829-56

25.045.143-1	TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 141/2023	Pregão Eletrônico n° 209/2022	ELO MEDICAL COMERCIAL LTDA	Marcos Paulo Colla	022.822.389-07	Felipe Lourenço Ostroski	090.601.439-57
25.069.828-3	TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 142/2023	PE N° 209/2022	MRE3-SOLUÇÕES TÉCNICAS LTDA	Marcos Paulo Colla	022.822.389-07	Felipe Lourenço Ostroski	090.601.439-57
25.075.124-9	ERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 146/2023	Pregão Eletrônico n° 251/2022	LABORSYS PRODUTOS DIAGNÓSTICO S E HOSPITALARES LTDA	Guilherme Pasetti	046.027.629-80	Iria Frates Melek	027.716.209-28
24.814.567-6	TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 154/2023	Pregão Eletrônico N° 005/2023	EUGENIO & MARQUES LTDA - ME	Bianca de Cassia Rocha dos Santos	941.498.289.20	Jucimara dos Santos Cardoso	720.952.969.15
24.775.254-4	TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 076/2023	ARP/PE N° 1741/2021	CLARO S/A	Ana Paula Battisti	066.147.629-40	Vanderlei Giacomoni	062.148.709-07
				Simone Rodrigues de Carvalho	049.103.939-51	Felipe Lourenço Ostroski	090.601.439-57
				Emersom Márcio Rodrigues	954.208.869-87	Marcos José Bernardes Junior	060.850.669-96
				Solange Rothbarth Bara	040.193.759-33	Airam Oliveira da Rocha Guazelli de Jesus	489.026.679-87
				Jucemar Paes Pereira	411.148.500-63	Vagner José Cordeiro	062.798.449-21
				Rubens Luiz Ferreira Gusso	457.006.139-72	Jairo Fernandes de Queiroz	664.493.164-20
				Silvia de Cassia Cabra	039.822.399-82	Euzir Emidio de Lemos Neto	870.998.102-00
				Guilherme Pasetti	046.027.629-80	Pitter Diorginnes de Oliveira	064.564.949-07
24.734.697-0	TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 080/2023	Pregão Eletrônico° 308/2022	RS MEDICA LTDA	Silvia De Cassia Cabral	039.822.399-82	Ronaldo Pereira Monteiro	004.660.219-41
24.887.125-3	QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 072/2023	Pregão Eletrônico n° 291/2022	MP CENTRO DE DIAGNÓSTICO AVANÇADO LTDA	Maura Aparecida Silveira	857.847.709-00	Antonio da Silva Freitas	307.621.629-53
				Geraldo Júnior Guilherme	677.853.449-49	Aline Maria Tonin Leoni	045.662.619-05
				Fernando Cesar Iwamoto Marcucci	032.950.719-26	George Basilichi Meytre	031.604.019-36
				Naja Nabut	338.213.481-00	Marcos Rogério Dias	579.064.919-04
24.936.297-2	QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 120/2022	PE N° 265/2021	POWERTEC INDUSTRIAL LTDA	Simone Rodrigues de Carvalho	049.103.439-51	Felipe Lourenço Ostroski	090.601.439-57
25.016.990-6	TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 091/2022	Pregão Eletrônico 267/2021	VOXCITY TECNOLIGIA LTDA	Simone Rodrigues de Carvalho	049.103.439-51	Felipe Lourenço Ostroski	090.601.439-57
	QUARTO	Pregão	DAGMAR	MAURA APARECIDA SILVEIRA	857.847.709-00	GISELE FERREIRA	550.967.861-53

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

24.957.575-5	TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°052/2022	Eletrônico n° 052/2022	BERNARDINO MOIZES - METALURGIC A MM	Emerson Márcio Rodrigues	954.208.869-87	DIEGO ENRIQUE MARTINS FAUST LÓ	059.251.589-38
24.938.266-3	QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 707/2022	Inexigibilidade de Licitação nº 157/2022	ORTHO CLINICAL DIAGNOSTICS DO BRASIL PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA	Guilherme Pasetti	046.027.629-80	Iria Frates Melek	027.716.209 28
24.881.802-6	SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 023/2022	Pregão Eletrônico n° 260/2021	STERILAB - ESTERILIZACA O DE MATERIAIS MEDICOS LTDA	Maura Aparecida Silveira	857.847.709-00	Agnes Mika Hayashida	036.986.749-12
				Mary M. Okano Diretora de Enfermagem	022.781.419-37	Patrícia Gomes de Albuquerque Uratani	033.230.159-16
25.021.200-3	SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°022/2021	Pregão Eletrônico Nº 130/2020	EXTIN EXTINTORES LTDA	Guilherme Pasetti	046.027.629-80	Carlos Higor Figueiredo Vieira	060.166.479-50
				Karina De Fátima Chiquitti Netzel	066.185.239-31	Almir Luciano Francisco	704.374.759-72
23.996.674-8	998/2025	PE Nº 095/2025	BRAVO MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS	Ana Paula Battisti	066.147.629-40	Daiane Grade	047.901.509-09
						Camila Luise Gusen	068.326.719-11
23.996.674-8	999/2025	PE Nº 095/2025	PROTECNO COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARE	Ana Paula Battisti	066.147.629-40	Daiane Grade	047.901.509-09
						Camila Luise Gusen	068.326.719-11
23.996.674-8	1000/2025	PE Nº 095/2025	MEDPOA COMERCIO DE MATERIAL HOSPITALAR	Ana Paula Battisti	066.147.629-40	Daiane Grade	047.901.509-09
						Camila Luise Gusen	068.326.719-11
23.996.674-8	1001/2025	PE Nº 095/2025	HEXAGON DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DE PRODUTOS	Ana Paula Battisti	066.147.629-40	Daiane Grade	047.901.509-09
						Camila Luise Gusen	068.326.719-11
23.996.674-8	1002/2025	PE Nº 095/2025	PROFFIX COM EQUIP MED E HOSP LTDA	Ana Paula Battisti	066.147.629-40	Daiane Grade	047.901.509-09
						Camila Luise Gusen	068.326.719-11
23.493.092-3	970/2025	Concorrência Pública Nº 001/2025	CIS – CENTRO INTEGRADO EM SAÚDE LTDA	Fernando José Guiné	487.347.489-20	Edson Bruck Warpechowski,	576.361.680-49
						Fernanda Antunes da Silva Souza	359.777.938-71
						Roseli dos Santos	059.569.939-10
						Tiago Paula Guedes	047.593.969-77
						Tadeu Rodrigues de Lima	092.325.649-04
				Ana Carla Ribeiro	117.142.499-05	Fabiana Koupak	099.798619-08
						Alice de Fátima de Lara	037.786.129-48
						Rodolfo Luís de Barros	078.046.459-10
						Mayara Alves Paluski	057.187.429-01
						Nelcemara Vieira Rudeck	008.384.459-77
						Etiene Leticia Leone De Moraes	224.295.328-16
				Damião Ribeiro		Rafaela Lima Ferreira da Luz	455.672.168-74
						Stephanye Moraes Schneider	049.465.449-09

23.659.723-7	969/2025	Concorrência Pública Nº 003/2025	INSTITUTO SAÚDE E CIDADANIA – ISAC	Every Barbosa Lobo	022.670.919-17	Dyessica Francisca Da Silva	086.023.689-76
						Kallyni Vianna Zulian	052.754.989-42
						Beatriz Keterin Fortunato Sturzenegger	036.560.349-07
						Danielly Francine Da Silva	045.265.679-65
						Advania Bastos Dos Santos	949.209.583-15
24.660.965-9	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 1444/2023	PE Nº 235/2023	LABORATÓRI O OIKAWA LTDA	Everson Fernandes de Oliveira	337.848.248-62	Jéssica Fernanda da Silva Santos	076.622.799-52)
24.677.433-1	TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 1403/2022	PE Nº 187/2022	SAPRA LANDAUER SERVIÇO DE ACESSORIA E PROTEÇÃORA DIOLÓGIC	Guilherme Pasetti	046.027.629-80	Derik Deily de Almeida	305.669.478-70
24.506.197-8	QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 724/2021	PE Nº 211/2021	INTERATIVA SOLUÇÕES EM IMPRESSÃO EIRELI	Sílvia De Cássia Cabral	039.822.399-82	Euzir Emidio de Lemos Neto	870.998.102-00
24.650.356-7	QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 739/2021	PE Nº 168/2021	LABORSYS PRODUTOS DIAGNÓSTICO S E HOSPITALARE S LTDA	Guilherme Pasetti	046.027.629-80	Iria Frates Melek	027.716.209-28
24.502.398-7	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 1490/2023	PE Nº 050/2023	PST TERCEIRIZAÇ ÃO DE SERVIÇOS LTDA	Juliana Pereira de Queiroz Araújo	048.478.519-27	Renata Francisca de Almeida	071.739.319-40
24.607.195-0	TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 1420/2022	PE Nº 178/2022	INTERSUL EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS HOSPITALARE S LTDA	Cleverson Damião Ribeiro	005.530.619-50	Dyessica Francisca Da Silva	086.023.689-76
24.970.918-1	TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 1429/2022	PE Nº 183/2022	BORSATO GOMES E CIA LTDA (ECODET AMBIENTAL)	Maura Aparecida Silveira	857.847.709-00	Silvana Silvana Ferri Fecchio	50.967.861-53
				Geraldo Júnior Guilherme	677.853.449-49		
24.490.423-8	QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 757/2021	PE Nº 223/2021	RS MÉDICA LTDA - EPP	Silvia de Cassia Cabral	039.822.399-82	Ronaldo Pereira Monteiro	004.660.219-41
				Bruno Gehr	088.104.889-54	Alexandre Alcântara	095.436.569-08
				Luiz fernando N. S. dos Santos	076.869.289-00	Eduardo Matozo dos Santos	103.716.519-56
24.862.725-5	OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 725/2021	PE Nº 725/2021	ELENICE T. PRINCIVAL – LOCADORA DE EQUIPAMENTOS – ME	Adelita Sanches Garcia	055.737.289-54	Danilo Rodrigues de Oliveira	058.255.619-86
				Rubens Luiz Ferreira Gusso	457.006.139-72	Jairo Fernandes De Queiroz	664.493.164-20
				Simone Rodrigues De Carvalho	049.103.939-51	Felipe Lourenço Ostroski	090.601.439-57
				Ana Carla Ribeiro	117.142.499-05	Rodolfo Luis de Barros	078.046.459-10
				Emerson Márcio Rodrigues	954.208.869-87	Marcos José Bernardes Júnio	060.850.669-96
				Maura Aparecida Silveira	857.847.709-00	Maria Claudia do Carmo	007.976.439-82

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

				Maura Aparecida Silveira	857.847.709-00	Maria Claudia do Carmo	007.976.439-82
				Hemerson Saqueta Barbosa	669.047.309-00	Everson Fernandes de Oliveira	337.848.248-62
24.590.222-0	QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 1431/2022	IL Nº 447/2022	AFH EQUIPAMENT OS HOSPITALARE S LTDA	Rogério de Oliveira Ribas	008.642.659-13	Fernando José Guiné	487.347.489-20
				Cleverson Damião Ribeiro	005.530.619-50	Dyessica Francisca Da Silva	086.023.689-76
				Stephanye Moraes Schneider	049.465.449-09	João Marcelo De Campos Bueno	105.327.189-17
24.896.678-5	SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 2220-401/2020	PE Nº 869/2020	SAMTRONIC INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	Ruoma Nascimento Correa	071.780.319-80	Ivã Antônio de Oliveira	091.576.768-60
				Ronaldo Pereira Monteiro	004.660.219-41	Janaina Alfredo Correa dos Santos	004.743.069-92
				Jucimara Dos Santos Cardoso	720.952.969-15	Elenore Enns Vidal	921.730.129-91
				Maria Raquel Pedrazzoli Calixto	043.246.709-27	Celio Roberto Bet	022.792.209-38
				Sérgio Alexandre Ghidelli	610.291.909-25	Letícia de Aquino Frias Tonet	056.002.749-47
				Guilherme Pasetti	046.027.629-80	Eriéllen Francine Bini	041.497.499-90
				Marcos Paulo Colla	022.822.389-07	Thiago Aurélio De Oliveira	045.820.369-61
				Emerson Marcio Rodrigues	954.208.869-87	Adelita Cristina Ponez	055.737.289-54
				Elizabete Watanabe	030.262.709-03	Aline Maria Tontin Leoni	045.662.619-05
24.843.357-4	SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 700/2021	PE Nº 194/2021	COMPANHIA ULTRAGAZ S.A	Ana Paula Battisti	066.147.629-40	Dilson José da Silva	030.786.189-94
24.506.262-1	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 874/2024	IL Nº 430/2024	CANON MEDICAL SYSTEMS DO BRASIL LTDA	Silvia de Cassia Cabra	039.822.399-82	Ronaldo Pereira Monteiro	004.660.219-41
24.450.645-3	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°1586/2023	PE Nº 292/2023	DANDARA CAVALCANTI VICENTE RIBEIRO LTDA	Jucimara dos Santos Cardoso	720.952.969-15	Bianca de Cassia Rocha dos Santos	941.498.289-20
24.797.842-9	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°1562/2023	PE Nº 287/2023	MAJ LAB COMÉRCIO E MANUTENÇÃ O DE EQUIPAMENT OS DE LABORATÓRI O LTDA	Guilherme Pasetti	046.027.629-80	Carlos Roberto Chaves	027.642.199-03
25.070.892-0	TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°1214/2023	PE Nº 117/2023	MEDSIDE COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARE S LTDA	Fabiana Koupak	099.798.619-08	Rodolfo Luis de Barros	078.046.459-10
				Stephanye Moraes Schneider	049.465.449-09	Dyessica Francisca Da Silva	086.023.689-76
				Everson Fernandes De Oliveira	337.848.248-62	Ricardo Mérico	037.778.529-61
24.757.441-7	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 1591/2023	PE Nº 303/2023	FREDERICO DINIZ FARIA ME	Mary Mishina Okano	022.781.419-37	Patricia G. Albuquerque Uratani	033.230.159-16
				Maura Aparecida Silveira	587.847.709-00	Agnes Mika Hayashida	036.986.749-12

24.520.513-9	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 1133/2024	PE Nº 071/2024	RS MEDICA LTDA	Fabio Ricardo dos Santos	462.573.309-04	Ronaldo Pereira Monteiro	004.660.219-41
24.663.452-1	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 1122/2024	DL PEQUENO VALOR Nº 063/2024	BRCONNECT TELECOMUNICAÇÕES LTDA	Hemerson Saqueta Barbosa	669.047.309-00	Everson Fernandes de Oliveira	337.848.248-62
24.742.977-8	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 1671/2023	IL Nº 711/2023	MUNDIALFIRE EQUIPAMENTOS E SISTEMAS LTDA	Rogério de Oliveira Ribas	008.642.659-13	Fernando José Guiné	487.347.489-20
24.705.015-9	QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 823/2021	PE Nº 195/2021	HORSE POWER SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA	Rubens Luiz Ferreira Gusso	457.006.139-72	Guilherme Augusto Minozzo	080.708.879-07
						João Carlos Minozzo	510.465.639-04
24.757.462-0	QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 2220-273/2021	PE Nº 1304/2021	POWERTEC INDUSTRIAL LTDA	Maura Aparecida Silveira	857.847.709-00	Gisele Ferreira	059.251.589-38
				Emerson Márcio Rodrigues	954.208.869-87	Diego Henrique Martins Faust Lo	059.251.589-38
				Vagner José Cordeiro	062.798.449-51	Ricardo de Campos	026.021.589-92
24.757.483-2	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 1664/2023	PE Nº 308/2023	PANTANAL MEDICAL SERVICE LTDA	Fernando Cesar Iwamoto Marcucci	032.950.719-26	George Basilichi Meytre	031.604.019-36
24.742.977-8	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 1671/2023	IL Nº 711/2023	MUNDIALFIRE EQUIPAMENTOS E SISTEMAS LTDA	Rogério de Oliveira Ribas	008.642.659-13	Fernando José Guiné	487.347.489-20
24.509.987-8	TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 1499/2022	PE Nº 180/2022	ELO MEDICAL COMERCIAL EIRELI ME	Silvia de Cassia Cabral	039.822.399-82	Ronaldo Pereira Monteiro	004.660.219-41
24.559.531-0	TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 1500/2022	PE Nº 180/2022	RS MÉDICA LTDA	Silvia de Cassia Cabral	039.822.399-82	Fábio Ricardo dos Santos	462.573.309-04
24.770.452-3	TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 1533/2022	SRP/PE Nº 1048/2021	APPA SERVIÇOS TEMPORÁRIOS E EFETIVOS LTDA	Patrícia Regina Ferreira	203.952.448-70	Joyce Mara da Silva Gonçalves	021.322.019-94
				Emerson Márcio Rodrigues	954.208.869-87	Diego Henrique Martins Faust Lo	059.251.589-38
				Maura Aparecida Silveira	857.847.709-00	Gisele Ferreira	035.908.829-56.
				Geraldo Júnior Guilherme	677.853.449-49	Agenor Rodrigues	448.083.219-04
24.841.565-7	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°004/2024	PE Nº 318/2023	BIOLIMP SERVICOS ESPECIALIZADOS DE HIGIENIZACAO TEXTIL - LTDA	Guilherme Pasetti	046.027.629-80	José Augusto Chezanoski	037.038.729- 50
24.793.019-1	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 1125/2024	PE Nº 087/2024	STÉRILE SERVIÇOS DE ESTERILIZAÇÃO EIRELI EPP	Ana Paula Battisti	066.147.629-40	Thainá Aparecida da Silva	041.011.659-98

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

24.975.215-0	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 1457/2023	PE Nº 263/2023	NUTRITIVA REFEICOES COLETIVAS LTDA	Guilherme Pasetti	046.027.629-80	Roseli Cola de Oliveira	008.324.889-76
24.213.227-0	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 116/2025	Concorrência Pública Nº 005/2024	MIRIAD ENGENHARIA, CONSTRUÇÕE S E SERVIÇOS LTDA	Rubens Luiz Ferreira Gusso	664.493.164-20	Daniel Ranieri Bueno	075.259.929-16
24.697.417-9	QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 125/2021	PE Nº 020/2021	GRUGER GRUPOS GERADORES LTDA	Guilherme Pasetti	046.027.629-80	Paola Andrea Galarza Borges	034.352.589-50
24.504.850-5	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 337/2025	PE Nº 016/2025	MANANCIAL MEDICAL LTDA	Ruoama Nascimento Correa	071.780.319-80	Ivã Antônio de Oliveira	091.576.768-60
25.008.303-3	OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SUB-RO- GADO DE N° 2220-308/2020	SRP/PE N° 269/2019	PONTUAL SERVIÇOS TERCEIRIZAD OS LTDA	Vagner José Cordeiro	062.798.449-51	Alessandra Carla Sautchuk Gagno	802.204.959-04
24.388.112-9	072/2026	SRP/PE 116/2023	TECPRINTERS TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO LTDA	Everson Fernandes de Oliveira	337.848.248-62	Danielle Raiser de Sene	093.576.069-55
				Hemerson Saqueta Barbosa	669.047.309-00	Bruno Kowalski Pereira	079.216.579-90
24.558.997-2	082/2026	SRP/PE 116/2023	TECPRINTERS TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO LTDA	Maura Aparecida Silveira	857.847.709-00	Maria Claudia do Carmo Ortega	007.976.439-82
				Geraldo Júnior Guilherme	677.853.449-49	Luciana Moreira Cogo Costa	023.729.559-85
			TECPRINTERS	Silvia de Cássia Cabral	039.822.399-82	Euzir Emidio de Lemos Neto,	870.998.102-00
24.173.742-0	083/2026	SRP/PE 116/2023	TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO LTDA	Hélio Avelar Teixeira	281.564.479-72	Danielle de Andrade Fernandes Pinheiro	032.264.079-29
24.591.818-6	085/2026	SRP/PE Nº 9007/2025	UNITED MEDICAL LTDA	Ruoama Nascimento Correa	071.780.319-80	Ivã Antônio de Oliveira	091.576.768-60
				Rosilaine Moraes Lanchoski	044.083.109-13	Ana Carla dos Santos	949.727.969-87
22.583.624 -8	949/2025	IL Nº 512/2025	MEDICALWAY EQUIPAMENT OS MEDICOS LTDA	Guilherme Augusto Mariano de Farias	024.705.339-29	Sérgio Alexandre Ghidelli	610.291.909-25
				Adelita Sanches Garcia	055.737.289-54	Lukas Thadeu de Oliveira Lima	090.186.669-55
24.456.695-2	089/2026	IL Nº 571/2025	RAMON GOMES GÂNDARA	Marcia Cristina Altvater Vilas Boas	565.244.639-00	Miriam Ferraz da Silva	037.972.469-35
				Adelita Sanches Garcia	055.737.289-54	Alcione Aparecida Slugovieski	050.476.439-05
						Orlando Pimentel	307.822.109-10

28205/2026

RESOLUÇÃO SESA Nº 242/2026, DE 9 DE MARÇO DE 2026

Autoriza o repasse do incentivo financeiro de custeio do Fundo Estadual de Saúde aos Fundos Municipais de Saúde do Estado do Paraná, destinado ao apoio das equipes de Consultório na Rua (ECR), credenciadas pelo Ministério da Saúde, instituído pela Resolução SESA nº 1.957/2025, para o exercício de 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, gestor do Sistema Único de Saúde do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 4º, incisos VI e XIII, da Lei Estadual n.º 19.848, de 3 de maio de 2019, e o Art. 8º, inciso IX, do anexo 113060-30131, do Decreto Estadual n.º 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual n.º 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado, **Protocolo nº 25.239.849-0**

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro;

CONSIDERANDO o art. 20 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que estabelece que a transferência dos estados para os municípios destinados a financiar ações e serviços públicos de saúde serão realizadas diretamente aos Fundos Municipais de Saúde, de forma regular e automática em conformidade com os critérios de transferência aprovada pelo respectivo Conselho de Saúde;

CONSIDERANDO a Lei nº 13.331/2001(Código de Saúde), regulamentado pelo Decreto nº 5.711, de 23 de maio de 2002, que dispõe que os recursos alocados no Fundo Estadual de Saúde, cujo art. 49 prevê "Os recursos alocados poderão ser objeto de transferência aos Fundos Municipais de Saúde, independentemente de convênio ou instrumento congênere";

CONSIDERANDO que no Estado do Paraná foi criado o Fundo Estadual de Saúde – FUNSAUDE (Lei nº 152 de 10/12/2012), regulamentado pelo Decreto nº 7.986, de 16 de Abril de 2013, com finalidade de "captar, gerenciar, prover e aplicar os recursos financeiros destinados ao desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde", cuja gestão compete ao Secretário de Estado da Saúde devendo autorizar de forma expressa e individualmente a execução de despesas referentes a ações e serviços de saúde com recursos do FUNSAUDE;

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 17 da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990: "À Direção Estadual do Sistema Único de Saúde", em seu Item III – "compete buscar apoio técnico e financeiro aos Municípios e executar supletivamente ações e serviços de saúde";

CONSIDERANDO a Resolução SESA nº 673/2023 que dispõe sobre a transferência regular e automática, na modalidade fundo a fundo, de recursos financeiros, do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde do Paraná;

CONSIDERANDO a Resolução SESA n.º 1957/2025, que institui o apoio das equipes de Consultório na Rua (ECR), credenciadas pelo Ministério da Saúde.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o repasse do incentivo financeiro de custeio do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde do Paraná, com objetivo de apoiar as equipes de Consultório de Rua (ECR), credenciadas pelo Ministério, instituído pela Resolução SESA nº 1957/2025, para o exercício 2026, conforme Anexo I.

Art. 2º A utilização dos recursos financeiros deverá atender as exigências legais concernentes à licitação a que estão sujeitas todas as despesas da Administração Pública.

Parágrafo Único. A documentação administrativa e fiscal deverá ser mantida em arquivo pelo período mínimo legal exigido.

Art. 3º Os recursos transferidos serão movimentados sob a fiscalização do respectivo Conselho de Saúde, sem prejuízo da fiscalização exercida pelos órgãos do Sistema de Controle Interno e Externo.

Art. 4º As ações e serviços públicos de saúde a serem executadas pelos municípios deverão estar em consonância com todos os instrumentos de planejamento, (Plano Plurianual – PPA, Plano Municipal de Saúde, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e Programação Anual de Saúde), assim como o demonstrativo do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, a serem apresentados aos respectivos Conselhos Municipais de Saúde, conforme os prazos previstos na Lei Complementar nº 141/2012, de 13 de Janeiro de 2012.

Art. 5º A comprovação da aplicação dos recursos transferidos será analisada com base no Relatório de Gestão. Os Municípios deverão comprovar a observância do envio do Relatório de Gestão ao respectivo Conselho de Saúde, até o dia 30 de março do ano seguinte ao da execução financeira, cabendo ao Conselho emitir parecer conclusivo no Sistema DIGISUS sobre o cumprimento ou não das normas estatuídas na Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, ao qual será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.

Art. 6º Poderá a qualquer momento a Secretaria de Estado da Saúde por meio do Controle Interno em parceria com o Fundo Estadual de Saúde, Gestor dos recursos financeiros destinados a ações e serviços públicos de saúde, fazer a verificação "in loco".
Caso haja comprovado quaisquer irregularidades estará o responsável sujeito às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992 – Agentes Públicos Improbidade Administrativa.

Art. 7º O Fundo Municipal de Saúde restituirá recursos financeiros recebidos, atualizados monetariamente, acrescidos de juros legais na forma aplicável aos débitos para como Tesouro do Estado, nos seguintes casos:

I – Quando verificado o desvio de finalidade na aplicação dos recursos, como o caso de aquisição e pagamento de bens estranhos a finalidade desta Resolução;

II – Quando for constatada despesa alheia a área da saúde.

Art. 8º O repasse financeiro dar-se-á na Conta Única de custeio, sendo vedada a criação por parte dos Fundos Municipais de Saúde abertura de subcontas ou transferência para outras contas bancárias, mas sim, e tão somente, para os destinatários finais das despesas com saúde (Lei Complementar nº 141/2012 e Termo de Ajuste de Conduta – TAC – firmado entre o Ministério Público Federal e os agentes financeiros).

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 9º Toda execução orçamentaria e a movimentação financeira serão realizadas através da Unidade Orçamentaria: Fundo Municipal de Saúde.

Art. 10. As despesas a serem executadas com recursos financeiros objeto dessa Resolução devem ser correlatas a subfunção indicada abaixo.

Art. 11. Os recursos orçamentários correrão por conta do orçamento da Secretaria de Estado da Saúde no exercício de 2026, devendo onerar o seguinte Programa: 35 – Cuidado Regionalizado em Saúde.

I - Ação: Transferência Fundo a Fundo – Bloco de Financiamento: Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Custeio;

II - Programa de Trabalho: 10.305.35.8030 – Gestão da Atenção Primária em Saúde;

III - Natureza da Despesa: 3341.4100;

IV - Fonte Repassador: 500 – Tesouro do Estado;

V - Fonte de Receita Recebedora (FMS): 621 – Transferência Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Estadual.

Art. 12. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 9 de março de 2026.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

ANEXO I DA RESOLUÇÃO SESA Nº 242/2026

RELAÇÃO DOS FUNDOS MUNICIPAIS QUE FAZEM JUS AO REPASSE FINANCEIRO

FUNDOS MUNICIPAIS	CNPJ	BANCO	AG	CC	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
ALMIRANTE TAMANDARÉ	10513064000140	001	1265	0000000373826	10.000,00	120.000,00
ARAUCÁRIA	10373665000102	001	1467	000000081928X	10.000,00	120.000,00
CURITIBA	13792329000184	001	3793	0000000140678	46.000,00	552.000,00
FOZ DO IGUAÇU	10573693000165	001	0140	0000001149024	10.000,00	120.000,00
LONDRINA	11323261000169	001	2755	0000000395269	10.000,00	120.000,00
MARINGÁ	80905706000131	001	0352	0000001380389	10.000,00	120.000,00
PONTA GROSSA	09277224000110	001	0030	0000001297473	10.000,00	120.000,00
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	09237668000121	001	0982	0000000981923	10.000,00	120.000,00
				TOTAL	**116.000,00**	**1.392.000,00**

28394/2026

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS
O DIRETOR GERAL DO(A) SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PR-SESA,
NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO INCISO II DO ARTIGO 72, DA LEI N.8485, DE 03 DE JUNHO DE 1987, RESOLVE CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE,
DE ACORDO COM O ARTIGO 245, DA LEI 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, AO(S) FUNCIONÁRIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S):
PORTARIA N. 100 DE 05/03/2026
ORGAO - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO PR - FUNSAUDE

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	INICIO	FIM	DIAS
DANIELE SILVEIRA VIANA	5183796	1	NAII	254559997	16/03/2026	14/03/2028	730

26473/2026

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS
O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE DO PARANÁ,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI Nº 6174,
DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :
PORTARIA N. 103 DE 06/03/2026
ORGAO - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO PR - FUNSAUDE

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
FABIANO HEITOR CORREA				90	08/12/2010	07/12/2015	04/04/2026	02/07/2026
68090415	1	NAIX	255105388					

27089/2026

ERRATA

RESOLUÇÃO SESA Nº 1862/2025

Publicado no DOE nº 12038 de 28/11/2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, incisos VI e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado, **PUBLICA ERRATA JUNTO À RESOLUÇÃO SESA Nº 1862/2025, PARA ALTERAR O ANEXO I**, conforme segue,

ONDE SE LÊ:

11ª RS	RONCADOR	REFORMA	R$ 300.000,00	1	R$ 300.000,00	CENTRO DE SAÚDE

LEIA-SE:

11ª RS	RONCADOR	AMPLIAÇÃO	R$ 500.000,00	1	R$ 500.000,00	CENTRO DE SAÚDE

Curitiba, 9 de março de 2026.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

28170/2026

PORTARIA FUNEAS Nº 190- 9 DE MARÇO DE 2026

Súmula: Determina a instauração de Sindicância, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades administrativas no caso em que se específica, conforme protocolado 25.462.859-0.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022;

- CONSIDERANDO o disposto na Resolução FUNEAS nº 29 de 07 de novembro de 2022, que Regulamenta o Processo Administrativo Disciplinar, Sanções e Penalidades no âmbito da FUNEAS;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Sindicância com a finalidade de apurar indícios de irregularidades, ante ao contido no Protocolado nº 25.462.859-0, que teriam ocorrido no âmbito da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná - Hospital Regional do Litoral.

Art. 2° Encaminhar a Comissão Permanente de Sindicância, que promoverá os atos necessários à presente apuração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de março de 2026.

(assinado digitalmente)
GERALDO GENTIL BIESEK
Diretor Presidente

(assinado digitalmente)
MARCOS AURÉLIO SOUZA PEREIRA
Diretor Administrativo

28212/2026

PORTARIA FUNEAS Nº 189 - 9 DE MARÇO DE 2026

Súmula: Determina a instauração de Sindicância, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades administrativas no caso em que se específica, conforme protocolado 25.419.443-3.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022;

- CONSIDERANDO o disposto na Resolução FUNEAS nº 29 de 07 de novembro de 2022, que Regulamenta o Processo Administrativo Disciplinar, Sanções e Penalidades no âmbito da FUNEAS;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Sindicância com a finalidade de apurar indícios de irregularidades, ante ao contido no Protocolado nº 25.419.443-3, que teriam ocorrido no âmbito da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná - Hospital Infantil Waldemar Monastier.

Art. 2° Encaminhar a Comissão Permanente de Sindicância, que promoverá os atos necessários à presente apuração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de março de 2026.

(assinado digitalmente)
GERALDO GENTIL BIESEK
Diretor Presidente

(assinado digitalmente)
MARCOS AURÉLIO SOUZA PEREIRA
Diretor Administrativo

28211/2026

Secretaria da Segurança Pública

EDITAL Nº 01/2026

RETIFICAÇÃO AO EDITAL N.º 001/2023 – ESPEN

Ementa: Retifica o Regulamento do Curso de Transição para Operações da Polícia Penal Do Paraná - CTOOP/PR.

A **DIRETORA DE ENSINO DA ESCOLA DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PENITENCIÁRIO - ESPEN**, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de atualização das normativas acadêmicas e operacionais do Curso de Transição para Operações da Polícia Penal do Paraná - CTOPP/PR, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital de Retificação, que altera e acresce dispositivos ao Edital nº 001/2023 - ESPEN.

Art. 1º - O Edital nº 001/2023 - ESPEN passa a vigorar com as seguintes alterações em seus itens:

"1.15. O CTOPP será executado e coordenado por Comissão Organizadora, instituída mediante Portaria da Direção-Geral do Departamento de Polícia Penal do Paraná – DEPPEN.

1.15.1. Em cada Regional Administrativa do DEPPEN será constituída Comissão Local, designada por Ordem de Serviço da Direção de Ensino da ESPEN responsável pela execução, acompanhamento e apoio às atividades acadêmicas e operacionais do curso no respectivo âmbito regional." (NR)

"2.2. É pré-requisito para participar da etapa presencial a conclusão e aprovação integral na etapa EAD do CTOPP, observados os critérios de

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

aproveitamento mínimo e frequência estabelecidos neste Regulamento, bem como o atendimento aos requisitos específicos conforme a grade escolhida: (...)" (NR)

"5.4. As munições a serem ofertadas nas habilitações e treinamentos, por discente e por instrutor, observarão os quantitativos estabelecidos na Portaria nº 081/2024 – DEPPEN/GAB, ou outra normativa superveniente que venha a substituí-la ou atualizá-la, vigente à época da realização do curso.

5.4.1. Os limites de fornecimento e utilização deverão atender rigorosamente aos parâmetros técnicos, operacionais e de segurança definidos na normativa aplicável, aplicando-se automaticamente eventuais atualizações posteriores." (NR)

"6.3.1. Cada disciplina envolverá a realização de uma avaliação de múltipla escolha, onde o discente deverá realizá-la em no máximo 02 (duas) tentativas, com duração de 01 hora cada, sendo necessária, para sua aprovação, a obtenção de nota mínima 70 (setenta)." (NR)

"7.1. Os certificados de conclusão de cada etapa do curso (presencial e EAD) estarão à disposição do aluno após a conclusão e consequente aprovação nas disciplinas correspondentes à respectiva etapa, além do preenchimento e envio da Avaliação Institucional.

7.1.1. Os certificados poderão ser emitidos de forma unificada, após a aprovação em ambas as etapas, ou de forma separada, conforme a etapa efetivamente concluída e aprovada.

7.1.2. A opção pela forma de emissão do certificado, seja unificada ou separada, constitui ato irrevogável e irretratável, não sendo admitida posterior alteração da modalidade escolhida pelo discente." (NR)

Art. 2º - O item 2.1 do Edital nº 001/2023 - ESPEN passa a vigorar acrescido do subitem 2.1.2, com a seguinte redação:

"2.1.2 Ter sido nomeado originariamente para o cargo de Agente Penitenciário do Estado do Paraná, posteriormente transformado em Policial Penal nos termos da Emenda Constitucional nº 50/2021 e da Lei Complementar nº 245/2022".

Art. 3º - Fica expressamente vedada a reemissão, o fracionamento ou a substituição de certificados já expedidos de forma unificada aos concluintes de turmas anteriores.

Parágrafo único. Aos discentes que já integralizaram o curso sob a vigência da redação original, mantém-se a plena validade do certificado único outrora expedido, o qual comprova de forma inquestionável a conclusão de ambas as etapas do CTOPP.

Art. 4º - Fica revogado o Anexo I (Comissão Organizadora), do Edital nº 001/2023 - ESPEN.

Art. 5 º - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de março de 2026.

Josiane Scremin
Diretoria de Ensino

27933/2026

RESOLUÇÃO N° 139/2026

Constituir Comissão Permanente referente a todas as Doações do Ministério da Justiça e Segurança Pública e revoga a Resolução nº nº. 486/2024 – SESP O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 4º, incisos II e VII da Lei Estadual 21.352, de 1° de janeiro de 2023, pelo Decreto Estadual nº 8.301, de 13 de dezembro de 2024, e pelo Decreto Estadual nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023 e o contido no protocolo n.º 25.423.753-1

RESOLVE:

Art. 1º CONSTITUIR como Comissão Permanente os membros abaixo designados, referente a todas as Doações do Ministério da Justiça e Segurança Pública;

ÓRGÃO	NOME	CPF
SESP	LUIZ GUSTAVO DA CRUZ	XXX.433.439-XX
SESP	JEFERSON SCHULDZ	XXX.437.449-XX
SESP/NAS	MARCO AURÉLIO MOISÉS DOS SANTOS	XXX.857.049-XX
SESP/NAS	JOÃO PEDRO MOREIRA BERNARDES	XXX.310.339-XX
POLÍCIA MILITAR	AMANDA QUADROS DE ANDRADE	XXX.695.199-XX
POLÍCIA MILITAR	MICHEL ROHR	XXX.131.759-XX
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR	ROGRIGO SILOTO KUTIANSKI	XXX.623.829-XX
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR	MARCOS AURÉLIO CONOR	XXX.077.429-XX
POLÍCIA CIVIL	JOSÉ AUGUSTO REIKDAL	XXX.181.039-XX
POLÍCIA CIVIL	LARISSA HORA DA MOTTA	XXX.674.439-XX
POLÍCIA CIENTÍFICA	MARCIO ALEXANDRE TAVARES	XXX.726.609-XX
POLÍCIA CIENTÍFICA	LUIS HENRIQUE FERREIRA DE MORAES	XXX.226.328-XX
POLÍCIA PENAL	MARLON MARTINS	XXX.086.279-XX
POLÍCIA PENAL	RODNEI SANTOS DE OLIVEIRA	XXX.355.638-XX

Art. 2º REVOGAR a Resolução nº. 486/2024 – SESP, publicada no Diário Oficial nº. 11.729, de 22 de agosto de 2024.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba-Paraná, 09 de março de 2026.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

27909/2026

RESOLUÇÃO N.º 003/2026 – CS/FUNDASEG

Súmula: Aprova a alteração do Plano de Empregos, Carreiras e Salários - PECS da Fundação de Apoio à Segurança Pública.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA FUNDAÇÃO DE APOIO À SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 250 de 01º de janeiro de 2023, Lei Complementar n.º 282 de 03 de julho de 2025, Decreto Estadual nº 9.430 de 02 de setembro de 2025, Decreto Estadual n.º 10.792 de 04 de agosto de 2025, e o e-protocolo n.º 25.539.488-6,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o Plano de Empregos, Carreiras e Salários - PECS da Fundação de Apoio à Segurança Pública – FUNDASEG, o qual tem por objetivo alterar os Anexos I, II e V, conforme deliberação constante da Ata nº 08 da Assembleia Geral, realizada em 26 de fevereiro de 2026.

§1º. Deverão ser observados os requisitos legais e estatutários para a homologação e publicação em Diário Oficial por meio de ato do Chefe do Poder Executivo.

§2º. O perfil profissiográfico dos empregos efetivos serão estabelecidos em ato do Diretor-Presidente da entidade, devendo conter as atribuições, responsabilidades e rede de relacionamentos interno e externo.

Art. 2º O valor da inscrição para o concurso público será correspondente ao mínimo de dois por cento do valor do vencimento básico do emprego efetivo.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Assinado Eletronicamente
Cel. PM HUDSON LEÔNCIO TEIXEIRA
Presidente do Conselho Superior da Fundação de Apoio à Segurança Pública

Anexo:

disponibilizado no link:
https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=387341&indice=1&totalRegistros=20&dt=10.2.2026.11.33.50.108

28346/2026

RESOLUÇÃO N.º 004/2026 – CS/FUNDASEG

Súmula: Aprova o Relatório de Gestão da Fundação de Apoio à Segurança Pública – FUNDASEG referente ao exercício de 2025.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA FUNDAÇÃO DE APOIO À SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 250 de 01º de janeiro de 2023, Lei Complementar n.º 282 de 03 de julho de 2025, Decreto Estadual nº 9.430 de 02 de setembro de 2025, Decreto Estadual n.º 10.792 de 04 de agosto de 2025, e o e-protocolo n.º 25.544.918-4,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o Relatório de Gestão da Fundação de Apoio à Segurança Pública – FUNDASEG referente ao exercício de 2025, apreciado pelo Conselho Superior, na forma do documento anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Assinado Eletronicamente
Cel. PM HUDSON LEÔNCIO TEIXEIRA
Presidente do Conselho Superior da Fundação de Apoio à Segurança Pública

Anexo:

disponibilizado no link:
https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=387347&indice=1&totalRegistros=17&dt=10.2.2026.11.48.33.501

28360/2026

RESOLUÇÃO SESP N° 138/2026

Designação/Substituição de Fiscal de contratos administrativos.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 4º, incisos II e VII da Lei Estadual 21.352, de 1° de janeiro de 2023, pelo Decreto Estadual nº 8.301, de 13 de dezembro de 2024, e pelo Decreto Estadual nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023 e o contido no protocolo n.º 25.462.728-3

RESOLVE:

Art. 1º. SUBSTITUIR a servidora Tatiane Andziewski, CPF XX.849.069-XX, designada como GESTORA do contrato nº 0830/2024 – GMS nº 7786/2024, pelo servidor 2º Ten. QOE PM Valdecir Rodrigues Viana, CPF: XXX.565.681-XX.

Art. 2°. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de março de 2026

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

27917/2026

PORTARIA N.º 019/2026 – PRES/FUNDASEG

Súmula: *Designar servidor para atuar na função de Agente de Compliance, da Fundação de Apoio à Segurança Pública.*

O DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE APOIO À SEGURANÇA PÚBLICA,no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 250 de 01º de janeiro de 2023, Lei Complementar n.º 282 de 03 de julho de 2025, Decreto Estadual nº 12.090 de 28 de novembro de 2025, Decreto Estadual n.º 9.437 de 03 de abril de 2025, e o e-protocolo n.º 25.558.856-7,

RESOLVE:

Art. 1º Designar CLAUDENICE DE FATIMA CAETANO AZZOLINI, CPF XXX.892.599-XX, para atuar na função de Agente de Ouvidoria e Agente de Transparência, na Fundação de Apoio à Segurança Pública.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria n.º 039/2025**.**

Curitiba, 10 de março de 2026.

Renan Barbosa Lopes Ferreira
Diretor-Presidente

28365/2026

PORTARIA N.º 020/2026 – PRES/FUNDASEG

Súmula: *Nomeação de Renata da Silva Dias para exercer cargo em comissão na Fundação de Apoio à Segurança Pública..*

O DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE APOIO À SEGURANÇA PÚBLICA,no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 250 de 01º de janeiro de 2023, Lei Complementar n.º 282 de 03 de julho de 2025, Decreto Estadual nº 12.090 de 28 de novembro de 2025, Decreto Estadual n.º 9.437 de 03 de abril de 2025, e o e-protocolo n.º 25.559.009-0,

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada, a partir de 1º de abril de 2026, RENATA DA SILVA DIAS, CPF XXX.104.259-XX, para exercer cargo em comissão de Assessor III, simbologia CC-6, na Fundação de Apoio à Segurança Pública, com lotação na Diretoria Administrativa-Financeira.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de março de 2026.

Renan Barbosa Lopes Ferreira
Diretor-Presidente

28366/2026

PORTARIA N.º 021/2026 – PRES/FUNDASEG

Súmula: *Nomeação de Diogo Roberto de Souza Correa, para exercer cargo em comissão na Fundação de Apoio à Segurança Pública.*

O DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE APOIO À SEGURANÇA PÚBLICA,no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 250 de 01º de janeiro de 2023, Lei Complementar n.º 282 de 03 de julho de 2025, Decreto Estadual nº 12.090 de 28 de novembro de 2025, Decreto Estadual n.º 9.437 de 03 de abril de 2025, e o e-protocolo n.º 25.559.100-2,

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeado, a partir de 1º de abril de 2026, DIOGO ROBERTO DE SOUZA CORREA, CPF XXX.397.859-XX, para exercer cargo em comissão de Assessor II, simbologia CC-5, na Fundação de Apoio à Segurança Pública, com lotação na Diretoria Administrativa-Financeira.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de março de 2026.

Renan Barbosa Lopes Ferreira
Diretor-Presidente

28367/2026

PORTARIA N° 074/2026-SINDICÂNCIA

A CORREGEDORA-GERAL, EM EXERCÍCIO, DA POLÍCIA PENAL, designado pela Portaria nº. 206, de 03 de Março de 2026, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 12.102, de 10/03/2026, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 10 do Regimento Interno

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

da Corregedoria do Departamento Penitenciário, aprovado pela Resolução nº 234 de 12 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 9.764, de 17/08/2016, c/c. artigo 10, inciso I, do Regimento Interno do Departamento Penitenciário – DEPEN, aprovado pela Resolução nº 233 de 12 de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado nº 9.764, de 17/08/2016 e tendo em vista o disposto no artigo 100, inciso II, da Lei nº. 20.656/2021,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR os servidores efetivos e estáveis: **PAULO HENRIQUE TISSI MUNHOZ DUARTE, CPF: XXX.899.719-XX,** ocupante do cargo de Policial Penal, e **RAQUEL PEREIRA SILVA, CPF: XXX.419.089-XX,** ocupante do cargo de Agente de Apoio – Auxiliar de Saúde, ambos lotados no Complexo Médico Penal do Paraná, para que, no **protocolo n° 25.557.312-8,** nos termos da **Lei nº 20.656/2021**, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Sindicância, para que no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, concluam aos trabalhos de apuração dos fatos narrados no **protocolo nº 23.497.408-4**, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º. INFORMAR aos membros da Comissão que poderão ser adotados na instrução do presente procedimento disciplinar os dispostos na Instrução Normativa nº 01/2018 da Corregedoria da Polícia Penal, que regulamenta a adoção do sistema de Webconferência para gravação em áudio e vídeo dos depoimentos de modo geral nas audiências.

Art. 3º. DETERMINAR ao Presidente da Comissão que, em observância ao Decreto Estadual nº. 7.304/2021 c/c a Instrução Normativa nº. 02/2022 da Corregedoria da Polícia Penal, o presente procedimento disciplinar deve ser realizado no formato digital, utilizando-se o sistema E-protocolo como recurso apropriado para inserção de documentos e arquivos digitais.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de Março de 2026.

(assinado eletronicamente)
SUELY VIEIRA SANTOS
Corregedora – Geral, em Exercício, da Polícia Penal

28179/2026

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 07/2026

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E DE ACORDO COM O DISPOSTO NO ART. 18 DO REGIMENTO INTERNO DO COLEGIADO – DELIBERAÇÃO 593/2006 – DETERMINA, PARA FINS DE CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE SEJA AFIXADA, NESTA DATA, NO EDITAL DO CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL E PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, A PRESENTE PAUTA DO JULGAMENTO A SER REALIZADO EM DATA DE **16 DE MARÇO DE 2026**, COM INÍCIO ÀS 14:00 HORAS, NA SALA DESTE CONSELHO, NA AVENIDA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 1251 – CENTRO – (ACESSO PELA AVENIDA IGUAÇU, 470) CONSOANTE RELAÇÃO ABAIXO:

PROT. 005/2025/CSPC (digital 23.641.248-2) – PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
ACUSADO: ALESSANDRO CARVALHO DA SILVA, Agente de Polícia Judiciária.
ADVOGADOS: DR. CESAR AUGUSTO DURÃES RIBEIRO – OAB/PR 76.593 e DR. MARQUES CLÁUDIO MARQUES ROLIN E SILVA – OAB/PR 124.714.
RELATOR: DR. FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JÚNIOR.

PROT. 085/2027/CSPC (005/2017/CGPC) – PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
ACUSADOS: ALUIZIO SEBASTIÃO CRESPO DE OLIVEIRA JÚNIOR, Agente de Polícia Judiciária, GUSTAVO FERNANDES LOPES, Agente de Polícia Judiciária e RANULFO MARTINS FILHO, Agente de Polícia Judiciária aposentado (cassada).
ADVOGADOS: DR. ANDRÉ LUÍS ROMERO DE SOUZA – OAB/PR 50.530, DR. RAMONN BALDINO GARCIA - OAB/PR 48.798, DR. DONIZETE BALDINO GARCIA - OAB/PR 69.363 e DR. LEONEL STEVAM FILHO – OAB/PR 21.553.
RELATOR: DR. ALAN HENRIQUE FLORE.

PROT. 110/2023/CSPC (120/2023/CGPC) – PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
ACUSADO: ARILDO MARIANO, Agente de Polícia Judiciária.
ADVOGADO: AUTODEFESA, conforme artigo 33, § 2º da Lei 21.894/2024.
RELATOR: DR. RIAD BRAGA FARHAT.

Curitiba, 09 de março de 2026

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

28027/2026

RESOLUÇÃO SESP N° 141/2026

Prorrogação de prazo no Processo de Responsabilização – PR n.° 010/2024, instaurado em desfavor da empresa JMF COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita sob o CNPJ n.° 36.953.179/0001-49.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 4º, incisos II e VII da Lei Estadual 21.352, de 1° de janeiro de 2023, pelo Decreto Estadual nº 8.301, de 13 de dezembro de 2024, e pelo Decreto Estadual nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023 e conforme protocolo nº 25.046.488-6,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, por 60 (sessenta) dias úteis, o prazo para a conclusão do Processo de Responsabilização – PR n.° 010/2024, instaurado pela Resolução nº 636/2025-SESP, publicada no Diário Oficial nº 12036, de 26 de novembro de 2025.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor a partir de 20 de fevereiro de 2026.

Curitiba, 10 de março de 2026

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

28504/2026

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA N.º 210 – DRH, 09 DE MARÇO DE 2026.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública e

Considerando o contido no protocolo n.º 25.319.108-2,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor Silvio Luis Martins Staquecini, CPF 332.XXX.XXX-18, ocupante do cargo Policial Penal, para exercer a função de Gestor da Cadeia Pública de Umuarama, durante as férias do titular Helton Bezerra de Lima, CPF 030.XXX.XXX-60, ocupante do cargo Policial Penal, no período de 16 de março de 2026 a 30 de março de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ananda Chalegre dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal.

27452/2026

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

PORTARIA Nº 211 – DRH, 09 DE MARÇO DE 2026.

A DIRETORA-GERAL DO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA PENAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Resolução nº 246, de 03 de março de 2023, da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e considerando o contido no protocolo nº 24.596.642-3,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR a servidora **Eliety Neves Pereira de Medina, CPF nº XXX.074.209-XX**, ocupante do cargo de Policial Penal, para exercer a Função Privativa Policial de Diretora da Polícia Penal – simbologia FPP-4, da Diretoria Administrativa e Financeira, durante as férias da titular **Luciana Cubeske, CPF nº XXX.807.079-XX**, ocupante do cargo de Policial Penal, no período de 23 de março de 2026 a 11 de abril de 2026.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ananda Chalegre Dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal.

28525/2026

Faz saber a todos que o presente edital, virem ou dele tiverem conhecimento, que nos termos do Art. 277, alínea "d", c/c Art. 287, alínea "c" do Código de Processo Penal Militar, o militar inativo Sd. QPRR PM Eduardo Alexandre Dambroski, RG 50790398, fica devidamente INTIMADO da instauração e regular tramitação do Conselho de Disciplina nº 078/2025–CG, no qual figura na condiçao de acusado. Tendo sido realizadas diligências para sua localização, em dias e horários diversos, restaram infrutíferas as tentativas de intimação pessoal, encontrando-se o referido militar em local incerto e não sabido.

20318/2026

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo Artigo 57 do Decreto Estadual 7339/2010.

NOTIFICA:

1. O Sr. Fernando Cesar Silva Pereira, RG 9.139.333-6, que era ocupante do cargo de Soldado de 1ª Classe da Polícia Militar do Paraná, na função de Combatente, simbologia QP PM, a comparecer na Diretoria de Gestão de Pessoas, sito a Av. Marechal Floriano Peixoto, 1401 – Rebouças, Curitiba – PR, 80230-110 ou, impossibilitado de comparecer, entre em contato com o Adjunto da Seção de Cadastro, Avaliação e Implantação - DGP/1, através dos números (41) 3304-4634 ou 3304-4654, considerando o contido no Inciso LV do art. 5º da Constituição Federal de 1988, para tratar assunto de seu interesse em que pese o § 2º do Art. 163 da Lei Nº 6174/70, até o prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após a 15ª (décima quinta) publicação em Diário Oficial do Estado.

2. E para que não alegue desconhecimento, é expedida a presente notificação, que será publicada por 15 (quinze) vezes consecutivas no Diário Oficial do Estado.

Curitiba, 18 de fevereiro de 2026.

Cel. QOEM PM Juliano Caciatori,
Diretor de Gestão de Pessoas da PMPR.

(Ref. Boletim-Geral nº 085 de 13 de maio de 2025 E-Protocolo nº 23.319.326-7)

18779/2026

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo Artigo 57 do Decreto Estadual 7339/2010.

NOTIFICA:

1. Ao Sr. Fredi Nelson Dos Santos Da Silva, RG: 9.446.319-0, que foi ocupante do cargo de Soldado da Polícia Militar do Paraná, simbologia QP PM, a comparecer na Diretoria de Gestão de Pessoas, sito a Av. Marechal Floriano Peixoto, 1401 – Rebouças, Curitiba – PR, 80230-110, ou, impossibilitado de comparecer, entre em contato com o Adjunto da Seção de Cadastro, Avaliação e Implantação - DGP/1, através dos números (41) 3304-4634 ou 3304-4654, considerando o contido no Inciso LV do art. 5º da Constituição Federal de 1988, para tratar assunto de seu interesse em que pese o § 2º do Art. 163 da Lei Nº 6174/70, no prazo máximo de até 72 (setenta e duas) horas após a 15ª (décima quinta) publicação em Diário Oficial do Estado.

2. E para que não alegue desconhecimento, é expedida a presente notificação, que será publicada por 15 (quinze) vezes consecutivas no Diário Oficial do Estado.

Curitiba, 18 de fevereiro de 2026.

Cel. QOEM PM Juliano Caciatori,
Diretor de Gestão de Pessoas da PMPR.

(Ref. Boletim-Geral nº 174 de 18 de setembro de 2025 E-Protocolo nº 24.248.775-3)

18738/2026

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo Artigo 57 do Decreto Estadual 7339/2010.

NOTIFICA:

1. O Sr. Lucas Fernando de Maio, RG: 16.198.445-0, que foi ocupante do cargo de Soldado 1ª Classe da Polícia Militar do Paraná, na função Combatente, simbologia QP PM, a comparecer na Diretoria de Gestão de Pessoas, sito a Av. Marechal Floriano Peixoto, 1401 – Rebouças, Curitiba – PR, 80230-110 ou, impossibilitado de comparecer, entre em contato com o Adjunto da Seção de Cadastro, Avaliação e Implantação - DGP/1, através dos números (41) 3304-4634 ou 3304-4654, considerando o contido no Inciso LV do art. 5º da Constituição Federal de 1988, para tratar assunto de seu interesse em que pese o § 2º do Art. 163 da Lei Nº 6174/70, até o prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após a 15ª (décima quinta) publicação em Diário Oficial do Estado.

2. E para que não alegue desconhecimento, é expedida a presente notificação, que será publicada por 15 (quinze) vezes consecutivas no Diário Oficial do Estado.

Curitiba, 06 de março de 2026.

Cel. QOEM PM Juliano Caciatori,
Diretor de Gestão de Pessoas da PMPR.

(Ref. Boletim-Geral nº 041 de 04 de março de 2026 E-Protocolo nº 24.817.328-9)

27389/2026

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo Artigo 57 do Decreto Estadual 7339/2010.

NOTIFICA:

1. O Sr. Gabriel Nathan Alves, RG 14.171.613-1, que era ocupante do cargo de Soldado de 1ª Classe da Polícia Militar do Paraná, na função de Combatente, simbologia QP PM, a comparecer na Diretoria de Gestão de Pessoas, sito a Av. Marechal Floriano Peixoto, 1401 – Rebouças, Curitiba – PR, 80230-110 ou, impossibilitado de comparecer, entre em contato com o Adjunto da Seção de Cadastro, Avaliação e Implantação - DGP/1, através dos números (41) 3304-4634 ou 3304-4654, considerando o contido no Inciso LV do art. 5º da Constituição Federal de 1988, para tratar assunto de seu interesse em que pese o § 2º do Art. 163 da Lei Nº 6174/70, até o prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após a 15ª (décima quinta) publicação em Diário Oficial do Estado.

2. E para que não alegue desconhecimento, é expedida a presente notificação, que será publicada por 15 (quinze) vezes consecutivas no Diário Oficial do Estado.

Curitiba, 24 de fevereiro de 2026.

Cel. QOEM PM Juliano Caciatori,
Diretor de Gestão de Pessoas da PMPR.

(Ref. Boletim-Geral nº 034 de 23 de fevereiro de 2026 E-Protocolo nº 24.665.327-5)

21416/2026

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo Artigo 57 do Decreto Estadual 7339/2010.

NOTIFICA:

1. O Sr. David dos Santos Correia, RG 13.736.938-9, que era ocupante do cargo de Soldado de 1ª classe da Polícia Militar do Paraná, na função de Combatente, simbologia QP PM, a comparecer na Diretoria de Gestão de Pessoas, sito a Av. Marechal Floriano Peixoto, 1401 – Rebouças, Curitiba – PR, 80230-110 ou, impossibilitado de comparecer, entre em contato com o Adjunto da Seção de Cadastro, Avaliação e Implantação - DGP/1, através dos números (41) 3304-4634 ou 3304-4654, considerando o contido no Inciso LV do art. 5º da Constituição Federal de 1988, para tratar assunto de seu interesse em que pese o § 2º do Art. 163 da Lei Nº 6174/70, até o prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após a 15ª (décima quinta) publicação em Diário Oficial do Estado.

2. E para que não alegue desconhecimento, é expedida a presente notificação, que será publicada por 15 (quinze) vezes consecutivas no Diário Oficial do Estado.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Curitiba, 18 de fevereiro de 2026.

Cel. QOEM PM Juliano Caciatori,
Diretor de Gestão de Pessoas da PMPR.

(Ref. Boletim-Geral nº 164 de 03 de setembro de 2025 E-Protocolo nº 24.065.015-0)

18764/2026

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo Artigo 57 do Decreto Estadual 7339/2010.

NOTIFICA:

1. O Sr. Wesley da Silva Costa, RG 11.087.621-1, que era ocupante do cargo de Soldado 1ª Classe da Polícia Militar do Paraná, na função de Combatente, simbologia QP PM, a comparecer na Diretoria de Gestão de Pessoas, sito a Av. Marechal Floriano Peixoto, 1401 – Rebouças, Curitiba – PR, 80230-110 ou, impossibilitado de comparecer, entre em contato com o Adjunto da Seção de Cadastro, Avaliação e Implantação - DGP/1, através dos números (41) 3304-4634 ou 3304-4654, considerando o contido no Inciso LV do art. 5º da Constituição Federal de 1988, para tratar assunto de seu interesse em que pese o § 2º do Art. 163 da Lei Nº 6174/70, até o prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após a 15ª (décima quinta) publicação em Diário Oficial do Estado.

2. E para que não alegue desconhecimento, é expedida a presente notificação, que será publicada por 15 (quinze) vezes consecutivas no Diário Oficial do Estado.

Curitiba, 24 de fevereiro de 2026.

Cel. QOEM PM Juliano Caciatori,
Diretor de Gestão de Pessoas da PMPR.

(Ref. Boletim-Geral nº 034 de 23 de fevereiro de 2026 E-Protocolo nº 24.241.047-5)

21433/2026

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo Artigo 57 do Decreto Estadual 7339/2010.

NOTIFICA:

1. O Sr. Marcos André Moreira Alves, RG 16.162.789-5, que era ocupante do cargo de Soldado de 1ª Classe da Polícia Militar do Paraná, na função de Combatente, simbologia QP PM, a comparecer na Diretoria de Gestão de Pessoas, sito a Av. Marechal Floriano Peixoto, 1401 – Rebouças, Curitiba – PR, 80230-110 ou, impossibilitado de comparecer, entre em contato com o Adjunto da Seção de Cadastro, Avaliação e Implantação - DGP/1, através dos números (41) 3304-4634 ou 3304-4654, considerando o contido no Inciso LV do art. 5º da Constituição Federal de 1988, para tratar assunto de seu interesse em que pese o § 2º do Art. 163 da Lei Nº 6174/70, até o prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após a 15ª (décima quinta) publicação em Diário Oficial do Estado.

2. E para que não alegue desconhecimento, é expedida a presente notificação, que será publicada por 15 (quinze) vezes consecutivas no Diário Oficial do Estado.

Curitiba, 18 de fevereiro de 2026.

Cel. QOEM PM Juliano Caciatori,
Diretor de Gestão de Pessoas da PMPR.

(Ref. Boletim-Geral nº 174 de 18 de setembro de 2025 E-Protocolo nº 24.179.936-0)

18750/2026

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo Artigo 57 do Decreto Estadual 7339/2010.

NOTIFICA:

1. O Sr. Elder Luiz dos Reis, RG 7.389.243-0, que era ocupante do cargo de Cabo da Polícia Militar do Paraná, na função de Combatente, simbologia QP PM, a comparecer na Diretoria de Gestão de Pessoas, sito a Av. Marechal Floriano Peixoto, 1401 – Rebouças, Curitiba – PR, 80230-110 ou, impossibilitado de comparecer, entre em contato com o Adjunto da Seção de Cadastro, Avaliação e Implantação - DGP/1, através dos números (41) 3304-4634 ou 3304-4654, considerando o contido no Inciso LV do art. 5º da Constituição Federal de 1988, para tratar assunto de seu interesse em que pese o § 2º do Art. 163 da Lei Nº 6174/70, até o prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após a 15ª (décima quinta) publicação em Diário Oficial do Estado.

2. E para que não alegue desconhecimento, é expedida a presente notificação, que será publicada por 15 (quinze) vezes consecutivas no Diário Oficial do Estado.

Curitiba, 24 de fevereiro de 2026.

Cel. QOEM PM Juliano Caciatori,
Diretor de Gestão de Pessoas da PMPR.

(Ref. Boletim-Geral nº 034 de 23 de fevereiro de 2026 E-Protocolo nº 24.647.735-3)

21425/2026

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo Artigo 57 do Decreto Estadual 7339/2010.

NOTIFICA:

1. A Sra. Barbara Elisa Pinheiro Gordeichuk, RG/CPF 069.889.429-47, que era ocupante do cargo de Soldado de 1ª classe da Polícia Militar do Paraná, na função de Combatente, simbologia QP PM, a comparecer na Diretoria de Gestão de Pessoas, sito a Av. Marechal Floriano Peixoto, 1401 – Rebouças, Curitiba – PR, 80230-110 ou, impossibilitado de comparecer, entre em contato com o Adjunto da Seção de Cadastro, Avaliação e Implantação - DGP/1, através dos números (41) 3304-4634 ou 3304-4654, considerando o contido no Inciso LV do art. 5º da Constituição Federal de 1988, para tratar assunto de seu interesse em que pese o § 2º do Art. 163 da Lei Nº 6174/70, até o prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após a 15ª (décima quinta) publicação em Diário Oficial do Estado.

2. E para que não alegue desconhecimento, é expedida a presente notificação, que será publicada por 15 (quinze) vezes consecutivas no Diário Oficial do Estado.

Curitiba, 18 de fevereiro de 2026.

Cel. QOEM PM Juliano Caciatori,
Diretor de Gestão de Pessoas da PMPR.

(Ref. Boletim-Geral nº 173 de 17 de setembro de 2025 E-Protocolo nº 23.973.456-1)

19247/2026

NOTIFICAÇÃO

Fica o servidor RICARDO FRANCO LEMOS notificado, nos termos do Decreto Estadual nº 5.492/2016, para que, caso tenha interesse, tome ciência e apresente manifestação no Protocolo nº 24.521.285-2, que tramita no âmbito desta Secretaria.
A manifestação poderá ser apresentada no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de publicação desta notificação.
Para informações ou orientações, o interessado poderá entrar em contato pelo e-mail gruporh@sesp.pr.gov.br ou pelo telefone (41) 3313-1603.
Decorrido o prazo sem manifestação, o processo poderá ter regular prosseguimento, nos termos da legislação aplicável.

Núcleo de Recursos Humanos Setorial
Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP/PR

27162/2026

GABINETE DO SECRETÁRIO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 0079/2026 - GS/SESP

Assunto: Placas Reservadas
Protocolo: 25.489.522-9

1. AUTORIZO, nos termos do artigo 1º, §§ 1º e 5º e do artigo 2º, § 3º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023 e conforme certificado pelo respectivo Núcleo de Apoio, o uso de placas particulares por veículos oficiais, para serviço policial de natureza reservada, conforme justificativa e elementos da solicitação apresentados à fls. 5;

2. DECLARO que para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

3. PUBLIQUE-SE;

4. ENCAMINHE-SE ao Exmo. Sr. Diretor-Geral do DETRAN/PR para as medidas administrativas decorrentes, inclusive o prazo de vencimento da respectiva placa, nos termos do § 4º, do artigo 2º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023.

Curitiba-Paraná, 09 de março de 2026.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

27960/2026

GABINETE DO SECRETÁRIO
Protocolo nº 25.378.058-4

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 1º, §3º do Decreto nº 4.189/2016, combinado com o art. 105, da Lei Estadual nº 15.608/2007 e com base na Informação nº 507/2026-AT/SESP, a celebração do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 0034/2023, firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e a **PLANSERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.**, inscrita no **CNPJ nº 04.970.088/0001-25**, tendo por objeto a prestação de serviços continuados de limpeza, asseio, conservação e outros para atender as necessidades da Sede do Batalhão de Polícia Ambiental da Força Verde -BPAMB, visando, no presente momento, à prorrogação de sua vigência pelo período de 12 (doze) meses, com início em **13/03/2026** e término em **12/03/2027**, mantendo-se o valor mensal de **R$ 18.574,09 (dezoito mil, quinhentos e setenta e quatro reais e nove centavos)**, conforme minuta acostada às **fls. 157/158**.
II. DECLARO que a presente autorização se restringe aos aspectos de conveniência e oportunidade, sendo a análise de viabilidade técnica, orçamentária e fiscal de responsabilidade dos setores que exararam as respectivas manifestações;
III. DETERMINO, preliminarmente à formalização do ajuste, que o setor responsável verifique se a contratada mantém todas as condições de habilitação;
IV. PUBLIQUE-SE e, após, **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios para as providências decorrentes.

Curitiba-Paraná, 09 de março de 2026
Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

27940/2026

GABINETE DO SECRETÁRIO
Protocolo nº 25.247.405-6

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação nº 505/2026-AT/SESP, a realização da despesa para a celebração de contrato, por intermédio desta Secretaria de Estado, entre o Estado do Paraná e a empresa **J F DA SILVA HORTIFRUTI LTDA.**, inscrita no CNPJ nº **51.245.172/0001-66**, sediada no Município de **Astorga-PR**, em utilização à Ata de Registro de Preços, oriunda do Pregão Eletrônico nº **1158/2025**, cujo objeto será a aquisição de Hortifrutigranjeiros-região intermediária de Londrina, para atender a demanda da Base do Norte do Batalhão de Polícia Militar de Operações Aéreas - BPMOA, no valor total de **18.330,48 (Dezoito mil, trezentos e trinta reais e quarenta e oito centavos)**, conforme a Minuta do Contrato acostada às **fls. 452/461;**
II. DECLARO que para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;
III. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste, deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;
IV. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências cabíveis.
Curitiba-Paraná, *datado e assinado digitalmente*.
Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

27876/2026

GABINETE DO SECRETÁRIO
Protocolo nº 25.301.635-3

I. AUTORIZO,com fundamento no art. 13, IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, combinado com os arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, e com base na Informação nº 498/2026-AT/SESP, a celebração do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 155/2025 - GMS Nº 1384/2025, firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e a empresa Starr International Brasil Seguradora S.A., inscrita no CNPJ n° 17.341.270/0001-69, tendo por objeto a prestação de serviços de seguro aeronáutico RETA, Casco/Guerra e LUC (limite único combinado)/ responsabilidade civil complementar para aeronave operada pelo Grupamento de Operações Aéreas da Polícia Civil do Paraná - GOA, visando, no presente momento, à prorrogação de sua vigência pelo período de 12 (doze) meses, com início em 17/03/2026 e término em 16/03/2027, mantendo-se o valor total do contrato de R$ 902.500,00 (novecentos e dois mil e quinhentos reais), conforme minuta acostada às fls. 175/176;
II. DECLARO que a presente autorização se restringe aos aspectos de conveniência e oportunidade, sendo a análise de viabilidade técnica, orçamentária e fiscal de responsabilidade dos setores que exararam as respectivas manifestações;
III. DETERMINO, preliminarmente à formalização do ajuste, que o setor responsável verifique se a contratada mantém todas as condições de habilitação;
IV. PUBLIQUE-SE e, após, **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios para as providências decorrentes.
Curitiba-Paraná, *datado e assinado digitalmente*.
Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

27869/2026

GABINETE DO SECRETÁRIO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 0082/2026 - GS/SESP

Assunto: Termo de Cooperação
Protocolo: 24.387.349-5

1. AUTORIZO, nos termos do §7º do art. 1º do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº 08/2025-PGE, aprovado pela Resolução PGE nº 100/2025, e na Informação nº 516/2026-AT/SESP, a celebração, pelo Estado do Paraná, por intermédio desta Pasta, do Termo de Cooperação com a empresa GIACOMINI E CARVALHO LTDA, CNPJ nº 45.549.407/0001-00, a ser executado por interveniência do Departamento de Polícia Penal (DEPPEN), pelo Fundo Penitenciário e pela Cadeia Pública de Guaratuba, dispensada a realização de prévio credenciamento em razão da expressa previsão na Cláusula Décima do Contrato Administrativo nº 462/2025 e no Termo de Referência nº 015/2024, visando proporcionar ocupação laborativa às Pessoas Privadas de Liberdade (PPL's), que estejam cumprindo pena em regime fechado, no interior do estabelecimento penal, conforme minuta do Termo de Cooperação (fls. 27/41) e Plano de Trabalho (fls. 43/54);

2. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

3. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências subsequentes.

Curitiba-Paraná, 09 de março de 2026.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

28125/2026

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº 25.376.196-2

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 66 e seguintes, bem como no art. 82, todos do Decreto Estadual nº 12.308/2025, conjugados com a Resolução SESP nº 390/2023, e pautado na Informação nº 514/2026 – AT/SESP, o RECONHECIMENTO DE DÍVIDA em favor da empresa Ribeiro Assessoria Empresarial Imobiliária Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 03.943.767/0001-42, no valor de R$ 29.940,00 (Vinte e nove mil novecentos e quarenta reais). O valor refere-se ao aluguel mensal do imóvel que abriga a 1ª Companhia do 17º BPM/6º CRPM, em São José dos Pinhais/PR, no período de ocupação de 01/10/2025 a 31/12/2025, conforme comprovado pelo recibo e atestado de prestação de serviços acostado aos autos nas fls. 20/21;

II. DECLARO que para a presente decisão foram examinados os aspectos de conveniência e oportunidade, sendo que a responsabilidade pela análise técnica, orçamentária, financeira e de regularidade fiscal é dos setores competentes que exararam as respectivas informações e documentos nos autos;

III. ENCAMINHEM-SE os autos, preliminarmente, ao Núcleo de Integridade e Compliance Setorial (NICS/CGE), para ciência e registro exigidos pelo inciso IV do art. 67 do Decreto Estadual nº 12.308/2025;

IV. PUBLIQUE-SE e, na sequência, **RESTITUAM-SE** os autos à origem para o processamento da despesa e demais providências decorrentes.

Curitiba-Paraná, *datado e assinado digitalmente*.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,

Diretor-Geral da SESP.

27884/2026

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 24.693.759-1

I. **AUTORIZO**, com fulcro no art. 4º da Lei Estadual nº 21.352/2023, no art. 1º, §3º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, e no art. 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, e com base na Informação nº 496/2026-AT/SESP, contratação direta – mediante inexigibilidade de licitação – nos termos do art. 74, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021, entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e a locadora MARIA ADELINA VARGAS, inscrita no CPF nº XXX.595.337-XX, objetivando a locação de imóvel urbano situado na Rua Mem da Sá, n° 488, no município de Maringá/PR, para atender às necessidades da Divisão Estadual de Narcóticos (DENARC), no valor mensal de R$ 7.100,00 (sete mil e cem reais), totalizando R$ 426.000,00 (quatrocentos e vinte e seis mil reais) para o período de 60 (sessenta) meses, conforme Minuta de Contrato acostada às fls. 126/133;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo de responsabilidade dos agentes públicos que exararam as justificativas a demonstração das circunstâncias da contratação;

III. **PRELIMINARMENTE** à formalização do ajuste, deve o setor responsável verificar se o contratado mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que porventura tenham vencido no decorrer da tramitação processual;

IV. **PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios para as providências legais.

Curitiba, 10 de março de 2026.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,

Secretário de Estado da Segurança Pública.

28223/2026

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 25.196.234-0

I. **AUTORIZO,** com fundamento no art. 13, IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, combinado com os arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, e com base na Informação nº 523/2026-AT/SESP, a celebração do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 0068/2024, firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e a empresa SUPERMERCADO SÃO CRISTOVÃO LTDA., inscrita no CNPJ nº 07.882.240/0001-06, tendo por objeto a aquisição de gêneros alimentícios para atender a demanda do 5º Comando Regional de Polícia Militar - 5ºCRPM/PMPR, visando, no presente momento, à prorrogação de sua vigência pelo período de 12 (doze) meses, com início em 22/03/2026 e término em 21/03/2027, mantendo-se o valor total de R$ 61.875,13 (sessenta e um mil, oitocentos e setenta e cinco reais, treze centavos), conforme Minuta acostada às fls. 492/493;

II. **DECLARO** que a presente autorização se restringe aos aspectos de conveniência e oportunidade, sendo a análise de viabilidade técnica, orçamentária e fiscal de responsabilidade dos setores que exararam as respectivas manifestações;

III. **DETERMINO**, preliminarmente à formalização do ajuste, que o setor responsável verifique se a contratada mantém todas as condições de habilitação;

IV. **PUBLIQUE-SE** e, após, **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios para as providências decorrentes.

Curitiba, 10 de março de 2026.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,

Secretário de Estado da Segurança Pública.

28330/2026

GABINETE DO SECRETÁRIO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 0085/2026 - GS/SESP

Assunto: Abertura e publicação do Edital de Chamamento Público nº 005/2026.
Protocolo: 25.303.969-8

1. AUTORIZO, com base no Parecer Referencial nº 037/2024-PGE, aprovado pela Resolução PGE nº 288/2024, e na Informação nº 524/2026-AT/SESP, a abertura e publicação do Edital de Chamamento Público nº 005/2026, a ser conduzido pelo Estado do Paraná, por intermédio desta Pasta, executado por interveniência do Departamento de Polícia Penal – DEPPEN, pelo Fundo Penitenciário – FUPEN e pela Cadeia Pública de Palmas, visando a seleção de interessados na utilização de espaços públicos para construção de estrutura física destinada ao emprego de mão de obra prisional de Pessoas Privadas de Liberdade (PPL's), que estejam cumprindo pena em regime fechado ou semiaberto, conforme minuta de Edital, às fls. 03/39;

2. DECLARO para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

3. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios / Setor de Licitação da Pasta para as providências de publicação e tramitação subsequentes.

Curitiba-Paraná, 10 de março de 2026.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

28432/2026

GABINETE DO SECRETÁRIO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 0087/2026 - GS/SESP

Assunto: Placas Reservadas
Protocolo: 25.548.937-2

1. AUTORIZO, nos termos do artigo 1º, §§ 1º e 5º e do artigo 2º, § 3º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023 e conforme certificado pelo respectivo Núcleo de Apoio, o uso de placas particulares por veículos oficiais, para serviço policial de natureza reservada, conforme justificativa e elementos da solicitação apresentados à fls. 7;

2. DECLARO que para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

3. PUBLIQUE-SE;

4. ENCAMINHE-SE ao Exmo. Sr. Diretor-Geral do DETRAN/PR para as medidas administrativas decorrentes, inclusive o prazo de vencimento da respectiva placa, nos termos do § 4º, do artigo 2º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023.

Curitiba-Paraná, 10 de março de 2026.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

28516/2026

GABINETE DO SECRETÁRIO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 0081/2026 - GS/SESP

Assunto: Termo de Cooperação Técnica com a empresa F. G. R. Silva Buffet e Eventos Ltda.
Protocolo: 25.462.789-5.

1. AUTORIZO, nos termos do §7º do art. 1º do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº 08/2025-PGE, aprovado pela Resolução PGE nº 100/2025, e na Informação nº 528/2026-AT/SESP, a celebração, pelo Estado do Paraná, por intermédio desta Pasta, do Termo de Cooperação com a empresa F. G. R. SILVA BUFFET E EVENTOS LTDA., CNPJ nº 09.621.493/0001-51, a ser executado por interveniência do Departamento de Polícia Penal – DEPPEN, pelo Fundo Penitenciário do Paraná – FUPEN e pela COLÔNIA PENAL INDUSTRIAL DE MARINGÁ - CPIM, dispensada a realização de prévio credenciamento em razão da expressa previsão na Cláusula Décima do Contrato Administrativo nº 510/2025, visando proporcionar ocupação laborativa às Pessoas Privadas de Liberdade (PPLs), que estejam cumprindo pena em regime semiaberto, no interior do estabelecimento penal, conforme minuta do Termo de Cooperação (fls. 24/38) e Plano de Trabalho (fls. 40/51);

2. DECLARO o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

3. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências subsequentes.

Curitiba-Paraná, 10 de março de 2026.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

28472/2026

GABINETE DO SECRETÁRIO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 0091/2026 - GS/SESP

Assunto: abertura e publicação do Edital de Chamamento Público nº 006-2026, utilização de espaços públicos para uso de estrutura física para uso de mão de obra prisional
Protocolo: 25.308.457-0

1. AUTORIZO, nos termos do §7º do art. 1º do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº 037/2024-PGE, aprovado pela Resolução PGE nº 288/2024, e na Informação nº 522/2026-AT/SESP, a abertura e publicação do Edital de Chamamento Público nº 006/2026, pelo Estado do Paraná, por intermédio desta Pasta, a ser executado por interveniência do Departamento de Polícia Penal – DEPPEN, pelo Fundo Penitenciário e pela Cadeia Pública de Capanema, visando a seleção de interessados na utilização de espaços públicos para uso de estrutura física para uso de mão de obra prisional nos estabelecimentos penais na Regional de Francisco Beltrão no Estado do Paraná, que estejam cumprindo pena em regime fechado ou semiaberto, nas dependências da referida unidade penal, conforme minuta do Edital (fls. 04/40);

2. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

3. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências subsequentes.

Curitiba-Paraná, 10 de março de 2026.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

28483/2026

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
GABINETE
PORTARIA 007/2026-DEPPEN/GAB

Ementa: Regulamenta o procedimento de visitas institucionais nas unidades penais e cadeias públicas do Estado do Paraná e estabelece restrições em face de determinações judiciais.

A **DIRETORA-GERAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL,** designada através do Decreto nº 7.160 de 26 de agosto de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado edição nº 11.731, no exercício das atribuições conferidas no artigo 4°, do Regimento Interno do DEPPEN aprovado pela Resolução n°. 233/2016,
CONSIDERANDO a necessidade de padronizar o fluxo de visitas institucionais para garantir a segurança orgânica e a manutenção das rotinas operacionais dos estabelecimentos penais;
CONSIDERANDO o princípio da eficiência administrativa, que impõe o planejamento prévio das atividades que impactam a gestão de pessoal e a vigilância aproximada;
CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual nº 8.784, de 22 de setembro de 2021, que transferiu definitivamente as carceragens temporárias da Polícia Civil para o Departamento de Polícia Penal, expandindo a estrutura de custódia do Estado e exigindo a padronização dos protocolos de acesso, fiscalização e controle;
CONSIDERANDO o dever de estrito cumprimento das decisões judiciais que impõem restrições de comunicação ou isolamento a pessoas privadas de liberdade;
CONSIDERANDO o contido no protocolo nº 25.549.629-8

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer os procedimentos para a realização de visitas institucionais e o acesso de autoridades nas unidades penais e cadeias públicas geridas pelo Departamento de Polícia Penal do Paraná (DEPPEN).
Art. 2º Para fins desta Portaria, considera-se visita institucional aquela realizada por representantes de órgãos públicos, conselhos ou entidades civis que possuam prerrogativa legal específica de inspeção e fiscalização de estabelecimentos penais.
Parágrafo único. A composição da comitiva para a visita institucional deverá ser formada exclusivamente por autoridades e agentes com vínculo funcional formal, direto e comprovado com o órgão solicitante, vedada a inclusão de pessoas alheias à estrutura institucional para fins de acompanhamento.
Art. 3º As visitas institucionais ordinárias devem ser agendadas perante o Diretor da Unidade Penal ou o Chefe/Gestor da Cadeia Pública com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.
§ 1º O agendamento previsto no *caput* deste artigo tem por finalidade a viabilização de escolta interna e a preservação dos protocolos de segurança de visitantes e servidores.
§ 2º A exigência de agendamento prévio não se aplica aos Órgãos da Execução Penal elencados no art. 61 da Lei Federal nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), bem como aos membros dos Mecanismos Nacional e Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, devendo o estabelecimento penal garantir o ingresso imediato e seguro dessas autoridades.
Art. 4º Nos casos em que houver determinação judicial proibindo a visita ou o contato com determinados custodiados, as instituições visitantes deverão restringir-se à inspeção das instalações físicas do estabelecimento penal, vedado o contato com a pessoa privada de liberdade isolada.
§ 1º O Diretor da Unidade Penal ou o Chefe/Gestor da Cadeia Pública manterá a proibição de acesso ao custodiado, salvo se a instituição visitante apresentar decisão judicial específica e superveniente que determine expressamente ao DEPPEN o franqueamento do acesso à pessoa privada de liberdade nominalmente identificada.
§ 2º A ocorrência de restrição judicial de contato será obrigatoriamente consignada pelo Diretor da Unidade Penal ou pelo Chefe/Gestor da Cadeia Pública em livro de registro de visitas ou no relatório de inspeção.
§ 3º As prerrogativas legais de inspeção das dependências físicas do estabelecimento penal por parte de autoridades públicas ou comissões institucionais não elidem o rigoroso cumprimento de ordens judiciais de incomunicabilidade ou restrição de contato, devendo a diligência, nestes casos, restringir-se à vistoria estrutural da unidade, sendo vedada a realização de entrevistas, registros fotográficos ou contato com o custodiado sob restrição, salvo mediante prévia e expressa autorização do juízo prolator da ordem.
Art. 5º O ingresso nas unidades penais e cadeias públicas fica condicionado à apresentação de identificação funcional, registro de acesso e submissão aos procedimentos de segurança estabelecidos nas normativas vigentes, resguardadas as prerrogativas legais de não submissão à revista vexatória ou a procedimentos incompatíveis com o cargo da autoridade visitante.
Art. 6º Os casos omissos serão dirimidos pela Direção-Geral do DEPPEN.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de março de 2026.

(assinado eletronicamente)
Ananda Chalegre dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal

28156/2026

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

GABINETE DO SECRETÁRIO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 0086/2026 - GS/SESP

Assunto: Abertura e publicação do Edital de Chamamento Público nº 008/2026.
Protocolo: 25.316.315-1.

1. AUTORIZO, nos termos do §7º do art. 1º do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº 037/2024-PGE, aprovado pela Resolução PGE nº 288/2024, e na Informação nº 527/2026-AT/SESP, a abertura e publicação do Edital de Chamamento Público nº 008/2026, pelo Estado do Paraná, por intermédio desta Pasta, a ser conduzido com interveniência do Departamento de Polícia Penal – DEPPEN, pelo Fundo Penitenciário do Paraná – FUPEN e pela Cadeia Pública de Quedas do Iguaçu, visando a seleção de interessados na utilização de espaços públicos para construção de estrutura física para proporcionar ocupação laborativa às Pessoas Privadas de Liberdade (PPL's), que estejam cumprindo pena no interior do estabelecimento penal, conforme minuta do Edital de Chamamento (fls. 03/39);

2. DECLARO para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

3. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios / Setor de Licitação da Pasta para as providências de publicação e tramitação subsequentes.

Curitiba-Paraná, 10 de março de 2026.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

28477/2026

GABINETE DO SECRETÁRIO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 0092/2026 - GS/SESP

Assunto: Termo de Cooperação Técnica.
Protocolo: 25.428.203-0

1. AUTORIZO, nos termos do §7º do art. 1º do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº 18/2024-PGE, aprovado pela Resolução PGE nº 152/2024, e na Informação nº 541/2026-AT/SESP, a celebração, pelo Estado do Paraná, por intermédio desta Pasta, do Termo de Cooperação com a prefeitura municipal PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED, CNPJ nº 76.208.867/0001-07, a ser executado por interveniência do Departamento de Polícia Penal – DEPPEN, pelo Fundo Penitenciário e pela CADEIA PÚBLICA DE CASCAVEL, visando proporcionar ocupação laborativa às Pessoas Privadas de Liberdade (PPLs), que estejam cumprindo pena em regime fechado, conforme minuta do Termo de Cooperação (fls. 24/37) e Plano de Trabalho (fls. 39/52);

2. DECLARO, o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

3. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências subsequentes.

Curitiba-Paraná, 10 de março de 2026.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

28493/2026

P O R T A R I A Nº 911.2026 GARH.DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto nº 4884/1978, combinado com o disposto na Resolução n° 276/2023/SESP e Resolução nº 11.094/2021/SEAP, resolve CONCEDER licença capacitação de 90 dias ao(s) servidores(es) abaixo relacionado(s): DANILO CEZAR RIBAS JUNIOR, RG 5.XX9.XX4-8/PR, **início em 01/07/2026,** referente ao período aquisitivo de **20/10/2016 a 19/10/2021** (**Protocolo nº 25.326.191-9)**.

Curitiba, 09 de Março de 2026.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

27504/2026

GABINETE DO DIERTOR-GERAL

Protocolo nº. 25.208.439-8

I. INDENIZO com fulcro no art. 200, § 27°, do Decreto Federal nº 3.048/1999, no art. 5º, inciso I, da Lei Estadual nº 21.352/2023 c/c o art. 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016 os valores de acréscimo incididos em favor do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, inscrito no CNPJ sob nº 29.979.036/0001-40, no valor total de R$ 3.134,11 (Três mil cento e trinta e quatro reais e onze centavos), sendo R$ 2.921,71 (Dois mil novecentos e vinte e um reais e setenta e um centavos) correspondentes ao montante principal, R$ 183,19 (Cento e oitenta e três reais e dezenove centavos) o valor de multa e R$ 29,21 (Vinte e nove reais e vinte e um centavos) o valor de juros que decorrem da mora sobre o pagamento de Nota Fiscal, atendendo as necessidades da Polícia Civil do Paraná;

II. Destaco que, em razão da incidência de valores de acréscimo à despesa, decorrente da mora sobre o pagamento, deverá ser adotadas gestões no sentido de identificar o responsável para o ressarcimento ao erário por parte do DEPPEN, sendo que eventual indenização voluntária dispensará a abertura de procedimento administrativo;

III. Para proceder com o ressarcimento, o agente responsável poderá acessar o link e proceder com as instruções abaixo especificadas para a devolução via GR-PR: https://emitirgrpr.sefa.pr.gov.br/arrecadacao/emitir/guiatela

Categoria – DEVOLUÇÕES E RESTITUIÇÕES
Código – 5339 – RESTITUIÇÕES AO TESOURO DO ESTADO
Identificação – Número do CPF
Nome Completo, endereço completo, telefone
Valor principal: VALOR A SER DEVOLVIDO
Observações: (INCLUIR A QUE SE REFERE, DATA, PROTOCOLO, INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES)

IV. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE à unidade solicitante para as demais providências legais, devendo retornar a esta Diretoria com o comprovante do pagamento integral do Documento de Arrecadação de Receitas Federais e o ressarcimento, conforme item III.

Curitiba, 10 de março de 2026

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse
Diretor-Geral da SESP

28593/2026

POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARANÁ
GABINETE DA DIREÇÃO-GERAL

Portaria nº 037/2026-GAB

O Diretor-Geral da Polícia Científica, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, de acordo com a Lei nº 21.117/2022, arts. 24 e 33 do anexo único do Decreto n.º 5.887, de 15 de dezembro de 2005, Resolução nº 038/2024-SESP e Decreto nº 11.243, de 16 de setembro de 2025, **RESOLVE:**

Art. 1º DESIGNAR a Perita Oficial Criminal JULIANE CARLOTTO, CPF XXX.487.419-XX, para exercer o cargo de Chefe da Seção de Genética Molecular Forense durante as férias do titular Perito Oficial Criminal PEDRO HENRIQUE CANEZIN, CPF XXX.074.809-XX, durante o período de 30 de março a 13 de abril de 2026.

Ciro José Cardoso Pimenta
Diretor-Geral da Polícia Científica

28115/2026



Secretaria do Trabalho, Qualificação e Renda

SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E RENDA
RESOLUÇÃO nº637/2026

Súmula: Aprovar o Relatório de Gestão 2025— PAS do Sistema Nacional de Emprego — SINE, referente ao bloco de serviços de gestão e manutenção da rede, conforme Art. 8º da Resolução Codefat n.º 994/2024, cadastrado na plataforma Transferegov sob o número 0022082024000 4, proposto pela Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda, no valor de R$ 23.401.196,31 (vinte e três milhões quatrocentos e um mil, cento e noventa e seis reais e trinta e um centavos) referente ao saldo em 31/12/2026 mais o empenhado em 2025.

O Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda — CETER/PR, instituído pela Lei nº 19.847, de 29 de abril de 2019, no uso de suas atribuições legais, nos termos do disposto no §2º do Art. 3º da Lei n.º 13.667, de 17 de maio de 2018 e no inciso II do Art. 6º da Resolução Codefat n.º 890, de 2 de dezembro de 2020 e,

- considerando que o Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda — CETER/PR foi credenciado em 09 de outubro de 2020 conforme ofício SEI nº. 255253/2020/ME,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, considerando o aspecto técnico-financeiro, o Relatório de Gestão 2025— PAS do Sistema Nacional de Emprego — SINE, referente ao custeio e investimento do exercício de 2025, proposto pela Secretaria de Estado do Trabalho Emprego, Qualificação e Renda — SETR, em razão de ter concluído, mediante análise das informações fornecidas, que:
I - encontra-se em conformidade com as orientações do modelo de preenchimento constante no Anexo I da Portaria SPPE/MTE nº 8.057, de 20 de março de 2020;
II - as ações estão adequadas ao objetivo geral e às metas de resultado;
II - a destinação de recursos está adequada às ações;
IV - a destinação de recursos a serem repassados pela União, do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, limita-se à relação de naturezas de despesas constante do Anexo III da Portaria SPPE/MET nº 8057 de 20 de março de 2020;
V - a destinação dos recursos alocados pelo Estado do Paraná ao Fundo Estadual do Trabalho FET/Paraná, está em consonância com o previsto em Lei Orçamentária Anual e atende ao posto na legislação municipal/distrital de trabalho, emprego e renda e às deliberações deste CETER.

Art. 2º Aprovar, quanto à realização das ações previstas no Plano de Ação e Serviços – PAS, os seguintes aspectos, conforme demonstrado no Plano de Gestão:
I - O grau de realização das ações previstas no PAS foi considerado satisfatório, incluindo as devidas justificativas para as ações não executadas, conforme demonstrado no relatório de execução física;
II - O alcance das metas de resultado estabelecidas no PAS mostrou-se satisfatório e em conformidade com os parâmetros e indicadores definidos;
III - A execução das ações e serviços do Sistema Nacional de Emprego – SINE foi devidamente comprovada, com base nos indicadores de esforço de captação, adequação ao perfil das vagas e eficiência dos encaminhamentos, tendo sido atingida a totalidade das metas estabelecidas;
IV - A aplicação dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT deu-se de forma regular, sendo utilizados exclusivamente no financiamento das ações e serviços previstos no PAS, conforme comprovação documental apresentada;
V - A continuidade da execução das ações e serviços do SINE foi assegurada, mesmo diante de atrasos nos repasses financeiros, os quais ocorreram de forma parcial, conforme registrado no Anexo I desta Resolução;
VI - A comprovação das despesas foi apresentada por meio de documentos fiscais válidos, emitidos em nome do órgão gestor local, estando em conformidade com os extratos bancários e registros financeiros;
VII - A verificação dos repasses automáticos do FAT demonstrou que, embora tenham sido atendidas as exigências por parte do ente executor, os repasses ocorreram com atraso e se encontram em pendência, apesar das comunicações encaminhadas pelo ente federal.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 22 de Fevereiro de 2026.

Luiz Roberto Romano
Presidente do Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda

ANEXO I

Referente ao bloco de serviços de gestão e manutenção da rede, conforme Art. 8º da Resolução Codefat n.º 994/2024, cadastrado na plataforma Transferegov sob o número 0022082024000 4, proposto pela Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda, no valor de R$ 23.401.196,31 (vinte e três milhões quatrocentos e um mil, cento e noventa e seis reais e trinta e um centavos).
Bloco de Gestão e Manutenção da Rede SINE

Transferência de Recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador para o Fundo Estadual do Trabalho
Bloco de Gestão e Manutenção da Rede SINE

1. Dados Básicos
I - ente parceiro: Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda - SETR/PR.
II - início de vigência: 01/01/2025
III - fim da vigência: 31/12/2025
IV - fundo recebedor: Fundo Estadual do Trabalho - FET/Paraná
V - órgão repassador: Secretaria de Trabalho, Emprego e Juventude
VI - programa: Gestão e Manutenção da Rede de Atendimento do SINE
VII - fundo repassador: Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT
VIII - quanto à prestação de contas da utilização dos recursos financeiros do FAT, esta deverá comprovar que os valores foram devidamente aplicados no financiamento da execução das ações e serviços do SINE, em conformidade com o planejamento estabelecido no PAS do respectivo exercício.

I) EXECUÇÃO FÍSICA:
1. Identificação das ações planejadas e realizadas
Dentre as Ações identificadas no Plano de Ações e Serviços da Gestão da Rede SINE que foram planejadas e realizadas, configura-se:
1.A. Intermediação de Mão de obra, em que a Rede SINE do Paraná, através das 216 Agências espalhadas em todo Paraná, obteve os seguintes resultados que garantiram a 1ª colocação entre as Redes de atendimento em todo BRASIL em 2025.

Ano	Trabalhadores inscritos	Vagas captadas	Encaminhados	Trabalhadores colocados
2023	107.697	342.673	675.718	154.584
2024	97.316	422.320	762.847	169.877
2025	89.726	346.640	780.320	173.705

Comparativo de desempenho IMO

Paraná	Total admitidos CAGED	Trabalhadores colocados pelas agências	Grau de eficiência (colocados / admitidos CAGED)	Vagas captadas pelas agências	Grau de eficiência vagas (colocados / total de vagas)
2023	1.781.284	154.584	8,68%	342.673	45,11%
2024	1.991.590	169.877	8,53%	422.320	40,22%
2025	2.038.960	173.705	8,52%	346.640	50,11%

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

1.B. O Seguro-desemprego continuou suas ações em 2025, garantindo o pagamento de 91.076 beneficiários comuns e 3.192 beneficiários na modalidade Empregada Doméstica, atendendo 102.437 solicitações comuns 3.671 solicitações de pagamento na modalidade empregada doméstica, resultados que podem ser resumidos nas seguintes tabelas:

Quantidade de requerimentos inseridos no sistema pelo Sine Estadual

Atendimento do SINE Paraná - Seguro-desemprego modalidade formal			
Ano	Quantidade de requerentes	Quantidade de segurados	Quantidade de beneficiários
2023	120.533	112.300	108.976
2024	110.926	102.281	97.694
2025	102.547	94.547	91.076

Quantidade de parcelas emitidas e pagas, sendo valor incrementado nos municípios

Ano	Parcelas emitidas	Parcelas pagas	Valor parcelas emitidas	Valor parcelas pagas
2023	579.736	577.168	R$ 952.408.662,78	R$ 948.196.977,84
2024	519.127	517.192	R$ 900.501.277,12	R$ 897.279.253,12
2025	448.055	447.605	R$ 824.686.816,80	R$ 823.858.116,80

Quantidade de requerimentos inseridos no sistema pelo Sine Estadual

Atendimento do SINE Paraná - Seguro-desemprego modalidade empregado doméstico			
Ano	Quantidade de requerentes	Quantidade de segurados	Quantidade de beneficiários
2023	4.074	4.001	4.576
2024	4.199	3.697	3.590
2025	3.671	3.239	3.192

Além deste resultado geral da Intermediação de mão de obra e Seguro-desemprego, cabe mencionar o resultado físico das ações especializadas destas áreas e que foram mencionadas no Plano de Ações e Serviços – Gestão da Rede Sine de 2025, a saber:

1.A.1. Programa de Apoio à Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho – PCD

Indicadores de Desempenho PCD

Ano	**Trabalhadores com deficiência inscritos (novos cadastros)**	**Vagas captadas**	**Trabalhadores com deficiência colocados**
2023	661	12.430	1.567
2024	480	12.980	1.515
2025	509	11.104	1.483

1.A.2. Programa de Aprendizagem

Indicadores de Desempenho do Programa Jovem Aprendiz – 2025

Ano	**Jovens inscritos**	**Vagas captadas**	**Jovens colocados**
2023	15.875	4.972	2.729
2024	11.431	7.616	3.655
2025	11.114	6.452	3.421

1.A.3 Trabalhadores com dificuldade de inserção no mercado de trabalho – Demonstrar Execução

Nesse contexto, destacam-se as ações especializadas voltadas à inserção de públicos vulneráveis e minorias no mercado de trabalho, por meio de iniciativas específicas promovidas nas Agências do Trabalhador da Rede SINE/PR, denominadas 'Dias N', onde 'N' representa a letra correspondente ao público-alvo da ação. Por exemplo, o 'Dia M' refere-se ao Dia da Empregabilidade do Migrante. Assim, a seguir, são discriminadas as ações realizadas, conforme os meses em que ocorreram os eventos

Mês	**Ação**	**Vagas captadas 2023**	**Vagas captadas 2024**	**Vagas captadas 2025**
Agosto e anual	Dia J - Juventude 1.° emprego	76.558	87.663	3.567
Setembro e anual	Dia D - Pessoa com deficiência	1.582	1.539	1.153
Outubro e anual	Outubro Rosa - Mulher	62.166	72.378	5.646
	Dia M - Migrantes, refugiados e apátridas	5.876	10.535	808
	Dia I - Idosos 50+	11.789	14.372	2.301
Novembro e anual	Dia N – Empregabilidade negra	9.000	10.864	2.158

Adicionalmente, este item apresenta os resultados alcançados por outros projetos desenvolvidos na área do trabalho, os quais contribuem para o fortalecimento da participação da Rede SINE no total de admissões no mercado de trabalho.

1.A.4 Emprega Mais Paraná

Em todo o ano de 2025, o ônibus levou a Agência Itinerante para 12 municípios. Houve o registro de 976 pessoas atendidas e de 649 encaminhamentos para vagas de emprego. As colocações provenientes destes atendimentos foram computadas para participação da Agência do Trabalhador local nas admissões cadastradas na Rede SINE/PR. Portanto, dados que fazem parte do resultado descrito no item 1.A

No exercício de 2025, verificou-se redução nos indicadores quantitativos do Programa Emprega Mais Paraná, especialmente no número de atendimentos e encaminhamentos realizados no período.

A referida diminuição decorreu da necessidade de manutenção corretiva e de reforma estrutural do ônibus itinerante do programa, realizada no período de Junho/2025 a outubro/2025, durante o qual a unidade móvel permaneceu temporariamente fora de operação.

A intervenção contemplou:

- Revisão mecânica completa do veículo;
- Manutenção do sistema elétrico e adequação da parte hidráulica;
- Instalação de novo sistema de refrigeração (ar-condicionado);
- Substituição de equipamentos internos danificados;
- Serviços de marcenaria para readequação do mobiliário interno;
- Readequação do layout interno para melhoria da ergonomia e segurança;
- Atualização da identidade visual externa (plotagem);
- Instalação/atualização de equipamentos de informática e conectividade.

Durante o período de reforma, as ações itinerantes ficaram suspensas,o que impactou diretamente o volume de atendimentos realizados, especialmente em municípios que dependem exclusivamente da unidade móvel para acesso aos serviços do programa.

Importa destacar que a manutenção realizada foi necessária para garantir a segurança operacional, qualidade no atendimento à população e continuidade adequada das atividades ao longo do exercício. Após a conclusão da reforma, o ônibus retomou as atividades com melhores condições estruturais e operacionais, possibilitando a retomada gradual dos atendimentos.

Após a conclusão da reforma, a unidade móvel retomou imediatamente suas atividades, iniciando atendimento emergencial no município de Rio Bonito do Iguaçu, realizando o mapeamento das empresas atingidas em razão dos impactos causados pelo tornado ocorrido na região.

Na ocasião, o ônibus do programa prestou os seguintes serviços:

- Intermediação de mão de obra;
- Encaminhamentos para vagas de emprego;
- Habilitação e orientações relativas ao Seguro-Desemprego;
- Atualização cadastral de trabalhadores;
- Orientações sobre a carteira de trabalho digital e demais serviços da rede SINE.

Foram realizados aproximadamente 327 atendimentos durante a ação emergencial, contribuindo diretamente para o suporte à população afetada pela tragédia climática.

Dessa forma, embora tenha havido redução temporária dos indicadores quantitativos em razão da paralisação para reforma, a medida foi estratégica e necessária para a modernização da estrutura, além de possibilitar resposta rápida a situações emergenciais, reafirmando o compromisso do Programa Emprega Mais Paraná com a população paranaense.

Ano	Município	Ações	Atendimentos	Encaminhados
2023	30	88	6.296	6.723
2024	21	39	2.553	2.315
2025	12	18	976	649

1.B.1 Capacitação dos entes Públicos da Rede SINE/PR sobre a Intermediação de Mão de obra
Em 2025, foram realizados 8 (oito) treinamentos com as Agências do Trabalhador, capacitando todos os gerentes da rede, incluindo informações de nível iniciante e de aperfeiçoamento. Foram promovidas formações e treinamentos sobre o novo sistema, conduzidos presencialmente e on-line. O evento Protagonistas do Trabalho foi uma capacitação geral da Rede SINE-PR, com a participação de 491 servidores que compõem as equipes dos postos da Rede Sine-PR e 135 gestores desses municípios.

Evento	Regional	Local	Data	Inscritos
Capacitação Gerencial	Curitiba/ Paranaguá	SETR- Curitiba	08/07/25	-
Capacitação Gerencial – Programa da Coordenação de Gestão do Trabalho e Emprego	Ponta Grossa – Guarapuava	SETR – Curitiba	05/08/25	43
Capacitação Gerencial Maringá	Maringá	Associação Comercial Maringá	14/08/25	96
Capacitação Gerencial Cascavel	Cascavel	Associação Comercial e Industrial de Cascavel	02/09/25	21
Capacitação Gerencial Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu	Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu	07/10/25	13
Capacitação Gerencial Jacarezinho	Jacarezinho	Reitoria UENP	15/10/25	39
Capacitação Gerencial Pato Branco	Pato Branco	online	29/10/25	31
Protagonistas do Trabalho	TODOS	RAFAIN PALACE HOTEL – Foz do Iguaçu	06 e 07/11/2025	648
TOTAL				**891**

1.B.2 Capacitação dos entes Públicos da Rede SINE/PR sobre o Seguro-desemprego,por meio de videoconferência

Estava prevista uma capacitação organizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego para a região sul, de 29 de setembro a 02 de outubro de 2025, porém foi cancelada pelo Governo Federal.
Durante o Evento Protagonistas do Trabalho realizado em Foz do Iguaçu, ocorrido em 06 e 07 de novembro de 2025, houve uma capacitação pelo Diretor de Gestão de Benefícios, da Secretaria de Proteção ao Trabalhador, Senhor João Paulo Ferreira Machado, do Ministério do Trabalho e Emprego, sobre Seguro-Desemprego, Abono Salarial e CTPS digital para os atendentes e gerentes da Rede SINE/PR presentes no evento.

1.B.3 Supervisão e Fiscalização das unidades da Rede SINE/PR
A Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda (SETR), em cumprimento à recomendação expedida pelo Tribunal de Contas do Estado no exercício de 2025, referente à formalização de todos os Termos de Cooperação Técnica, realizou amplo levantamento documental, de pessoal e patrimonial das unidades envolvidas, bem como promoveu a definição e o alinhamento de metas nos respectivos Planos de Trabalho.
No âmbito da execução das ações de acompanhamento, foram realizadas visitas presenciais em 113 municípios, o que corresponde a aproximadamente 52% do total. Nos demais municípios, a fiscalização e o monitoramento das metas ocorreram de forma integrada aos treinamentos gerenciais promovidos em todo o Estado, igualmente realizados presencialmente, exceto na Regional de Pato Branco, cuja capacitação ocorreu em formato virtual em 2025.

1.B.4 Convênios das UNIDADES da Rede SINE/PR
Os resultados obtidos na intermediação de mão de obra e na assistência ao seguro-desemprego, assim como as demais ações mencionadas anteriormente, são fruto da formalização de 216 convênios entre o Estado do Paraná e os municípios, com o objetivo de fortalecer a Rede do Sistema Nacional de Emprego do Paraná (SINE/PR). Esses convênios viabilizaram a instituição de 216 unidades da Rede SINE distribuídas pelo território estadual.
Por meio dessa política, foram estabelecidos obrigações e direitos entre os entes federativos em cada convênio firmado. A seguir, são detalhadas as responsabilidades assumidas pelo Estado do Paraná para garantir a continuidade das ações da Rede SINE/PR. Até o momento, todos os 216 convênios foram devidamente formalizados e publicados no portal da transparência (Transparência | Secretaria do Trabalho,Qualificação e Renda).

1.B.5 Veículos das Unidades da REDE SINE/PR
Além da responsabilidade de manter parte dos imóveis destinados às Agências do Trabalhador, o Estado do Paraná, por meio dos convênios firmados, manteve a cessão de veículos para uso exclusivo das unidades conveniadas da Rede SINE/PR. Esses veículos foram adquiridos com recursos do FAT provenientes de convênios anteriores (55/2006 e 52/2012), como parte de uma política destinada a fortalecer a busca ativa por vagas de emprego nas regiões atendidas pelas Agências, além de apoiar a execução de outros projetos e ações vinculadas à política de trabalho, tais como visitas a empresas, capacitações e mutirões.
Destaca-se que todas as despesas com manutenção e abastecimento dos veículos são de responsabilidade dos municípios que possuem Agências do Trabalhador. No caso dos veículos alocados nos Escritórios Regionais e na Secretaria, essas despesas são custeadas pela fonte 500 do Estado.

1.B.5.1 Diárias para Servidores atuarem nas ações da REDE SINE/PR
Ao longo de 2025, diversas ações exigiram a destinação de recursos para o pagamento de diárias a servidores que atuaram na promoção e execução das iniciativas descritas neste Relatório de Gestão. As diárias concedidas totalizam R$115.370,00.

1.B.5.2 Passagens para servidores nas ações da REDE SINE/PR
Por fim, as passagens destinadas a deslocamentos em ações da Rede SINE/PR essenciais para a promoção e desenvolvimento das ações, uma vez que servem para concretizar a participação presencial de servidores em reuniões no interior do Estado do PARANÁ e em Brasília para negociações e treinamentos com o Governo Federal, além da participação de técnicos em todas as reuniões do FONSET – Fórum Nacional das Secretarias do Trabalho, que compõem a descrição de despesa 33.90.33 sendo disponibilizado R$ 48.149,00.

Os ítens 1.B.5.1 e 1.B.5.2 foram solicitados por 48 servidores e/ou conselheiros que solicitaram recursos por meio da Central de Viagens, pela fonte FAT. A Central de Viagens não usou o valor de R$ 25.713,47 (R$ 19.528,31, recurso livre e R$ 6.185,16 de rendimentos) o qual foi devolvido para a conta do FAT.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

1.B.5.3 Material de Consumo – 33.90.30 para as unidades da REDE SINE/PR
Em 2025, não houve compra de materiais de consumo, com recursos do FAT, o orçamento ficou zerado, pois foi remanejado para atender novas locações.

1.B.5.4 Locações REDE SINE/PR
Sessenta e cinco agências foram pagas com recurso do FET em 2025.

Agência/Município	NRT Responsável	Objeto	Natureza	Valor anual
Campina da Lagoa	Campo Mourão	Agência	Física	R$ 16.511,52
Cianorte	Campo Mourão	Agência	Física	R$ 51.709,22
Mamborê	Campo Mourão	Agência	Física	R$ 17.940,00
Ubiratã	Campo Mourão	Agência	Física	R$ 30.818,33
Engenheiro Beltrão	Campo Mourão	Agência	Física	R$ 20.700,00
Cascavel	Cascavel	Agência	Física	R$ 173.867,70
Marechal Candido Rondon	Cascavel	Agência	Física	R$ 96.593,20
Quedas do Iguaçu	Cascavel	Agência	Física	R$ 8.600,00
Almirante Tamandaré	Curitiba	Agência	Física	R$ 156.985,50
Fazenda Rio Grande	Curitiba	Agência	Física	R$ 88.567,50
Lapa	Curitiba	Agência	Física	R$ 59.466,24
Porto Amazonas	Curitiba	Agência	Física	R$ 22.769,28
Quatro Barras	Curitiba	Agência	Física	R$ 30.352,00
Matelândia	Foz do Iguaçu	Agência	Física	R$ 23.398,72
Medianeira	Foz do Iguaçu	Agência	Física	R$ 41.406,78
Ouro Verde do Oeste	Foz do Iguaçu	Agência	Física	R$ 50.151,96
Laranjeiras do Sul	Guarapuava	Agência	Física	R$ 12.000,00
Pinhão	Guarapuava	Agência	Física	R$ 13.000,00
Prudentópolis	Guarapuava	Agência	Física	R$ 54.011,40
Uniao da Vitoria	Guarapuava	Agência	Física	R$ 48.277,98
Andirá	Jacarezinho	Agência	Física	R$ 13.024,84
Cornélio Procópio	Jacarezinho	Agência	Física	R$ 28.619,40
Jacarezinho	Jacarezinho	Agência	Física	R$ 9.840,62
Siqueira Campos	Jacarezinho	Agência	Física	R$ 4.945,14
Apucarana	Londrina	Agência	Física	R$ 65.598,50
Arapongas	Londrina	Agência	Física	R$ 106.455,93
Faxinal	Londrina	Agência	Física	R$ 50.811,43
Florestópolis	Londrina	Agência	Física	R$ 20.603,96
Jandaia do Sul	Londrina	Agência	Física	R$ 34.161,72
Ortigueira	Londrina	Agência	Física	R$ 43.328,92
São Pedro do Ivaí	Londrina	Agência	Física	R$ 18.309,00
São João do Ivaí	Londrina	Agência	Física	R$ 15.000,00
Astorga	Maringá	Agência	Física	R$ 29.266,70
Colorado	Maringá	Agência	Física	R$ 5.335,84
Mandaguaçu	Maringá	Agência	Física	R$ 19.232,64
Nova Esperança	Maringá	Agência	Física	R$ 34.609,56
Paiçandu	Maringá	Agência	Física	R$ 54.312,72
Paranavaí	Maringá	Agência	Física	R$ 80.189,92
Clevelândia	Pato Branco	Agência	Física	R$ 24.715,58
Dois Vizinhos	Pato Branco	Agência	Física	R$ 51.087,24
Palmas	Pato Branco	Agência	Física	R$ 54.539,88
Santa Izabel do Oeste	Pato Branco	Agência	Física	R$ 38.400,00
Nova Prata do Iguaçu	Pato Branco	Agência	Física	R$ 26.250,00
Carambeí	Ponta Grossa	Agência	Física	R$ 38.228,38
Pirai do Sul	Ponta Grossa	Agência	Física	R$ 18.185,90
Reserva	Ponta Grossa	Agência	Física	R$ 37.066,70
Sengés	Ponta Grossa	Agência	Física	R$ 20.249,37
Alto Piquiri	Umuarama	Agência	Física	R$ 30.036,72
Cidade Gaúcha	Umuarama	Agência	Física	R$ 48.479,92
Iporã	Umuarama	Agência	Física	R$ 47.071,02
Loanda	Umuarama	Agência	Física	R$ 8.000,00
Nova Londrina	Umuarama	Agência	Física	R$ 17.715,84
Pérola	Umuarama	Agência	Física	R$ 18.000,00
Umuarama	Umuarama	Agência	Física	R$ 112.918,32
Altônia	Umuarama	Agência	Física	R$ 32.685,24
Cruzeiro do Oeste	Umuarama	Agência	Física	R$ 30.000,00
			Total Física	**R$ 2.304.404,28**
Campo Mourão	Campo Mourão	Agência	Jurídica	R$ 113.300,63
Toledo	Cascavel	Agência	Jurídica	R$ 137.625,24
Corbélia	Cascavel	Agência	Jurídica	R$ 11.400,00
Campina Grande do Sul	Curitiba	Agência	Jurídica	R$ 65.614,08
Campo Largo	Curitiba	Agência	Jurídica	R$ 162.179,88
Colombo	Curitiba	Agência	Jurídica	R$ 98.914,80
Curitiba	Curitiba	Agência	Jurídica	R$ 387.524,98
São Jose dos Pinhais	Curitiba	Agência	Jurídica	R$ 54.469,80
Piên	Curitiba	Agência	Jurídica	R$ 10.298,00
Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu	Agência	Jurídica	R$ 21.000,00
Guarapuava	Guarapuava	Agência	Jurídica	R$ 103.900,72
Almoxarifado FET	NAS	Agência	Jurídica	R$ 425.570,56
Francisco Beltrão	Pato Branco	Agência	Jurídica	R$ 108.816,37
Pato Branco	Pato Branco	Agência	Jurídica	R$ 84.000,00
			Total Jurídica	**R$ 1.784.615,06**
			Total Geral	**R$ 4.089.019,34**

1.B.5.5 Outros Serviços de Terceiros (33.90.39) – Pessoa Jurídica

Esse montante contempla a maioria dos itens essenciais para o funcionamento e a manutenção básica dos imóveis, máquinas e equipamentos da Rede SINE. Entre esses itens, incluem-se: locação de imóveis (PJ) e móveis (impressoras), fornecimento de energia elétrica, água e esgoto, treinamentos, seminários, serviços gráficos e editoriais, entre outros. Para essas ações, foi destinado um total de **R$2.185.264,41**.

1.B.5.6 Serviços de segurança armada
Foi utilizado o valor de **R$ 498.200,87** para pagamento de serviços de segurança armada em atendimentos às unidades da Rede SINE/PR de Curitiba e São José dos Pinhais.

1.B.6 Serviços Tecnológicos – Tecnologia da Informação e Comunicação–PJ (33.90.40)
Nesta última ação a ser descrita, desenvolvimento de sistema para gerenciamento de dados estatísticos e analíticos das agências em todas as suas atividades, envolvendo a utilização de B.I. e Georreferenciamento, integrações com os sistemas oficiais do Estado e gestão de fluxo de operação das atividades intersetoriais desta secretaria. **R$ 655.482,96**

33904005	Serviços de Comunicação de Dados	R$ 645.608,00
33904009	Serviços de Digitalização e Outsourcing de Impressão	R$ 9.874,96

1.B.7 Material Permanente. 44.90.52
Estava previsto R$901.646,00, mas não houve nenhuma compra.

2. Identificação dos valores de saldos financeiros nas contas-correntes do fundo do trabalho existentes em 31 de dezembro de 2025
As contas vinculadas ao Fundo Estadual do Trabalho, identificadas pelo CNPJ e destinadas ao depósito de recursos para o Bloco de Gestão e Manutenção da Rede SINE/PR, são classificadas em duas categorias: uma referente a recursos provenientes das distribuições regulares do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT/BR) e outra composta por recursos próprios do Estado do Paraná, em conformidade com a Resolução CODEFAT nº 939, de 27 de abril de 2022. Dessa forma, a seguir, apresenta-se a discriminação dos saldos dessas duas contas em 31 de dezembro de 2025:

Fonte	Agência	Número da Conta	Rendimento	Saldo em 31 dezembro 2025
700	3793-1	14.264-6 FAT PR	R$ 172.902,58	R$ 21.426.264,95
761	3793-1	14.258-1 SINE PR	R$ 9.179,08	R$ 978.930,42
			Total	**R$ 22.405.195,37**

Observa-se que, em dezembro de 2025, foi inscrito o valor de **R$ 996.000,94** em restos a pagar das despesas referentes a novembro e dezembro de 2025, que será pago no Exercício de 2026.

Análise de Gestão:
Apresentação e Justificativa do grau de realização do planejamento consignado no PAS do exercício a que se refere
Feita essa análise de execução das ações vinculadas às Políticas do Trabalho no estado do Paraná, cabe mensurar o grau de execução física, baseado apenas nas ações planejadas no PAS – Gestão da Rede SINE 2025 e a execução financeira, também restrita à execução do Fundo Estadual do Trabalho – FET/PR, conforme tabelas a seguir:

Ações - PAS 2025	Meta/Descrição	Alcançado	Grau de Realização - Física
Intermediação de Mão de Obra – Rede SINE/PR	É realizada por porcentagem do CAGED de cada munícipio que possui agência. Meta pretendida 170.000 trabalhadores colocados.	173.705 trabalhadores colocados via Agências do Trabalhador/SINE	102%
Seguro-desemprego – Rede SINE/PR	Não há meta regulamentada	91.076 beneficiários	Não se aplica
Convênios Unidades Rede SINE/PR	Firmar Convênio com os 216 municípios beneficiados com unidades de atendimento da Rede SINE/PR	216 convênios formalizados com municípios vinculados à Rede SINE/PR	100%
Capacitação dos Agentes Públicos da Rede SINE	Capacitação de proporcionalmente 1 servidor de cada órgão da Pasta do Trabalho (Agências e Escritórios Regionais) em assuntos de IMO; SD; Programas; projetos diversos e de Qualificação profissional	Todos os gerentes	100%
Supervisão das unidades da Rede SINE/PR	Supervisão e Fiscalização das 216 unidades de atendimento da Rede SINE/PR	Supervisionadas e Fiscalizadas todas as unidades de atendimento da Rede SINE/PR	100%
Manutenção da Rede SINE/PR	Descrição da despesa	Despesa Empenhada	
	3.3.90.36. Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física (R$ 5.000.000,00)	R$ 2.304.404,28	46%
	3.3.90.37. Locação de mão de obra (R$ 1.000.000,00)	R$ 498.200,87	50%
	3.3.90.39. Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (R$ 5.879.000,00)	R$ 2.683.465,75	46%
	3.3.90.14. Diárias - Civil (R$ 300.000,00)	R$ 115.370,00	38%
	3.3.90.33. Passagens e despesas com locomoção (R$ 300.000,00)	R$ 48.149,00	16%
	3.3.90.30. Material de Consumo (R$ 2.000.922,68)	R$ 132.608,56	7%
	3.3.90.40. Serviços Tecnológicos (R$ 1.400.000,00)	R$ 655.482,96	47%

VALORES ATUALIZADOS ATÉ 2025
Extrato bancário e balancete de verificação de 31/12/2025 com rendimento, em anexo.

Recursos FAT, vide extrato de 31/12/2025 (Fonte 700)

- **R$21.426.264,95** (Vinte e um milhões quatrocentos e vinte e seis mil duzentos e sessenta e quatro reais e noventa e cinco centavos)

Recursos Próprios, vide extrato de 31/12/2025 (Fonte 761)

- **R$ 978.930,42** (Novecentos e setenta e oito mil, novecentos e trinta reais e quarenta e dois centavos).

Valor Total Distribuição Regular + Recursos próprios (Agência: 3793-1, Conta: 14.258-1 + 14.264-6), vide balancete de verificação 31/12/2025

- **R$22.405.195,37** (Vinte e dois milhões quatrocentos e cinco mil cento e noventa e cinco reais e trinta e sete centavos)

Registro das Portarias com valores remetidos ao Fundo Estadual do Trabalho:

- Orçamento 2020 – Portaria 2.249 de 27/01/2020: R$ 2.381.641,39
- Orçamento 2020 – Portaria 15.748 de 02/07/2020: R$ 1.935.511,07
- Orçamento 2021 – Portaria 6.947 de 16/07/2021: R$ 2.124.110,75
- Orçamento 2021 – Portaria 12.784 de 27/10/2021: R$ 316.474,87
- Orçamento 2022 – Portaria 4.117 de 06/05/2022: R$ 2.876.480,32
- Orçamento 2023 – Despacho 14 de abril de 2023: R$ 4.428.188,97
- Contrapartida/Estado – Portaria 19.305 de agosto/2020: R$ 258.197,58
- Contrapartida/Estado – Referente ao depósito de R$ 4.428.188,97 - 2023: R$ 88.563,78

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

- Orçamento 2023 – Despacho de 24 de outubro de 2023 - Casa do Trabalhador Capital – R$ 3.585.975,00
- Orçamento 2023 - Casa do Trabalhador Custeio - R$ 3.680.101,30
- Orçamento 2024 – PAS 2024 Capital FAT R$5.705.837,99 - Não foi depositado; Despacho Decisório 2534/2024/MTE Alteração Processo 19965.201651/2024-21. Estes documentos comunicam que não receberemos o valor de 2024.
- Orçamento 2024 - PAS 2024 Custeio FAT R$6.773.710,81 - Não foi depositado; Despacho Decisório 2534/2024/MTE Alteração Processo 19965.201651/2024-21. Estes documentos comunicam que o valor de custeio foi alterado para R$6.211.446,00.
- Orçamento 2025 - PAS 2025 Custeio FAT R$ 3.867.307,00 Despacho 19965.201594/2025-61/MTE de 21/07/2025 - Foi depositado parcial o valor de R$ 3.154.632,00, conforme extrato de 31/12/2025

Curitiba, 22 de Fevereiro de 2026.

Responsável pela elaboração do Relatório de Gestão 2025

Suelen Glinski Rosa
Diretoria de Fomento e Renda -DIFOR
Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda

28441/2026

SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E RENDA
RESOLUÇÃO nº638/2026

Súmula: Aprovar o Relatório de Gestão 2025— PAS do Sistema Nacional de Emprego — SINE, referente ao bloco de serviços que dispõe sobre as ações de qualificação e certificação profissional da rede, conforme Art. 8º da Resolução Codefat n.º 994/2024, cadastrado na plataforma Transferegov sob o número 00220820230008, proposto pela Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda, no valor de R$ 542.011,40 (quinhentos e quarenta e dois mil e onze reais e quarenta centavos) referente ao saldo em 31/12/2025.

O Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda — CETER/PR, instituído pela Lei nº 19.847, de 29 de abril de 2019, no uso de suas atribuições legais, nos termos do disposto no §2º do Art. 3º da Lei n.º 13.667, de 17 de maio de 2018 e no inciso II do Art. 6º da Resolução Codefat n.º 890, de 2 de dezembro de 2020 e,

- considerando que o Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda — CETER/PR foi credenciado em 09 de outubro de 2020 conforme ofício SEI nº. 255253/2020/ME,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, considerando o aspecto técnico-financeiro, o Relatório de Gestão 2025— PAS do Sistema Nacional de Emprego — SINE, referente ao custeio e investimento do exercício de 2025, proposto pela Secretaria de Estado do Trabalho Emprego, Qualificação e Renda — SETR, em razão de ter concluído, mediante análise das informações fornecidas, que:
I - encontra-se em conformidade com as orientações do modelo de preenchimento constante no Anexo I da Portaria SPPE/MTE nº 8.057, de 20 de março de 2020;
II - as ações estão adequadas ao objetivo geral e às metas de resultado;
II - a destinação de recursos está adequada às ações;
IV - a destinação de recursos a serem repassados pela União, do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, limita-se à relação de naturezas de despesas constante do Anexo III da Portaria SPPE/MET nº 8057 de 20 de março de 2020;
V - a destinação dos recursos alocados pelo Estado do Paraná ao Fundo Estadual do Trabalho FET/Paraná, está em consonância com o previsto em Lei Orçamentária Anual e atende ao posto na legislação municipal/distrital de trabalho, emprego e renda e às deliberações deste CETER.

Art. 2º Aprovar, quanto à realização das ações previstas no Plano de Ação e Serviços – PAS, os seguintes aspectos, conforme demonstrado no Plano de Gestão:
I - O grau de realização das ações previstas no PAS foi considerado satisfatório, incluindo as devidas justificativas para as ações não executadas, conforme demonstrado no relatório de execução física;
II - O alcance das metas de resultado estabelecidas no PAS mostrou-se satisfatório e em conformidade com os parâmetros e indicadores definidos;
III - A execução das ações e serviços do Sistema Nacional de Emprego – SINE foi devidamente comprovada, com base nos indicadores de esforço de captação, adequação ao perfil das vagas e eficiência dos encaminhamentos, tendo sido atingida a totalidade das metas estabelecidas;
IV - A aplicação dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT deu-se de forma regular, sendo utilizados exclusivamente no financiamento das ações e serviços previstos no PAS, conforme comprovação documental apresentada;
V - A continuidade da execução das ações e serviços do SINE foi assegurada, mesmo diante de atrasos nos repasses financeiros, os quais ocorreram de forma parcial, conforme registrado no Anexo I desta Resolução;
VI - A comprovação das despesas foi apresentada por meio de documentos fiscais válidos, emitidos em nome do órgão gestor local, estando em conformidade com os extratos bancários e registros financeiros;
VII - A verificação dos repasses automáticos do FAT demonstrou que, embora tenham sido atendidas as exigências por parte do ente executor, os repasses ocorreram com atraso e se encontram em pendência, apesar das comunicações encaminhadas pelo ente federal.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de Março de 2026.

Luiz Roberto Romano
Presidente do Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda

ANEXO I

Referente ao bloco de serviços que dispõe sobre as ações de qualificação e certificação profissional da rede, conforme Art. 8º da Resolução Codefat n.º 994/2024, cadastrado na plataforma Transferegov sob o número 00220820230008, proposto pela Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda, no valor de R$ 542.011,40 (quinhentos e quarenta e dois mil e onze reais e quarenta centavos) referente ao saldo em 31/12/2025.

Bloco de Qualificação Social e Profissional – Rede SINE

Transferência de Recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador para o Fundo Estadual do Trabalho
Bloco de Qualificação Social e Profissional – Rede SINE

1. Dados Básicos
I. Ente Parceiro: Secretaria de estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR
II. Início de Vigência: 01/01/2025
III. Fim da Vigência: 31/12/2025
IV. Fundo Recebedor: Fundo Estadual do Trabalho – FET/Paraná

V. Órgão Repassador: Ministério do Trabalho e Emprego – Secretaria de Qualificação e Fomento à Geração de Emprego e Renda
VI. Programa: Bloco de Qualificação Profissional e Social – QSP
VII. Fundo Repassador: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT
VIII. Quanto a Prestação de contas da utilização dos recursos financeiros do FAT, de forma a comprovar que foram regularmente aplicados no financiamento da execução das ações e serviços do SINE.

IX) EXECUÇÃO FÍSICA:
1. Identificação das ações planejadas e realizadas

Para o exercício de 2025, estavam previstas ações no âmbito do Bloco de Qualificação Social e Profissional da Rede SINE/PR, condicionadas à descentralização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, conforme diretrizes estabelecidas na Resolução CODEFAT nº 994/2024 e no respectivo Plano de Ações e Serviços – PAS/QSP 2025.

Contudo, em razão da inexistência de repasse de recursos federais ao Fundo Estadual do Trabalho – FET/PR durante todo o exercício, não houve execução de ações financiadas com recursos do FAT no referido período. Assim, não foram iniciadas, executadas ou concluídas turmas de qualificação profissional vinculadas ao PAS/QSP 2025, tampouco celebrados instrumentos contratuais ou parcerias para esse fim.

Dessa forma, registra-se que, no exercício de 2025, não houve ações realizadas com recursos do Bloco de Qualificação Social e Profissional.

2. Identificação das ações planejadas, mas não realizadas;

O planejamento para o exercício de 2025 contemplava a execução de ações de qualificação profissional voltadas ao atendimento do público prioritário da política pública de emprego e renda, com foco na articulação entre qualificação intermediação de mão de obra no âmbito da Rede SINE/PR.

Entretanto, em razão da ausência de descentralização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, não foi possível dar início à execução das ações previstas no PAS/QSP 2025. Dessa forma, todas as ações planejadas para o exercício permaneceram sem execução física e financeira, não havendo formalização de contratos, termos de parceria ou demais instrumentos necessários à implementação das atividades.

3. Identificação dos fatores que contribuíram para a não realização de ações planejadas

A não realização das ações planejadas para o exercício de 2025 decorreu exclusivamente do contingenciamento orçamentário no âmbito federal, que resultou na inexistência de repasse de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT ao Fundo Estadual do Trabalho – FET/PR durante o referido exercício.

A ausência de descentralização financeira impossibilitou a abertura de procedimentos administrativos para contratação de executoras, celebração de parcerias ou empenho de despesas, em observância aos princípios da legalidade e da responsabilidade fiscal, que vedam a execução de despesa pública sem a correspondente disponibilidade orçamentária e financeira.

Importa destacar que a Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR/PR manteve-se tecnicamente estruturada e administrativamente apta à execução das ações previstas, inexistindo qualquer impedimento operacional ou falha de gestão por parte do ente estadual. A retomada da execução permanece condicionada à recomposição orçamentária e à efetiva transferência dos recursos federais destinados ao Bloco de Qualificação Social e Profissional.

X. Realizado até a data de apresentação do Relatório de Gestão

Até a presente data de apresentação deste Relatório de Gestão, não houve execução física ou financeira de ações financiadas com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT no âmbito do Bloco de Qualificação Social e Profissional da Rede SINE/PR, relativas ao exercício de 2025.

Em razão do contingenciamento orçamentário e da consequente inexistência de repasse de recursos federais ao Fundo Estadual do Trabalho – FET/PR durante todo o exercício, não foram celebrados contratos, termos de fomento, convênios ou quaisquer outros instrumentos administrativos voltados à execução de cursos de qualificação profissional com recursos do referido bloco.

Da mesma forma, não houve abertura de turmas, matrículas de alunos, execução de carga horária ou desembolso financeiro relacionado ao PAS/QSP 2025, inexistindo metas físicas em andamento ou concluídas até a presente data.

Ressalta-se que a Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR/PR permaneceu apta à execução das ações planejadas, mantendo sua estrutura administrativa e técnica regularmente constituída, aguardando apenas a efetiva descentralização dos recursos federais para a implementação das atividades previstas.

XI. Ações de Capacitação e Qualificação realizadas com recursos de outras fontes de recursos (Tesouro, parcerias e programas de incentivo fiscal)

Uma vez que as ações da Política do Trabalho para Qualificação Profissional e Capacitação em 2025 não se limitaram aos recursos disponibilizados pelo Programa de Transferências Automáticas, cabe discriminar e apresentar os resultados das demais ações coordenadas pelo Governo do Estado do Paraná que fomentam o desenvolvimento da participação da Rede SINE/PR no número de admissões para o mercado de trabalho do estado.

1. Qualifica Paraná 2025

O Programa Qualifica Paraná é executado pela Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda (SETR), em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), com o propósito de promover a inclusão produtiva, o fortalecimento da empregabilidade e o desenvolvimento regional por meio da oferta gratuita de cursos presenciais realizados em unidades móveis totalmente equipadas, o que garante que a qualificação profissional chegue também aos municípios de menor porte e regiões mais afastadas, democratizando o acesso à formação técnica e ampliando as oportunidades de inserção produtiva no Estado do Paraná. Em 2025 foram ofertadas 11.316 vagas distribuídas em 646 turmas e 323 localidades. O Qualifica Paraná prevê o pagamento de auxílio-transporte e alimentação no valor de R$ 1.008,00, equivalente a R$ 42,00 por dia de aula frequentado, contribuindo para a redução de barreiras socioeconômicas que poderiam comprometer a frequência e a conclusão da formação.. Até o momento da elaboração deste relatório, 8.498 alunos haviam concluído a formação em 269 localidades, evidenciando o impacto positivo e o alcance social do programa em todo o território paranaense.

2. Empreendedoras da Beleza

O Projeto Empreendedoras da Beleza, desenvolvido com recursos do Paraná Competitivo, em parceria com o Gabinete da Primeira-Dama do Estado, o Instituto Boticário, e as Secretarias de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (SEMIPI), da Família e Desenvolvimento Social (SEDEF) e da Fazenda (SEFA), tem foco na promoção da autonomia financeira e da inclusão produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade social, oferecendo capacitação gratuita em técnicas de maquiagem, estética e cuidados pessoais, aliada à formação empreendedora e à entrega de kits de produtos para o início da atividade profissional. O Empreendedoras da Beleza vai além da capacitação técnica: representa uma porta de entrada para o protagonismo feminino, a autonomia econômica e a superação de barreiras sociais e culturais. Com turmas presenciais em diferentes regiões do Estado, o projeto fomenta a geração de renda, o empreendedorismo local e o fortalecimento das redes comunitárias, consolidando-se como uma política pública de empoderamento, dignidade e transformação social. Em 2025, foi realizado um investimento de R$ 395.205,95, com 240 vagas ofertadas em oito localidades, das quais 227 mulheres concluíram a formação, alcançando um índice de 94,5% de aproveitamento.

3. Mais Qualificação

O Projeto Mais Qualificação tem como objetivo oferecer cursos gratuitos e de curta duração voltados à atualização profissional e ao aprimoramento de competências, atendendo às necessidades do mercado de trabalho e às vocações econômicas regionais. A iniciativa busca não apenas preparar novos trabalhadores para o ingresso no mercado, mas também qualificar aqueles que já estão inseridos e desejam ampliar suas oportunidades ou realizar transições de carreira, fortalecendo a empregabilidade e a competitividade da mão de obra paranaense. Desenvolvido em cooperação com o SENAI, SENAC, SESI, FIEP, FECOMERCIO e SEIC, o projeto contribui para alinhar a oferta de cursos às demandas reais da indústria, do comércio e do setor de serviços, promovendo desenvolvimento econômico com inclusão social.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

No exercício de 2025, o projeto esteve presente em 59 localidades, incluindo oferta na modalidade de ensino a distância (EAD), ampliando o acesso à qualificação em diferentes regiões do Estado. Até o momento, foram 1.095 alunos formados e impactados pelo Mais Qualificação, evidenciando o alcance e a relevância da iniciativa como instrumento permanente de política pública voltada à formação continuada e à valorização do trabalho.

4. Indústria 4.0

O Projeto Indústria 4.0 é uma iniciativa da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda (SETR), desenvolvida em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e a empresa Beontag, por meio do Programa Paraná Competitivo. O projeto tem como objetivo capacitar trabalhadores e estudantes em novas tecnologias industriais, alinhando-se às transformações produtivas e tecnológicas da chamada Quarta Revolução Industrial. A proposta busca preparar a mão de obra paranaense para as demandas emergentes do setor industrial, com foco em automação, Internet das Coisas (IoT), manufatura aditiva, inteligência artificial e integração de sistemas digitais.

As formações são ofertadas de maneira presencial e gratuita, com atividades práticas e laboratoriais que permitem aos participantes vivenciar o ambiente real da indústria moderna. O projeto oferece auxílio-transporte e auxílio-alimentação no valor de R$ 1.680,00 (R$ 42,00 por dia de aula), garantindo melhores condições de permanência e dedicação dos alunos.

Em 2025, o Projeto Indústria 4.0 foi executado em oito localidades, com 260 vagas disponibilizadas e investimento total de R$ 752.015,36. Por meio dessa ação, a SETR reforça o compromisso do Governo do Estado do Paraná com a inovação tecnológica, o fortalecimento da competitividade industrial e a formação de profissionais qualificados para o futuro do trabalho.

X) EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA:

1. Identificação dos valores de saldos financeiros nas contas-correntes do fundo do trabalho existentes no período de 01/01/2025 e 31/12/2025;

As contas destinadas ao Fundo Estadual do Trabalho, identificado pelo CNPJ 42.592.315/0001-15, destinadas ao depósito de recursos para o Bloco de Qualificação Social e Profissional, que se discriminam entre a que detêm recursos provenientes das distribuições regulares do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e outra referente aos recursos próprios do estado do Paraná, em respeito ao definido na resolução CODEFAT n.° 939, de 27 de abril de 2022. A partir disso, discrimina-se o saldo do período de 01/01/2025 e 31/12/2025:

Agência	Conta	Tipo	Saldo Anterior/Histórico	Data	Valor
3793-1	14453-3	Aplicação	-	Janeiro / 2025	R$ 492.573,19
				Fevereiro / 2025	R$ 496.216,60
				Dezembro / 2025	R$ 542.011,40
		Conta Corrente	-	Janeiro / 2025	R$ 0,00
				Fevereiro / 2025	R$ 0,00
				Dezembro / 2025	R$ 0,00

Compõem este Relatório de Gestão, os extratos bancários do período indicado no item 1, inciso VIII, do qual é possível identificar o saldo restante de R$ 542.011,40 (quinhentos e quarenta e dois mil e onze reais e quarenta centavos). Registra-se, ainda, que não houve movimentação financeira nas contas bancárias vinculadas ao Fundo Estadual do Trabalho – FET/PR relacionada ao referido bloco, inexistindo execução por natureza de despesa ou por fonte de recursos no período.

XI. Conclusão

O Relatório de Gestão apresenta a situação da execução das ações do Bloco de Qualificação Social e Profissional no exercício de 2025, registrando a inexistência de execução física e financeira em razão do contingenciamento orçamentário e da ausência de repasse de recursos federais, sem que isso decorra de falhas de gestão, mantendo o Estado do Paraná tecnicamente apto e comprometido com as diretrizes do Ministério do Trabalho e Emprego e do CODEFAT, reafirmando-se o compromisso com a gestão responsável dos recursos públicos e a continuidade das políticas de qualificação, sendo informado saldo atualizado em 31/12/2025 no valor de R$ 542.011,40 (quinhentos e quarenta e dois mil e onze reais e quarenta centavos).

Curitiba, 27 de Fevereiro de 2026.

Responsável pela elaboração do Relatório de Gestão 2025

Matheus Carvalho da Silva
Diretoria de Pesquisa e Qualificação – SETR/DIPEQ

Revisão:
Liza Marie Fortes
Diretora de Pesquisa e Qualificação
Resolução n.º 017/2023 SETR

Paulo Rogério do Carmo
Secretário de Estado do Trabalho Qualificação e Renda – SETR/PR
Governo do Estado do Paraná
Decreto 9.376 – Edição 11874 DIOE/PR

28542/2026

Receita Estadual do Paraná

NORMA DE PROCEDIMENTO FISCAL Nº 06/2026

Fixa valores mínimos para o cálculo do ICMS nas operações interestaduais com produtos da pecuária que especifica.

A **DIRETORA DA RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX do *caput* do artigo 9º do Anexo II da Resolução SEFA nº 1.132, de 28 de julho de 2017, e considerando o disposto no inciso I do artigo 12 da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996,

DETERMINA

Art. 1.º O Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, incidente sobre as operações interestaduais efetuadas com os produtos da pecuária relacionados no Anexo Único desta Norma de Procedimento Fiscal, deverá ser calculado sobre os valores fixados na pauta nele contida.

Parágrafo único. O imposto será calculado sobre o valor da operação, quando esse for superior ao mínimo fixado em pauta.

Art. 2.º Fica revogada a Norma de Procedimento Fiscal nº 03/2026, de 09 de fevereiro de 2026.

Art. 3.º Esta Norma de Procedimento Fiscal entra em vigor na data da sua publicação.

RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ, Curitiba, 06 de março de 2026.

Suzane Aparecida Gambetta Dobjenski
DIRETORA DA RECEITA ESTADUAL

ANEXO ÚNICO

GADO BOVINO PARA ABATE		
DESCRIÇÃO	**UNIDADE**	**VALOR - R$**
Macho para abate acima de 36 meses	Cabeça	6.252,93
Macho para abate acima de 24 até 36 meses	Cabeça	5.778,73
Macho para abate acima de 12 até 24 meses	Cabeça	5.438,29
Fêmea para abate acima de 36 meses	Cabeça	4.849,44
Fêmea para abate acima de 24 até 36 meses	Cabeça	4.709,78
Fêmea para abate acima de 12 até 24 meses	Cabeça	4.170,13
GADO BOVINO PARA RECRIA/ENGORDA		
DESCRIÇÃO	**UNIDADE**	**VALOR - R$**
Fêmea registrada acima de 36 meses	Cabeça	15.100,00
Fêmea registrada acima de 24 até 36 meses	Cabeça	11.950,00
Fêmea registrada de 12 a 24 meses	Cabeça	9.416,67
Macho registrado acima de 36 meses	Cabeça	19.166,67
Macho registrado acima de 24 até 36 meses	Cabeça	16.842,86
Macho registrado de 12 a 24 meses	Cabeça	14.264,29
Macho para cria/recria acima de 36 meses	Cabeça	5.829,72
Macho para cria/recria acima de 24 até 36 meses	Cabeça	5.001,82
Macho para cria/recria acima de 12 até 24 meses	Cabeça	4.079,83
Macho para cria/recria de 6 a 12 meses	Cabeça	2.975,54
Fêmea para cria/recria acima de 36 meses	Cabeça	4.051,80
Fêmea para cria/recria acima de 24 até 36 meses	Cabeça	3.789,06
Fêmea para cria/recria acima de 12 até 24 meses	Cabeça	3.232,30
Fêmea para cria/recria de 6 a 12 meses	Cabeça	2.307,21

Fonte: SEAB/DERAL - Preços Médios Estaduais

28562/2026

Sociedades de Economia Mista

COHAPAR

O Diretor-Presidente da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, no uso de suas atribuições legais e considerando o que dispõe a Lei Estadual nº 20.685, de 27/08/2021, resolve:

TORNAR PÚBLICA: A relação dos empregados admitidos* e demitidos durante os meses de janeiro e fevereiro de 2026.

DEMITIDOS				
Matr.	**Nome**	**Cargo**	**Data**	**Tipo de contrato**
2098	Harisson Guilherme Francoia	Advogado I	16/01/2026	Empregado CLT
1962	Antonio Rodrigues Peixoto Junior	Agente Administrativo I	17/01/2026	Empregado CLT
1806	Wagner Alcantara dos Santos	Técnico de Informática I	26/02/2026	Empregado CLT

*Não houve admissões neste período.

Curitiba, 10 de março de 2026.

Paulo de Castro Campos
Diretor Administrativo-Financeiro

Jorge Luiz Lange
Diretor-Presidente

28322/2026

O Diretor Presidente da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, no uso de suas atribuições legais e considerando o que dispõe a Lei Estadual nº 20.685, de 27/08/2021, resolve:

TORNAR PÚBLICA: A relação dos colaboradores comissionados nomeados e exonerados durante os meses de janeiro e fevereiro de 2026.

EXONERADOS			
Nome	**Cargo**	**Data**	**Tipo de contrato**
Tania Eli Pereira Bruginski	Assessor Estratégico III	13/01/2026	Cargo em Comissão
Pedro Fernandes Cavichiolo	Assessor Estratégico III	05/02/2026	Cargo em Comissão
Rafael Lucas Gomes Garcia	Assessor Estratégico I	08/02/2026	Cargo em Comissão

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

NOMEADOS			
Nome	**Cargo**	**Data**	**Tipo de contrato**
Marcos Adriano Zeglan	Assessor Estratégico III	23/02/2026	Cargo em Comissão

Curitiba, 10 de março de 2026.

Paulo de Castro Campos
Diretor Administrativo-Financeiro

Jorge Luiz Lange
Diretor-Presidente

28341/2026

